



**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES (O "PROSPECTO") DO**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO**

CNPJ/MF nº 11.341.309/0001-61

Classificação da 1ª Série de Quotas Seniores da Standard & Poor's: "brAAAf"

Código ISIN das Quotas Seniores da 1ª Série: BRFMONCTF014

Emissão de 180.000 (cento e oitenta mil) Quotas Seniores da 1ª Série, no valor unitário de R\$1.000,00 (hum mil reais) na 1ª Data de Emissão, perfazendo o montante de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), conforme deliberado pela Administradora em 19 de novembro de 2009

Registro da Distribuição na CVM nº CVM/SER/RFD/2009/[•], em [•] de [•] de 2009

Rentabilidade Alvo das Quotas Seniores da 1ª Série: variação da taxa DI + 2,00% ao ano

Valor da Emissão:

**R\$180.000.000,00**

(cento e oitenta milhões de reais)



O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO** (o "**Fundo**"), constituído sob a forma de condomínio fechado em 19 de novembro de 2009, com prazo de vigência regular de 10 (dez) anos, ou, em caso de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, após o término de procedimentos específicos previstos no Regulamento, o que ocorrer antes, é administrado por **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, parte, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40 (a "**Administradora**").

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores, da Comissão de Valores Mobiliários (a "**Instrução CVM nº 356**" e a "**CVM**", respectivamente), pela Resolução nº 2907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O regulamento do Fundo foi registrado no 9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, sob o nº 1072340, em 19 de novembro de 2009, sendo que o 1º aditamento ao regulamento foi registrado em 23 de novembro de 2009, sob o nº 1072627 e o 2º aditamento foi registrado em 18 de dezembro de 2009, sob o número 1074372 (o "**Regulamento**").

O Fundo poderá emitir 01 classe de quotas seniores, as quais poderão ser divididas em séries (as "**Quotas Seniores**"), mantidas concomitantemente em Circulação, distribuídas em uma ou mais distribuições. O Fundo poderá manter em Circulação séries de Quotas Seniores (as "**Séries**") no valor total, em cada Data de Emissão, de até R\$1.000.000.000,00 (hum bilhão de reais), valor este a ser atualizado anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - IGP-M ou por índice que venha a substituí-lo, a partir do início das atividades do Fundo. O montante e a quantidade de Quotas Seniores, as respectivas datas de amortização e de resgate, o percentual das amortizações programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Seniores serão definidos no Suplemento da Série "k". O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 01 (uma) série da classe de quotas subordinadas (as "**Quotas Subordinadas**"), em número indeterminado e em série única.

O Fundo está ofertando, na 1ª Distribuição, 180.000 (cento e oitenta mil) Quotas Seniores da 1ª Série, no valor unitário de R\$1.000,00 (hum mil reais) na 1ª Data de Emissão, perfazendo o montante de 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), conforme deliberado pela Administradora em 19 de novembro de 2009, a serem colocadas em regime de garantia firme de colocação. Para atendimento de excesso de demanda que venha a ser constatada no decorrer da Oferta, poderão ser acrescidas às Quotas Seniores inicialmente ofertadas: (i) lote suplementar, correspondente a até 15% (quinze por cento) das Quotas Seniores da 1ª Série inicialmente ofertadas, isto é, a até 27.000 (vinte e sete mil) Quotas Seniores da 1ª Série, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 (o "**Lote Suplementar**"); e (ii) lote adicional, correspondente a até 20% (vinte por cento) das Quotas Seniores da 1ª Série inicialmente ofertadas, isto é, a até 36.000 (trinta e seis mil) Quotas Seniores da 1ª Série, excluído o lote suplementar de Quotas Seniores da 1ª Série, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400 (o "**Lote Adicional**"), sem a necessidade de novo pedido de registro ou de modificação dos termos da Oferta. As Quotas Seniores da 1ª Série do Lote Adicional e do Lote Suplementar serão colocadas em regime de melhores esforços de colocação. As opções de Lote Adicional e de Lote Suplementar serão oferecidas em igualdade de condições vis-à-vis as Quotas Seniores inicialmente ofertadas.

Protocolo CVM datado de 30 de setembro de 2009. Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2009/[•], em [•] de [•] de 2009.

As Quotas Seniores serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "**CETIP**"), e para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, da CVM (a "**Instrução CVM nº 409**"); (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir e/ou subscrever quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Conselho Monetário Nacional (a exemplo da Resolução nº 2.689), do Banco Central do Brasil e da CVM, e que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (conjunta e individualmente referidos como os "**Investidores Qualificados**").

"Os investidores devem ler a Seção 'Fatores de Risco' deste Prospecto, nas páginas "71" a "80".

**Vide outros avisos importantes na página I deste Prospecto.**

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS."

"A Comissão de Valores Mobiliários - CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das cotas a serem distribuídas."

Distribuidor Líder



Administradora, Agente Escriturador e Custodiante



Empresa de Auditoria



A data deste Prospecto é 23 de novembro de 2009

## **Avisos – ANBID**

*“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.*

*“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.*

*“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a administradora da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.*

*“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia da administradora do fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.*

*“Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas”.*

*“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada a de fundos similares com prazo inferior.”*

*“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor deste fundo bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”*



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

GLOSSÁRIO .....	5
<b>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....</b>	<b>17</b>
1. Características Básicas da Distribuição da 1ª Série de Quotas Seniores.....	17
2. Demonstrativo do Custo da Distribuição .....	18
2.1. Custo da Distribuição .....	18
2.2. Custo Unitário de Distribuição.....	19
3. Plano de distribuição .....	19
4. Demais Informações Sobre a Oferta .....	20
5. Cronograma da Oferta .....	21
6. Modificação da Oferta.....	21
<b>CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO .....</b>	<b>23</b>
7. Constituição e Fundamento Legal.....	23
8. Público Alvo .....	23
9. Objetivo.....	23
10. Tipo de Fundo .....	23
11. Prazo de Duração .....	23
12. Cedente dos Direitos Creditórios .....	24
13. Identificação dos Prestadores de Serviços .....	24
13.1. Administradora.....	24
13.2. Custodiante .....	24
13.3. Distribuidor Líder .....	25
13.4. Agente Escriturador .....	25
13.5. Banco Arrecadador.....	25
13.6. Agência de Classificação de Risco .....	26
13.7. Empresa de Auditoria.....	26
13.8. Assessoria Legal .....	26
14. Taxa de Administração .....	27
15. Substituição e Renúncia da Administradora, do Custodiante, da Agência de Classificação e Risco e da Empresa de Auditoria .....	27
16. Encargos do Fundo.....	29
17. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira .....	30
17.1. Operações com Instrumentos Derivativos.....	31
18. As Quotas .....	32
18.1. Quotas Seniores.....	32
18.2. Quotas Subordinadas.....	34
18.3. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas .....	35
18.4. Amortização e Resgate de Quotas.....	36
19. Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo .....	37
20. Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios.....	37
21. Auditorias do Fundo.....	38
22. Tributação .....	38
22.1. Tributação Aplicável aos Quotistas .....	39
22.1.1. IOF .....	39
22.1.2. IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio .....	39
22.1.3. Imposto de Renda.....	39
22.1.3.1. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil.....	39
22.1.3.2. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior .....	41
22.1.3.3. Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal .....	41

22.1.3.4. Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal .....	41
22.2. Tributação Aplicável ao Fundo .....	41
22.2.1. IOF .....	41
22.2.2. Imposto de Renda.....	41
23. Publicidade e Remessa de Documentos .....	42
24. Política de Cobrança e Política de Concessão de Crédito da Cedente .....	42
25. Gerenciamento de Riscos .....	43
26. Informações Complementares.....	43
<b>CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO .....</b>	<b>45</b>
27. Desenho Esquemático do Programa de Securitização de Créditos decorrentes de Vendas a Prazo .....	45
28. Critérios de Elegibilidade.....	46
29. Condições da Cessão.....	47
30. Inclusão de novas cedentes .....	48
31. Procedimentos de Oferta de Direitos Creditórios e Formalização da Cessão .....	49
32. Preço de Aquisição e Opção de Compra.....	51
33. Forma de Pagamento e Recebimento de Valores.....	53
34. Resolução da Cessão .....	54
35. Eventos de Revisão e Eventos Extraordinários.....	55
36. Eventos de Avaliação e Eventos de Amortização Antecipada.....	57
37. Assembleia Geral .....	60
38. Ordem de Aplicação de Recursos .....	63
39. Índice de Liquidez, Razão de Garantia, Alocação Mínima de Investimento e Reserva de Caixa .....	63
40. Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de investimento e do Índice de Liquidez.....	65
41. Informações sobre os Direitos Creditórios.....	65
42. Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo .....	69
43. Procedimento de Atualização da Relação de Clientes e de Inclusão de Novos Clientes .....	70
<b>FATORES DE RISCO .....</b>	<b>71</b>
44. Riscos Associados ao Investimento no Fundo e à Cedente (Originadora).....	71
45. Riscos Associados aos Direitos Creditórios.....	76
<b>DOS SETORES DE SEMENTES E DE DEFENSIVOS .....</b>	<b>81</b>
46. Introdução .....	81
47. Setor de Produção e Comercialização de Sementes no Brasil e Legislação Nacional Aplicável.....	82
48. Setor de Produção e Comercialização de Agroquímicos No Brasil e Legislação Nacional Aplicável .....	83
49. Legislação de proteção ao Consumidor e Poder de Polícia das autoridades do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária .....	85
50. Produtos Cujas Vendas a Prazo Lastreiam os Direitos Creditórios Elegíveis.....	85
<b>GRUPO MONSANTO .....</b>	<b>87</b>
51. Visão Geral .....	87
52. Atuação da Cedente no Mercado de Sementes .....	87
53. Atuação da Cedente no Mercado de Defensivos.....	90
54. Breve Histórico Societário .....	90
55. Organograma Societário.....	91
56. Política de Preços e Canais de Distribuição .....	91
57. Modalidades de Vendas e Política de Concessão de Crédito.....	92
58. Perdas e Devolução de Mercadorias .....	94

59. Contingências Judiciais e Administrativas.....	95
59.1. Questões Tributárias e previdenciárias .....	95
59.2. Questões Cíveis.....	97
59.3. Questões Trabalhistas.....	97
60. Principais Aspectos Societários e Financeiros da Cedente .....	97
60.1. Objeto Social.....	97
60.2. Capital Social .....	98
60.3. Administração e Diretoria .....	98
John Bradley Schoper: norte-americano, fisiologista, responsável pela área de pesquisa de milho da Cedente no Brasil. ....	99
Geraldo Ubirajara Berger: engenheiro agrônomo, responsável pelas áreas de regulamentação e registros dos negócios de químicos, sementes e biotecnologia da Cedente no Brasil. ....	99
Joel de Aquino: engenheiro químico, responsável pela direção das operações industriais de químicos e sementes da Cedente no Brasil. ....	99
Alessandra Maria Zaccheu: psicóloga, responsável pela administração da área de recursos humanos da Cedente no Brasil. ....	99
Carlos Eduardo Fazzio de Brito: engenheiro agrônomo, responsável pela operação de vendas de produtos e captura de valor de eventos de biotecnologia da Cedente no Brasil. ....	99
60.4. Informações Financeiras .....	100
<b>INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA.....</b>	<b>101</b>
61. Administradora e Custodiante.....	101
62. Distribuidor Líder.....	101
<b>POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES</b>	
<b>ENTRE PARTES RELACIONADAS .....</b>	<b>103</b>
<b>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS .....</b>	<b>105</b>
63. Sumário dos Principais Contratos Envolvendo o Fundo.....	105
63.1. Contrato de Cessão.....	105
63.2. Contrato de Distribuição .....	105
63.3. Contrato de Cobrança.....	106
63.4. Contrato de Cobrança Bancária .....	106
<b>ATENDIMENTO AOS CLIENTES .....</b>	<b>107</b>
<b>DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES .....</b>	<b>109</b>

## ANEXOS

ANEXO 1: Regulamento .....	113
ANEXO 2: Relatório da Agência de Classificação de Risco .....	235
ANEXO 3: Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela Empresa de Auditoria.....	249
ANEXO 4: Suplemento das Quotas Seniores da 1ª Série .....	367

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## GLOSSÁRIO

Para fins do presente Prospecto, os termos definidos terão o significado a eles abaixo atribuídos, salvo referência específica diversa neste Prospecto.

Administradora	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111 – 2º andar - parte, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40
Afiliada	qualquer sociedade controladora, controlada, coligada ou sociedade sob controle comum, direta ou indireta, de qualquer Pessoa participante do Programa de Securitização
Agência de Classificação de Risco	McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor's), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua substituta contratada nos termos do Regulamento
Agente	quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenham sido expressamente autorizados a atuar em nome da referida Pessoa, ficando a Pessoa em questão responsável pela atuação do Agente
Agente Cobrador	o(s) agente(s) que venha(m) a ser contratado(s) pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para fins de prestação e/ou coordenação de serviços de cobrança judicial de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenha(m) ou não esteja(m) sendo pagos pontualmente
Agente Escriturador	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111 – 2º andar - parte, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, ou seu sucessor no exercício de suas funções
Alocação Mínima de Investimento	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e, o denominador é equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurado diariamente pelo Custodiante (Exemplo: se Alocação Mínima de Investimento = 0,50, então Alocação Mínima de Investimento = 50%)
Amortização Integral	amortização integral das Quotas Seniores da Série “k”, a ser efetuada na Data de Amortização definida no Suplemento da Série “k”, conforme significado que lhe é atribuído no item (10.4) do Capítulo Dez do Regulamento

Amortização Programada	amortizações programadas parciais ou totais das Quotas Seniores da Série “k”, efetuadas nas Datas de Amortização, previstas no Suplemento da Série “k”, conforme significado que lhe é atribuído no item (10.4) do Capítulo Dez do Regulamento
Amortização Programada de Quotas Subordinadas	amortização total ou parcial de parcela do valor de Quotas Subordinadas em Circulação, observado o disposto no Regulamento, especialmente o disposto no item (12.3) do Capítulo Doze do Regulamento
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Assembleia Geral	assembleias gerais, ordinárias ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizada nos termos do Regulamento
Aviso de Desenquadramento	documento preparado pela Administradora, na forma constante do “ <u>anexo II</u> ” do Regulamento, e por esta enviado à Cedente, por meio do qual o Fundo solicita que a Cedente informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento e/ou do Índice de Liquidez
Aviso de Operação Financeira	documento preparado de acordo com o “ <u>anexo VIII</u> ” do Contrato de Cessão
Bacen	Banco Central do Brasil
Banco Arrecadador	Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1.111 - 2º andar - parte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80 e/ou Citibank, N.A. – Filial Brasileira, instituição financeira estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1.111 – loja 1, 3 e sobreloja, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.042.953/0001-71, ou seu sucessor no exercício de suas funções e/ou qualquer instituição financeira que venha a celebrar Contrato de Cobrança Bancária
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Boleto de Cobrança	tem o significado que lhe é atribuído no inciso (3.3) da Cláusula Três do Contrato de Cessão
Canal de Distribuição	cada uma das seguintes categorias dentro das quais os Clientes, integrantes da Relação de Clientes, são classificados pela Cedente: “Industrial” (I), “Distribuidor” (DI), “Direto” (DR) ou “Cooperativas” (COOP)
Cedente	Monsanto do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.858.525/0001-45, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901 – Torre Norte, 7º e 8º andares, São Paulo – SP
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Circulação	número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
Cliente	pessoa jurídica de direito privado ou pessoa natural, com sede ou domicílio no Brasil, devedora de Direitos Creditórios originados pela Cedente, identificada pelo respectivo CNPJ/MF ou CPF/MF na Relação de Clientes, incluindo qualquer Grande Cliente ou Cliente <i>Barter</i>
Cliente <i>Barter</i>	qualquer Cliente que adquire Produtos da Cedente por meio de Vendas <i>Barter</i>
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Condições da Cessão	condições cujo significado é atribuído no item (5.2) do Capítulo Cinco do Regulamento
Condições Resolutivas da Cessão	qualquer dos eventos, cuja ocorrência poderá ensejar a resolução da cessão, conforme definidos no inciso (10.1) da Cláusula Dez do Contrato de Cessão
Conta Corrente da Cedente	conta corrente aberta em nome da Cedente, no Custodiante, previamente indicada, por escrito, à Administradora
Conta Corrente do Fundo	conta corrente aberta em nome do Fundo, no Custodiante, previamente indicada, por escrito, à Cedente
Conta Vinculada	conta de titularidade do Fundo, mantida junto ao Custodiante, na qual são creditados os recursos decorrentes dos pagamentos vinculados a Direitos Creditórios, de titularidade do Fundo e da Cedente, devidos por Grandes Clientes que liquidam suas faturas por meio de depósito em conta, bem como os recursos resultantes de Vendas <i>Barter</i>
Contrato de Cessão	“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e a Cedente, com a interveniência do Custodiante
Contrato de Cobrança	o(s) contrato(s) que venha(m) a ser celebrado(s) pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, relativamente à contratação de prestação e/ou coordenação de serviços de cobrança judicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenha(m) ou esteja(m) sendo pago(s) pontualmente

Contrato de Cobrança Bancária	o(s) contrato(s) celebrado(s) pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, relativamente à prestação e/ou coordenação de serviços de contas a receber, emissão de boletos de cobrança e cobrança extrajudicial de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, com instituição financeira de primeira linha, e cujos principais termos e condições sejam substancialmente de mesmo conteúdo do(s) instrumento(s) jurídico(s) referidos nos incisos “i” a “v” a seguir: (i) “Contrato de Prestação de Serviços Business Center” celebrado com o Banco Citibank S.A.; (ii) “Instrumento Particular de Prestação de Serviços Financeiros, Atividades Operacionais e Outras Avenças” celebrado com o Banco Citibank S.A. ou o Citibank, N.A. – Filial Brasileira; (iii) “Acordo Operacional Referente ao Instrumento Particular de Prestação de Serviços Financeiros, Atividades Operacionais e Outras Avenças” celebrado com o Banco Citibank S.A. ou o Citibank, N.A. – Filial Brasileira; (iv) “Aditamento ao Acordo Operacional ao Instrumento Particular de Prestação de Serviços Financeiros, Atividades Operacionais e Outras Avenças”, celebrado com o Banco Citibank S.A. ou com o Citibank, N.A. – Filial Brasileira; e (v) “Contrato de Prestação de Serviços CONVEM Devedores”, celebrado entre o Banco Citibank S.A., a SERASA para fins de disponibilização de serviço de informação denominado CONVEM DEVEDORES – Cadastro de Dívidas em Atraso que transitam no sistema de cobrança que o Fundo mantém no Banco Citibank S.A. ou Citibank, N.A. – Filial Brasileira
Contrato de Distribuição	“Contrato de Distribuição, em Regime de Garantia Firme, de Subscrição e Colocação de Quotas, de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem Fundo, a Cedente, o Distribuidor Líder ou cada Distribuidor, tendo por objeto, entre outras condições, a 1ª Distribuição de Quotas Seniores da 1ª Série do Fundo
Contrato de Opção de Compra de IDI	Tem o significado que lhe é atribuído no item (4.12) do Capítulo Quatro do Regulamento
Controle	tem o significado estabelecido no artigo 116 da lei 6.404/76 e/ou significa o poder detido pelo acionista ou quotista que detenha 50% mais uma ação ou quota do capital votante de uma determinada Pessoa
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen
CPF/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
Critérios de Elegibilidade	tem o significado que lhe é atribuído no item (5.4) do Capítulo Cinco do Regulamento
Custodiante	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.111 – 2º andar - parte, CEP 01311-920 inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, ou seu substituto no exercício de suas funções nos termos do Regulamento
CVM	Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Data de Amortização	data em que o Fundo efetua a Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Seniores da Série “k”, observado o disposto no respectivo Suplemento												
Data de Amortização de Quotas Subordinadas	tem o significado que lhe é atribuído no item (12.3) do Capítulo Doze do Regulamento												
Data de Aquisição	tem o significado que lhe é atribuído no inciso (6.3) da Cláusula Seis do Contrato de Cessão												
Data de Emissão	data em que os recursos e/ou ativos decorrentes da integralização de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, conforme o caso, são colocados pelos respectivos subscritores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil												
Data de Oferta	data em que a Cedente envia o Layout para o Custodiante, nos termos do inciso (6.1) da Cláusula Seis do Contrato de Cessão												
Data de Registro	tem o significado que lhe é atribuído no inciso (2.2) da Cláusula Dois do Contrato de Cessão												
Data de Vencimento Original	data de vencimento de cada Direito Creditório, identificada no respectivo Layout												
Data de Verificação	o dia 20 (vinte) de cada mês calendário, ou o Dia Útil seguinte caso o dia 20 (vinte) não seja um Dia Útil												
DCV ou Direitos Creditórios Vencidos	fração cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo vencidos e não pagos nos prazos definidos na tabela abaixo e o denominador é igual ao somatório da totalidade do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo:												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Direitos Creditórios Vencidos e não pagos por faixa de atraso: (dias)</th><th>DCV para cada faixa de atraso</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>entre 30 e 59</td><td>DCV 30</td></tr> <tr> <td>entre 60 e 89</td><td>DCV 60</td></tr> <tr> <td>entre 90 e 119</td><td>DCV 90</td></tr> <tr> <td>entre 120 e 179</td><td>DCV 120</td></tr> <tr> <td>Acima 180</td><td>DCV 180</td></tr> </tbody> </table>	Direitos Creditórios Vencidos e não pagos por faixa de atraso: (dias)	DCV para cada faixa de atraso	entre 30 e 59	DCV 30	entre 60 e 89	DCV 60	entre 90 e 119	DCV 90	entre 120 e 179	DCV 120	Acima 180	DCV 180
Direitos Creditórios Vencidos e não pagos por faixa de atraso: (dias)	DCV para cada faixa de atraso												
entre 30 e 59	DCV 30												
entre 60 e 89	DCV 60												
entre 90 e 119	DCV 90												
entre 120 e 179	DCV 120												
Acima 180	DCV 180												
Declaração de Boa Ordem	tem o significado que lhe é atribuído no “anexo II” do Contrato de Cessão												
Dia Útil	segunda a sexta feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro no Brasil												



Direito Creditório	direito creditório de titularidade da Cedente, expresso em moeda corrente nacional, advindo de operação de compra e venda mercantil a prazo de Produtos, celebrada entre a Cedente e cada Cliente, representada pelo respectivo Documento Comprobatório
Direito Creditório Elegível	tem o significado que lhe é atribuído no item (5.4) do Capítulo Cinco do Regulamento
Diretor Designado	diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas
Distribuição	cada distribuição pública ou distribuição pública com esforços restritos de colocação de Quotas Seniores, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 400 ou, se for o caso, na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009
Distribuidores	Instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pela Administradora para efetuar a distribuição pública de qualquer Série de Quotas Seniores, excluindo o Distribuidor Líder
Distribuidor Líder	Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, 474, e escritório na mesma Cidade, na Rua Hungria, 1400, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42
Documentos Comprobatórios	Documentos Comprobatórios Simples e/ou os Documentos Comprobatórios <i>Barter</i>
Documentos Comprobatórios Simples	têm o significado que lhes é atribuído na alínea “a” do inciso (7.1) da Cláusula Sete do Contrato de Cessão
Documentos Comprobatórios <i>Barter</i>	têm o significado que lhes é atribuído na alínea “b” do inciso (7.1) da Cláusula Sete do Contrato de Cessão
Documentos da Securitização	em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, cada Contrato de Cobrança, cada Contrato de Cobrança Bancária, e seus respectivos anexos
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes, auditor independente devidamente registrado na CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros nº 33, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29 ou qualquer outra empresa de auditoria de renome internacional que vier a ser contratada pela Administradora para prestar serviços ao Fundo
Eventos de Amortização Antecipada	têm o significado que lhes é atribuído no item (18.4) do Capítulo Dezoito do Regulamento

Eventos de Avaliação	têm o significado que lhes é atribuído no item (18.1) do Capítulo Dezoito do Regulamento
Evento Extraordinário	tem o significado que lhe é atribuído no inciso (14.3) da Cláusula Quatorze do Contrato de Cessão
Eventos de Revisão	têm o significado que lhes é atribuído no inciso (14.1) da Cláusula Quatorze do Contrato de Cessão
Faixas de Vencimento e Taxa DI Futura	têm o significado que lhes é atribuído no “ <u>anexo VII</u> ” do Regulamento
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto
Grande Cliente	pessoa jurídica de direito privado, com sede no Brasil, devedora de Direitos Creditórios originados pela Cedente, assim identificada pelo respectivo CNPJ/MF como Grande Cliente na Relação de Clientes, a qual atenda cumulativamente aos seguintes critérios: (i) adquira Produtos agroquímicos; (ii) pertença ao Canal de Distribuição “Industrial” (I); (iii) tenha classificação de risco em escala global mínima de “BBB-” ou equivalente para o Grande Cliente ou seu Controlador, concedida por empresa de classificação de risco de renome internacional; e (iv) possua relacionamento institucional com a Monsanto Co. e/ou suas Afiliadas
Grupo Citibank	empresa integrante do grupo econômico a que pertence a Administradora e/ou o Custodiante e/ou o Banco Arrecadador
Grupo de Clientes	cada conjunto “n” de Clientes, devidamente identificados na Relação de Clientes que apresentem, pelo menos, uma das seguintes características: (i) existência de sócios em comum; (ii) CNPJ/MF com a mesma raiz; (iii) celebração de termo de responsabilidade por Cliente já cadastrado, em que este avaliza o risco de crédito de outro Cliente do mesmo Grupo de Clientes; ou (iv) compartilhamento do mesmo limite de crédito concedido pela Cedente
Grupo Monsanto	empresa integrante do grupo econômico a que pertence a Monsanto Co. e/ou a Monsanto do Brasil Ltda.
Grupo Santander	empresa integrante do grupo econômico a que pertence o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou suas Afiliadas
GV Agro	Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas – GV Agro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDI	Índice de Taxa Média de Depósitos Financeiros de Um Dia

IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
Índice de Liquidez	valor apurado diariamente pelo Custodiante, para cada evento de Amortização Programada e/ou Amortização Integral de cada Série, de acordo com fórmula constante no “ <u>anexo I</u> ” do Regulamento
Informações dos Direitos Creditórios	dados referentes aos Direitos Creditórios objeto dos procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão e no Regulamento, constantes do Layout
Instituições Autorizadas	(i) Banco Bradesco S.A., (ii) Banco Itaú BBA S.A., (iii) Banco Santander (Brasil) S.A., (iv) Banco do Brasil S.A.; e (v) Banco Citibank S.A.
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores
Investidores Qualificados	tem o significado disposto no item (1.3) do Capítulo Um do Regulamento
Layout	arquivo remessa, em formato previamente definido entre a Administradora, o Custodiante e a Cedente, enviado pela Cedente ao Custodiante por meio eletrônico, contendo as informações dos Direitos Creditórios por esta oferecidos à cessão
Manual de Marcação a Mercado	manual da Administradora contendo a descrição dos procedimentos de precificação de ativos, conforme as normas em vigor, disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.latam.citibank.com/brasilcorp/">www.latam.citibank.com/brasilcorp/</a>
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Monsanto	Monsanto do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.858.525/0001-45, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901 – Torre Norte, 7º e 8º andares, São Paulo – SP
Monsanto Co.	Monsanto Company, constituída segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 800 North Lindbergh Blvd., St. Louis, Missouri 63167, Estados Unidos da América
Nota Fiscal Fatura	documento emitido em razão da realização de operação de compra e venda mercantil a prazo de Produtos, celebrada, direta ou indiretamente, entre a Cedente e o respectivo Cliente

Oferta	presente distribuição pública de Quotas Seniores da 1ª Série
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
Outros Ativos	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.5) do Capítulo Quatro do Regulamento
Paraíso Fiscal	país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade
Patrimônio Líquido ou PL	tem o significado que lhe é atribuído no item (22.1) do Capítulo Vinte e Dois do Regulamento
Pessoa	pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio
Pessoa Autorizada	qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizada a atuar, passar ordens, instruções e contratar em nome de outra Pessoa
PIS	Programa de Integração Social
Política de Cobrança	política de cobrança definida no “ <u>Anexo III</u> ” do Regulamento, a ser executada pelo Custodiante
Política de Concessão de Crédito	política de concessão de crédito da Cedente definida no “ <u>Anexo IV</u> ” do Regulamento
Potencial de Cessão	valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, informado diariamente pela Administradora ao Custodiante, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos do Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, deduzido do valor estimado pela Administradora dos recursos necessários (a) à contratação e manutenção de operações com instrumentos derivativos, alocados a título de margem de garantia e ajustes diários; e (b) à manutenção das demais reservas financeiras definidas no Regulamento
Prazo de Vigência	tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1) do Capítulo Dois do Regulamento
Preço de Aquisição ou PADC	tem o significado que lhe é atribuído no item (6.4) do Capítulo Seis do Regulamento
Procedimentos de Verificação	procedimentos de verificação de lastro dos Direitos Creditórios, por amostragem, conforme disposto no “ <u>anexo V</u> ” do Regulamento

Procuração Irrevogável	procuração outorgada pela Cedente em favor da Administradora, preparada na forma do “ <u>anexo V</u> ” do Contrato de Cessão
Produto	sementes e produtos agroquímicos ordinariamente comercializados pela Cedente com seus Clientes
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos no Regulamento por meio dos quais a Cedente cede Direitos Creditórios ao Fundo
Projeção do IDI	Tem o significado que lhe é atribuído na alínea (a) do item (4.12) do Capítulo Quatro do Regulamento
Prospecto	presente prospecto da Oferta, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400
Quota	em conjunto ou isoladamente, as Quotas Seniores, emitidas em qualquer Distribuição, e as Quotas Subordinadas
Quota Sênior	tem o significado que lhe é atribuído no item (10.1) do Capítulo Dez do Regulamento
Quota Subordinada	tem o significado que lhe é atribuído no item (10.2) do Capítulo Dez do Regulamento
Quotas do Lote Adicional	Quotas Seniores da 1ª Série, emitidas, a critério da Administradora e sem a necessidade de novo pedido de registro ou de modificação dos termos da Oferta, nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução CVM nº 400
Quotas do Lote Suplementar	Quotas Seniores da 1ª Série, equivalentes a até 15% das Quotas Seniores da 1ª Série inicialmente ofertadas, integrantes de um lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400
Quotista	em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota
Razão de Garantia	fração cujo numerador é o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador é o somatório do valor contábil atualizado das Quotas Seniores, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante
Região Geográfica	tem o significado que lhe é atribuído pela Cedente conforme as regiões indicadas na política comercial da Cedente e informada ao Custodiante para cada Cliente na Relação de Clientes
Regulamento	regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto, devidamente registrado



Relação de Clientes	relação de Clientes, identificandos por seu respectivo CNPJ/MF ou CPF/MF, Razão Social/Nome, Grupo Econômico, Canal de Distribuição e Região Geográfica, preparada pela Empresa de Auditoria com base no Relatório de Revisão Especial, e entregue em arquivo eletrônico pela Cedente ao Custodiante na data de celebração do Contrato de Cessão, a qual poderá ser atualizada pela Cedente a cada período de 1 (um) ano, observados os procedimentos de atualização da Relação de Clientes e de inclusão de novos Clientes, constantes do Capítulos Seis do Regulamento
Relatório de Revisão Especial	“Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-Acordados”, elaborado pela Empresa de Auditoria, contendo informações referentes ao comportamento de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade da Cedente no período de março de 2006 a junho de 2009
Reserva de Caixa ou RC	tem o significado que lhe é atribuído no item (11.9) do Capítulo Onze do Regulamento
Resolução CMN nº 2.682	Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, e suas alterações posteriores
Safra Inverno	período de colheita de culturas não perenes em cada ano que tem início em julho, inclusive, e finda em outubro, inclusive
Safra Verão	período de colheita de culturas não perenes em cada ano que tem início em janeiro, inclusive, e finda em junho, inclusive
Seção	qualquer seção deste Prospecto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SERASA	Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Quinimuras, 187, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.173.620/0001-80.
Série	qualquer série de Quotas Seniores emitida, em qualquer Distribuição, nos termos do Regulamento
Série Específica	Série de Quotas Seniores emitida ao amparo do Capítulo Vinte e Sete do Regulamento, as quais gozam dos mesmos direitos e prerrogativas das demais Séries de Quotas Seniores em Circulação
SNPC	Serviço Nacional de Proteção e Cultivares
Suplemento	documento preparado na forma do “anexo VI” do Regulamento
Taxa de Administração	tem o significado que lhe é atribuído no item (7.6) do Capítulo Sete do Regulamento.

Taxa de Atualização de Encargos do Cliente	taxa indicada no Layout pela Cedente ao Custodiante, em cada Data de Oferta, utilizada para a determinação do valor a ser pago pelo Cliente na hipótese de pagamento antecipado dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo
Taxa de Desconto	taxa de desconto utilizada pelo Custodiante na determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, sendo que esta será a maior taxa entre: (i) a Taxa de Atualização de Encargos do Cliente; e (ii) a taxa apurada de acordo com expressão constante do Regulamento
Taxa DI	taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de 1 (um) dia, “ <i>over-extra-grupo</i> ”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis
Taxa DI Futura	cotação da taxa DI futura de ajuste no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição “T”, referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à faixa de vencimento, constante do Regulamento
Termo de Adesão ao Regulamento, Outorga de Poderes e Ciência e Risco	documento preparado sob a forma do “ <u>anexo VIII</u> ” do Regulamento, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão e concordância aos termos e condições do Regulamento e outorga de poderes específicos ali descritos
Termo de Cessão	documento preparado substancialmente na forma do “ <u>anexo VI</u> ” do Contrato de Cessão.
Termo de Cessão Consolidado	documento preparado substancialmente na forma do “ <u>anexo VII</u> ” do Contrato de Cessão.
Valor Referencial	tem o significado que lhe é atribuído no item (20.1) do Capítulo Vinte do Regulamento
Valor Referencial para Hedge	tem o significado que lhe é atribuído na alínea “b” do item (4.12) do Capítulo Quatro do Regulamento
Vendas <i>Barter</i>	operação comercial de compra e venda de Produtos, formalizada por meio de Documentos Comprobatórios <i>Barter</i> , através da qual: (i) o Cliente adquire Produtos da Cedente e se obriga a entregar, em data futura, determinados bens a uma sociedade <i>trading</i> , com sede no Brasil (ao invés de efetuar o pagamento parcial ou total dos Produtos em dinheiro); (ii) a sociedade <i>trading</i> se obriga a pagar um determinado valor ao Cliente, por conta dos bens referidos em (i); (iii) o Cliente cede à Cedente os direitos creditórios de sua titularidade devidos pela sociedade <i>trading</i> , decorrentes da entrega dos bens à sociedade <i>trading</i> ; e (iv) a sociedade <i>trading</i> efetua o pagamento dos valores devidos diretamente à Cedente, em razão dos negócios referidos em “(i)”, “(ii)” e “(iii)” acima, por meio do crédito dos respectivos valores na Conta Vinculada

## CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

### 1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto
Cedente:	Monsanto do Brasil Ltda.
Classe de Quotas:	1 classe de Quotas Seniores da 1ª Série
Preço Unitário das Quotas Seniores:	R\$1.000,00, na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores
Montante de Quotas Seniores da 1ª Série:	R\$180.000.000,00
Quantidade de Quotas Seniores da 1ª Série:	180.000, sendo que poderão também ser emitidas as Quotas Seniores do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, e as Quotas do Lote Adicional, nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução CVM nº 400, sem a necessidade de novo pedido de registro ou de modificação dos termos da Oferta
Aprovação da Emissão de 180.000 Quotas Seniores da 1ª Série	19 de novembro de 2009
Administradora:	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Distribuidor Líder:	Banco Santander (Brasil) S.A.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes
Agência de Classificação de Risco:	Standard & Poor's (McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda.)
Data(s) de Emissão de Quotas Seniores:	data(s) em que os recursos decorrentes da integralização de Quotas Seniores, em moeda corrente nacional, são colocadas pelos respectivos subscritores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, as quais deverão ser, necessariamente, Dia Útil
1ª Data de Emissão:	21 de janeiro de 2010
Data de Resgate:	02 de janeiro de 2012
Spread:	2,00% (dois por cento)

Amortização Programada:

$$VA_{ta} = (VQS_{ta} \times P_{ta})$$

onde:

$ta = 1, 2, \dots, n$  ordinais das Datas de Amortização da 1ª Série;

$VA_{ta}$  valor unitário da Amortização Programada das Quotas Seniores da 1ª Série na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”;

$VQS_{ta}$  valor unitário da Quota Sênior da 1ª Série na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”;

$P_{ta}$  percentual de amortização do  $VQS_{ta}$  na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”, conforme tabela abaixo:

<i>Ta</i>	<i>T</i>	<i>P<sub>ta</sub></i>
Ordinal da Data de Amortização	Data de Amortização	Percentual de Amortização
1	03/01/2011	25,00%
2	01/07/2011	33,34%
3	02/01/2012*	100,00%

\* Data de Resgate

Rentabilidade prevista de Quotas Seniores da 1ª Série

Rentabilidade alvo das Quotas Seniores da 1ª Série, que corresponde à variação da taxa DI + 2,00% ao ano

## 2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

### 2.1. Custo da Distribuição

Custo	% em Relação ao Valor da Distribuição <sup>1</sup> (R\$180.000.000,00)	Montante (R\$)
Comissão de Estruturação (*)	0,50%	900.000,00
Comissão de Distribuição (*)	0,40%	720.000,00
Prêmio de Garantia Firme (*)	0,50%	900.000,00
Taxa de Registro na Anbid	0,0042%	7.500,00
Taxa de Registro na CVM (*)	0,0460%	82.870,00
Despesas de <i>Marketing</i> (incluindo publicação de anúncios) (*) (**)	0,0278%	50.000,00
Empresa de Auditoria (*)	0,1139%	205.000,00
Assessoria Legal (*)	0,0889%	160.000,00
Despesas com Deslocamento (passagens aéreas, hospedagens, transporte terrestre e alimentação) (*) (**)	0,0056%	10.000,00
Despesas Gerais (despesas cartorárias, com fotocópias, fax, aluguéis de equipamentos etc.) (*) (**)	0,0028%	5.000,00
Total	1,6892%	3.040.370,00

<sup>1</sup> Sem considerar as Quotas do Lote Suplementar e as Quotas do Lote Adicional.

(\*) Valores a serem pagos diretamente pela Cedente.

(\*\*) Valores estimados.

Tabela 1: Custos de Distribuição.

## 2.2. Custo Unitário de Distribuição

Valor Unitário Quota Sênior	% do custo unitário de distribuição em relação ao valor unitário da Quota Sênior da 1ª Série	Custo Unitário de Distribuição (R\$)
R\$1.000,00	1,6891%	16,8909

Tabela 2: Custo Unitário de Distribuição.

## 3. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

Serão colocadas pelo Distribuidor Líder 180.000 Quotas Seniores da 1ª Série, sob o regime de garantia firme de colocação, perfazendo um valor total de R\$180.000.000,00, na 1ª Data de Emissão.

Para atendimento de excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta poderão ser acrescidas às Quotas Seniores inicialmente ofertadas, com anuência da Cedente: (i) a critério do Distribuidor Líder, um lote suplementar, correspondente a até 15% das Quotas Seniores inicialmente ofertadas, isto é, a até 27.000 Quotas Seniores da 1ª Série, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400; e (ii) a critério do Fundo, representado pela Administradora, um lote adicional correspondente a até 20% Quotas Seniores da 1ª Série, isto é, a até 36.000 Quotas Seniores da 1ª Série, excluído o lote suplementar de Quotas Seniores da 1ª Série, nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução CVM nº 400, sem a necessidade de novo pedido de registro ou de modificação dos termos da Oferta. As Quotas do Lote Adicional e as Quotas do Lote Suplementar serão colocadas em regime de melhores esforços de colocação. As opções do lote adicional e do lote suplementar serão oferecidas em igualdade de condições *vis-à-vis* as Quotas Seniores da 1ª Série inicialmente ofertadas.

Após a publicação de Aviso ao Mercado, serão realizadas apresentações a potenciais Investidores Qualificados, conforme determinado pelo Distribuidor Líder de comum acordo com a Administradora e a Cedente, durante o qual serão distribuídas versões deste Prospecto.

Serão realizadas apresentações individuais e/ou a grupos de Investidores Qualificados (*road shows*) nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, sem prejuízo da realização de apresentações em outras cidades caso a demanda de potenciais investidores assim justifique, conforme determinado pelo Distribuidor Líder de comum acordo com a Administradora e a Cedente, durante as quais serão distribuídas versões do Prospecto preliminar e material de apoio mercadológico.

Após a realização das apresentações acima mencionadas e conforme determinado pelo Distribuidor Líder de comum acordo com a Administradora e a Cedente, o Distribuidor Líder dará continuidade ao processo de *marketing* da Oferta, com a consequente indicação da data para o procedimento de *bookbuilding*, que ocorrerá em dia e horário únicos, respeitados os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

Encerrado o procedimento de *bookbuilding*, o Distribuidor Líder consolidará as propostas dos Investidores Qualificados para subscrição das Quotas Seniores e procederá à sua alocação entre os respectivos investidores, observadas as diretrizes definidas no Contrato de Distribuição.

As Quotas Seniores da 1ª Série serão colocadas pelo Distribuidor Líder no prazo máximo de 180 dias, contado a partir da publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Sênior da 1ª Série. Os Investidores Qualificados poderão subscrever as Quotas do 1º Dia Útil contado da data de publicação do anúncio de início da Oferta, inclusive para efeito da garantia firme prestada.



**Remuneração:** nos termos do Contrato de Distribuição, o Distribuidor Líder fará *jus* à seguinte remuneração:

- (i) **Comissão de Estruturação:** 0,50%, incidente sobre o número total de Quotas Seniores da 1ª Série emitidas, multiplicado pelo seu valor unitário de subscrição;
- (ii) **Comissão de Colocação:** 0,40%, incidente sobre o número total de Quotas Seniores efetivamente colocadas junto a investidores e/ou subscritas pelo Distribuidor Líder, multiplicado pelo seu valor unitário de subscrição;
- (iii) **Comissão de Garantia Firma:** 0,50%, incidente sobre o número total de Quotas Seniores da 1ª Série objeto da garantia firme prestada pelo Distribuidor Líder, multiplicado pelo preço unitário de subscrição das respectivas Quotas; e
- (iv) **Comissão de Sucesso:** equivalente a 25% do produto dos seguintes fatores: (i) diferença entre o *spread* do rendimento-alvo teto do *bookbuilding* e o *spread* do rendimento-alvo final resultado do processo de *bookbuilding* das Quotas Seniores; (ii) o número de anos do prazo médio (*duration*) das Quotas Seniores; e (iii) a somatória dos preços de integralização de todas as Quotas Seniores efetivamente subscritas e integralizadas.

**Garantia de Liquidez:** o Distribuidor Líder não celebrou nem celebrará contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem será constituído fundo de sustentação.

**Market Flex:** nos termos do Contrato de Distribuição, até a data da liquidação da colocação das Quotas Sênior, o Distribuidor Líder poderá, a seu exclusivo critério, propor modificações de quaisquer termos, condições, estrutura, prazos, taxas de juros, remuneração ou demais características do Fundo e das Quotas Seniores, caso entenda que tais modificações sejam necessárias para refletir as condições de mercado daquele momento. Caso a Cedente não aceite as alterações propostas, o Contrato de Distribuição poderá ser resilido, sem qualquer ônus para as partes, com exceção do ressarcimento, pela Cedente, das despesas até então incorridas pelo Distribuidor Líder.

#### **4. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA**

Serão emitidas 180.000 Quotas Seniores da 1ª Série com preço unitário na 1ª Data de Emissão de R\$1.000,00, totalizando R\$180.000.000,00, observada a possibilidade de exercício da totalidade do Lote Suplementar e do Lote Adicional.

As Quotas Seniores da 1ª Série serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pelo Distribuidor Líder, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, durante o prazo de 180 dias a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública de Quotas Seniores da 1ª Série. O valor mínimo individual de aplicação por Quotista será de R\$25.000,00.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento, Outorga de Poderes e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora ou pelo Agente Escriurador, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo, e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriurador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

As Quotas Seniores deverão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, cabendo à Administradora assegurar a adesão do subscritor aos termos do Regulamento.

As Quotas Seniores deverão ser registradas para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao respectivo intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas e sua adesão aos termos do Regulamento. Uma vez efetuado o registro para negociação no mercado secundário, os Quotistas poderão negociar suas Quotas Seniores livremente e serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

As Quotas Subordinadas não serão registradas para negociação em mercado de balcão organizado. As Quotas Subordinadas somente poderão ser subscritas e integralizadas pela Cedente ou suas Afiliadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão. As Quotas Subordinadas somente poderão ser negociadas privadamente, sem a realização de esforços de colocação, entre a Cedente e suas Afiliadas.

Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.

A Oferta encontra-se em processo de registro na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400.

## **5. CRONOGRAMA DA OFERTA**

<b>Evento</b>	<b>Data Estimada*</b>
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	30/09/2009
Envio, pela CVM, de exigências	29/10/2009
Protocolo do cumprimento das exigências formuladas pela CVM	24/11/2009
Publicação do Aviso ao Mercado	24/11/2009
Disponibilização do Prospecto preliminar	24/11/2009
Road Show em São Paulo	24/11/2009 e 25/11/2009
Road Show no Rio de Janeiro	25/11/2009
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	21/12/2009
Alocação de Lotes	22/12/2009
Concessão do registro na CVM	28/12/2009
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	04/01/2010
Disponibilização do Prospecto Definitivo	04/01/2010
1ª Data de Liquidação Financeira	21/01/2010
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	22/01/2010

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora, do Distribuidor Líder e dos Distribuidores. Tabela 3: Cronograma da Oferta.

## **6. MODIFICAÇÃO DA OFERTA**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas, caso aplicável.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e do anúncio de início de distribuição das Quotas Sênior da 1ª Série. A Administradora e o Distribuidor Líder certificar-se-ão, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese de o investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores eventualmente adiantados.

## **CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO**

### **7. CONSTITUIÇÃO E FUNDAMENTO LEGAL**

O Fundo é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios padronizado e tem como base legal a Resolução CMN nº 2907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM nº 356.

### **8. PÚBLICO ALVO**

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Conselho Monetário Nacional (i.e., Resolução nº 2689), do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

O investimento neste Fundo não é adequado a Investidores Qualificados que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Para mais informações, vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

### **9. OBJETIVO**

O objetivo do Fundo é atuar no sentido de proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, conforme o caso, de Outros Ativos. Observados os termos e condições do Contrato de Cessão e do Regulamento, o Fundo adquirirá da Cedente, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade, sendo que quaisquer garantias porventura prestadas por algum Cliente à Cedente não são objeto de cessão ao Fundo, com exceção daquelas garantias vinculadas a Vendas *Barter*, de modo que as garantias, reais, ou pessoais, porventura prestadas em favor da Cedente continuarão a beneficiá-la, com exceção daquelas garantias vinculadas a Vendas *Barter*, que serão cedidas ao Fundo.

### **10. TIPO DE FUNDO**

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado.

### **11. PRAZO DE DURAÇÃO**

O prazo de vigência do Fundo será de 10 anos ou, em caso de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, este se encerrará no prazo de 180 dias contado da ocorrência do respectivo evento de Amortização Antecipada, o que ocorrer antes. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento.

## **12. CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

### **Monsanto do Brasil Ltda.**

Avenida das Nações Unidas, 12.901 - Torre Norte, 7º e 8º andares

São Paulo – SP – CEP: 04578-000

Contato: Sr. Wagner Birochi

Tel.: (55) (11) 3383-8255

Fax: (55) (11) 3383-8060

E-mail: wagner.birochi@monsanto.com

Site: www.monsanto.com.br

*Para maiores informações vide Seção “Grupo Monsanto” deste Prospecto.*

## **13. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS**

### **13.1. Administradora**

#### **Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Paulista, 1.111 – 2º andar

São Paulo – SP – CEP: 01311-920

Contato: Sr. Walter Lucas

Tel.: (55) (11) 4009-7090

Fax: (55) (11) 2122-2054

E-mail: walter.lucas@citi.com

Site: www.citi.com.br/corporate

#### **Atendimento aos Quotistas:**

Contato: Área de atendimento a fundos (*Front-end*)

Tel.: (55) (11) 3232-9000

Fax: (55) (11) 3232-9000

E-mail: atendimento.custodia@citi.com

Ouvidoria: 0800-9702484

*Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.*

### **13.2. Custodiante**

#### **Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Paulista, 1.111 – 2º andar

São Paulo – SP – CEP: 01311-920

Contato: Sr. Leandro Vilela

Tel.: (55) (11) 4009-2895

Fax: (55) (11) 2122-2036

E-mail: leandro.vilela@citi.com

Site: www.citi.com.br/corporate

*Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.*

13.3. Distribuidor Líder

**Banco Santander (Brasil) S.A.**

Rua Hungria, 1.400 – 5º andar  
São Paulo – SP – CEP: 01455-000  
Contato: Sr. Ricardo Leoni  
Tel.: (55) (11) 3012-7195  
Fax: (55) (11) 3012-7376  
E-mail: ricardoc@santander.com.br  
Site: www.santander.com.br/prospectos

*Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.*

13.4. Agente Escriurador

**Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Paulista, 1.111 – 2º andar  
São Paulo – SP – CEP: 01311-920  
Contato: Sr. Walter Lucas  
Tel.: (55) (11) 4009-7090  
Fax: (55) (11) 2122-2054  
E-mail: walter.lucas@citi.com  
Site: www.citi.com.br/corporate

*Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.*

13.5. Banco Arrecadador

**Banco Citibank S.A.**

Avenida Paulista, 1.111 – 12º andar  
São Paulo – SP – CEP: 01311-920  
Contato: Sr. Vitor Balão  
Tel.: (55) (11) 4009-7772  
Fax: (55) (11) 2122-2033  
E-mail: vitor.balao@citi.com  
Site: www.citi.com.br/corporate

e/ou

**Citibank, N.A. – Filial Brasileira**

Avenida Paulista, 1.111 – loja 1, 3 e sobreloja  
São Paulo – SP – CEP: 01311-920  
Contato: Sr. Vitor Balão  
Tel.: (55) (11) 4009-7772  
Fax: (55) (11) 2122-2033  
E-mail: Vitor.balao@citi.com  
Site: www.citi.com.br/corporate

*Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.*

13.6. Agência de Classificação de Risco

**Standard & Poor's**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar  
São Paulo – SP – CEP: 05426-100  
Contato: Sr. Jean-Pierre Cote Gil  
Tel.: (55) (11) 3039-9743  
Fax: (55) (11) 3039-9701  
E-mail: jp.gil@standardandpoors.com  
Site: www.standardandpoors.com.br

13.7. Empresa de Auditoria

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Renato Paes de Barros, 33  
São Paulo – SP – CEP: 04530-904  
Contato: Sr. Pedro Vitor Zago  
Tel: (55) (11) 2183-3000  
Fax: (55) (11) 2183-3001  
E-mail: pzago@kpmg.com.br  
Site: www.kpmg.com.br

13.8. Assessoria Legal

Assessores Legais do Distribuidor Líder

**Motta, Fernandes Rocha Advogados**

Alameda Santos, 2335, 10º e 11º andares  
São Paulo – SP – CEP: 01409-002  
Contato: Dr. Michael Altit  
Tel.: (55) (11) 2192-9322  
Fax: (55) (11) 3082-3272  
E-mail: maltit@mfra.com.br  
Site: www.mfra.com.br

Assessores Legais da Cedente

**Demarest e Almeida – Advogados**

Avenida Pedroso de Moraes, 1201  
São Paulo – SP – CEP: 05419-001  
Contatos: Dr. Eduardo Amaral Gurgel Kiss e Dr. Thiago Giantomassi  
Tels.: (55) (11) 3356-1631 e 3356-1656  
Fax: (55) (11) 3356-1700  
E-mail: eagkiss@demarest.com.br / tgiantomassi@demarest.com.br  
Site: www.demarest.com.br

#### **14. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**

Será devida à Administradora, a título de taxa de administração, gestão, escrituração, controladoria e custódia do Fundo uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); ou (ii) o valor correspondente a um percentual ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido diário do Fundo, apropriada diariamente, à razão de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), conforme a tabela abaixo:

<b>Valor médio do Patrimônio Líquido</b>	<b>Taxa de Administração</b>
até R\$150.000.000,00	0,275% ao ano
de R\$150.000.000,01 a R\$300.000.000,00	0,225% ao ano
Acima de R\$300.000.000,00	0,185% ao ano

Ao valor da Taxa de Administração serão acrescidos os montantes referentes às despesas de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. A remuneração devida à Administradora a título de Taxa de Administração será paga até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário.

O valor em Reais definido no subitem (i) do primeiro parágrafo acima será atualizado a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da 1ª Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IGP-M ou por índice que venha a substituí-lo.

A Taxa de Administração não inclui as despesas com: (i) publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais; (ii) serviços de cobrança bancária nos termos do Contrato de Cobrança Bancária; e (iii) serviços de cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Fundo, dentre outros.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração aqui mencionada.

O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas evidenciando que: (i) as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento e com os limites de composição e de diversificação a eles aplicáveis; (ii) as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; (iii) os Procedimentos de Verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

A Administradora não cobrará taxa de ingresso, saída ou performance.

#### **15. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE, DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO E RISCO E DA EMPRESA DE AUDITORIA**

Os Quotistas, observado o disposto no Regulamento, poderão solicitar a convocação de Assembleia Geral para deliberar acerca da substituição da Administradora. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação, em ordem de preferência, do nome, da qualificação,



da experiência e da remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos titulares das Quotas Seniores não poderá ser superior em 20% (vinte por cento) ao valor da parcela mensal da Taxa de Administração a que a instituição a ser substituída estiver fazendo jus ao tempo da substituição.

Caso a substituição da Administradora seja aprovada pelos Quotistas, observado o quorum estabelecido no Regulamento, os Quotistas deverão escolher uma das instituições indicadas nos termos do parágrafo acima para exercer as funções da Administradora.

Caso os Quotistas, nos termos do parágrafo acima, rejeitem as indicações propostas, os Quotistas que estejam solicitando a substituição da Administradora deverão elaborar nova lista de indicação a ser submetida à aprovação dos Quotistas. Este procedimento poderá ser repetido até 3 (três) vezes consecutivas.

Na hipótese de os Quotistas não definirem, em Assembleia Geral, a instituição que deverá exercer a função de instituição administradora do Fundo sem que haja rejeição expressa das indicações propostas, será considerada como escolhida a primeira instituição indicada de acordo com a ordem de preferência estabelecida pelos Quotistas que solicitaram a substituição da Administradora.

Mediante aviso divulgado no periódico “Valor Econômico” e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos aqui descritos. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos do Regulamento, até a conclusão dos procedimentos relativos à liquidação antecipada do Fundo.

A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de realização da Assembleia Geral referida acima ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas no curso da Assembleia Geral, observado o quorum estabelecido no Regulamento. O prazo de 90 (noventa) dias acima referido poderá ser automaticamente prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições do Regulamento, devendo a Administradora ser remunerada nos termos do Regulamento durante todo esse período.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembleia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido acima, o que ocorrer primeiro todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos acima definidos para a substituição da Administradora.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos do Regulamento. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

Os Quotistas titulares de 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão solicitar, a qualquer tempo, nos termos do Regulamento convocação de Assembleia Geral para deliberar a substituição da Empresa de Auditoria e/ou de qualquer Agência de Classificação de Risco.

## **16. ENCARGOS DO FUNDO**

Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora, incluindo custos relativos aos procedimentos mencionados no Regulamento, realizados em defesa dos interesses dos Quotistas;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, inclusive despesas com cobrança bancária, devidas ao Banco Arrecadador, bem como cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidas ao Agente Cobrador;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco.

Quaisquer despesas não previstas no Regulamento como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## 17. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido nos seguintes ativos:

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido do Fundo*	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios Elegíveis	50%	100%
b) moeda corrente nacional; ou	0%	50%
c) Outros Ativos (i.e., certificados de depósito bancário emitidos por Instituições Autorizadas, com os requisitos do item (4.5) do Capítulo Quatro do Regulamento	0%	50%

(\*) Decorridos 90 dias do início das atividades do Fundo.

Tabela 4: Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo.

Em até 90 (noventa) dias contados da data de início de suas atividades e até o final do Prazo de Vigência, a Alocação Mínima de Investimento deverá ser equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento).

Conforme disposto no item (4.5) do Regulamento, os recursos do Fundo não investidos em Direitos Creditórios até às 15 horas de cada Dia Útil deverão ser no mesmo dia aplicados em Certificados de Depósitos Bancários tendo como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas (“Outros Ativos”), observados os seguintes requisitos: (i) possuam liquidez diária; (ii) o limite máximo de aplicação é de 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido por Instituição Autorizada; (iii) a Administradora, em nome do Fundo, deverá investir os recursos em aplicações oferecidas pela Instituição Autorizada que proporcionar o melhor rendimento; e (iv) o prazo de vencimento dos Outros Ativos deverá ser igual a 3 (três) anos a contar da data de aplicação.

A realização das operações descritas no parágrafo acima está sujeita à disponibilidade dos Outros Ativos pelas Instituições Autorizadas na data e momento do investimento.

O Fundo deverá manter em caixa o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para pagamento de despesas correntes.

É expressamente vedada a realização de cessões parciais de Direitos Creditórios ao Fundo.

Observado o disposto nos itens (4.1), (4.5) e (4.12) do Regulamento, os quais são parte da política de investimento do Fundo, fica permitido ao Fundo investir em Outros Ativos e realizar operações com instrumentos derivativos, em que a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes, desde que (i) realizada em condições de mercados e (ii) no limite de 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido.

A Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e/ou pela solvência dos Clientes. A Cedente é somente responsável pela correta constituição e, quando constituídos pela existência, certeza, autenticidade e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis ao tempo da cessão, conforme o caso.

A Administradora, o Distribuidor Líder e os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência dos Clientes e/ou da Cedente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, certeza, autenticidade, correta formalização e/ou liquidez.

Ao adquirir Outros Ativos, observado o disposto no item (4.5) do Regulamento, a Administradora envidará seus melhores esforços para propiciar à carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

#### 17.1. Operações com Instrumentos Derivativos

A Administradora procederá à contratação de operações com instrumentos derivativos, exclusivamente por meio da aquisição de contratos de opção de compra sobre Índice de Taxa Média de Depósitos Financeiros de Um Dia (“IDI” e “Contratos de Opção de Compra IDI”, respectivamente), por conta e ordem do Fundo, observadas as seguintes condições:

- a) Na(s) data(s) de integralização de Quotas Seniores de cada Série, a Administradora efetuará a aquisição, à vista, de Contratos de Opção de Compra IDI com vencimento coincidente com a primeira Data de Amortização da respectiva Série, em montante equivalente ao valor da respectiva integralização de Quotas Seniores da respectiva Série, sendo que o preço de exercício do Contrato de Opção de Compra IDI deverá ser igual à projeção do IDI para o mesmo prazo, utilizando a curva futura de DI, conforme divulgadas pela BM&FBOVESPA (“Projeção do IDI”);
- b) No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis anteriores à cada Data de Amortização de cada Série (“Período de Cotação”), dará início à cotação de preços de Contratos de Opção de Compra IDI e, caso em qualquer data dentro do Período de Cotação, o custo de aquisição de referidos contratos seja inferior a 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação da respectiva Série na data, a Administradora realizará a aquisição, à vista, de Contratos de Opção de Compra IDI com vencimento coincidente com a próxima Data de Amortização da respectiva Série, em montante equivalente ao valor estimado das Quotas Seniores em Circulação da respectiva Série após a respectiva Amortização Programada (“Valor de Referência para Hedge”), sendo que o preço de exercício do Contrato de Opção de Compra IDI deverá ser igual à Projeção do IDI para o mesmo prazo;
- c) Caso o custo de aquisição dos Contratos de Opção de Compra IDI seja igual ou superior a 0,40% do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação da respectiva Série na data, a Administradora deverá, no último Dia Útil do Período de Cotação, realizar a aquisição, à vista, pelo melhor preço disponível no mercado, de Contratos de Opção de Compra IDI com vencimento coincidente com a próxima Data de Amortização da respectiva Série, em montante equivalente ao Valor de Referência para Hedge, sendo que o preço de exercício do Contrato de Opção de Compra IDI deverá ser igual à Projeção do IDI para o mesmo prazo;
- d) Sempre que, nas respectivas datas de exercício, o valor de liquidação dos Contratos de Opção de Compra IDI for (i) positivo, a Administradora deverá exercer a opção de compra prevista no referido contrato, de modo a receber o ajuste da respectiva contraparte; ou (ii) negativo, a Administradora não deverá exercer a opção de compra;
- e) O procedimento descrito nas alíneas “b” e “c” deverá ser repetido pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, até a amortização integral das Quotas Seniores em Circulação da respectiva Série.

Os recursos decorrentes de ajustes credores ou liquidação das operações com instrumentos derivativos, celebradas pelo Fundo, deverão ser aplicados observando-se o disposto no Capítulo Quatro do Regulamento.

Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações no mercado de derivativos deverão ser creditados na Conta Corrente do Fundo.

As operações com instrumentos derivativos contratadas pelo Fundo deverão ser realizadas diretamente na BM&FBOVESPA, sob a modalidade “com garantia” e registradas nos termos da legislação aplicável.<sup>9</sup>

## **18. AS QUOTAS**

O Fundo poderá (i) emitir 1 classe de Quotas Seniores, as quais poderão ser divididas em Séries, mantidas concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, e (ii) manter em Circulação Séries de Quotas Seniores no valor total, em cada Data de Emissão, de até R\$1.000.000.000,00 (hum bilhão de reais), valor este a ser atualizado anualmente pela variação acumulada pelo IGP-M ou por índice que venha a substituí-lo, a partir do início das atividades do Fundo. O montante, a quantidade, as Datas de Amortização, a data de resgate, o percentual das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Seniores serão definidos no Suplemento da Série “k”.

Para atender a Razão de Garantia, nos termos da Seção Trinta e Nove deste Prospecto, o Fundo emitirá 1 classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado e em série única, observado o disposto no Regulamento.

O valor mínimo de aplicação no Fundo é R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

### **18.1. Quotas Seniores**

Cada Quota Sênior da Série “k” possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns, sem prejuízo de outros previstos na regulamentação em vigor ou no Regulamento:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o preço unitário ( $P_k$ ) de R\$1.000,00 (hum mil reais) na 1ª Data de Emissão de cada Série;
- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “k”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado na abertura de todo Dia Útil pelo Custodiante, sendo que o mesmo será equivalente ao menor valor entre:

i)

$$VQS_{k;T} = (VQS_{k;T-1} - VAP_{k;T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_k}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}};$$

onde:

$k = 1, 2...n$  Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;

$VQS_{k;T}$	valor unitário da Quota Sênior da Série “k” calculado para a data “T”;
$VQS_{k;T-1}$	valor unitário de cada Quota Sênior da Série “k” calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T” (de acordo com a equação acima). Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão da respectiva Série “k”, $VQS_{k;T-1}$ será igual a $P_k$ ;
$VAP_{k;T-1}$	valor unitário da Amortização Programada efetivamente pago aos titulares das Quotas Seniores da Série “k”, no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”;
$DI_{T-1}$	Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data “T”, calculada e divulgada pela CETIP. Exemplo: Se a Taxa DI for 11,25%, então $DI_{T-1} = 11,25$ ; e
$Spread_k$	sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, definida no respectivo Suplemento da Série “k”. Exemplo: Se a sobretaxa for 0,75% ao ano, então $Spread_k = 0,75$ .

ou

ii)

$$VQS_{k;T} = \frac{(NQS_{k;T} \times P_k - VAI_{k;T}) + \Delta PLVI_T \times Rat_{k;T}}{NQS_{k;T}};$$

onde:

$k = 1, 2 \dots n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;
$VQS_{k;T}$	Valor unitário da Quota Sênior da Série “k” calculado na data “T”;
$NQS_{k;T}$	número de Quotas Seniores da Série “k” em Circulação na data “T”;
$P_{k\_Adj; T}$	“ $P_k$ ” ajustado conforme a fórmula abaixo:

$$P_{k\_Adj; T} = P_k \times (1 - PP_k);$$

onde:

$PP_k$  é o percentual acumulado de amortização de  $P_k$  desde a 1ª Data de Emissão da Série “k” até a data “T”.

$VAI_{k;T}$	valor apurado para a Série “k” de Quotas Seniores, mediante a aplicação da seguinte expressão:
-------------	--

$$VAI_{k;T} = \max \left[ \frac{(\text{Valor Investido}_T - \text{Patrimônio Líquido}_T) \times NQS_{k;T}}{\sum_{k=1}^n (NQS_{k;T})}; 0 \right];$$

onde:

$$Valor\ Investido_T = \sum_{k=1}^n (NQS_{k;T} \times P_{k\_Adj});$$

$\Delta PLVI_T$   $\Delta PLVI_T$ , apurado na data “T” pela seguinte expressão:

$$\Delta PLVI_T = \max[(Patrim\acute{o}nio\ L\acute{iquido}_T - Valor\ Investido_T); 0];$$

onde:

$$Valor\ Investido_T = \sum_{k=1}^n (NQS_{k;T} \times P_{k\_Adj});$$

$Rat_{k;T}$  percentual de rateio apurado na data “T” de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{k;T} = \frac{VRE_{k;T} \times NQS_{k;T}}{\sum_{k=1}^n (VRE_{k;T} \times NQS_{k;T})};$$

onde:

$VRE_{k;T}$  valor que excede ao valor unitário de emissão de cada Quota Sênior da Série “k”, apurado na data “T” pela aplicação da seguinte expressão:

$$VRE_{k;T} = VQSDI_{k;T} - P_{k\_Adj}, \text{ onde:}$$

$VQSDI_{k;T}$  é o valor unitário de cada Quota Sênior da Série “k”, calculado para a data “T”, na forma da alínea (i) acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “k”.

- d) nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, nos termos do Regulamento, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) pode ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada;
- f) os créditos dos titulares das Quotas Seniores contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, são *pari passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação; e
- g) observado o disposto no Regulamento, tem o direito de votar determinadas as matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

## 18.2. Quotas Subordinadas

Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações, sem prejuízo de outros previstos na regulamentação em vigor ou no Regulamento:

- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$1.000,00 (hum mil reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo Dia Útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação, calculado na forma do Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;
- d) direito a eventual amortização, de acordo com os procedimentos e as regras do Capítulo Doze do Regulamento; e
- e) observado o disposto no Regulamento, enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de votar com referência somente a determinadas matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais.

Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembleias Gerais.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo Vinte do Regulamento.

O somatório do valor atualizado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

### 18.3. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida no Regulamento, na data em que as respectivas contrapartidas (i.e., moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis) sejam colocadas pelos investidores e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo.

A subscrição de Quotas Subordinadas será efetuada somente pela Cedente e/ou suas Afiliadas, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observados, conforme o caso, os dispositivos legais e regulamentares referentes à integralização de quotas com direitos creditórios e as disposições do Regulamento.

A aplicação em Quotas Subordinadas será efetuada no Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Emissão de Quotas Seniores somente pela Cedente e ou suas Afiliadas, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observados, conforme o caso, os dispositivos legais e regulamentares referentes à integralização de quotas em direitos creditórios e as disposições do Regulamento. Após a publicação do anúncio de encerramento de cada Série de Quotas Seniores, a Cedente e/ou suas Afiliadas poderão ceder, a seu exclusivo critério, e desde que não esteja em curso qualquer Distribuição, as Quotas Subordinadas de que for(em) titular(es) a qualquer terceiro, observadas as restrições regulamentares aplicáveis, inclusive, se for o caso, o registro da oferta perante a CVM ou sua dispensa.

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.



Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento, Outorga de Poderes e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora ou pelo Agente Escriurador, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (e-mail). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriurador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Os titulares das Quotas Seniores poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora, em qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento ao Agente Escriurador.

As Quotas deverão ter seu valor calculado pela Administradora, todo Dia Útil, observados os termos e as condições do Regulamento.

#### 18.4. Amortização e Resgate de Quotas

A Administradora deverá, diretamente ou por meio de seus Agentes, observada a ordem de aplicação dos recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco, a partir do 90º (nonagésimo) Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, dar início aos seguintes procedimentos:

- a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios da Cedente, caso o Fundo não atenda à RC e aos demais índices e parâmetros definidos no Regulamento; e
- b) observado o disposto na Seção 17 deste Prospecto, gerir a alocação em Outros Ativos de modo a dispor, na próxima Data de Amortização, do montante de recursos mais próximo possível do valor da Amortização Programada.

Em cada Data de Amortização, conforme definido no Suplemento da Série “k”, o Fundo deverá promover a amortização de Quotas Seniores, sendo que o valor de cada Amortização Programada será calculado de acordo com o disposto no respectivo Suplemento.

Na hipótese da alínea “a” acima, o Fundo somente poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios da Cedente após o pagamento integral da respectiva Amortização Programada e/ou o reenquadramento da RC e dos índices e parâmetros definidos no Regulamento, o que ocorrer antes.

Na 1ª Data de Amortização de cada Série e, a partir daí trimestralmente, o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento, desde que (i) considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, a todos os parâmetros específicos de enquadramento definidos no Regulamento; e (ii) a amortização em questão não comprometa a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Seniores.

Enquanto a Cedente e/ou suas Afiliadas for(em) a(s) única(s) titular(es) das Quotas Subordinadas em Circulação poderá(ão), por escrito, até o 2º Dia Útil imediatamente anterior a cada data de amortização de Quotas Subordinadas, solicitar à Administradora que o Fundo não realize ou realize parcialmente a referida amortização. Neste caso, a Cedente e/ou sua Afiliada, conforme o caso,

quando do envio da comunicação acima referida, deverá indicar à Administradora o valor da respectiva amortização de Quotas Subordinadas. Caso a Cedente e/ou suas Afiliadas não seja(m) titular(es) da totalidade das Quotas Subordinadas em Circulação, a não realização ou realização parcial da amortização de Quotas Subordinadas deverá ser objeto de aprovação em Assembleia Geral pelos titulares de Quotas Subordinadas, observado o quorum previsto na alínea “d” do item (17.13) do Capítulo Dezessete do Regulamento.

Na hipótese do parágrafo acima, o Fundo somente poderá promover nova amortização programada de Quotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Quotas Subordinadas.

Os Quotistas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

#### **19. CUSTÓDIA DOS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO**

Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundo de investimento e de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.

#### **20. VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

Tendo em vista (i) a política de investimento do Fundo disposta no Regulamento, a qual limita a concentração de Direitos Creditórios, fazendo com que sua carteira seja composta por uma quantidade expressiva de Direitos Creditórios; (ii) a natureza uniforme dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como (iii) a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios (ou seja, dos Documentos Comprobatórios) trimestralmente, por amostragem, sem prejuízo de sua faculdade de realizar auditorias na sede da Cedente e/ou de seu Agente contratado para a prestação dos serviços de custódia física dos Documentos Comprobatórios, caso assim entenda necessário.

O Custodiante deverá verificar os Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, diretamente ou por meio seus Agentes contratados. As verificações serão realizadas ao final de cada trimestre civil, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n = \frac{N \times \frac{1}{E_0^2}}{N + \frac{1}{E_0^2}}$$

onde:

Eo = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade da Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população “N” pelo tamanho da amostra “n”, obtendo um intervalo de retirada “k”; (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada “k” elementos, será retirado um para a amostra.

A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não serão considerados os parâmetros de diversificação dos devedores quando da verificação do lastro.

Em decorrência do disposto nos itens acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Comprobatórios.

## **21. AUDITORIAS DO FUNDO**

Sem prejuízo da auditoria do lastro dos Direitos Creditórios, a ser realizada por auditor independente, a ser contratado pelo Custodiante, às suas expensas, o Fundo contará com as seguintes auditorias e testes por amostragem, a serem realizados pela Empresa de Auditoria, às expensas do Fundo, conforme o disposto no Regulamento:

- 1) auditoria anual de encerramento do exercício do Fundo; e
- 2) testes no mínimo trimestrais, por meio de procedimentos passíveis de auditoria, de forma a verificar: (i) a ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão que não tenha sido devidamente informada à Administradora pela Cedente, nos termos do Contrato de Cessão; (ii) por amostragem, a observância, pela Cedente, da Política de Concessão de Crédito, da Política de Cobrança e dos requisitos e procedimentos definidos no Contrato de Cessão; e (iii) que os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo têm como lastro operações de compra e venda mercantil a prazo de Produtos, celebradas entre a Cedente e os Clientes, direta ou indiretamente, devidamente constituídas e não sujeitas às Condições Resolutivas da Cessão.

Pela auditoria referida no item 1 acima, a Empresa de Auditoria fará *jus* a uma remuneração, devida pelo Fundo, equivalente a R\$20.000,00 anuais e, para realização dos testes trimestrais, mencionados no item 2 acima, a Empresa de Auditoria fará *jus* a uma remuneração, devida pelo Fundo, equivalente a R\$25.000,00 anuais.

## **22. TRIBUTAÇÃO**

*O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.*

## 22.1 Tributação Aplicável aos Quotistas

### 22.1.1. IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

### 22.1.2. IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo art. 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, a alíquota do IOF/Câmbio para as operações de câmbio relativas a ingresso de recursos no País realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, é atualmente de 2%, sendo que a alíquota de IOF/Câmbio aplicável nas liquidações de operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados por investidor estrangeiro no mercado financeiro e de capitais encontra-se atualmente reduzida a zero.

### 22.1.3. Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- a) a residência dos Quotistas do Fundo:
  - (i) no Brasil; e
  - (ii) no exterior.
- b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação:
  - (i) a cessão ou alienação de Quotas;
  - (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e
  - (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

#### 22.1.3.1. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

- a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Esta tributação é definitiva para as pessoas físicas domiciliadas no Brasil e para as pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples. Para as demais pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, esta tributação antecipa o IRPJ incidente sobre o lucro tributável – os ganhos auferidos nestas operações por essas pessoas jurídicas devem ser incluídos na apuração do seu lucro tributável pelo IRPJ e pela CSLL. No caso das pessoas jurídicas sujeitas ao regime não-cumulativo das contribuições, há sujeição à incidência do PIS e da COFINS, porém atualmente há previsão de alíquota zero de PIS e COFINS para receitas financeiras.

Adicionalmente ao IR de 15%, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% sobre o valor de alienação (a título de antecipação do imposto de renda de 15% comentado no parágrafo acima).

b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

Em geral, essa incidência acontece com base em alíquotas regressivas em razão do prazo médio da carteira do Fundo e também do prazo do investimento feito pelo cotista.

A carteira do Fundo será de longo prazo se os títulos e valores mobiliários (conforme especificado na legislação) que a compõem tiverem prazo médio de vencimento superior a 365 dias. Nesta hipótese, as alíquotas regressivas do IRRF aplicáveis sobre os rendimentos serão as seguintes:

<b>Fundo de investimento - longo prazo</b>	
<b>Prazo de investimento do cotista</b>	<b>Alíquota</b>
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15%

Se a carteira do Fundo for de curto prazo, ou seja, se o prazo médio de vencimento dos títulos e valores mobiliários (conforme especificado pela legislação) que a compõem for igual ou inferior a 365 dias, as alíquotas regressivas do IRRF sobre os Rendimentos serão:

<b>Fundo de investimento - curto prazo</b>	
<b>Prazo de investimento do cotista</b>	<b>Alíquota</b>
Até 180 dias	22,5%
Acima de 180 dias	20%

Para as pessoas físicas domiciliadas no Brasil, assim como para as pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples, esta tributação é definitiva. Para as demais pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, a tributação será antecipação, conforme descrito acima.

Em um fundo fechado, como o Fundo, não há incidência de come-quotas semestral conforme entendimento da Receita Federal.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à mesma alíquota aplicável à hipótese de resgate das Quotas.

#### 22.1.3.2. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689/2000, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20%.

#### 22.1.3.3. Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

##### a) Cessão ou Alienação de Quotas

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação. Caso se trate de negociação em bolsa, o ganho é isento.

##### b) Resgate das Quotas

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

##### c) Amortização de Quotas

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

#### 22.1.3.4. Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%, a título de antecipação, incidente sobre o valor da alienação.

### 22.2. Tributação Aplicável ao Fundo

#### 22.2.1. IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

#### 22.2.2. Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

### **23. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS**

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico” edição nacional, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº356, e (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do Regulamento. As publicações referidas neste item deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora. Os anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas do Fundo e eventual Aviso ao Mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública serão também publicados no jornal “Valor Econômico”, de edição nacional.

Observado o disposto no Regulamento, a Administradora, mediante consulta, deverá colocar à disposição dos Quotistas, em base diária, (i) o valor de cada Quota no dia; e (ii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor dos índices referidos no Regulamento. As informações referidas nos itens “i” a “ii” acima deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência de Classificação de Risco, em base diária.

No prazo de 15 dias contado do término dos períodos encerrados em dezembro, março, junho e setembro de cada ano, a Administradora deverá divulgar, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

A Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas os demonstrativos referidos no Regulamento, no prazo de até 30 dias contado do término do trimestre respectivo.

### **24. POLÍTICA DE COBRANÇA E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO DA CEDENTE**

A Política de Cobrança será executada pelo Custodiante e encontra-se descrita no “anexo III” do Regulamento.

A Política de Concessão de Crédito da Cedente a seus Clientes corresponde ao “anexo IV” ao Regulamento. É importante ressaltar que a Cedente continuará a realizar as rotinas descritas nessa política também com relação aos Direitos Creditórios de sua titularidade não cedidos ao Fundo, sendo que certos procedimentos podem não ser relevantes para o Fundo e o Programa de Securitização.

A Política de Concessão de Crédito da Cedente poderá ser alterada unilateralmente pela Cedente. Para mais informações, vide “**Fatores de Risco**”, no subitem “**Modificações à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança**”.

## **25. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Administradora.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo comitê acima referido, o qual traça os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

## **26. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como consultar este Prospecto e o Regulamento e obter esclarecimentos sobre a Oferta, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora e com o Distribuidor Líder, nos endereços informados na da Seção “13. Identificação dos Prestadores de Serviços” deste Prospecto, e à CVM ou à CETIP por meio dos seguintes endereços, telefones de atendimento e *sites*:

### **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar  
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20050-901  
Tel.: (55) (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares  
São Paulo – SP – CEP: 01333-010  
Tel.: (55) (11) 2146-2000  
Fax: (55) (11) 2146-2097  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### **CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar  
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20031-170  
Telefones: (55) (21) 2276-7474 / 2223-6464  
Fax: (55) (21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar  
São Paulo – SP – CEP: 01009-000  
Telefones: (55) (11) 3111-1400 / 3365-4925  
Fax: (55) (11) 3111-1563  
[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

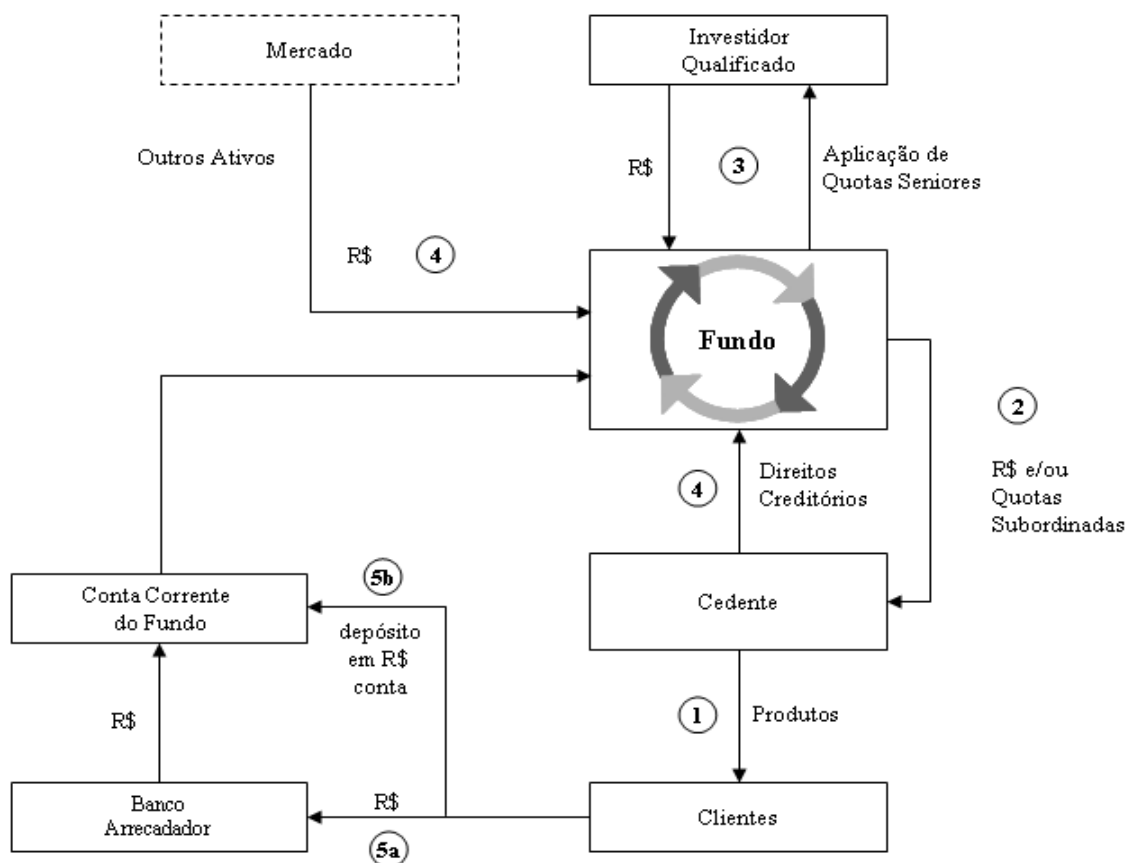


(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

*O resumo da estrutura do Programa de Securitização apresentado nesta Seção possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global dele, de modo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.*

### 27. DESENHO ESQUEMÁTICO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE VENDAS A PRAZO



Fluxo 1: Fluxo da Operação (Venda a Prazo).

1. A Cedente é titular de Direitos Creditórios em face dos Clientes e Grandes Clientes decorrentes de operações de compra e venda mercantil a prazo.
2. A Cedente subscreve Quotas Subordinadas em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.
3. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos à Cedente em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Seniores por Investidores Qualificados.

4. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “3” acima e, no curso do Programa de Securitização, dos recursos provenientes do recebimento de valores decorrentes do pagamento de ativos de sua titularidade.
5. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo são pagos pelos Clientes através de: (5a) Boletos de Cobrança preparados pelo Banco Arrecadador; ou (5b) crédito em Conta Corrente do Fundo para aqueles Clientes que liquidem suas faturas mediante depósito em conta.

Na modalidade de pagamento com Boleto de Cobrança (5a), o Banco Arrecadador promove a imediata transferência dos valores recebidos relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo para a Conta Corrente do Fundo, única e exclusivamente para a Conta Corrente do Fundo.

## 28. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Desde que as partes do Contrato de Cessão estejam adimplentes no cumprimento de todas as suas respectivas obrigações assumidas nos Documentos da Securitização, o Fundo adquirirá da Cedente, em regime de melhores esforços, Direitos Creditórios Elegíveis que atendam, cumulativamente, na Data de Oferta, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) caso o Cliente não seja um Grande Cliente:
  - i) a Data de Vencimento Original do Direito Creditório não é posterior à data de encerramento do Prazo de Vigência;
  - ii) a Data de Vencimento Original do respectivo Direito Creditório não é inferior a 5 (cinco) dias ou superior a 250 (duzentos e cinquenta) dias corridos, contados da respectiva Data de Oferta, ressalvado o disposto no item (iii) abaixo;
  - iii) considerando-se *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cuja respectiva Data de Vencimento Original é superior a 250 (duzentos e cinquenta) dias corridos contados da respectiva Data de Oferta, não excede a 4% do Patrimônio Líquido;
  - iv) considerando-se *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, com relação ao Patrimônio Líquido, observam os limites máximos de concentração por Região Geográfica definidos na seguinte tabela:

Região Geográfica	Percentual Máximo do Patrimônio Líquido
Cerrado – Leste (CERL)	30%
Cerrado – Oeste (CERO)	25%
Paraná (PRNA)	35%
Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RSSC)	25%
Sudeste e Nordeste (SENE)	35%

- v) o respectivo Cliente consta da Relação de Clientes e não é devedor de qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo vencido e não pago por prazo superior a 7 dias, contado da respectiva Data de Vencimento Original, inclusive;
  - vi) considerada *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelos Clientes integrantes do Grupo de Clientes ao qual este pertence, é igual ou inferior a 1% (um por cento) do valor do Patrimônio Líquido;
  - vii) considerando-se *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por Clientes *Barter* é igual ou inferior a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido; e
  - viii) considerando-se *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por Clientes integrantes do Canal de Distribuição “Cooperativas” (COOP), é igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido.
- b) caso o Cliente seja um Grande Cliente:
- i) os Critérios de Elegibilidade perfilados nos subitens “i”, “ii”, “iii” e “v” da alínea “a” acima; e
  - ii) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por cada Grande Cliente, é igual ou inferior a 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido.

É vedado ao Fundo adquirir Direitos Creditórios com Data de Vencimento Original anterior à respectiva Data de Oferta.

Observados os termos e as condições do Regulamento e do Contrato de Cessão, a verificação pelo Custodiante do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será considerada definitiva.

Ressalvada a hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, a perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra a Cedente, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e/ou os Distribuidores, sem prejuízo das obrigações da Cedente relativas às Condições Resolutivas da Cessão.

## **29. CONDIÇÕES DA CESSÃO**

Em cada Data de Oferta, a Cedente somente poderá oferecer Direitos Creditórios que atendam às seguintes Condições da Cessão:

- a) o Cliente devedor dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão não é entidade pertencente ao setor público;
- b) o Cliente devedor dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão não possui qualquer Direito Creditório de titularidade da Cedente vencido e não pago por prazo superior a 7 (sete) dias, contado da respectiva Data de Vencimento Original, inclusive;

- c) a Cedente já entregou ao Cliente, direta ou indiretamente, os Produtos vinculados aos Direitos Creditórios oferecidos à cessão, há pelo menos 15 (quinze) dias e encontra-se na posse, direta ou por seu Agente, dos Documentos Comprobatórios, observado o disposto no último parágrafo desta seção;
- d) a Cedente (i) tenha enviado aos Clientes, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam oferecidos à cessão, os Avisos de Operação Financeira com aviso de recebimento; ou (ii) já tenha recebido dos Grande Clientes que liquidam suas faturas por meio de depósito em conta ou dos Clientes *Barter* e das sociedades *trading* responsáveis pelo pagamento de Vendas *Barter*, cujos Direitos Creditórios sejam oferecidos à cessão ao Fundo, os Avisos de Operação Financeira devidamente assinados, sendo que, na situação referida em (ii), os Avisos de Operação Financeira por estes assinados deverão conter instrução para que os valores por estes devidos à Cedente sejam pagos única e exclusivamente na Conta Vinculada;
- e) as compra e vendas realizadas pelo respectivo Cliente foram contratadas com estrita observância à Política de Concessão de Crédito, a qual estabelece, entre outros critérios, que o Cliente: (i) não tem registro no cadastro da SERASA em valor relevante, em razão de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite; (ii) no melhor conhecimento da Cedente não se encontra insolvente nem tem protocolado contra si pedido de aut falência nem solicitou a sua própria recuperação; e/ou (iii) no melhor conhecimento da Cedente não é demandado em pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial movido por seus credores, não elidido no prazo legal, observado que os requisitos acima deverão ser verificados pela Cedente quando da análise e concessão de limite de crédito ao respectivo Cliente para a última Safra Verão e/ou Safra Inverno, conforme o caso; e
- f) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo não são objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza, incluindo qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação.

As Condições de Cessão não serão objeto de verificação pelo Custodiante, pela Administradora ou por qualquer outro prestador de serviço do Fundo, sendo a Cedente a única responsável por tal verificação na Data de Oferta. Neste sentido, as Condições de Cessão são declarações prestadas pela Cedente e não se confundem com os Critérios de Elegibilidade, os quais deverão ser verificados pelo Custodiante a cada Data de Oferta. Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente obriga-se a somente oferecer ao Fundo Direitos Creditórios que, na respectiva Data de Oferta, atendam às Condições de Cessão. Neste caso, o descumprimento pela Cedente do acima disposto constitui um Evento de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão, o qual poderá ensejar a ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, nos termos do Regulamento.

Em caso de perda, extravio ou impossibilidade de apresentação de qualquer Documento Comprobatório, a Cedente deverá comunicar e justificar o fato referido evento ao Custodiante e à Administradora, por meio eletrônico, no prazo de até 15 Dias Úteis, contado da data que a Cedente tomou conhecimento da ocorrência do evento.

### **30. INCLUSÃO DE NOVAS CEDENTES**

Afiladas da Cedente poderão aderir aos termos e condições do Contrato de Cessão e, conseqüentemente, ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, desde que as referidas sociedades tenham como atividade principal a atuação nos ramos de pesquisa, produção e comercialização de sementes, agroquímicos e/ou correlatos.

Em adição ao disposto acima, a Cedente deverá ter enviado à Administradora parecer legal preparado por escritório de advocacia definido, de comum acordo, entre a Administradora e a Cedente, cujo conteúdo seja considerado satisfatório pela Administradora, atestando a possibilidade de cessão dos Direitos Creditórios pelas novas cedentes, devendo o parecer legal estar acompanhado de todos os documentos e demais autorizações que permitam a cessão dos Direitos Creditórios, bem como da relação das pessoas autorizadas da(s) nova(s) cedente(s).

A Cedente deverá enviar tempestivamente à Agência de Classificação de Risco uma cópia do parecer legal acima referido e prestar as informações que venham a ser solicitadas para fins de verificação da manutenção da classificação de risco conferida às Quotas Seniores em Circulação, sendo que, sem a referida manutenção referente a todas as Séries de Quotas Seniores em Circulação, não será permitido o ingresso de nova(s) cedente(s).

Na hipótese de inclusão de novas cedentes, a Cedente passará a ser automaticamente referida como Cedente líder para efeitos de comunicação com a Administradora.

### **31. PROCEDIMENTOS DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**

A Cedente deverá enviar ao Custodiante, em cada Data de Oferta, por meio eletrônico, o Layout contendo as Informações dos Direitos Creditórios que está disposta a ceder ao Fundo. O envio do Layout pela Cedente caracteriza a oferta irrevogável de cessão dos Direitos Creditórios por esta ao Fundo.

Em cada Data de Oferta, o Custodiante deverá verificar quais dos Direitos Creditórios constantes do Layout atendem aos Critérios de Elegibilidade e em seguida enviar à Cedente, no mesmo dia, por meio eletrônico, o arquivo retorno identificando e individualizando os respectivos Direitos Creditórios Elegíveis e seus respectivos Preços de Aquisição. Somente as hipóteses descritas inciso (3.2.1) do Contrato de Cessão poderão fundamentar a recusa, pela Administradora ou pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, da oferta de Direitos Creditórios realizada pela Cedente, ou seja, caso: (i) não seja atendida(o) qualquer Condição da Cessão ou Critério de Elegibilidade; ou (ii) esteja em curso um Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada; ou (iii) o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, supere o Potencial de Cessão; ou (iv) a aquisição implique descumprimento da manutenção da Reserva de Caixa e/ou do Índice de Liquidez.

(i) Quando da escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis constantes do Layout enviado em cada Data de Oferta, o Custodiante priorizará, em regime de melhores esforços, a aquisição de Direito Creditório cuja Data de Vencimento Original seja mais próxima à respectiva Data de Oferta.

(ii) O somatório dos Preços de Aquisição a ser pago pelo Fundo à Cedente, em moeda corrente nacional, não poderá ser superior ao Potencial de Cessão apurado em cada Data de Oferta.

Caso o somatório dos Preços de Aquisição dos Direitos Creditórios seja superior ao Potencial de Cessão aplicável na ocasião, o Custodiante deverá rejeitar parcialmente os Direitos Creditórios Elegíveis, partindo sempre do último Direito Creditório escolhido, observado o disposto nos itens “(i)” e “(ii)” acima, até que o somatório dos Preços de Aquisição constante do relatório enviado à Cedente atinja valor igual ou inferior ao Potencial de Cessão aplicável na ocasião.

No Dia Útil imediatamente subsequente a cada Data de Oferta, o Custodiante enviará arquivo remessa para o Banco Arrecadador, para que este envie aos Clientes os respectivos Boletos de Cobrança. O Banco Arrecadador enviará o arquivo de retorno ao Custodiante, confirmando que os Direitos Creditórios Elegíveis encontram-se devidamente registrados em favor do Fundo nos sistemas de cobrança do Banco Arrecadador aperfeiçoando-se, assim, em caráter irrevogável e irreatável, sempre sujeita ao pagamento do respectivo Preço de Aquisição, a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis contidos em cada Layout, a qual será considerada existente, válida e eficaz entre as Partes, independente de qualquer outro procedimento adicional.

Cumpridos os procedimentos acima descritos, o Custodiante efetuará o pagamento do Preço de Aquisição à Cedente na Data de Aquisição, observado o disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Na Data de Aquisição, o Custodiante enviará, por meio eletrônico, o respectivo Termo de Cessão para assinatura da(s) Pessoa(s) Autorizada(s) da Cedente (cuja relação atualizada a Cedente deverá fornecer ao Custodiante). Em até 1 Dia Útil, a Cedente retornará ao Custodiante o Termo de Cessão assinado por Pessoa(s) Autorizada(s).

A Cedente deverá entregar ao Custodiante as 4 vias originais devidamente assinadas do respectivo Termo de Cessão em até 3 Dias Úteis de seu recebimento.

Caberá ao Custodiante verificar os poderes de representação da(s) Pessoa(s) Autorizada(s) signatária(s) de cada Termo de Cessão.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, enviará à Cedente 1 via original do respectivo Termo de Cessão, devidamente assinada por suas pessoas autorizadas, no prazo de até 5 Dias Úteis contado da data de entrega, pela Cedente ao Custodiante, das 4 vias originais do respectivo Termo de Cessão, nos termos acima referidos.

Nenhuma nova cessão de Direitos Creditórios será processada pela Administradora enquanto a Cedente encontrar-se inadimplente no cumprimento da obrigação de entregar ao Custodiante 4 vias originais devidamente assinadas do respectivo Termo de Cessão nos termos acima referidos.

É facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento Extraordinário anteriormente ao pagamento do Preço de Aquisição.

A cessão formalizada na forma acima descrita (i) transfere ao Fundo, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas, a plena titularidade dos Direitos Creditórios cedidos e de todos e quaisquer direitos e prerrogativas a estes assegurados, ressalvado que quaisquer garantias porventura prestadas por Clientes à Cedente, que não são objeto de cessão ao Fundo, com exceção daquelas garantias vinculadas à Vendas *Barter*; (ii) confere ao Fundo, independentemente de manifestação de vontade da Cedente, o poder de onerar ou alienar qualquer Direito Creditório que tenha adquirido, sob qualquer forma e observado o disposto no Regulamento; e (iii) implica, a partir da efetiva cessão, a ausência de qualquer controle da Cedente sobre o Direito Creditório, enquanto na titularidade do Fundo ou de terceiros.

A Cedente ou qualquer de suas Afiliadas não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e/ou pela solvência dos Clientes. A Cedente ou qualquer de suas Afiliadas é apenas responsável pela correta constituição e, quando constituídos, pela existência, certeza, autenticidade e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis ao tempo da cessão.

A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência dos Clientes e/ou da Cedente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou por sua existência, certeza, autenticidade, correta formalização e/ou liquidez.

Os Direitos Creditórios constantes do Layout, que não sejam por qualquer motivo adquiridos pelo Fundo, poderão ser re-ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

É expressamente vedada a realização de cessões parciais de Direitos Creditórios ao Fundo.

### **32. PREÇO DE AQUISIÇÃO E OPÇÃO DE COMPRA**

Observado o disposto no Contrato de Cessão e no Regulamento, pela aquisição de cada Direito Creditório o Fundo pagará à Cedente, em moeda corrente nacional e/ou emitirá pelo Fundo Quotas Subordinadas, a serem subscritas pela Cedente e/ou suas Afiliadas e por esta(s) integralizadas com Direitos Creditórios, conforme indicado em cada Termo de Cessão, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PADC_{y;T} = \frac{VDC}{TD_{y;T}} ;$$

onde:

$y=1, 2...n$       Direito Creditório Elegível a ser adquirido;

$PADC_{y;T}$       Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível “y” na Data de Aquisição “T”;

$VDC$               valor nominal do Direito Creditório Elegível objeto de aquisição; e

$TD_{y;T}$            Taxa de Desconto na Data de Aquisição “T”.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, na Data de Aquisição, efetuará o pagamento à vista do Preço de Aquisição, em moeda corrente nacional, por meio do crédito das respectivas verbas na Conta Corrente da Cedente e/ou lançará o respectivo número de Quotas Subordinadas na conta de depósito de valores mobiliários da Cedente e/ou de suas Afiliadas, conforme o caso.

A Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, em conjunto ou separadamente, terá a opção de exigir a transferência, pelo Fundo, de Direito(s) Creditório(s) vencido(s) e não pago(s) por ele detido(s). Neste caso, (a) a somatória dos valores dos Direitos Creditórios adquiridos pela Cedente e/ou suas Afiliadas nos últimos 365 dias imediatamente anteriores à respectiva data de aquisição não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido apurado na respectiva data de aquisição; e (b) a aquisição do(s) Direito(s) Creditório(s) deverá atender o disposto no parágrafo abaixo e não implicará a assunção de coobrigação ou responsabilidade pela Cedente acerca do adimplemento, total ou parcial, de outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na ocasião. O exercício da opção de compra aqui prevista deverá ocorrer em até 90 (noventa) Dias Úteis contados da inadimplência e identificar quais Direitos Creditórios vencidos e não pagos a Cedente deseja adquirir. Uma vez exercida a opção, a Cedente deverá enviar à Administradora um termo de compra devidamente assinado.

O valor de aquisição dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, para efeito do disposto no parágrafo acima, deverá ser equivalente, ao maior valor entre: (a) o valor nominal do Direito Creditório, deduzido das provisões por atraso no pagamento definidas no item (15.4) do Capítulo Quinze do Regulamento; e (b) 30% (trinta por cento) do valor nominal do Direito Creditório na Data de Vencimento Original.



Caso a Cedente não exerça a opção referida acima, a Administradora poderá, por conta e ordem do Fundo, independentemente de anuência da Cedente, alienar qualquer dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes de sua carteira para quaisquer terceiros. O preço de alienação deverá observar os critérios definidos no parágrafo acima.

Caso a Cedente não exerça a opção referida acima, a Administradora deverá, por conta e ordem do Fundo, independentemente da anuência da Cedente, alienar, sob regime de melhores esforços, qualquer dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes de sua carteira para quaisquer terceiros.

A cessão dos Direitos Creditórios do Fundo para qualquer Pessoa somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

A Taxa de Desconto utilizada pelo Custodiante, na determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, será a maior taxa entre: (i) a Taxa de Atualização de Encargos do Cliente; e (ii) a taxa apurada de acordo com a seguinte expressão:

$$TD_{y;T} = \left[ \left( \left( 1 + \frac{DIF_T}{100} \right) \times \left( 1 + \frac{\sum_{k=1}^n \left( \frac{Spread_k}{100} \times M_{k;T} \right)}{M_{Total;T}} \right) \right) \times \left( 1 + \frac{C}{100} \right) \right]^{\frac{d_y}{252}};$$

onde:

$Y=1,2,...n$	Direito Creditório Elegível a ser adquirido;
$TD_{y;T}$	Taxa de Desconto para aquisição do Direito Creditório Elegível “y” na Data de Aquisição “T”;
$DIF_T$	Taxa DI Futura, a que pertence o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios Elegíveis objeto de cessão na respectiva Data de Aquisição “T”, negociados na BM&FBOVESPA. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição para o prazo médio ponderado. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 11,25%, então $DIFT = 11,25$ ;
$Spread_k$	sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, definida no respectivo Suplemento da Série “k”. Exemplo: Se a sobretaxa for 0,75% ao ano, então $Spread_k = 0,75$ ;
$K = 1, 2,...n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na Data de Aquisição “T”;
$M_{k;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores da Série “k” em Circulação na Data de Aquisição “T”;
$M_{Total;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores em Circulação na Data de Aquisição “T”;
$C$	custos de manutenção do Fundo, a serem projetados, em boa-fé, pelo Custodiante, com base na projeção de despesas para o período de um ano subsequente à Data de Aquisição “T”, expresso em percentual ao ano sobre o Patrimônio Líquido; e
$d_y$	número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível “y” a ser adquirido pelo Fundo, exclusive.

Para a definição da Taxa DI Futura de ajuste que será utilizada para o cálculo da Taxa de Desconto, a Administradora observará a tabela a seguir:

<b>Faixas de Prazo de Vencimento dos Direitos Creditórios</b>	<b>Referência para Taxa DI Futura</b>
Entre 5 e 21 Dias Úteis	Contratos com prazo de 30 dias
Entre 21 e 42 Dias Úteis	Contratos com prazo de 60 dias
Entre 42 e 63 Dias Úteis	Contratos com prazo de 90 dias
Entre 63 e 84 Dias Úteis	Contratos com prazo de 120 dias
Entre 84 e 105 Dias Úteis	Contratos com prazo de 150 dias
Entre 105 e 126 Dias Úteis	Contratos com prazo de 180 dias
Entre 126 e 147 Dias Úteis	Contratos com prazo de 210 dias
Entre 147 e 168 Dias Úteis	Contratos com prazo de 240 dias
Entre 168 e 189 Dias Úteis	Contratos com prazo de 270 dias
Entre 189 e 210 Dias Úteis	Contratos com prazo de 300 dias
Entre 210 e 231 Dias Úteis	Contratos com prazo de 330 dias
Entre 231 e 252 Dias Úteis	Contratos com prazo de 360 dias

Caso não existam contratos sendo negociados para o prazo específico da operação, deverá ser feita a interpolação com base nos contratos com liquidez cujos prazos se encontram mais próximos ao prazo da operação.

Na data deste Prospecto, estima-se que o Fundo, quando contar com recursos decorrentes da integralização das Quotas Seniores da 1ª Série, adquirirá Direitos Creditórios utilizando-se Taxa de Desconto equivalente a 3,426%<sup>1</sup> no período, assumindo-se as seguintes premissas:

Taxa DI Futura	8,82% <sup>2</sup>
<i>Spread</i>	2,00%
Número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível	73 <sup>3</sup>

### **33. FORMA DE PAGAMENTO E RECEBIMENTO DE VALORES**

Todos os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados pela Cedente ao Fundo e por este à Cedente, em razão das obrigações previstas no Contrato de Cessão e no Regulamento, deverão ser efetuados única e exclusivamente da seguinte forma:

- quando devidos ao Fundo, mediante a transferência para a Conta Corrente do Fundo ou Conta Vinculada, conforme o caso, valendo o comprovante de crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação; e
- quando devidos à Cedente, mediante crédito na respectiva Conta Corrente da Cedente, valendo o comprovante de crédito/depósito ou de liquidação de ordem de pagamento como prova de pagamento e recibo de quitação.

<sup>1</sup> Para efeitos de simulação, foi considerado o índice C, constante da fórmula de cálculo da Taxa de Desconto, como equivalente a 0,7.

<sup>2</sup> Percentual apurado considerando as seguintes premissas: (i) contrato de referência de abril de 2010 para cálculo da Taxa DI Futura; (ii) início das atividades do Fundo previsto para dezembro de 2009; e (iii) prazo médio dos Direitos Creditórios da Cedente em 73 Dias Úteis.

<sup>3</sup> Os Direitos Creditórios da carteira de Direitos Creditórios da Cedente possuem, em média, 104 dias de prazo médio, equivalente a, aproximadamente, 73 Dias Úteis.

Os pagamentos efetuados em contas correntes outras que aquelas indicadas nas alíneas “a” e “b” acima serão considerados ineficazes em relação ao respectivo beneficiário, estando o devedor sujeito à repetição do pagamento na competente conta.

Existindo créditos recíprocos entre a Cedente e o Fundo, fica expressamente autorizada a compensação pelo Fundo, até o limite dos valores devidos à Cedente, inclusive aquelas realizadas para efeito de enquadramento do Fundo aos índices e parâmetros definidos no Regulamento. Caberá a Administradora determinar quais créditos poderão ser compensados pelo Fundo.

#### **34. RESOLUÇÃO DA CESSÃO**

Nos termos do item (10.1) da Cláusula Dez do Contrato de Cessão, considerar-se-á parcial ou integralmente resolvida a cessão de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo efetivamente afetada(os), inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em integralização de Quotas Subordinadas subscritas pela Cedente, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes Condições Resolutivas da Cessão:

- a) caso o pagamento de qualquer Direito Creditório seja total ou parcialmente recusado pelo respectivo Cliente por alegação de (i) inexistência de lastro; ou (ii) devolução de Produtos pelo Cliente à Cedente, independentemente da justificativa, previamente ao pagamento do respectivo Direito Creditório;
- b) caso o Cliente se recuse, por qualquer motivo, a receber parte ou a totalidade dos Produtos vendidos que deram origem aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- c) caso a Cedente não se encontre na posse e/ou deixe de entregar ao Custodiante e/ou a seu Agente os respectivos Documentos Comprobatórios, observado o abaixo disposto;
- d) caso parte ou a totalidade do Direito Creditório seja reclamada por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do respectivo Direito Creditório pelo Fundo;
- e) caso seja verificado, a qualquer tempo, pela Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, a existência de vícios, defeitos ou inexistência de parte ou totalidade dos Produtos vendidos que deram origem aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; ou
- f) caso seja constatado vício na constituição ou inexistência de parte ou da totalidade do Direito Creditório, a exemplo de: (i) liquidação total ou parcial do Direito Creditório antes da Data de Aquisição, (ii) dupla contabilização de um mesmo Direito Creditório, (iii) fraude comprovada na constituição dos Direitos Creditórios e/ou (iv) falta e/ou inexistência de Documentos Comprobatórios vinculados aos respectivos Direitos Creditórios.

Sem prejuízo da resolução da cessão, a Cedente deverá comunicar à Administradora e ao Custodiante, por meio eletrônico, a ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 3 Dias Úteis a contar da data em que tomar conhecimento do evento.

Independentemente do envio da comunicação referido no parágrafo acima, a Cedente estará obrigada a restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, em até 4 Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento ou do recebimento de comunicação enviada pela Administradora informando a Cedente da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, a parte ou a totalidade do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, cuja cessão tiver sido respectivamente parcial ou integralmente resolvida, nos termos do Contrato de Cessão, atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data da resolução da cessão, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação de seu Preço de Aquisição. A devolução à Cedente dos Direitos Creditórios objeto de qualquer das Condições de Resolução ocorrerá concomitantemente ao pagamento do valor restituído.

Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios que tenham sua cessão resolvida nos termos desta Cláusula permanecerão sob a guarda e custódia do Custodiante ou da Cedente, na qualidade de Agente do Custodiante, devendo, caso aplicável, ser devolvidos à Cedente ou a quem esta vier a indicar no prazo de até 7 Dias Úteis, contado da efetivação do pagamento de valores devidos ao Fundo, nos termos do parágrafo acima, e do envio de comunicação solicitando a entrega dos mesmos.

### **35. EVENTOS DE REVISÃO E EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS**

São considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer evento que implique em transferência do Controle da Cedente a Pessoa que não seja a Monsanto Co. e/ou qualquer uma de suas Afiliadas;
- b) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pela Cedente no inciso (4.1) da Cláusula Quatro do Contrato de Cessão, que possa, a exclusivo critério da Administradora e de forma justificada, afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Quotas, e desde que tal situação não possa, a critério exclusivo da Administradora, em prazo acordado entre as Partes, ser sanada pela Cedente;
- c) existência de evidências de que a Cedente tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com as Condições da Cessão;
- d) caso quaisquer das alterações à Política de Concessão de Crédito e/ou à Política de Cobrança, informadas pela Cedente à Administradora, conforme disposto no Contrato de Cessão, possa, a exclusivo critério da Administradora e de forma justificada, afetar, negativamente, a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Quotas, e desde que tal situação não possa, a critério exclusivo da Administradora, em prazo acordado entre as Partes, ser sanada pela Cedente;
- e) caso a Empresa de Auditoria constatare, mediante conferência trimestral das notas de devolução, realizada nos termos dispostos no Regulamento, que o volume financeiro de devoluções de Produtos supera em 2% (dois por cento) o volume financeiro relatado e restituído pela Cedente ao Fundo no trimestre correspondente, em razão da ocorrência da Condição Resolutiva da Cessão prevista no subitem “ii”, “a” da alínea (10.1) da Cláusula Dez do Contrato de Cessão;
- f) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa, a exclusivo critério da Administradora e de forma justificada, afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas;
- g) o inadimplemento da Cedente e/ou qualquer de suas Pessoas controladas, no cumprimento de qualquer operação de natureza financeira em que qualquer das Pessoas acima referidas seja parte, independentemente da efetiva declaração de vencimento antecipado ou início de qualquer procedimento de cobrança judicial ou extrajudicial, e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer das operações financeiras acima referidas, cujo valor unitário ou total de principal seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;

- h) a ocorrência de eventos que ensejem o protesto ou que tenham sido protestados títulos emitidos pela Cedente ou sacados contra a Cedente e/ou qualquer Afiliada, cujo valor unitário ou total seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- i) caso seja ajuizada contra a Cedente e/ou qualquer de suas Pessoas controladas qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se contra tal decisão judicial a Cedente e/ou sua Pessoa controlada tempestivamente interpuser recurso ou medida judicial com efeito suspensivo ou a Cedente e/ou sua Pessoa controlada tenha garantido o pagamento em juízo;
- j) ocorrência de arresto, penhora ou sequestro de bens da Cedente e/ou de qualquer de suas Pessoas controladas em valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerado individualmente ou em conjunto, salvo se contra tal decisão judicial a Cedente e/ou qualquer de suas Pessoas controladas tempestivamente interpuser recurso ou medida judicial com efeito suspensivo; ou a Cedente e/ou qualquer de suas Pessoas controladas tenha garantido o pagamento em juízo;
- k) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal nº 8.397/92, que possa impor restrição à alienação de Direitos Creditórios ao Fundo, salvo se contra tal decisão judicial a Cedente tempestivamente interpuser recurso ou medida cautelar com efeito suspensivo; ou a Cedente tenha garantido o pagamento em juízo;
- l) descumprimento, pela Cedente e/ou por qualquer de suas Pessoas controladas, de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão e/ou nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Revisão ou um Evento Extraordinário, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora e de forma justificada, (i) possa afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Quotas e (ii) não seja regularizado ou justificado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis ou outro prazo que venha a ser acordado pelas Partes, contado do recebimento, pela Cedente e/ou por qualquer de suas Pessoas controladas, de comunicação enviada pela Administradora, informado-a de sua ocorrência;
- m) caso o somatório do valor dos recursos pagos pela Cedente ao Fundo em razão da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anteriores a cada Data de Verificação, seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido na respectiva Data de Verificação;
- n) caso a Cedente deixe de ter suas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas por empresa de auditoria independente de renome internacional registrada na CVM; ou
- o) caso ocorra qualquer Evento de Avaliação nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos enunciados no caso de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação definidos no Regulamento.

É considerado Evento de Extraordinário qualquer dos seguintes eventos:

- a) requerimento de autofalência, requerimento ou decretação da falência não elidido no prazo legal, declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
- b) convocação ou instalação de comitê ou assembleia de credores com vistas à negociação de plano de recuperação judicial, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de falência da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas; ou
- c) caso ocorra qualquer Evento de Amortização Antecipada nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento.

Na ocorrência do Evento Extraordinário, deverão ser observados os procedimentos de amortização antecipada definidos nos itens (18.5) e seguintes do Regulamento.

### **36. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA**

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- b) inobservância pelo Custodiante e/ou pela Cedente de seus respectivos deveres e obrigações, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Plano de Securitização, e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas, e (ii) não seja regularizado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Custodiante ou pela Cedente, de comunicação enviada pela Administradora, informando-o(a) de sua ocorrência;
- c) inobservância pelo Banco Arrecadador de suas obrigações relativas ao envio dos Boletos de Cobrança aos Clientes e transferência de valores nos termos do Contrato de Cobrança Bancária, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas, e (ii) não seja sanado no prazo assinalado no Contrato de Cobrança Bancária, caso aplicável;
- d) inobservância pelo Agente Cobrador de suas obrigações definidas no Contrato de Cobrança, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas, e (ii) não seja sanado no prazo assinalado no Contrato de Cobrança, caso aplicável;
- e) rebaixamento da classificação de risco de qualquer Série em mais de 3 sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- f) caso a Agência de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 dias, em razão de evento imputável à Cedente, à Administradora, ao Custodiante ou a qualquer outro terceiro;

- g) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- h) resilição de qualquer dos Documentos da Securitização por qualquer Pessoa, sem que outra(s) Pessoa(s) assumam integralmente as atribuições ali estabelecidas e tal vacância possa, a exclusivo critério da Administradora, afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Quotas;
- i) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior e/ou caso a variação percentual acumulada positiva da “Taxa SELIC” em até 2 reuniões consecutivas do Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM, seja superior a 30% (trinta por cento);
- j) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento e tal evento não seja sanado nos termos do Capítulo Dezenove do Regulamento;
- k) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez durante 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos ou alternados, durante o período de 45 (quarenta e cinco) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidez;
- l) caso o valor dos recursos segregados na RC não atenda ao disposto no Regulamento em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas;
- m) caso os Boletos de Cobrança não permitam: (i) a captação dos pagamentos; (ii) a identificação de quais Direitos Creditórios pertencem ao Fundo ou à Cedente; e/ou (iii) o direcionamento dos pagamentos dos Direitos Creditórios, acolhidos pelo Banco Arrecadador, em benefício, conforme o caso, do Fundo ou da Cedente;
- n) caso os Clientes efetuem o pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo diretamente à Cedente, de forma diversa àquela definida nos Documentos da Securitização, (i) durante os primeiros 6 (seis) meses contados da 1ª Data de Emissão em montante igual ou superior a 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido, verificado no período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior a cada Data de Verificação; e (ii) 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, verificado no período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente a cada Data de Verificação;
- o) caso o DCV apurado pelo Custodiante em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, seja superior ao disposto na tabela abaixo:

DCV	Limite do % de Inadimplência
DCV 30	5,50%
DCV 60	2,50%
DCV 90	1,00%
DCV 120	1,00%
DCV 180	1,00%

- p) ocorrência de qualquer um dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares das Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos de amortização antecipada definidos abaixo, excluindo a convocação de nova Assembleia Geral. Os titulares das Quotas, reunidos na Assembleia Geral aqui referida, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos de amortização antecipada.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, conforme deliberado pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização, aprovados nos termos do Regulamento, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas no Regulamento, incluindo a amortização de Quotas.

São considerados Eventos de Amortização Antecipada de Quotas, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- b) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, ou caso não haja aprovação do índice ou parâmetro apresentado pelos titulares das Quotas Subordinadas;
- c) caso a Cedente deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;
- d) caso os recursos necessários à defesa dos titulares das Quotas Seniores, conforme disposto no Regulamento, não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo;
- e) caso, após o prazo previsto no Regulamento, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, um novo custodiante para o Fundo;
- f) caso a Cedente deixe de responder ao Aviso de Desenquadramento e/ou de enviar o Layout ao Custodiante, nos termos do Regulamento;
- g) caso a Cedente decida por interromper definitivamente os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios, conforme definido no Regulamento;
- h) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- i) caso ocorra qualquer dos Eventos Extraordinários.



Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) comunicar o fato aos Quotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, e (iii) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo definidos abaixo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que Quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos referidos abaixo. A Assembleia Geral acima referida não precisará ser convocada pela Administradora na hipótese de ocorrência do evento referido na alínea “h” acima. Nesta hipótese, os Quotistas, presentes na Assembleia Geral que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, deverão também deliberar quais medidas serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, para preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Quotas Seniores, iniciará, no dia útil seguinte ao da realização da Assembleia Geral acima referida, os procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo definidos neste item. As Quotas Seniores em Circulação deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, observados os critérios estabelecidos no Regulamento, bem como a ordem de aplicação de recursos.

### **37. ASSEMBLEIA GERAL**

Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação abaixo definidos, compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo do Regulamento e/ou qualquer dos demais Documentos de Securitização;
- c) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada;
- d) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições do Regulamento;
- e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas Seniores, se houver;
- h) deliberar sobre a substituição do parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores nos termos do Regulamento;
- i) avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, nos termos do Regulamento;
- j) deliberar se um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, conforme disposto no Regulamento;
- k) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados quando da dação em pagamento dos Direitos Creditórios e os Outros Ativos de titularidade do Fundo;

- l) deliberar sobre a necessidade de aporte adicional de recursos para o Fundo, nos termos do Regulamento;
- m) deliberar sobre a transformação do Fundo; e
- n) deliberar sobre a alteração da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.

O Regulamento e os demais Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, a qual lhes será encaminhada ou a seus representantes, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

A primeira e a segunda convocações da Assembleia Geral far-se-ão, concomitantemente, por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e e-mail enviado ao representante indicado pelos Quotistas na forma prevista no Regulamento, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a assembleia e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar estarem disponíveis na sede da Administradora as informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada, a qualquer tempo, pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

Salvo se outro prazo for estabelecido no Regulamento, a Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 12 (doze) dias, contado de sua convocação, nos termos referidos acima.

Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, por falta de quorum de instalação, a Assembleia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 8 (oito) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação.

A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um Quotista.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os Quotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á na sede da Administradora. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade onde se situa a sede da Administradora.

A presidência da Assembleia Geral caberá, na seguinte ordem, (a) ao Diretor Designado ou a seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembleia Geral, escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Seniores.

A Administradora ou Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar, para participar de Assembleia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado a Assembleia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

As matérias submetidas à deliberação em Assembleia Geral terão os seguintes *quoruns*:

- a) quaisquer alterações (i) nos dispositivos constantes dos Capítulos Quatro, Cinco, Dez, Onze, Doze, Dezessete, Dezoito, Dezenove e Vinte e Cinco do Regulamento, e/ou (ii) nos dispositivos constantes das Cláusulas Quatro, Cinco, Oito, Dez, Doze, Quatorze e Quinze do Contrato de Cessão, deverão ser aprovadas pelo voto favorável de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Quotas Seniores em Circulação;
- b) salvo pelo disposto na alínea “a” acima, as matérias descritas nas alíneas “b”, “c” e “f” até “m” acima, deverão ser aprovadas pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores em Circulação;
- c) salvo pelo disposto na alínea “a” acima, as matérias descritas nas alíneas “a”, “d”, “e” e “n” acima, deverão ser aprovadas pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas em primeira convocação, e, em segunda convocação, pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral;
- d) deverão ser aprovadas pelo voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação, tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, as matérias:

(A) descritas no item (11.7) do Capítulo Onze do Regulamento;

(B) descritas no item (12.4.1) do Capítulo Doze do Regulamento;

(C) descritas na alínea “h” acima:

(D) que impliquem alterações: (i) na Taxa de Desconto, (ii) dos Critérios de Elegibilidade ou das Condições de Cessão, (iii) para a inclusão de outra Pessoa na qualidade de cedente de Direitos Creditórios que seja concorrente da Cedente e/ou suas Afiliadas ou ponha em risco seu interesse legítimo ou posição comercial, (iv) dos Eventos de Avaliação, (v) dos Eventos de Amortização Antecipada, (vi) da denominação do Fundo, (vii) desta alínea, (viii) das regras de transferência de Quotas Subordinadas, (ix) na Razão de Garantia ou no Índice de Liquidez, (x) das regras ou dos montantes aplicáveis à RC, (xi) que objetivem a criação de novas classes de Quotas Subordinadas; e/ou (xii) das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas; e

- e) as matérias para as quais não tenha sido estabelecido quorum específico serão aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

Para efeito da constituição de qualquer quorum de instalação ou deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora, da Cedente, de suas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.

### **38. ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS**

A partir da 1ª Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção da boa ordem financeira, operacional ou legal do Plano de Securitização, e os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Quotas, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, incluindo encargos, emolumentos e demais despesas decorrentes de operações contratadas no mercado de derivativos;
- b) na constituição ou enquadramento da RC;
- c) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento, incluindo a constituição de reservas de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao Prazo de Vigência;
- d) na amortização das Quotas Seniores em Circulação, inclusive daquelas emitidas para o aporte adicional de recursos, pelos titulares das Quotas Seniores, aprovado em Assembleia Geral, observado que, nos termos do Regulamento, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação, incluindo os titulares da Série emitida na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos no Fundo, prevista no Regulamento, pelos titulares das Quotas Seniores;
- e) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão; e
- f) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das Quotas Seniores.

### **39. ÍNDICE DE LIQUIDEZ, RAZÃO DE GARANTIA, ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E RESERVA DE CAIXA**

Enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1, a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no mínimo, 113,64% (cento e treze vírgula sessenta e quatro por cento), e a Alocação Mínima de Investimento deverá atender ao disposto no Regulamento, todos calculados na periodicidade e na forma definidas no Regulamento.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos e a política de investimento constantes do Regulamento, a Administradora constituirá e manterá uma Reserva de Caixa cujo valor diário deverá ser apurado todo Dia Útil pela Administradora de acordo com a seguinte expressão:

$$RC_T = \max \left( \sum_{k=1}^n VA_k + D; 0,005 \times PL_T \right);$$

onde:

$RC_T$	Reserva de Caixa apurada na data “T”;
$k = 1, 2...n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;
$VA_k$	valor projetado pela Administradora da(s) próxima(s) Amortização(ões) Programada(s) de cada Série “k” em Circulação a ser(em) incorrida(s) no período de 30 (trinta) dias contados da data “T”;
$D$	despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 60 (sessenta) dias contados da data “T”; e
$PL_T$	Patrimônio Líquido do Fundo na data “T”.

Os valores segregados na RC somente poderão ser utilizados pelo Fundo no pagamento despesas e encargos de responsabilidade do Fundo e na amortização de Quotas Seniores, nas condições previstas no Regulamento.

Os recursos captados em moeda corrente nacional por meio da emissão de Quotas não poderão ser arrecadados com a finalidade específica e exclusiva de permitir a amortização de qualquer Série de Quotas Seniores.

No curso de cada Distribuição, poderá ser adotado pelo Distribuidor Líder e pelos Distribuidores o procedimento diferenciado de distribuição, observado, o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, não havendo, neste caso, lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Neste caso, a alocação final dos lotes entre os investidores poderá ser qualitativa e discricionária, cabendo ao Distribuidor Líder e aos Distribuidores, em conjunto com a Cedente, definir a quantidade de Quotas a ser alocadas a cada investidor e a taxa de remuneração final de cada Série de Quotas Seniores, tendo em vista suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, de sorte que deverão ser assegurados: (i) que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Distribuidor Líder e dos Distribuidores; e (iii) que os representantes de venda do Distribuidor Líder e dos Distribuidores recebam previamente exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Distribuidor Líder e pelos Distribuidores.

#### **40. REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ**

A Administradora deverá enviar à Cedente, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia, à Alocação Mínima de Investimento e/ou ao Índice de Liquidez, observado o disposto no Regulamento, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pela Cedente à Administradora impreterivelmente até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, a Cedente, a seu exclusivo critério, deverá:

- a) informar à Administradora que integralizará as respectivas Quotas e qual a forma de integralização: se (i) em moeda corrente nacional, no mesmo Dia Útil, e/ou (ii) por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, devendo, neste último caso, enviar, concomitantemente, novo Layout ao Custodiante; ou
- b) interromper definitivamente os procedimentos de cessão definidos no Regulamento.

Na hipótese da alínea “a” acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada de forma que, considerada, *pro forma*, o Fundo ainda assim atenda ao parâmetro definido no Regulamento.

Observado o disposto na alínea “b” acima ou conforme disposto no Regulamento, caso a Cedente deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou não envie Layout ao Custodiante nos termos da alínea “a” acima, serão iniciados os procedimentos de amortização antecipada de Quotas definidos no Regulamento.

Caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento e tal evento não seja sanado ou não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento acima definidos, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data em que a Administradora enviar à Cedente Aviso de Desenquadramento, ocorrerá um Evento de Avaliação conforme previsto no Regulamento.

#### **41. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS**

##### **41.1. Informações Gerais**

*As informações desta Seção 41 foram fornecidas pela Cedente e submetidas a procedimentos de revisão especial pela KPMG Auditores Independentes, conforme descrição e metodologia constante do Relatório de Revisão Especial, anexo a este Prospecto.*

Os Direitos Creditórios são expressos em reais e oriundos de operações de compra e venda mercantil de produtos a prazo, celebradas entre a Cedente e seus Clientes, devidamente performadas (i.e., não decorrentes de contratos mercantis de compra e venda de produtos para entrega ou prestação futura).

Poderão ser ofertados à cessão ao Fundo tantos Direitos Creditórios quantos necessários para lastrear a emissão de Quotas. Para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, deverão atender às Condições da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade específicos para Clientes e Grandes Clientes, conforme definidos no Regulamento.

Os Direitos Creditórios inadimplentes serão cobrados, extrajudicialmente, pelo Banco Arrecadador. A cobrança judicial será realizada, quando necessária, pelo Agente Cobrador.

A Cedente poderá informar à Administradora sua intenção, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, de encerrar os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, não sendo, por esta razão, obrigado nem facultado à Cedente acrescer, remover ou substituir os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Apesar de ser facultado à Cedente exigir a transferência, pelo Fundo, de Direito(s) Creditório(s) vencido(s) e não pago(s) por ele devido(s), nos termos da Seção 32 deste Prospecto, desde que a somatória dos valores dos Direitos Creditórios adquiridos nos últimos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias imediatamente anteriores à respectiva data de aquisição não ultrapasse 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido apurado na respectiva data de aquisição, a Cedente não se encontra obrigada a exigir tal transferência para a totalidade de Direito(s) Creditório(s) vencido(s) e não pago(s) devido(s) pelo Fundo. Caso a Cedente não adquira do Fundo Direito(s) Creditório(s) vencido(s) e não pago(s), poderão ser desenhquadrados os índices e parâmetros do Fundo e, conseqüentemente, poderá ocorrer um Evento de Avaliação.

Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pela Cedente ou pelos prestadores de serviço ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora on line” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, observando-se que o tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

#### 41.2. Características relevantes dos Direitos Creditórios

Os devedores dos Direitos Creditórios são pessoas físicas ou jurídicas que atuam no setor agrícola no Brasil e consomem os Produtos periodicamente, com maior concentração nos períodos que antecedem a Safra Verão e/ou a Safra Inverno, para pagamento a prazo, conforme Política de Concessão de Crédito da Cedente anexa ao Regulamento. Durante o período analisado pela Empresa de Auditoria (março de 2006 a junho de 2009), cerca de 5.300 Clientes realizaram compra de Produtos da Cedente.

A tabela abaixo destaca a concentração da carteira de Direitos Creditórios da Cedente por Cliente ou Grande Cliente, conforme informações constantes do Relatório de Revisão Especial:

Grupo Matriz	Direto			Distribuidor			Cooperativa			Industrial		
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas -	%	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.
Maior Cliente	20.892	3,14%	3,14%	70.088	3,97%	3,97%	189.438	16,89%	16,89%	381.363	30,27%	30,27%
2 a 5	66.456	10,00%	10,00%	141.321	8,01%	11,99%	208.392	18,58%	35,46%	657.644	52,20%	82,46%
6 a 10	44.615	6,71%	6,71%	120.534	6,84%	18,83%	162.726	14,50%	49,97%	220.902	17,53%	100,00%
11 a 25	72.069	10,84%	10,84%	246.796	14,00%	32,82%	233.280	20,79%	70,76%	31	0,00%	100,00%
<b>Total 25 maiores</b>	<b>204.031</b>	<b>30,69%</b>	<b>30,69%</b>	<b>578.739</b>	<b>32,82%</b>	<b>32,82%</b>	<b>793.836</b>	<b>70,76%</b>	<b>70,76%</b>	<b>1.259.941</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
26 a 50	61.299	9,22%	39,91%	260.922	14,80%	47,62%	173.829	15,49%	86,25%	-	0,00%	0,00%
51 a 100	70.867	10,66%	50,57%	312.071	17,70%	65,32%	113.574	10,12%	96,38%	-	0,00%	0,00%
<b>Total 100 maiores</b>	<b>336.197</b>	<b>50,57%</b>	<b>50,57%</b>	<b>1.151.732</b>	<b>65,32%</b>	<b>65,32%</b>	<b>1.081.240</b>	<b>96,38%</b>	<b>96,38%</b>	<b>1.259.941</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
101 a 200	69.241	10,41%	60,98%	303.634	17,22%	82,54%	40.565	3,62%	99,99%	-	0,00%	0,00%
201 a 500	81.755	12,30%	73,28%	265.132	15,04%	97,58%	68	0,01%	100,00%	-	0,00%	0,00%
501 a 1.000	67.252	10,12%	83,39%	42.757	2,42%	100,00%	-	0,00%	100,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total 1.000 maiores</b>	<b>554.444</b>	<b>83,39%</b>	<b>83,39%</b>	<b>1.763.255</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.121.873</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.259.941</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Demais Clientes	110.430	16,61%	100,00%	0	0,00%	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>664.874</b>	<b>100,00%</b>		<b>1.763.255</b>	<b>100,00%</b>		<b>1.121.873</b>	<b>100,00%</b>		<b>1.259.941</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Relatório de Revisão Especial

Grupo Matriz	Consolidado Direto + Distribuidor			Consolidado FLS		
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.
Maior Cliente	90.980	3,75%	3,75%	381.363	7,93%	7,93%
2 a 5	207.777	8,56%	12,30%	757.553	15,75%	23,68%
6 a 10	165.149	6,80%	19,11%	383.945	7,98%	31,66%
11 ao 25	318.864	13,13%	32,24%	560.128	11,65%	43,31%
<b>Total 25 maiores</b>	<b>782.771</b>	<b>32,24%</b>	<b>32,24%</b>	<b>2.082.990</b>	<b>43,31%</b>	<b>43,31%</b>
26 ao 50	322.221	13,27%	45,51%	479.260	9,96%	53,27%
51 ao 100	382.937	15,77%	61,28%	542.438	11,28%	64,55%
<b>Total 100 maiores</b>	<b>1.487.929</b>	<b>61,28%</b>	<b>61,28%</b>	<b>3.104.688</b>	<b>64,55%</b>	<b>64,55%</b>
101 ao 200	372.874	15,36%	76,64%	563.910	11,72%	76,27%
201 ao 500	346.887	14,29%	90,92%	609.837	12,68%	88,95%
501 ao 1.000	110.009	4,53%	95,45%	275.464	5,73%	94,68%
<b>Total 1.000 maiores</b>	<b>2.317.700</b>	<b>95,45%</b>	<b>95,45%</b>	<b>4.553.899</b>	<b>94,68%</b>	<b>94,68%</b>
Demais Clientes	110.430	4,55%	100,00%	256.044	5,32%	100,00%
<b>Total</b>	<b>2.428.130</b>	<b>100,00%</b>		<b>4.809.943</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Relatório de Revisão Especial

Em relação à performance de pagamento dos devedores dos Direitos Creditórios integrantes da carteira da Cedente, a tabela abaixo destaca a distribuição dos prazos de liquidação das faturas observados no período de análise compreendido pelo Relatório de Revisão Especial.

Descrição	R\$(000)									
	Direto	Distribuidor	Cosolidado Direto + Distribuidor	%	%Acum	Cooperativa	Industrial	Consolidado	%	%Acum
<b>Montante faturado em 30 de junho de 2009 (a)</b>	<b>698.706</b>	<b>1.954.860</b>	<b>2.653.565</b>			<b>1.112.117</b>	<b>1.200.707</b>	<b>4.966.389</b>		
(-) Operação de Crédito Rural (b)	3.120	36.054	39.175			441.406	-	480.581		
Sub total	695.585	1.918.805	2.614.391			670.711	1.200.707	4.485.809		
(-) Montante a vencer até 30 de junho de 2009	37.368	118.678	156.046			9.876	33.300	199.223		
(-) Descontos (c)	2.608	46.600	49.208			1.355	6.081	56.645		
(+) Multas (d)	1.380	2.470	3.851			3.089	553	7.492		
(-) Estornos (e)	22.943	19.031	41.974			15.824	2.529	60.326		
<b>Total vencido e/ou liquidado em 30 de junho de 2009</b>	<b>634.046</b>	<b>1.736.967</b>	<b>2.371.013</b>	<b>100,00%</b>		<b>646.745</b>	<b>1.159.349</b>	<b>4.177.107</b>	<b>100,00%</b>	
Montante liquidado em < - 180 dias	4.763	12.373	17.135	0,72%	0,72%	975	4.609	22.719	0,54%	0,54%
Montante liquidado entre -180 e -151 dias	3.121	13.719	16.840	0,71%	1,43%	1.462	-	18.302	0,44%	0,98%
Montante liquidado entre -150 e -121 dias	15.152	16.685	31.837	1,34%	2,78%	3.823	-	35.660	0,85%	1,84%
Montante liquidado entre -120 e -91 dias	2.946	35.751	38.697	1,63%	4,41%	8.046	862	47.605	1,14%	2,98%
Montante liquidado entre -90 e -61 dias	11.192	66.269	77.461	3,27%	7,67%	6.548	6	84.015	2,01%	4,99%
Montante liquidado entre -61 e -31 dias	29.517	138.938	168.454	7,10%	14,78%	24.445	13.053	205.952	4,93%	9,92%
Montante liquidado entre -30 e -16 dias	37.078	166.591	203.669	8,59%	23,37%	26.955	4.071	234.695	5,62%	15,54%
Montante liquidado entre -15 e -11 dias	15.748	90.363	106.112	4,48%	27,84%	23.547	1.794	131.451	3,15%	18,68%
Montante liquidado entre -10 e -6 dias	21.610	102.523	124.134	5,24%	33,08%	32.747	11.958	168.840	4,04%	22,72%
Montante liquidado entre -5 e -1 dias	64.523	150.003	214.526	9,05%	42,13%	64.696	35.658	314.880	7,54%	30,26%
Montante liquidado em 0 dias	197.854	501.417	699.271	29,49%	71,62%	217.228	713.972	1.630.471	39,03%	69,30%
Montante liquidado entre +1 e +5 dias	114.290	231.179	345.469	14,57%	86,19%	141.127	320.859	807.455	19,33%	88,63%
Montante liquidado entre +6 e +10 dias	31.482	53.501	84.983	3,58%	89,78%	33.461	24.857	143.302	3,43%	92,06%
Montante liquidado entre +11 e +15 dias	12.804	31.286	44.090	1,86%	91,64%	9.896	6.978	60.965	1,46%	93,52%
Montante liquidado entre +16 e +30 dias	18.375	25.574	43.949	1,85%	93,49%	15.901	15.309	75.160	1,80%	95,32%
Montante liquidado entre +31 e +60 dias	18.526	20.158	38.684	1,63%	95,12%	11.265	5.363	55.312	1,32%	96,64%
Montante liquidado entre +61 e +90 dias **	6.368	5.930	12.298	0,52%	95,64%	1.633	0	13.932	0,33%	96,97%
Montante liquidado entre +91 e +120 dias **	2.830	4.220	7.049	0,30%	95,94%	498	-	7.548	0,18%	97,15%
Montante liquidado entre +121 e +150 dias	1.710	1.067	2.776	0,12%	96,05%	665	-	3.442	0,08%	97,24%
Montante liquidado entre +151 e +180 dias	1.389	810	2.199	0,09%	96,15%	168	-	2.367	0,06%	97,29%
Montante liquidado em + 180 dias **	4.296	2.378	6.674	0,28%	96,43%	303	-	6.977	0,17%	97,46%
Montante vencido até 15 dias	105	123	228	0,01%	96,44%	11	-	239	0,01%	97,47%
Montante vencido de 16 a 30 dias	-	1.591	1.591	0,07%	96,50%	-	-	1.591	0,04%	97,50%
Montante vencido de 31 a 60 dias	2.441	11.015	13.456	0,57%	97,07%	47	-	13.503	0,32%	97,83%
Montante vencido de 61 a 90 dias	6.796	32.959	39.755	1,68%	98,75%	5.765	-	45.520	1,09%	98,92%
Montante vencido de 91 a 120 dias	2.001	642	2.643	0,11%	98,86%	69	-	2.712	0,06%	98,98%
Montante vencido de 121 a 150 dias	141	506	647	0,03%	98,89%	261	-	908	0,02%	99,00%
Montante vencido de 151 a 180 dias	909	3.291	4.200	0,18%	99,06%	1.072	-	5.272	0,13%	99,13%
Montante vencido acima de 180 dias	6.078	16.106	22.184	0,94%	100,00%	14.128	-	36.312	0,87%	100,00%

Fonte: Relatório de Revisão Especial

A tabela abaixo apresenta informações estatísticas sobre inadimplementos e perdas dos Direitos Creditórios integrantes da carteira da Cedente, apurados no período de março de 2006 a junho de 2009. O total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos de titularidade da Cedente somava R\$ 106,1 milhões, assim distribuídos:



<b>Dias de Atraso</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>Percentual</b>
Vencidos e não pagos até 30 dias	1.830	1,73%
Vencidos e não pagos de 31 a 60 dias	13.503	12,73%
Vencidos e não pagos de 61 a 120 dias	48.232	45,48%
Vencidos e não pagos de 121 a 180 dias	6.180	5,83%
Vencidos e não pagos acima de 180 dias	36.312	34,24%
Total	106.057	100,00%

Fonte: Relatório de Revisão Especial

A Cedente possui regras próprias para o provisionamento da inadimplência de seus Direitos Creditórios, sendo que o Fundo observará o disposto na Resolução CMN nº 2.682 para a constituição de provisões para perdas relativas aos Direitos Creditórios integrantes de sua carteira.

#### Pré-Pagamento de Faturas

A Empresa de Auditoria reconciliou 98,93% (noventa e oito inteiros e noventa e três centésimos por cento) dos pré-pagamentos de faturas efetuados entre março de 2006 e junho de 2009. A tabela abaixo ilustra o valor de antecipações por mês de originação.

a) de 1º de março de 2006 a 28 de fevereiro de 2007:

<b>Período</b>	<b>Valor Antecipado R\$(mil)</b>
março/06	9.487
abril/06	5.462
maio/06	10.859
junho/06	12.607
julho/06	12.043
agosto/06	48.851
setembro/06	70.570
outubro/06	67.380
novembro/06	38.461
dezembro/06	53.961
janeiro/07	51.630
fevereiro/07	35.523
Total	416.833

Fonte: Relatório de Revisão Especial

b) de 1º de março de 2007 a 29 de fevereiro de 2008:

<b>Período</b>	<b>Valor Antecipado R\$(mil)</b>
março/07	16.397
abril/07	18.803
maio/07	4.929
junho/07	18.994
julho/07	33.325
agosto/07	83.225
setembro/07	72.914
outubro/07	50.169
novembro/07	46.595
dezembro/07	56.999
janeiro/08	43.758
fevereiro/08	46.445
Total	492.551

Fonte: Relatório de Revisão Especial

c) de 1º de março de 2008 a 28 de junho de 2009:

Período	Valor Antecipado R\$(mil)
março/08	42.841
abril/08	9.529
maio/08	13.560
junho/08	48.872
julho/08	72.872
agosto/08	33.771
setembro/08	23.719
outubro/08	12.589
novembro/08	1.467
dezembro/08	36.411
janeiro/09	17.769
fevereiro/09	9.878
março/09	6.784
abril/09	3.123
maio/09	2.509
junho/09	5.472
Total	341.165

Fonte: Relatório de Revisão Especial

A Taxa de Desconto a ser utilizada pelo Custodiante na determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios encontra-se definida como a maior taxa entre: (i) a Taxa de Atualização de Encargos do Cliente (utilizada para a determinação do valor a ser pago pelo Cliente na hipótese de pagamento antecipado dos Direitos Creditórios); e (ii) a taxa apurada de acordo com fórmula constante do Regulamento, no item “124” do “Anexo I” ao Regulamento. O desconto oferecido aos Clientes para o pagamento antecipado dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo será sempre calculado, pelo Custodiante, com base na Taxa de Atualização de Encargos do Cliente. Deste modo, tais pré-pagamentos serão efetuados, no pior cenário, pelo valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios na data do pré-pagamento, não afetando, portanto, a rentabilidade das Quotas Seniores.

*Para maiores informações relacionadas ao perfil da carteira de Direitos Creditórios da Cedente, pré-pagamentos, atrasos e liquidação dos Direitos Creditórios, vide “Relatório de Revisão Especial”, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, anexo ao presente Prospecto.*

#### **42. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

Os Direitos Creditórios serão inicialmente contabilizados considerando-se o respectivo Preço de Aquisição. Posteriormente, os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e, em especial, o Manual de Marcação a Mercado.

Os Outros Ativos, que possuam cotação disponível no mercado e que tenham sido adquiridos pelo Fundo, serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com as regras vigentes e com o Manual de Marcação a Mercado.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

As perdas e provisões com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e classificação dos Direitos Creditórios nos níveis de risco definidos nos incisos I e II do artigo 4º da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional e demais disposições aplicáveis da referida Resolução, e suas alterações posteriores.

**43. PROCEDIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE CLIENTES E DE INCLUSÃO DE NOVOS CLIENTES**

A cada período de 1 (um) ano, a contar da 1ª Data de Emissão, poderá a Cedente incluir novos Clientes e/ou efetuar substituições de Clientes constantes da Relação de Clientes, até o limite de 10% (dez por cento) do número total de Clientes constantes da Relação de Clientes, sem necessidade de realização de Assembleia Geral.

Caso a Cedente venha a incluir novo Cliente na Relação de Clientes, deverá indicar tal fato e fornecer informações que devem constar da Relação de Clientes inclusive quanto à classificação do novo Cliente pela Cedente como Cliente *Barter* ou Grande Cliente, se for o caso, bem como a correspondente Região Geográfica e o Canal de Distribuição.

A Cedente deverá também informar se o novo Cliente representa o primeiro elemento de um novo Grupo de Clientes ou se este deverá ser incorporado a um Grupo de Clientes já existente.

Para poder integrar a Relação de Clientes a Cedente deverá prestar declaração, por escrito, ao Custodiante, de que cada novo Cliente atende à Política de Concessão de Crédito e tem relação comercial com a Cedente há pelo menos 1 (um) ano.

A Administradora deverá providenciar o registro do Regulamento, com a Relação de Clientes devidamente atualizada, na forma da Cláusula Dois do Contrato de Cessão, no prazo de até 15 (quinze) dias contado de cada data de atualização anual da Relação de Clientes.

## FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Clientes honrarem suas obrigações, podendo, assim, gerar perdas para o Fundo até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, em hipótese alguma, ser responsabilizados, dentre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

### **44. RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO E À CEDENTE (ORIGINADORA)**

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo e à Cedente (originadora), destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração ou a amortização nas respectivas Datas de Amortização Programadas, conforme disposto no respectivo Suplemento, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejado, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.
- b) **Amortização Condicionada e Possibilidade de Perda do Capital Investido.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo pelas respectivas contrapartes. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento destes recursos, se ocorrer, e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.
- c) **Amortização de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo.** O Fundo está exposto a determinados riscos associados aos Direitos Creditórios, conforme identificado no item 45 abaixo (Riscos Associados aos Direitos Creditórios), e a Outros Ativos, conforme identificado na alínea “h” deste item 44 (Riscos Associados ao Investimento no Fundo e à Cedente, integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização e, conforme o caso, ao resgate das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos diretamente pelos Clientes, que os Outros Ativos integrantes de sua carteira sejam liquidados por suas respectivas contrapartes e que os recursos recebidos sejam transferidos para o Fundo, a Administradora,

o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, a Cedente e/ou suas Afiliadas encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização e, conforme o caso, o resgate integral das Quotas. O valor de amortização e, conforme o caso, o resgate das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive a Cedente, a Administradora, o Custodiante e suas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado, caso existam Quotas em Circulação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo Vinte do Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Clientes.

- d) **Emissão dos Boletos de Cobrança e dos Avisos de Operação Financeira.** O Banco Arrecadador será responsável pela emissão e pelo envio dos Boletos de Cobrança aos Clientes (com exceção dos Grandes Clientes que liquidam suas faturas mediante depósito em conta e dos Clientes *Barter*). A Cedente será responsável pelo envio dos Avisos de Operação Financeira aos Grandes Clientes que liquidam suas faturas mediante depósito em conta, aos Clientes *Barter* e às sociedades *trading* responsáveis pelo pagamento de Vendas *Barter* indicando a Conta Vinculada para fins de pagamento. Qualquer interrupção ou falha na condução destes procedimentos ou a não utilização ou modificação das informações contidas no Boleto de Cobrança ou no Aviso de Operação Financeira, conforme o caso, poderá resultar no não recebimento, no atraso e/ou no crédito dos valores de titularidade do Fundo em contas correntes outras que não: (a) a Conta Corrente do Fundo, ou (b) a Conta Vinculada.
- e) **Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deva ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou, conforme o caso, resgate de suas respectivas Quotas, não representando nem devendo ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos Distribuidores e/ou de suas Afiliadas de assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou, conforme o caso, resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- f) **Descasamentos de Taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a taxas pré-fixadas, em Outros Ativos e em operações com derivativos, observado o disposto na política de investimento do Fundo. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será definido na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores, a Cedente e qualquer de suas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, por eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.

- g) Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quotas Seniores específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Seniores não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.
- h) Riscos Associados aos Outros Ativos (Inclusive de Liquidez).** O Fundo alocará até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores, a Cedente e suas Afiliadas, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate antecipado de Quotas. Dentre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. Além disso, os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes em honrar os compromissos de pagamento. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores/contrapartes dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Os referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor do Patrimônio Líquido, com perdas patrimoniais aos Quotistas.
- i) Riscos Provenientes do Uso de Derivativos.** Nos termos do Capítulo Quatro do Regulamento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá realizar operações de compra de opções de taxas de juros em mercados de derivativos, por meio da aquisição de contratos de Opção de Compra IDI, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas. O valor do prêmio a ser desembolsado pelo Fundo na compra de referidas opções, e o consequente impacto sobre seu Patrimônio Líquido para a efetivação das operações, está sujeito às condições de mercado à época da contratação, bem como à disponibilidade de caixa do Fundo. Não há como garantir que o Fundo disporá de caixa suficiente para a contratação de operações em mercados de derivativos, bem como que as condições de mercado serão favoráveis para referida contratação. Ademais, a contratação, pelo Fundo, das operações com instrumentos derivativos previstas no Regulamento, poderá não gerar a proteção esperada ou implicar no desembolso do prêmio, independentemente do exercício da opção.

- j) **Emissão de Novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo Onze do Regulamento, emitir novas Séries de Quotas Seniores, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os Quotistas do Fundo à época, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas Seniores que já estejam em Circulação na ocasião.
- k) **Potencial Conflito de Interesses entre a Administradora e o Custodiante.** A Administradora e o Custodiante são a mesma pessoa jurídica. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles normalmente existentes quando tais funções fiduciárias são exercidas por entidades distintas.
- l) **Riscos Operacionais.** O Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas dos prestadores de serviços do Fundo, tais como da Administradora, do Custodiante, da Cedente, do Agente Cobrador, do Agente Escriturador, dentre outros.
- m) **Outros Riscos.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco descritos neste Prospecto, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda, mudanças legislativas, incluindo alterações nos critérios de tributação dos rendimentos auferidos pelos Quotistas, ou mudanças políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.
- n) **Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações da Cedente ou de Terceiros Prestadores de Serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores relativos ao pagamento de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, eventualmente recebidos pela Cedente ou pelos prestadores de serviços do Fundo (i.e., Agente Cobrador), podem, enquanto não transferidos ao Fundo, vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora on line” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- o) **Possibilidade de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial da Cedente.** A Cedente está sujeita à falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/05. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pela Cedente e a interrupção dos procedimentos de cessão pela Cedente poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Ademais, caso a Cedente se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a ocorrência dos eventos descritos acima, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- p) Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.** A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e/ou os Distribuidores não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. A cessão desses Direitos Creditórios pela Cedente, pode ser invalidada ou tornada ineficaz após sua aquisição pelo Fundo, impactando negativamente a rentabilidade dos Quotistas, caso configurada: (i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, conforme disposto na legislação em vigor, a Cedente estiver insolvente ou, se em razão da cessão, passar a esse estado; (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data de aquisição, demanda judicial fundada em direito real; (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal; ou (iv) caso o respectivo Direito Creditório já se encontre vinculado a outros negócios jurídicos, inclusive por meio da constituição de garantias reais.
- q) Possibilidade de Liquidação Antecipada do Fundo.** Observado o disposto no Regulamento, o Fundo poderá amortizar e/ou resgatar as Quotas em datas anteriores às Datas de Amortização, caso ocorra qualquer Evento de Amortização Antecipada, ou se assim deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Capítulo Dezessete do Regulamento. Por este motivo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Distribuidor Líder e pelos Distribuidores, pela Cedente e/ou por suas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- r) Sazonalidade dos Negócios da Cedente.** Os negócios de produção e comercialização de sementes e agroquímicos para culturas não perenes estão sujeitos à sazonalidade. Esse fato cria flutuações na geração de Direitos Creditórios, normalmente com picos em julho, agosto, dezembro e janeiro. Essa sazonalidade pode afetar a geração de Direitos Creditórios, impactando negativamente a Alocação Mínima de Investimento e, no limite, levar à ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada.
- s) Riscos Operacionais Relativos à Movimentação da Conta Vinculada.** Observados os termos e as condições do Contrato de Cobrança Bancária, da legislação aplicável e do Contrato de Cessão, todos os recursos decorrentes dos pagamentos vinculados a Direitos Creditórios (de titularidade do Fundo e da Cedente), devidos por Grandes Clientes que liquidam suas faturas por meio de depósito em conta e os recursos resultantes de Vendas *Barter* serão creditados na Conta Vinculada. Após respectiva conciliação, o Custodiante deverá repassar os valores depositados na Conta Vinculada para a Conta Corrente do Fundo e/ou para a Conta Corrente da Cedente, conforme o caso. Na impossibilidade ou atraso na conciliação de tais valores, (i) as disponibilidades constantes da Conta Vinculada poderão incluir recursos da Cedente; e (ii) poderá resultar em atrasos ou impossibilidade de verificação do pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Clientes.



#### **45. RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de Crédito.** Os Direitos Creditórios são pagos pelos Clientes quando do vencimento de suas obrigações. No curso ordinário do Programa de Securitização, o pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Clientes se dará por meio dos Boletos de Cobrança, mediante crédito dos recursos em Conta Corrente do Fundo após o seu recebimento pelo Banco Arrecadador ou, na hipótese dos Direitos Creditórios devidos por Grandes Clientes que liquidam suas faturas mediante crédito em conta ou decorrentes de Vendas *Barter*, por meio de crédito dos valores devidos na Conta Vinculada. A realização dos Direitos Creditórios depende da solvência dos Clientes, do efetivo pagamento dos valores devidos e do adimplemento pelo Banco Arrecadador de suas obrigações definidas no Contrato de Cobrança Bancária e pelo Custodiante, na qualidade de gestor da Conta Vinculada, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.
- b) **Riscos Relacionados ao Setor de Atuação da Cedente.** O setor agrícola está sujeito a características específicas, inclusive, mas não se limitando a: (i) natureza predominantemente sazonal, com o que as operações são afetadas pelo ciclo das lavouras; (ii) condições meteorológicas adversas, inclusive secas, inundações, granizo ou temperaturas extremamente altas, que são fatores imprevisíveis, podendo ter impacto negativo na produção agrícola ou pecuária; (iii) incêndios e demais sinistros; (iv) pragas e doenças, que podem atingir de maneira imprevisível as safras; (v) preços praticados mundialmente, que estão sujeitos a flutuações significativas, dependendo (a) da oferta e demanda globais, (b) de alterações dos níveis de subsídios agrícolas de certos produtores importantes (principalmente Estados Unidos e Comunidade Européia), (c) de mudanças de barreiras comerciais de certos mercados consumidores importantes e (d) da adoção de outras políticas públicas que afetem as condições de mercado e os preços dos produtos agrícolas; (vi) concorrência de commodities similares e/ou substitutivas; e (vii) acesso limitado ou excessivamente oneroso à captação de recursos, além de alterações em políticas de concessão de crédito, tanto por parte de órgãos governamentais como de instituições privadas, para determinados participantes, inclusive os Clientes. A verificação de um ou mais desses fatores poderá impactar negativamente o setor, afetando a geração dos Direitos Creditórios e a adimplência dos Clientes, bem como o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Quotas.
- c) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão de Direitos Creditórios da Cedente.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação da Cedente ou de qualquer outra Pessoa. A Cedente é apenas responsável pela correta constituição e, quando constituídos, pela existência, certeza, autenticidade e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis ao tempo da cessão, conforme o caso. A Administradora, o Distribuidor Líder e os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência dos Clientes e/ou da Cedente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, certeza, autenticidade, correta formalização e/ou liquidez. Nos termos do artigo 38, inciso I, da Instrução CVM 356, o Custodiante é responsável por receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios, o que não engloba qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes e/ou da Cedente ou pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos.

- d) Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pela Cedente para Concessão de Crédito.** A Cedente somente poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios constituídos de acordo com a Política de Concessão de Crédito, e que atendam, cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade dos Créditos e às Condições da Cessão. A Política de Concessão de Crédito adotada pela Cedente tem por finalidade a adequada gestão e a uniformidade na avaliação do crédito, tendo sido elaborada com base em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. A solvência dos Direitos Creditórios depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes na Data de Vencimento Original ou antecipada (quando aplicável). Ademais, a Política de Concessão de Crédito pode (i) ser alterada de tempos em tempos, a exclusivo critério da Cedente, conforme descrito no item a seguir, ou (ii) eventualmente conter alguma inconsistência ou imprecisão. Dessa forma, a observância da Política de Concessão de Crédito não constitui garantia de adimplência dos Clientes.
- e) Ausência de Cessão das Garantias dos Direitos Creditórios ao Fundo.** A Cedente não irá transferir ao Fundo quaisquer garantias eventualmente constituídas para assegurar o cumprimento, pelos Clientes, de suas obrigações resultantes dos ou relacionadas aos Direitos Creditórios, com exceção das garantias vinculadas às Vendas *Barter*, as quais serão cedidas ao Fundo. As demais garantias relacionadas aos Direitos Creditórios continuarão a beneficiar a Cedente, vez que não serão objeto de cessão ao Fundo, o que poderá modificar o histórico de pagamento dos Direitos Creditórios por Clientes, conforme apresentado no Relatório de Revisão Especial, e a capacidade de o Fundo receber o valor integral devido por Clientes em razão de Direitos Creditórios cedidos.
- f) Modificações à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança.** A Cedente poderá, unilateralmente, proceder a alterações aos termos e às condições da Política de Concessão de Crédito e/ou da Política de Cobrança sem a necessidade de aprovação prévia da Administradora. A Cedente informará à Administradora qualquer modificação à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança posteriormente à sua realização. Desta forma, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações acima referidas poderão afetar negativamente (a) os direitos e as prerrogativas dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo; e, conseqüentemente, (b) a boa ordem financeira, operacional e legal do Programa de Securitização.
- g) Possibilidade de Interrupção da Aquisição de Direitos Creditórios.** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pela Cedente, visto que a interrupção dos procedimentos de cessão poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. A Cedente não se encontra obrigada a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, podendo, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, (i) encerrar os procedimentos de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo e (ii) ceder os Direitos Creditórios a terceiros. A continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pela Cedente ao Fundo depende: (i) de a Cedente continuar a comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; (ii) de os Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento; (iii) de a Cedente ter interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo; e (iv) de a legislação brasileira, atualmente vigente, aplicável às atividades da Cedente e à constituição dos Direitos Creditórios, não ser alterada no sentido de impor restrições na realização de operações de compra e venda mercantil a prazo de Produtos ou, ainda, de vedar a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Não há como assegurar que a demanda pelos Produtos comercializados pela Cedente permaneça nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios.

- h) Cobrança dos Direitos Creditórios, Possibilidade de Aporte Adicional pelos Quotistas e Possibilidade de Perda do Capital Investido.** Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os titulares das Quotas Seniores aportem os valores adicionais, necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Vinte e Sete do Regulamento, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do aporte a que se refere aquele Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. A Cedente, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos e por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo Vinte e Sete do Regulamento. Consequentemente, conforme descrito no Regulamento, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.
- i) Inexistência de Verificação Prévia pelo Custodiante e pela Administradora do Lastro dos Direitos Creditórios.** Quando da oferta dos Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo, a Administradora e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem a realização efetiva da operação de compra e venda, lastro dos Direitos Creditórios, sendo certo que tal verificação será realizada *a posteriori*, por meio de auditoria por amostragem, com um limite de erro tolerável entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), observados os Procedimentos de Verificação definidos no Regulamento; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do respectivo Cliente ou (iii) são objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, consequentemente, em perdas para os Quotistas.
- j) Documentos Comprobatórios.** O Custodiante contratará a Cedente para a prestação dos serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios, a título de fiel depositário. A Cedente manterá os Documentos Comprobatórios sob sua custódia, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, responsabilizando-se pela guarda dos referidos documentos, em nome do Fundo. A Cedente garantirá o acesso do Custodiante e da Administradora aos Documentos Comprobatórios, bem como se comprometeu a entregar, mediante solicitação, todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda. A guarda desses documentos pela Cedente poderá acarretar em atrasos ou impossibilidade de implementação da Política de Cobrança pelo Custodiante.

- k) Risco de Liquidez e Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios e de sua consequente falta de liquidez, poderá inexistir compradores de Direitos Creditórios ou o preço de negociação poderá causar perda ao Patrimônio Líquido, ou afetar pagamentos de amortização ou resgate dos Quotistas. Portanto, os titulares de Quotas Seniores devem possuir condição financeira para manter titularidade dos Direitos Creditórios até seu vencimento, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- l) Critérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar e definir o tipo de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de frequência e regularidade dos Clientes na realização de compras de Produtos, em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios, e diversificação de carteira, entre outros. Os Critérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis da Cedente, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. A solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes. Dessa forma, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes.
- m) Condições da Cessão.** As Condições da Cessão não serão objeto de verificação pelo Custodiante, pela Administradora, pelo Distribuidor Líder e/ou pelos Distribuidores ou por qualquer outro prestador de serviços ao Fundo, sendo a Cedente a única responsável por tal verificação a cada Data de Oferta. Neste sentido, as Condições da Cessão são declarações prestadas pela Cedente e não se confundem com os Critérios de Elegibilidade, os quais, nos termos do artigo 38, II, da Instrução CVM 356 e do Regulamento, deverão ser verificados pelo Custodiante a cada Data de Oferta. A existência de Direitos Creditórios que não atendam às Condições da Cessão poderá afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, garantias e prerrogativas dos Quotistas.
- n) Pagamentos Feitos em Desacordo com as Instruções.** A Cedente irá informar aos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo por meio do envio do Aviso de Operação Financeira. O envio deste aviso não elimina, a possibilidade de os Clientes efetuarem o pagamento dos respectivos Direitos Creditórios à Cedente e não, como esperado, ao Fundo. É também possível que alguns pagamentos à Cedente sejam efetuados em desacordo com as instruções recebidas, ou não sejam efetuados por meio dos Boletos de Cobrança ou crédito na Conta Vinculada, conforme o caso. Neste caso, a Cedente e/ou suas Afiliadas, caso venham a receber os recursos transferidos pelos Clientes, deverão, na qualidade de fiéis depositárias, repassar ao Fundo os valores eventualmente recebidos. Não obstante a possibilidade de ingresso com as medidas judiciais cabíveis, tal repasse poderá atrasar ou não ocorrer.

- o) Condição Resolutiva da Cessão Motivada por Devolução de Produtos.** Dentro de limites previstos na política comercial da Cedente e por única e exclusiva liberalidade desta, os Clientes podem proceder à devolução imotivada, parcial ou total, de Produtos por estes adquiridos. Em princípio, o Cliente pode vir a efetuar o pagamento parcial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem que se caracterize sua inadimplência ou mora, deduzindo do valor devido os Produtos devolvidos imotivadamente. Nos termos do Contrato de Cessão, esta devolução acarretará a resolução parcial ou total da cessão do Direito Creditório correspondente, com o que a Cedente deverá, em caráter irrevogável e irretratável, restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, a parcela ou totalidade do Preço de Aquisição do respectivo Direito Creditório, devidamente atualizado, desde a Data de Aquisição até a data da resolução parcial ou total da cessão. O valor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e/ou a solvência do Fundo poderão ser adversamente afetados caso a Cedente venha a aumentar unilateralmente os limites de devolução e/ou deixe de restituir, ao Fundo, a parcela ou totalidade do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios que tiverem sua cessão resolvida.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Cedente, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor Líder e dos Distribuidores, de qualquer de suas Afiliadas e/ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nesta Seção poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido e, consequentemente, comprometer a capacidade de o Fundo efetuar o pagamento, total ou parcial, de qualquer amortização ou resgate das Quotas dentro dos prazos e nas condições originalmente previstas no Regulamento.

## DOS SETORES DE SEMENTES E DE DEFENSIVOS

*As informações contidas neste Prospecto em relação ao setor agrícola interno e externo são baseadas em dados publicados pelo Bacen, pela CONAB, MAPA, United States Department of Agriculture (USDA), Food and Agriculture Organisation of the United Nations (FAO), IBGE, Organização das Nações Unidas (ONU) e por demais órgãos públicos e outras fontes independentes e não representam ou expressam qualquer opinião ou juízo de valor por parte da Cedente, do Distribuidor Líder, dos Distribuidores, da Administradora e do Custodiante com relação aos setores analisados. A Cedente, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, a Administradora e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pela precisão ou suficiência de tais indicadores e/ou projeções do setor agrícola.*

### 46. INTRODUÇÃO

De acordo com estimativa feita pela CONAB para a área de plantio no Brasil na safra 2008/09, o País terá plantado aproximadamente 47,7 milhões de hectares, o que representa um aumento de 249.500 hectares sobre a safra 2007/2008. Comparando-se com a safra 2001/02, a área plantada no Brasil cresceu 18,45%, o que significa um crescimento médio anual de aproximadamente 2,14%, conforme tabela abaixo:

SÉRIE HISTÓRICA BRASIL  
Safras 2000/01 a 2008/09

PRODUTO	Área Plantada					Em mil hectares		
	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07 (1) Previsão	2007/08 (1) Previsão	2008/09 (2) Previsão
ALGODÃO	747,7	735,1	1.100,0	1.179,4	856,2	1.096,8	1.077,4	842,3
AMENDOIM TOTAL	93,9	84,5	98,2	129,5	113,1	102,6	115,2	113,8
AMENDOIM 1ª SAFRA	68,4	63,3	73,8	98,5	81,8	75,5	88,2	84,0
AMENDOIM 2ª SAFRA	25,5	21,2	24,4	31,0	31,3	27,1	27,0	29,8
ARROZ	3.219,6	3.186,1	3.654,4	3.916,3	3.017,8	2.967,4	2.875,0	2.908,9
AVEIA	256,5	267,2	299,2	326,2	356,8	321,4	106,1	108,5
CENTEIO	5,5	2,6	2,6	2,6	4,3	4,3	3,7	4,0
CEVADA	154,1	112,5	137,1	140,0	142,9	90,0	98,3	74,4
FEIJÃO TOTAL	4.269,7	4.378,7	4.287,4	3.949,2	4.223,6	4.087,8	3.993,0	4.179,4
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.417,3	1.421,0	1.371,1	1.159,9	1.233,3	1.559,6	1.313,4	1.439,2
FEIJÃO 2ª SAFRA	2.027,7	2.093,9	2.024,2	1.852,6	2.051,3	1.703,9	1.866,6	1.974,5
FEIJÃO 3ª SAFRA	824,7	863,8	892,1	936,7	939,0	824,3	813,0	765,7
GIRASSOL	52,6	43,2	55,1	50,1	66,9	75,4	111,3	78,3
MAMONA	126,1	128,3	166,2	215,1	147,9	155,6	162,7	155,9
MILHO TOTAL	12.318,8	13.226,2	12.783,0	12.208,2	12.963,9	14.054,9	14.765,7	14.126,0
MILHO 1ª SAFRA	9.433,8	9.663,5	9.465,3	9.021,8	9.652,8	9.493,9	9.635,6	9.226,9
MILHO 2ª SAFRA	2.885,0	3.562,7	3.317,7	3.186,4	3.311,1	4.561,0	5.130,1	4.899,1
SOJA	16.329,0	18.474,8	21.375,8	23.301,1	22.749,4	20.686,8	21.313,1	21.729,2
SORGO	489,9	735,5	898,3	788,6	731,9	704,4	843,4	842,9
TRIGO	2.051,6	2.464,2	2.464,2	2.756,3	2.361,8	1.757,5	1.851,8	2.423,3
TRITICALE	120,0	107,9	101,0	105,6	131,1	107,7	94,5	73,8
<b>BRASIL</b>	<b>40.235,0</b>	<b>43.946,8</b>	<b>47.422,5</b>	<b>49.068,2</b>	<b>47.867,6</b>	<b>46.212,6</b>	<b>47.411,2</b>	<b>47.660,7</b>

Fonte: CONAB.

De acordo com a FAO, em relatório publicado em setembro de 2009, será necessário que a produção agrícola mundial aumente em 70% até 2050 para alimentar a população do planeta que, com 2,3 bilhões de pessoas a mais, chegará a 9,1 bilhões de pessoas.

Nesse contexto, o aumento da produtividade das áreas plantadas através da utilização de novas tecnologias, bem como a utilização racional dos recursos naturais tornam-se fundamentais para que a produção mundial atenda à demanda de forma sustentável.

#### **47. SETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES NO BRASIL E LEGISLAÇÃO NACIONAL APLICÁVEL**

##### **a) Setor de Produção e Comercialização de Sementes no Brasil**

O mercado agrícola é historicamente um dos principais setores de atividade da economia brasileira. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas - GV Agro, em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor movimentou R\$642,63 bilhões dos quais R\$456,8 bilhões são referentes à agricultura e R\$185,7 bilhões à pecuária.

Dentre as principais lavouras brasileiras destacam-se os cultivos de soja e milho responsáveis, respectivamente, por 44,95% e 31,11% da área plantada brasileira de grãos. Ocupando uma área de aproximadamente 14 milhões de hectares, do norte a sul do País, o cultivo do milho atingiu uma produção de mais de 52 milhões de toneladas no ano de 2007, segundo a CONAB.

Em função do longo ciclo de produção de sementes, as decisões de produção e manufatura dos produtos que serão comercializados na próxima Safra são tomadas com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência à sua comercialização, no caso das sementes de milho e soja, por exemplo. Essa característica de indústria de sementes faz com que seja comum a existência de estoques em montantes significativos.

Para o biênio de 2008/09, a CONAB projetou uma produção de 136,5 milhões de toneladas de grãos.

##### **b) Legislação Nacional Aplicável**

A organização do sistema de abastecimento de sementes no Brasil teve início em 1920, a partir da criação do Serviço de Sementes no âmbito do Ministério da Agricultura, cujas atribuições incluíam a multiplicação, o controle de produção, a análise e a distribuição. Nos anos quarenta, o governo do Estado de São Paulo estabeleceu um sistema estatal de distribuição de sementes. Em 1965, a promulgação da primeira Lei de Sementes estabeleceu regras para o setor, criando as bases para o desenvolvimento da indústria de sementes no País. Em 1973 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e com a revolução verde na década de setenta, empresas multinacionais começaram a ingressar no mercado.

A importância dos segmentos de negócios em que a Cedente atua no Brasil faz com que os mesmos sejam regulados e fiscalizados por órgãos específicos. As principais leis e normas aplicáveis se encontram disponíveis para consulta junto ao site do MAPA: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br) e da CTNBio: [www.ctnbio.gov.br](http://www.ctnbio.gov.br).

Aos investidores que tenham interesse em conhecer a legislação aplicável e se manter atualizados acerca do arcabouço legal e/ou aspectos técnicos relacionados à produção e comercialização no Brasil de sementes, com ou sem modificações genéticas, recomenda-se consultar os sites e legislação acima referidos e/ou profissionais e consultores especializados.

Destacam-se a seguir as principais normas brasileiras atualmente em vigor aplicáveis às sementes de milho e sorgo e sementes de milho alteradas geneticamente. Ressaltamos que este resumo não tem o propósito de elencar todas as normas nem constitui promessa de atualização de informações acerca da legislação aplicável e/ou futuras alterações durante a vigência do Programa de Securitização, nem opinião legal a potenciais investidores.

O setor de sementes no Brasil é regulado e supervisionado por intermédio de diversos órgãos do MAPA, e, quando se tratar de sementes caracterizadas como OGM, cumulativamente pela CTNBio, órgão subordinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem inclusive o poder de avaliar impactos ambientais acerca da introdução de OGMs no meio ambiente.

Em sementes variedades de milho são registradas junto ao Registro Nacional de Cultivares, previamente à colocação das respectivas sementes comerciais no mercado. Cada variedade de semente tem que ser cadastrada para que se possa certificar os campos de produção de sementes e posteriormente comercializá-las. A Cedente conduz pesquisa de linhagem de sementes e mantém campos de produção próprios e contratos de parceria rural com cooperados em áreas irrigadas e selecionadas, que produzem sementes com acompanhamento e supervisão de técnicos da Cedente.

O registro das variedades de sementes é atualmente regulado pela Lei nº 10.711/2003 e pelo Decreto nº 5.153/2004 que regulamenta a Lei nº 10.711/2003.

A Lei nº 9456/1997 (referida como Lei de Proteção de Cultivares) e o Decreto nº 2366/1997 que a regulamenta, permitem a obtenção de proteção por 15 anos sobre a propriedade intelectual relativa a cultivares que a Cedente cria para fins de cultivo de sementes de algodão, soja, milho e frutas/vegetais, mediante a emissão de certificados de proteção de cultivares, de modo que a Cedente tenha protegido seus direitos de exclusividade sobre tais cultivares, isto é, a exclusividade para produção e comercialização das respectivas sementes.

Em biotecnologia, quaisquer produtos (inclusive sementes) caracterizados como OGMs, além de cumprirem o disposto na Lei nº 10.711/2003 e no Decreto nº 5.153/2004, devem preliminarmente ser autorizados pela CTNBio, para fins de produção e comercialização. Dentre as competências da CTNBio, destaca-se a apreciação de pedidos de pareceres técnicos para liberação comercial de sementes geneticamente modificadas que a CTNBio considere que atende às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Os procedimentos para aprovação de OGMs pela CTNBio constam da Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança) e do Decreto nº 5.591/2005. E a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), permite a obtenção de proteção e exclusividade por 20 anos para a exploração comercial (produção e comercialização) de produtos (a exemplo de sementes geneticamente modificadas) que contenham tecnologia patenteável – ‘eventos’ ou ‘traits’, a exemplo dos produtos ‘*Soja Roundup Ready*’ (soja com tolerância a glifosato), ‘*Algodão Bollgard*’, ‘*Algodão Roundp Ready (tolerância a glifosato)*’ e ‘*Milho YieldGard*’ (YG) (resistência a insetos), hoje comercializados pela Cedente no Brasil.

Além do atendimento pela Cedente das exigências dos órgãos reguladores e/ou de registro e/ou de fiscalização acima referidos, a Cedente atua de forma a obter as licenças de operação e licenças ambientais necessárias ao funcionamento de suas unidades de pesquisa, produção, armazenamento e distribuição de sementes.

#### **48. SETOR DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AGROQUÍMICOS NO BRASIL E LEGISLAÇÃO NACIONAL APLICÁVEL**

##### **a) Setor de Produção e Comercialização de Defensivos no Brasil**

Em 2008 a indústria brasileira de defensivos gerou vendas de aproximadamente US\$7,12 bilhões, pouco mais de 17% do mercado mundial, representando uma taxa de crescimento de 32,6% em relação ao ano de 2007, sendo que o Brasil encontra-se atualmente na primeira posição do *ranking* mundial dos agroquímicos, de acordo com o Sindag (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola).

Os segmentos da indústria de agroquímicos estão associados às grandes classes de uso dos produtos:

- Acaricidas: são produtos químicos destinados a controlar ou eliminar os ácaros;



- Fungicidas: usados principalmente para combater fungos que atacam as culturas e como cobertura protetiva para eliminar os fungos que atacam as sementes, prejudicando sua germinação. Os fungicidas também podem eliminar plantas parasíticas e outros organismos semelhantes;
- Herbicidas: pesticida destinado a eliminar ou impedir o crescimento de ervas daninhas que prejudicam o crescimento de plantas de uma lavoura, normalmente são utilizados para substituir a capina mecânica ou manual. Três são as classes mais importantes: herbicidas de contato, sistêmicos e os esterilizantes do solo. Dentro das três classes, é ainda possível segmentar os produtos em herbicidas seletivos (aqueles que atacam diretamente a praga) e os não-seletivos (os que destroem as plantas independente de qualquer critério). Normalmente um herbicida de contato é não-seletivo, ou seja, ataca qualquer planta com que entra em contato, por isto seu uso é limitado e antieconômico para a lavoura. Estes herbicidas são usados principalmente para limpeza de terrenos, vias públicas e férreas, áreas industriais, auto-estradas e rodovias. Um herbicida sistêmico é absorvido pela planta, tornando-a tóxica para algum parasita, seja ela outra planta ou inseto;
- Inseticidas: pesticidas destinados a eliminar insetos. Quanto à origem química dos compostos podemos destacar existem três grandes famílias: os organosintéticos, os inorgânicos, os botânicos ou bioinseticidas. Os organosintéticos são sintetizados industrialmente e costuma-se dividi-los em três tipos: organoclorados (derivados do cloro); os organofosforados (derivados do fósforo); e os carbamatos (derivados do carbono). Os inseticidas inorgânicos são normalmente obtidos de minerais: arsênico, enxofre, chumbo, mercúrio, cromo, fósforo e flúor. Os inseticidas botânicos são obtidos das plantas sendo os mais comuns a nicotina, a rotenona e a piretrina, esta última a única ainda em uso;
- Raticidas: são utilizados para eliminar ratos, marmotas, toupeiras, esquilos e camundongos. Os compostos químicos que dão origem a raticidas é variado: sulfato de tálio, ácido cianídrico, arsênico, fluoracetato de sódio, estricnina, cianeto de cálcio, fosfeto de zinco, etc.

## b) Legislação Nacional Aplicável

Para serem produzidos e comercializados herbicidas à base do ácido glifosato, a Cedente precisa primeiramente submeter os mesmos à aprovação prévia da ANVISA e do MAPA, e depois do IBAMA. Além disso, nos diversos Estados da Federação onde são comercializados, os herbicidas devem ser objeto de cadastro pelas secretarias de agricultura e/ou abastecimento estaduais.

A Lei aplicável ao registro de herbicidas é a Lei nº 7.802/1989, regulamentada pelo Decreto nº 4.074/2002.

Este resumo não tem o propósito de elencar todas as normas nem constitui promessa de atualização de informações acerca da legislação aplicável e/ou futuras alterações durante a vigência da operação de securitização, nem opinião legal a potenciais investidores.

Aos investidores que tenham interesse em conhecer a legislação aplicável e se manter atualizados acerca do arcabouço legal e/ou aspectos técnicos relacionados à produção e comercialização de agroquímicos e em especial herbicidas, recomenda-se consultar os sites dos órgãos reguladores competentes, a legislação acima referida e legislação complementar e posterior aplicável, bem como profissionais e consultores especializados.

**49. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR E PODER DE POLÍCIA DAS AUTORIDADES DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Além dos normativos acima referidos, a título exemplificativo, relativos à produção e comercialização de sementes e agroquímicos, a Monsanto se encontra também sujeita aos seguintes normativos:

- i) Portaria nº 131/1981 do MAPA, que estabelece padrões mínimos de porcentagem de pureza, germinação e valor cultural de sementes para venda, distribuição e transporte. No caso de milho exige-se 90% de pureza para todas as sementes; e 50% de germinação. Conforme disposto no artigo 3º da Portaria 131, o prazo de validade de teste de germinação de sementes de grandes culturas é de dez meses;
- ii) normativo que fixa o prazo médio de validade de sementes em 1 ano e estabelece a obrigação legal dos produtores, de efetuarem o recolhimento e destruição de sementes que tenham ultrapassado o prazo de validade, inclusive de sementes que se encontrem armazenadas por distribuidores;
- iii) Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), que dispõe sobre as regras de proteção ao consumidor, considerado hipossuficiente face ao fornecedor de produtos e à indústria em geral. Nesse sentido, as relações de consumo devem cumprir todas as normas estabelecidas pelo referido código, em especial àquelas relativas à qualidade e validade do produto, informações sobre a correta forma de utilização, eventuais riscos e proteção à saúde do consumidor; e
- iv) normativos que conferem poder de polícia aos órgãos do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e fixam, dentre outras regras, preços mínimos para sementes e produtos agrícolas de determinadas safras e regiões do País.

**50. PRODUTOS CUJAS VENDAS A PRAZO LASTREIAM OS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS**

O Programa de Securitização aqui descrito é o primeiro realizado pela Monsanto do Brasil Ltda.

Os Produtos cujas vendas a prazo resultam em Direitos Creditórios (desde que observados as Condições da Cessão e os Critérios de Elegibilidade referidos nos Documentos da Securitização) podem ser divididos em duas principais categorias:

- 1. Agroquímicos, com destaque para o herbicida marca *Roundup*, *outras marcas de defesa da Cedente* e produtos semi-acabados ou sem marca própria (ditos '*non-branded*'); e
- 2. Sementes de milho, com destaque para as marcas Dekalb, Agrocere e Agroeste, e sorgo (esta última para alimentação de animais) híbridos ou geneticamente modificados.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## GRUPO MONSANTO

*As informações referentes à Cedente, e demais empresas integrantes de seu grupo econômico, assim como seu respectivo mercado de atuação contidas neste Prospecto foram por elas preparadas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.*

*Para maiores informações, vide o Relatório da Empresa de Auditoria, anexo a este Prospecto.*

### **51. VISÃO GERAL**

O Grupo Monsanto se dedica à produção, comercialização e distribuição de insumos agrícolas e ao desenvolvimento de biotecnologia para agricultura, sendo líder mundial nestes segmentos.

Referido grupo é responsável pela comercialização de, aproximadamente, 11 bilhões de dólares em insumos agrícolas por ano, dos quais cerca de USD 1 bilhão (um bilhão de dólares) são reinvestidos na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que possam aumentar a produtividade agrícola e reduzir o consumo de insumos, tais como água, fertilizantes e defensivos agrícolas.

De acordo com estimativas da consultoria Global Insight, a área agricultável no mundo deverá cair de aproximadamente 0,30 hectares per capita (ano base 1980) para 0,18 hectares per capita em 2030. Nesse contexto, os investimentos crescentes da Monsanto em biotecnologia são fundamentais para proporcionar o aumento da produtividade necessário para atender a demanda global por alimentos.

A título de comparação, nos Estados Unidos, de 1971 a 1995 a produtividade anual das culturas de milho cresceram a uma taxa anual de 94Kg por hectare. Com o advento da biotecnologia introduzida pela Monsanto em 1996, a produtividade começou a crescer anualmente a uma taxa média de 163kg por hectare, ou seja, um aumento na taxa de crescimento da ordem de 70%.

Em 1996, os Estados Unidos e o Canadá eram os únicos países nos quais eram permitidas culturas transgênicas. Atualmente, 25 (vinte e cinco) países permitem o plantio e a comercialização de sementes geneticamente modificadas, incluindo-se nessa lista variedades de milho, soja, algodão, canola, batata, tomate, beterraba, papaya e cravo.

Atualmente, a Monsanto possui em seu *pipeline* de produtos uma vasta gama de produtos com lançamentos previstos no Brasil e no mundo até 2030. Dentre os principais produtos em fase inicial de pesquisa ou em fase final de aprovação, destacam-se o milho tolerante a stress climático (seca) desenvolvido em conjunto com a BASF, sementes de soja com maior teor de Ômega 3, e sementes de milho com maior capacidade de absorção de nitrogênio no solo.

A liderança e o pioneirismo da Monsanto neste segmento fez com que ela se tornasse uma das empresas mais influentes do mundo, ao lado de companhias como Apple e Google, segundo pesquisa feita pela revista Newsweek no final de 2008.

### **52. ATUAÇÃO DA CEDENTE NO MERCADO DE SEMENTES**

No que diz respeito ao setor de sementes, a Cedente se dedica à pesquisa, desenvolvimento e comercialização de sementes de soja, milho, algodão e sorgo, sem modificação genética e produtos que contêm com tecnologia patenteada por serem caracterizados como OGM. A Cedente acredita que seus investimentos em tecnologia melhoram a nutrição, aumentam a produtividade das lavouras, toleram melhor frustrações climáticas, reduzem perdas e diminuem a necessidade do uso de produtos químicos, nutrientes e água.

Cada gene modificado (referido como ‘evento’ ou ‘trait’) agrega valor ao produto final, de modo que cada semente pode conter uma ou mais construções genéticas patenteáveis. Quanto mais *traits* são incorporados a cada tipo de semente, maior o valor agregado do produto e maiores os benefícios aos agricultores

Um exemplo, refere-se às vantagens decorrentes da utilização de sementes tolerantes a herbicidas à base de glifosato. A utilização dessas sementes facilita o manejo mais eficiente de plantas daninhas e redução do uso de herbicidas aplicados ao solo durante a pós-emergência de uma cultura (a exemplo da soja). Já no caso das sementes milho com a tecnologia Yieldgard, a resistência natural da planta quanto ao ataque da lagarta-do-cartucho, por exemplo, faz com que os agricultores economizem na aplicação de defensivos e garantem ainda um aumento da produtividade da planta, que não sofre com o estresse decorrente do ataque da lagarta.

Além do benefício direto para os agricultores, a utilização das tecnologias desenvolvidas pela Cedente beneficiam diretamente o meio ambiente, através da preservação de recursos naturais e fósseis, tais como água e óleo diesel. Um estudo realizado pela consultoria “Céleres” para a Associação Brasileira de Sementes e Mudas - ABRASEM estima os benefícios que a utilização das tecnologias já aprovadas no Brasil trarão para o meio ambiente, conforme tabela abaixo:

**BENEFÍCIOS QUE AS CULTURAS GENETICAMENTE MODIFICADAS PODEM  
TRAZER AO BRASIL ATÉ A SAFRA 2017/2018\***

<b>Ítems/Culturas</b>	<b>Algodão</b>	<b>Milho</b>	<b>Soja</b>	<b>Total</b>
Água ( <i>redução de uso, em bilhões de litros</i> )	10,3	35,7	59,1	105,1
Diesel ( <i>economia, em milhões de litros</i> )	58,6	255,1	492,7	806,5
CO <sub>2</sub> ( <i>redução da emissão, em milhões de toneladas</i> )	0,15	0,66	1,27	2,1
Produtos químicos que deixarão de ser lançados no meio ambiente ( <i>em milhares de toneladas</i> )	65,8	133,2	22,7	221,7

\* Considerando a adoção do algodão e milho resistentes a insetos e da soja tolerante a herbicida, aprovados até junho de 2008

Para desenvolver suas atividades de sementes no Brasil, a Cedente possui 12 (doze) unidades pesquisa, armazenagem e processamento de sementes. Essas unidades fazem parte dos programas mundiais de melhoramento genético desenvolvidos pelo Grupo Monsanto. Esse programa inclui a troca anual de aproximadamente um milhão de combinações de germoplasma entre os pesquisadores do Grupo através 15 (quinze) países. As principais unidades de sementes da Cedente no Brasil encontram-se em Ipuã, Santa Helena de Goiás e Uberlândia. A distribuição geográfica das unidades da Cedente, tanto no setor de sementes quanto no de defensivos pode ser visto abaixo:



Fonte: Monsanto

Além disso, a cedente comercializa no Brasil, através de suas coligadas e controladas (Monsoy, MDM, Alellyx e CanaVialis) sementes de soja, algodão e hortaliças diversas (cebola, melão, tomate, por exemplo) e, mais recentemente, a pesquisa e comercialização de serviços e mudas de cana-de-açúcar através de 7 (sete) unidades dedicadas à pesquisa de tecnologias voltada para o segmento.

O *site* da Cedente ([www.monsanto.com.br](http://www.monsanto.com.br)) e da sua controladora ([www.monsanto.com](http://www.monsanto.com)) contém informações sobre as participações e produtos da Cedente no Brasil e no mundo bem como outras estimativas da empresa em relação ao setor.

### **53. ATUAÇÃO DA CEDENTE NO MERCADO DE DEFENSIVOS**

A Monsanto Co. é líder mundial e local (por meio da Cedente) no segmento de herbicidas com o herbicida ‘Roundup’. Produzido desde 1970, com a síntese do glifosato, ele é vendido no mundo para o manejo de plantas daninhas em pré-plantio das lavouras e aplicações de pós-emergência. Os herbicidas da linha Roundup são conhecidos por possuírem uma eficácia agrônômica e baixa toxicidade para o ser humano.

A Cedente detém “*know how*” sobre os processos de produção e do sal que é um dos principais componentes dos herbicidas que produz. Os herbicidas comercializados pela Cedente tem aplicação sobre as mais diversas culturas dentre as quais destacam-se: citrus, reflorestamento, café, soja e milho.

Em 2008, a Cedente faturou aproximadamente R\$2,6 bilhões de reais, dos quais os herbicidas de marca própria (‘*branded*’) foram responsáveis por aproximadamente 35% do faturamento, e os herbicidas para indústria e sem marca própria da Cedente (‘*non branded*’) por 30% das vendas.

O herbicida Roundup é comercializado sob as seguintes marcas da Monsanto: ‘Original’, ‘WG’, ‘Transorb’, ‘Ready’ e ‘Ultra’. Além disso, a Cedente possui outras marcas (ditas ‘*white labels*’). A Cedente produz e manufatura seus herbicidas principalmente através das suas fábricas em São José dos Campos e Camaçari.

Os herbicidas produzidos pela Cedente são de baixo impacto ambiental, segundo classificação das autoridades reguladoras, a exemplo do IBAMA. Os riscos ambientais decorrentes dos negócios da Cedente são os tipicamente ligados a plantas químicas industriais e usinas de beneficiamento de sementes.

Tanto no mercado local quanto internacional, no segmento de sementes e defensivos o Grupo Monsanto enfrenta a concorrência de indústrias similares, tais como Dupont (e suas Afiliadas), Syngenta, BASF, Bayer e Dow.

### **54. BREVE HISTÓRICO SOCIETÁRIO**

A Monsanto Chemical Company foi fundada em 1901, em St. Louis, Missouri, Estados Unidos, onde mantém, até hoje, sua sede operacional. Inicialmente voltada para a fabricação e distribuição de produtos químicos e posteriormente incluindo herbicidas, a partir da década de 90 a empresa passou a focar suas pesquisas no desenvolvimento de biotecnologia, tornando-se pioneira na fabricação dos primeiros produtos geneticamente modificados nos EUA.

Em 2000 a empresa se fundiu com a Pharmacia Upjohn, dando origem à Pharmacia Corporation. Essa nova empresa foi adquirida pela Pfizer em 2002 que se separou da divisão agrícola tornando a Monsanto Co. uma empresa independente, focada exclusivamente na agricultura.

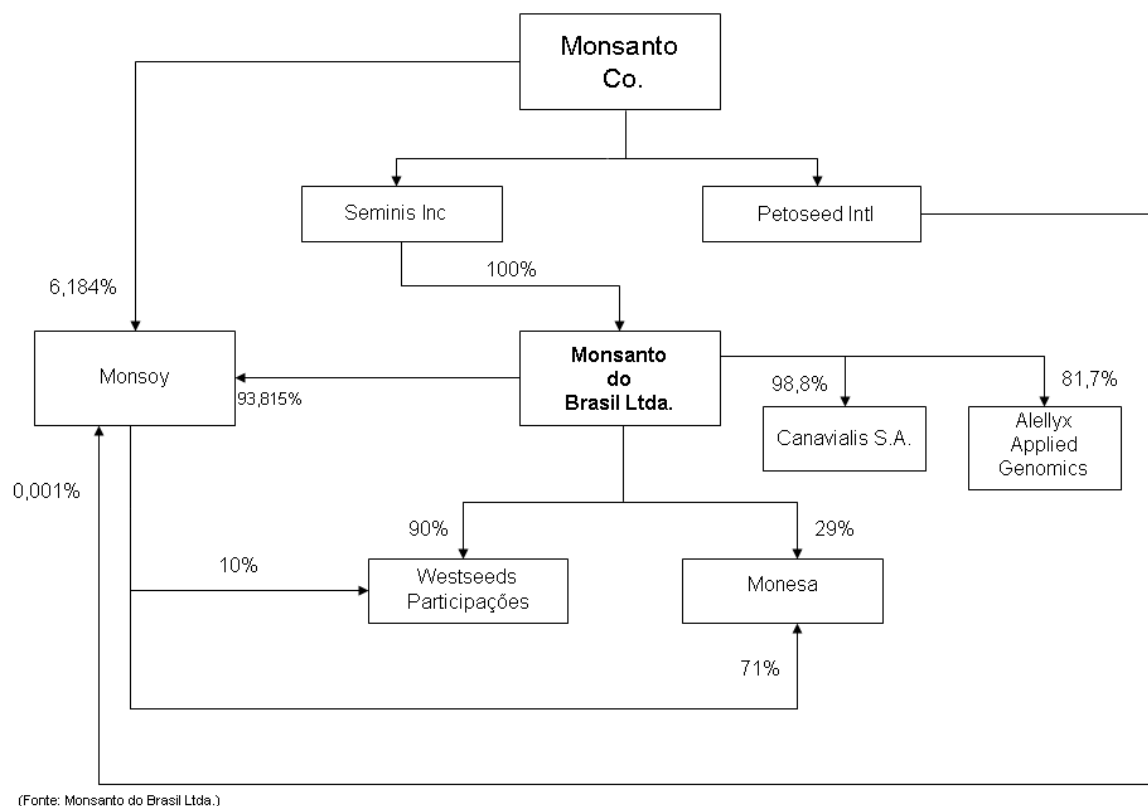
No Brasil, o Grupo Monsanto iniciou suas atividades em 1951 em São Paulo, com foco na produção de agroquímicos e herbicidas, sendo posteriormente incluído no seu portfólio a comercialização de sementes.

Para dar suporte a seus clientes a empresa instalou diversas unidades de produção, pesquisa e logística, espalhados por todo o País.

A partir de 1995, a Cedente adquiriu empresas e negócios tais como Monsoy, Braskalb, Agrocere, e mais recentemente, em 2008, a Agroeste, como parte de seu planejamento estratégico de reforçar e agregar participações no mercado nacional de sementes e biotecnologia.

Em 2008 a Cedente ingressou no setor de cana-de-açúcar, com a aquisição das empresas Alellyx e Canavialis, no Brasil, focadas no desenvolvimento de mudas de cana-de-açúcar.

## 55. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



Obs.: as participações acima contidas referem-se ao percentual relacionado às ações ordinárias das sociedades, conforme o caso.

## 56. POLÍTICA DE PREÇOS E CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

A política de preços da Cedente segue características específicas de cada produto adequando-se as especificidades de cada segmento. Os preços dos seus defensivos são definidos mensalmente com base na estratégia da Cedente. No que diz respeito ao preço de sementes, o preço de cada produto é determinado em função da campanha definida pela área comercial e de marketing para cada Safra (Verão ou Inverno) em lista mensal, de acordo com a estratégia de comercialização da Cedente, bem como o nível de tecnologia e investimento de cada híbrido.

Em termos gerais, o período de colheita da Safra Verão em cada ano, de colheita de culturas não perenes, tem início em janeiro, inclusive, e finda em junho, inclusive. O período de colheita da Safra Inverno em cada ano, de colheita de culturas não perenes, tem início em julho, inclusive, e finda em outubro, inclusive.

A Safra Inverno constitui segunda cultura, nas regiões do País que apresentam condições propícias para desenvolvimento agrícola durante o período de inverno utilizando-se do final do período de chuvas do verão. O plantio de uma segunda Safra no ano é uma particularidade agrônômica brasileira e, onde ocorre, é amplamente utilizada para a rotação de culturas.



A distribuição de Produtos da Cedente é conduzida por meio de: (i) vendas diretas a Clientes; (ii) sociedades cooperativas, e (iii) distribuidores.

Para o seu relacionamento com distribuidores, a Cedente possui política de fidelização sendo que alguns distribuidores optam por exclusividade na comercialização de sementes e/ou defensivos que a Cedente comercializa e outros não. Além disso, existem também políticas de fidelização e retenção dos clientes integrantes dos canais cooperativas e clientes finais.

A Cedente divide suas áreas de atuação comercial no Brasil bem como sua estrutura logística de forma diferente entre os segmentos de sementes e defensivos.

Os principais centros de faturamento e distribuição de sementes da Cedente se encontram localizados em Não-Me-Toques/RS, Andirá/PR, Uberlândia/MG e Cuiabá/MT.

Já os locais de faturamento e distribuição de agroquímicos estão localizados em Londrina/PR, Cachoeirinha/RS, Cuiabá/MT, Goiânia/GO e São Bernardo do Campo/SP.

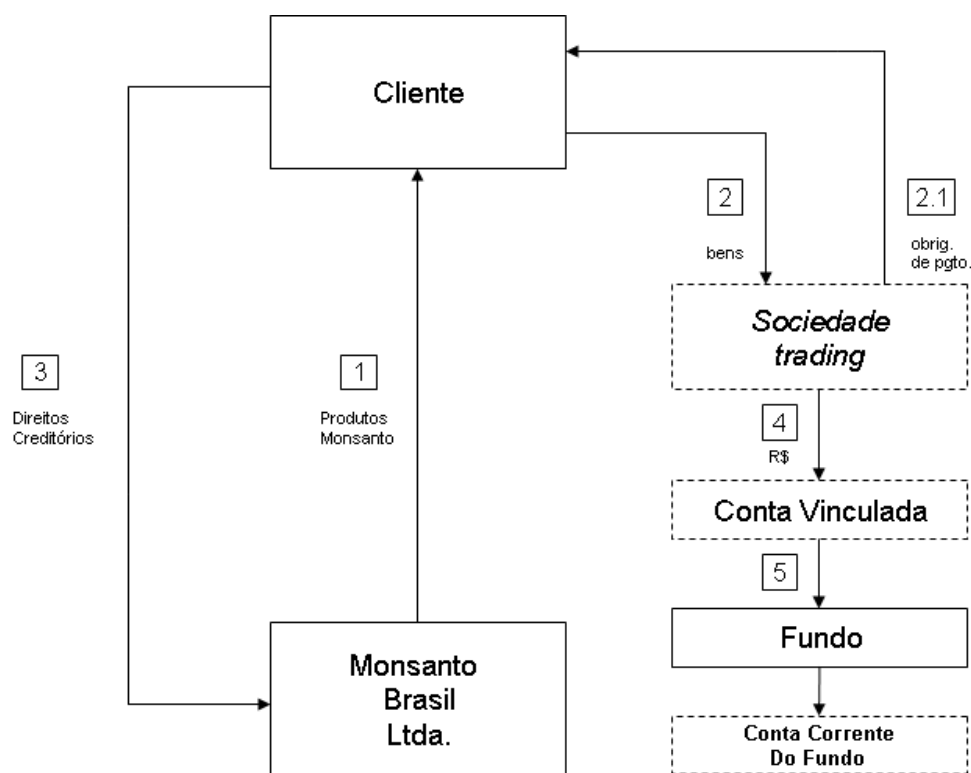
#### **57. MODALIDADES DE VENDAS E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

Para facilitar o relacionamento com seus Clientes, a Cedente possui Política de Concessão de Crédito, que se encontra anexa ao Regulamento e poderá ser modificada, de tempos em tempos, a exclusivo critério da Cedente. Esta política estabelece os princípios e critérios que a Cedente deve observar quando da concessão de crédito a seus Clientes. A Cedente disponibiliza aos seus clientes modalidades de venda que podem variar estando disponíveis ou não de acordo com as suas campanhas de marketing, estratégia de crédito e de comercialização. As principais modalidades disponibilizadas pela Cedente são:

- i) vendas à vista ou com pagamento antecipado;
- ii) vendas a prazo;
- iii) Vendas *Barter*;
- iv) operações de *vendedor*; e
- v) operações de crédito rural para cooperativas.

Para cada modalidade de venda, existem requisitos mínimos a serem atingidos pelos Clientes, requisitos esses previamente definidos quando da aprovação anual de limite de crédito de cada Cliente (salvo nas vendas à vista). As operações descritas nos itens (i), (ii), (iv) e (v) são comuns em diversos mercados sendo necessário explicar portanto, o fluxo das operações de Vendas Barter, conforme abaixo:

### Vendas Barter



Fluxo 2: Fluxo de Venda Barter.

1. Cliente adquire Produtos da Cedente.
2. O Cliente se obriga a entregar, em data futura, determinados bens a uma sociedade *trading*, com sede no Brasil (ao invés de efetuar o pagamento parcial ou total dos Produtos em dinheiro).
- 2.1. A sociedade *trading* se obriga a pagar um determinado valor ao Cliente, por conta dos bens adquiridos.
3. O Cliente cede à Cedente os direitos creditórios de sua titularidade devidos pela sociedade *trading* acima referida, decorrentes da entrega dos bens à sociedade *trading*.
4. A sociedade *trading* efetua o pagamento dos valores devidos à Cedente, em razão dos negócios referidos em (1), (2), (2.1) e (3) acima, por meio do crédito dos respectivos valores na Conta Vinculada.

Em linhas gerais, a Política de Concessão de Crédito da Cedente considera diversos fatores, em especial se o Cliente: (i) já possui ou não histórico de compras há pelo menos 2 anos e classificação de risco de crédito (*rating*) de pagamento atribuído pela Cedente em relação volume de compras realizadas; (ii) é proprietário ou arrendatário de terras e se as mesmas se encontram em regiões de risco; (iii) pagou com atraso ou se antecipou pagamentos; (iv) cultiva uma ou várias culturas; (v) apresentou suas demonstrações financeiras; e (vi) é pessoa física ou jurídica. Todos esses fatores habilitam a Cedente a classificar o Cliente para fins de concessão de limites de crédito, estabelecendo, inclusive, se serão exigidas garantias mínimas (a exemplo de hipoteca, penhor agrícola ou mercantil, cédula de produto rural (CPR) ou fiança bancária) e qual o volume máximo de vendas a prazo para cada Cliente. Além disso, é exigida atualização cadastral de todos os clientes no mínimo a cada 2 anos.

Ainda segundo a Política Concessão de Crédito da Cedente, caso um Cliente atrase um pagamento por mais de 120 dias ou solicite refinanciamento, sua classificação de risco junto à Cedente será automaticamente alterada, de modo que somente volte a gozar do mesmo *status*, para fins de concessão de limite de crédito em vendas a prazo, após 2 anos da liquidação de todas as suas obrigações devidas à Cedente desde que não atrase novamente. Além disso, a política de crédito da Cedente prevê que as compras de um novo Cliente somente poderão ser efetuadas à vista, na primeira Safra. A Política de Concessão de Crédito da Cedente trata ainda de forma diferenciada a disponibilidade de crédito para cooperativas, distribuidores e clientes finais, adaptando-se de acordo com as especificidades de cada canal.

## **58. PERDAS E DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS**

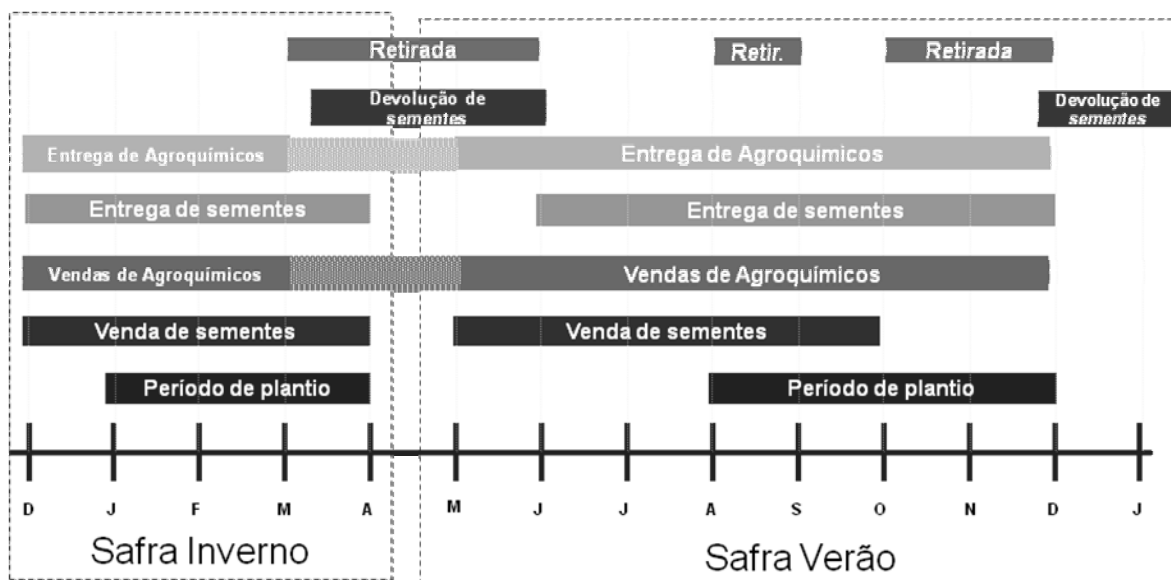
A Cedente pode experimentar perdas por eventuais danos no transporte de mercadorias ou por inadimplemento ou atraso de seus Clientes, bem como na hipótese de ter que recolher e destruir sementes cujo prazo de validade tenha expirado.

Como só serão cedidos Direitos Creditórios cujos Produtos tenham sido entregues aos Clientes, direta ou indiretamente, há mais de 15 dias, o cancelamento da venda por danos no transporte de mercadorias não representa risco ao Fundo visto que tais danos são verificados e informados à Cedente antes do decurso desse prazo.

O prazo médio para pagamento das faturas emitidas pela Cedente, relativamente à venda de defensivos e sementes, varia de 180 a 300 dias corridos.

A Cedente é responsável legal pela destruição de produtos vencidos em razão da legislação em vigor. A devolução do crédito decorrente da devolução de parte das sementes adquiridas por um ou mais Clientes constitui liberalidade da Cedente. A Cedente pode aceitar estornar o débito de parte das sementes comercializadas até um limite que venha a informar de tempos em tempos a seus canais de distribuição. Uma vez aceita a devolução de parte das sementes adquiridas, se a nota fiscal da compra original não estiver disponível no sistema da Cedente (ou seja, se o Cliente já tiver efetuado o pagamento), será emitirá uma nota de crédito para o Cliente utilizar em compras futuras; e se a nota fiscal estiver disponível no sistema (ou seja, ainda não tiver sido liquidada), será concedido abatimento ao Cliente.

De forma geral, o calendário de comercialização do setor pode ser visto da seguinte forma:



## 59. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Segue uma breve descrição dos processos em que a Cedente figura como parte, de acordo com sua natureza.

O valor da contingência de cada processo pode não corresponder ao valor provisionado, tendo em vista a metodologia de definição de provisionamento utilizada. Para o provisionamento, o prognóstico dos processos é classificado em provável, possível ou remoto, conforme a estimativa de perda (no caso das ações em que a Cedente é ré) de cada demanda. Essa classificação é feita após analisados os fatos alegados na peça processual inicial e os argumentos de defesa, do pleito deduzido em face da situação fática e de direito, da posição jurisprudencial dominante em casos análogos, além da opinião dos advogados internos e externos responsáveis pela condução de cada processo. A provisão é feita apenas para os processos classificados como de perda provável.

A Cedente acredita que suas provisões para processos judiciais e administrativos são suficientes para atender prováveis perdas.

Segue abaixo breve descrição dos processos em que a Cedente figurava, na data deste Prospecto, como parte, de acordo com sua natureza.

### 59.1. QUESTÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS

A Cedente apresenta passivos tributários (federais e estaduais) e previdenciários, todos com exigibilidade suspensa por enquadramento em uma das hipóteses do art. 151 do Código Tributário Nacional.

Dos diversos processos tributários e previdenciários de que a Cedente é parte, o mais relevante, por seu valor, é o processo administrativo nº 16327.002025/2005-18, através do qual a Receita Federal do Brasil exige o pagamento de débitos de IRPJ e CSLL em virtude de (i) ajustes de preços de transferência relativos a onze produtos importados, sob a alegação de superfaturamento, no ano-calendário de 2000; e (ii) da glosa de juros e variação cambial negativa calculados sobre empréstimos, nos anos-calendários de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2004 sob a alegação de que os mesmos não consistiriam em despesas necessárias e que, por isso, seriam indedutíveis. Os valores exigidos nesse processo montavam, em 05.12.2005, a R\$210.055.098,06 a título de IRPJ e R\$106.214.710,00 a título de CSLL. Esses valores não estão provisionados na contabilidade da Cedente por conta do entendimento de seus assessores legais que classificam as chances de perdas como remotas (inferiores a 30%).

A Certidão do Distribuidor da Justiça Federal de São Paulo emitida em nome da Cedente aponta a existência dos seguintes processos fiscais que se encontram em andamento com exigibilidade suspensa:

(a) Ajuizados pela Fazenda Nacional:

- 2002.61.82.010197-5, da 8ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2004.61.82.041369-6, da 6ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2004.61.82.044232-5, da 2ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2004.61.82.052124-9, da 7ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2004.61.82.052228-0, da 6ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2007.61.82.013970-8, da 6ª Vara das Execuções Fiscais Federais.

(b) Ajuizados pelo INSS:

- 2000.61.82.049673-0, da 5ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2000.61.82.049676-6, da 5ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2000.61.82.052309-5, da 5ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2006.61.82.031859-3, da 7ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2006.61.82.031861-1, da 7ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2007.61.82.003092-9, da 7ª Vara das Execuções Fiscais Federais;
- 2007.61.82.003923-4, da 7ª Vara das Execuções Fiscais Federais.

Na Justiça Federal do Rio de Janeiro consta a existência da Execução Fiscal nº 2000.51.10.009945-0, em trâmite perante a 2ª Vara de Execuções Fiscais.

A Cedente apresenta débitos fiscais de ICMS que não são reconhecidos pela Cedente e que se encontram com exigibilidade suspensa. Desses, o mais relevante, lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, tem por objeto discussão acerca de alegado aproveitamento indevido de créditos oriundos da aquisição de mercadorias de fornecedor beneficiário de programa de incentivo fiscal denominado PROBAHIA. O valor exigido pelo Fisco Paulista montava, em maio de 2009, a aproximadamente R\$196.230.000,00 não provisionados na contabilidade da Cedente em face da classificação de risco possível por seus assessores jurídicos.

Por força de contrato firmado com a empresa Pharmacia & Upjohn (subsidiária no Brasil da Pfizer) esta última empresa é responsável por todos os possíveis passivos tributários existentes em nome da Cedente relacionados a fatos geradores ocorridos até setembro de 2000 o que, pela lei brasileira não é oponível ao Fisco, mas que representa instrumento válido e eficaz de ressarcimento de parte dos débitos apontados no presente Prospecto.

## **59.2. QUESTÕES CÍVEIS**

O número de demandas cíveis em andamento de que é parte a Cedente é de 455, a grande maioria proposta pela própria Cedente e que, por isso, não representam risco de passivo.

Das demandas em que a Cedente compõe o pólo passivo, são mais relevantes a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e que tem por objeto pedido de determinação de que a Cedente veicule propaganda informativa dos danos à saúde que a utilização de agrotóxicos pode causar aos consumidores e a demanda indenizatória movida por B&S Genética e Melhoramento Ltda., que tramita perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis/MT, cujo valor envolvido é de R\$39.477.685,12 (atualizado para agosto de 2009, segundo seus assessores legais).

## **59.3. QUESTÕES TRABALHISTAS**

A Cedente é ré em diversos processos trabalhistas, geralmente envolvendo discussões acerca de adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras e reflexos e que não atingem, individualmente, o montante de R\$5.000.000,00. O mais relevante dos processos trabalhistas movidos contra a Cedente foi proposto pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São José dos Campos (Processo nº 00853200701315000, da 1ª VT/São José dos Campos), onde se discute o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, alcançando um montante de passivo estimado, atualmente, pelos assessores legais da Cedente, em R\$23.299.636,26, que o classificam como de risco possível.

## **60. PRINCIPAIS ASPECTOS SOCIETÁRIOS E FINANCEIROS DA CEDENTE**

### **60.1. OBJETO SOCIAL**

Conforme disposto no artigo 4º do Contrato Social da Monsanto, a Cedente tem por objeto social:

(a) a manufatura, a transformação, a comercialização, por conta própria ou de terceiros, de todos e quaisquer produtos químicos, para fins industriais ou agrícolas, farmacêuticos e equipamentos mecânicos ou eletrônicos e de produtos ou bens derivados dos mesmos;

(b) a aquisição, a exploração e a operação, sob qualquer título legal, de fábricas, instalações, lojas ou laboratórios, e a instalação, a manutenção e a operação de maquinários, equipamentos ou utensílios para as mesmas, necessários ou convenientes para a produção e transformação dos produtos referidos na alínea “a” acima;

(c) a prestação de serviços de assistência técnica especializada, comercial e industrial a outras sociedades, nacionais ou estrangeiras;

(d) a exportação, a importação e a certificação de materiais, bens ou produtos relacionados ao objeto social;

(e) a representação de sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros;

(f) a promoção, o estímulo, a assistência e a realização de estudos, a experimentação de pesquisas, de qualquer natureza, relacionados ou não com as atividades sociais, objetivando a modificação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de produtos, processos, tecnologia e aplicações já existentes e a descoberta, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de novos produtos, processos, tecnologia e aplicações;

(g) o beneficiamento, a análise, o armazenamento, o melhoramento genético, a pesquisa, a produção, a comercialização, a importação e a exportação de sementes, mudas e de grãos em geral;

(h) a aquisição, a exploração, a comercialização e o licenciamento de tecnologias, patenteadas ou não, próprias ou que lhe tenham sido cedidas ou licenciadas por terceiros;

(i) a reembalagem de sementes ou mudas; e

(j) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

#### 60.2. CAPITAL SOCIAL

Em 16 de junho de 2009, o capital social da Cedente, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e bens, era de R\$516.089.175,36, dividido em 51.608.917.536 quotas, com valor nominal de R\$0,01 cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Quotistas	Quotas	Valor Nominal (R\$)	%
SEMINIS VEGETABLE SEEDS, INC.	51.608.916.455	516.089.164,55	99,999
Outro	1.081	10,81	0,001
<b>Total</b>	<b>51.608.917.536</b>	<b>516.089.175,36</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Contrato Social da Cedente, consolidado em 16 de junho de 2009.

Tabela 5: Distribuição do Capital Social da Cedente.

#### 60.3. ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

A Cedente não possui Conselho de Administração nem Conselho Fiscal.

A Cedente é administrada por uma Diretoria, que tem poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que não dependam de deliberação dos sócios.

A Diretoria é composta por até 11 administradores não-sócios, sendo 1 Diretor-Presidente, 1 Diretor Jurídico, 1 Diretor Financeiro, 1 Diretor de Pesquisa – Milho, 1 Diretor para Contas Estratégicas, 1 Diretor de Regulamentação, 1 Diretor de Manufatura de Químicos e Sementes, 1 Diretor de Recursos Humanos, 1 Diretor de Vendas e 1 Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento, com mandato de prazo indeterminado, até que venham a ser destituídos e/ou substituídos por deliberação de sócio(s) representando, no mínimo, o quorum exigido por lei.

Nos termos do artigo 9º do Contrato Social da Cedente, foram designados para compor a Diretoria os seguintes membros: o Sr. André Ricardo Miranda Dias, para o cargo de Diretor-Presidente; o Sr. Alcides Antoninho Maroli, para o cargo de Diretor Jurídico; o Sr. John Bradley Schoper, para o cargo de Diretor de Pesquisa – Milho; o Sr. Geraldo Ubirajara Berger, para o cargo de Diretor de Regulamentação; o Sr. Joel de Aquino, para o cargo de Diretor de Manufatura de Químicos e Sementes; a Sra Alessandra Maria Zaccheu, para o cargo de Diretora de Recursos Humanos; o Sr. Carlos Eduardo Fazzio de Brito, para o cargo de Diretor de Vendas; e o Sr. Erik Mark Johnson, para o cargo de Diretor de Tecnologia.

O Sr. Eduardo Guarita Bezerra foi designado para o cargo de Diretor Financeiro.

O cargo de Diretor para Contas Estratégicas encontrava-se, na data deste Prospecto, vago.

Apresenta-se a seguir breves informações dos membros da Diretoria:

**André Ricardo Miranda Dias:** engenheiro mecânico-aeronáutico, responsável pela direção geral dos negócios da Cedente, das áreas de Tecnologia da Informação (TI), Relações Governamentais e Públicas no Brasil e pela sua representação em juízo e perante órgãos governamentais.

**Alcides Antoninho Maroli:** advogado, responsável pela direção jurídica dos negócios da Cedente no Brasil, com exceção da orientação referente a Impostos, Taxas e Contribuições.

**Eduardo Guarita Bezerra:** brasileiro, engenheiro civil, responsável pela direção da área de finanças dos negócios da Cedente no Brasil (Controladoria, Tesouraria, Crédito & Cobrança, Impostos, Taxas e Contribuições e pela representação da Cedente perante a Receita Federal, Secretarias de Fazenda dos Estados, Municípios e órgãos afins.

**John Bradley Schoper:** norte-americano, fisiologista, responsável pela área de pesquisa de milho da Cedente no Brasil.

**Geraldo Ubirajara Berger:** engenheiro agrônomo, responsável pelas áreas de regulamentação e registros dos negócios de químicos, sementes e biotecnologia da Cedente no Brasil.

**Joel de Aquino:** engenheiro químico, responsável pela direção das operações industriais de químicos e sementes da Cedente no Brasil.

**Alessandra Maria Zaccheu:** psicóloga, responsável pela administração da área de recursos humanos da Cedente no Brasil.

**Carlos Eduardo Fazzio de Brito:** engenheiro agrônomo, responsável pela operação de vendas de produtos e captura de valor de eventos de biotecnologia da Cedente no Brasil.

**Erik Mark Johnson:** americano, biólogo, responsável pela estratégia de tecnologia da Cedente no Brasil.



#### 60.4 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras contidas nesta seção, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, foram extraídas das demonstrações financeiras da Cedente, as quais não foram auditadas por empresa de auditoria independente.

*Em mil R\$*

<b>Demonstração de Resultados</b>	<b>Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Receita Operacional Bruta	1.514.500	1.997.971	2.685.570
(-) Deduções da Receita Bruta	(232.700)	(231.178)	(185.966)
Receita Operacional Líquida	1.281.800	1.746.792	2.499.604
(-) Custos dos Produtos Vendidos	(1.053.638)	(1.131.443)	(1.503.378)
Lucro Bruto	228.162	615.350	996.226
(-) Despesas Operacionais	(280.005)	(278.046)	(411.893)
Resultado Operacional	(51.843)	337.304	584.333
Receita Financeira	10.137	(53.774)	20.330
(-) Result. Não Operacional	(1.372)	(7.762)	175.225
Lucro (Prejuízo) antes do IR/CSLL	(43.077)	275.768	779.888
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	170.644	-
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	(43.051)	366.101	626.345

*Fonte: Monsanto.*

*Em mil R\$*

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Ativo Circulante	1.331.281	1.837.216	1.230.797
Realizável a Longo Prazo	122.715	743.864	764.766
Ativo Permanente	1.460.001	1.122.936	1.592.846
Total do Ativo	2.913.997	3.704.015	3.588.409
Passivo Circulante	192.086	772.677	1.611.734
Exigível a Longo Prazo	21.807	52.277	120.102
Patrimônio Líquido	2.700.104	2.879.061	1.856.573
Total do Passivo – Patrimônio Líquido	2.913.997	3.704.015	3.588.409

*Fonte: Monsanto.*

## **INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA**

### **61. ADMINISTRADORA E CUSTODIANTE**

A Administradora do Fundo, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111, 2º andar-parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40, se encontra autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990, conforme previsto no Artigo 23 da Lei 6.385/76, e na Instrução CVM 306/99. A Administradora representará o Fundo em todos os seus negócios sempre de acordo com os termos do Regulamento e no melhor interesse dos Quotistas.

O conglomerado financeiro Citigroup atua em mais de 100 países e teve sua história iniciada em 1812, nos Estados Unidos. No Brasil desde 1915, foi pioneiro na prestação de serviços de custódia para terceiros em 1992 e iniciou a estratégia local com investidores institucionais em 1997.

Consagrado no mercado internacional financeiro como um dos maiores bancos em serviços aos mercados de capitais, o Citi disponibiliza às grandes corporações soluções de custódia local e também para investidores estrangeiros; serviços personalizados de fundos de investimentos, que envolvem o processamento de ativo e passivo, bem como a administração não-discrecional e serviços de controladoria.

A Administradora é uma empresa integralmente detida pelo Grupo Citibank. A Administradora opera independentemente e é totalmente segregada de outros segmentos do Grupo Citibank em sua capacidade de administradora de fundos geridos por terceiros. A Administradora também prestará os serviços de custódia, controladoria e escrituração do Fundo.

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades da Administradora, favor referir-se a este Prospecto e ao Regulamento.

As informações sobre o Fundo são divulgadas e disponibilizadas nos endereços acima citados, onde tais informações poderão ser solicitadas.

A Administradora mantém serviço de atendimento ao Quotista, sendo responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos Quotistas, nas referidas dependências.

### **62. DISTRIBUIDOR LÍDER**

O Distribuidor Líder, Banco Santander (Brasil) S.A., pertence ao Grupo Santander e está entre os 10 maiores bancos do mundo por valor de mercado e é o maior banco na zona do euro e a maior instituição financeira da América Latina.

O Grupo Santander possui vasta experiência na prestação de serviços a investidores institucionais locais e estrangeiros são mais de 25 anos de prestação de serviços para este público na Europa.

Na distribuição de quotas de Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios - FIDCs, o Banco Santander (Brasil) S.A. está estruturado sob o ponto de vista de conhecimento técnico, operativo e de tecnologia para oferecer soluções de qualidade, com elevado grau de automação focadas nas diferentes necessidades de clientes. As atividades relacionadas a prestação de serviços de Direitos Creditórios abrangem desde o controle e acompanhamento dos critérios dos recebíveis, aplicação de exigibilidades, controle da liquidação financeira e física, contabilidade, controladoria, aplicação dos critérios de apuração dos ativos, escrituração de cotas, gerenciamento das carteiras, conciliações automatizadas de estoque, além de toda proteção segurança de infra-estrutura tecnológica, sites alternativos de contingência entre outros.

O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado pelo Banco Santander S.A., parte do Grupo Santander, corporação internacional sediada na Espanha, presente em 40 países e territórios atendendo mais de 90 milhões de clientes. O Banco Santander (Brasil) S.A. opera no Brasil desde 1982 e no primeiro trimestre de 2009 apresentava um total de ativos de R\$ R\$305 bilhões e patrimônio líquido de R\$ R\$49,3 bilhões.

No Brasil o Grupo Santander conta com uma carteira composta por aproximadamente 9 milhões de clientes, e possui 3.601 postos de venda e 18.194 caixas automáticos.

## POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

### I. Relações com Instituições Financeiras

A Cedente, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, suas Pessoas controladoras, sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a esses afiliados ou outras sociedades sob controle comum mantêm relações comerciais com outras Pessoas, inclusive entre si, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

Além do relacionamento referente à Oferta, os Grupos Citibank e Santander mantêm extenso relacionamento comercial com a Monsanto Co. e suas controladas no exterior, por meio da prestação de serviços financeiros em geral, tais como conta corrente, cobrança, custódia de cheques, ATM, provedor de crédito e operações do mercado de capitais.

Exceto pela remuneração derivada da distribuição das Quotas Seniores e da administração do Fundo e prestação de serviços nos termos dos Documentos da Securitização, os Grupos Citibank e Santander não receberão qualquer outra remuneração derivada da Distribuição ou relacionada com o Programa de Securitização.

Em 31 de agosto de 2009, a Cedente e o Grupo Citibank possuíam em vigor:

- fianças prestadas pelo Banco Citibank S.A. no valor de R\$3.000.000,00;
- operações de derivativos (*swaps*);
- aplicações financeiras (investimentos) no montante de aproximadamente R\$24.700.000,00; e
- serviços de cartão de crédito, conta corrente e folha de pagamento.

Em 31 de agosto de 2009, a Cedente e o Banco Santander (Brasil) S.A. (e suas Afiliadas) possuíam, em vigor, as seguintes modalidades de operações financeiras:

- crédito rural (Empréstimos do Governo Federal, EGF-Comercialização, conforme definido nas resoluções editadas pelo CMN e normas complementares editadas pelo Bacen), com saldo devedor de principal no montante de, aproximadamente, R\$40.000.000,00, com vencimento em 18 de setembro de 2009, prazo este prorrogado por 180 dias, nos termos da legislação em vigor;
- aplicações financeiras (investimentos) no montante de aproximadamente R\$4.000.000,00;
- serviços de conta corrente e folha de pagamento; e
- fianças no total de, aproximadamente, R\$57.000.000,00 com vencimentos diversos, sendo que algumas cartas são por prazo indeterminado.

Além das operações acima, o Banco Santander (Brasil) S.A., o Banco Citibank S.A. e suas respectivas Afiliadas, no curso normal de seus negócios, concedem financiamento a clientes da Cedente, em operações nas quais a Cedente pode constar como garantidora em caráter subsidiário de parte ou da totalidade do valor financiado, os quais não serão objeto de cessão ao Fundo.

A Cedente não possui qualquer operação de derivativos passivo com alavancagem, ou seja, operações na qual figure como emitente de opções ou operações “bi-indexadas”, já que tal prática fere as políticas de governança da empresa. Apesar disso, a Cedente pode contratar operações de derivativos com o exclusivo intuito de proteger suas operações (*hedge*) conforme sua política global.

Em 31 de agosto de 2009, a Cedente possuía outros empréstimos (Empréstimos do Governo Federal, EGF-Comercialização) no valor aproximado de R\$17.000.000,00 com outras instituições financeiras. Além disso, na data deste Prospecto, a Cedente não possuía com qualquer instituição financeira quaisquer operações de capital de giro, empréstimos, arrendamento mercantil e repasse ao amparo da Resolução CMN nº 2.770, bem como outras modalidades de repasse, concessão de crédito ou adiantamentos.

Todavia, além do relacionamento acima mencionado, a Cedente pode vir a contratar quaisquer instituições financeiras, inclusive sociedades pertencentes ao Grupo Citibank e/ou ao Grupo Santander para assessorá-la na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

## II. Relações entre a Cedente e a Agência de Classificação de Risco

Atualmente a Standard & Poor's atribui classificação de risco corporativo à Monsanto Co. e poderá vir a atribuir classificação de risco a emissões da Monsanto Co. ou de suas controladas.

## III. Relações entre a Cedente e a Empresa de Auditoria

Atualmente a Empresa de Auditoria não presta qualquer tipo de serviço à Cedente, exceto aqueles relacionados aos Direitos Creditórios para fins da presente Oferta, podendo ser futuramente contratada para prestar quaisquer outros serviços à Cedente e/ou à Monsanto Co. e suas Afiliadas.

## IV. Relações entre a Administradora e o Custodiante

A Administradora e o Custodiante são a mesma pessoa jurídica. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles normalmente existentes quando tais funções fiduciárias são exercidas por entidades distintas.

## SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

### 63. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO O FUNDO

#### 63.1. Contrato de Cessão

“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Cedente, com a interveniência do Custodiante, por meio do qual a Cedente se obriga a ceder, de maneira irrevogável e irretatável, em caráter definitivo e sem direito de regresso Direitos Creditórios Elegíveis por ela detidos, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a esses relacionados (sendo que quaisquer garantias porventura prestadas por algum Cliente à Cedente não são objeto de cessão ao Fundo, de modo que as garantias, reais ou pessoais, porventura prestadas em favor da Cedente continuarão a beneficiá-la, com exceção daquelas garantias vinculadas à Vendas *Barter*, as quais são objeto de cessão ao Fundo durante o Prazo de Vigência do Fundo). O Contrato de Cessão vigorará durante o Prazo de Vigência ou até a amortização ou resgate integral das Quotas Seniores, o que ocorrer antes.

#### 63.2. Contrato de Distribuição

“Contrato de Distribuição, em Regime de Garantia Firme, de Subscrição e Colocação de Quotas, de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta em ordem Fundo, a Cedente e o Distribuidor Líder (e quando for o caso os Distribuidores), através do qual caberá ao Distribuidor Líder (e quando for o caso aos Distribuidores) efetuar a distribuição pública das Quotas Seniores da 1ª Série no âmbito da presente Oferta, observado o limite da garantia firme do Distribuidor Líder (e quando for o caso dos Distribuidores), assim como estabelecer outras obrigações correlatas.

As Quotas Seniores da 1ª Série serão colocadas pelo Distribuidor Líder no prazo máximo de 180 dias, contado a partir da publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Sênior da 1ª Série. Os Investidores Qualificados poderão subscrever as Quotas do 1º Dia Útil contado da data de publicação do anúncio de início da Oferta, inclusive para efeito da garantia firme prestada.

Remuneração: nos termos do Contrato de Distribuição, o Distribuidor Líder (e quando for o caso os Distribuidores) fará *jus* à seguinte remuneração, a ser paga pela Cedente:

- a) **Comissão de Estruturação**: 0,50%, incidente sobre o número total de Quotas Seniores efetivamente subscritas e integralizadas, multiplicado pelo preço de subscrição e integralização unitário das respectivas Quotas;
- b) **Comissão de Colocação**: 0,40%, incidente sobre o número total de Quotas Seniores efetivamente subscritas e integralizadas, multiplicado pelo preço de subscrição e integralização unitário das respectivas Quotas;
- c) **Comissão de Garantia**: 0,50%, incidente sobre o número total de Quotas Seniores objeto da garantia firme prestada pelo Distribuidor Líder ou por cada Distribuidor, conforme o caso, nos termos do Contrato de Distribuição, ou seja, quantidade de Quotas Seniores, multiplicado pelo preço de subscrição e integralização unitário das respectivas Quotas; e

- d) **Comissão de Sucesso:** equivalente a 25% do produto dos seguintes fatores: (i) diferença entre o *spread* do rendimento-alvo teto do *bookbuilding* e o *spread* do rendimento-alvo final resultado do processo de *bookbuilding* das Quotas Seniores; (ii) o número de anos do prazo médio (*duration*) das Quotas Seniores; e (iii) a somatória dos preços de integralização de todas as Quotas Seniores efetivamente subscritas e integralizadas.

#### 63.3. Contrato de Cobrança

O(s) contrato(s) que venha(m) a ser celebrado(s) pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, relativamente à contratação da prestação e/ou coordenação de serviços de cobrança judicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenha(m) ou esteja(m) sendo pago(s) pontualmente. Nos termos do Contrato de Cobrança, o Agente Cobrador fará jus à remuneração anual, devida pelo Fundo, às suas expensas, que venha a ser acordado com a Administradora com base nos parâmetros praticados pelo mercado.

#### 63.4. Contrato de Cobrança Bancária

O(s) contrato(s) definido(s) no Glossário, celebrado(s) pelo Fundo, representado pela Administradora, relativamente à prestação e/ou coordenação de serviços de contas a receber, emissão de boletos de cobrança e cobrança extrajudicial de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Nos termos do Contrato de Cobrança Bancária, o Banco Arrecadador fará jus à remuneração anual, devida pelo Fundo, às suas expensas, acordado com a Administradora com base nos parâmetros praticados pelo mercado.

## ATENDIMENTO AOS CLIENTES

Solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser obtidas conforme dados a seguir:

Durante o Período de Distribuição:

### Distribuidor Líder:

#### Banco Santander (Brasil) S.A

Rua Hungria, 1.400

São Paulo – SP

Contato: Sr. Ricardo Leoni

Tel: (55) (11) 3012-7195

Fax: (55) (11) 3012-7376

*e-mail*: ricardoc@santander.com.br

*Site*: [www.santander.com.br/prospectos](http://www.santander.com.br/prospectos)

### Administradora:

#### Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A

Avenida Paulista, 1.111 – 2º andar - parte

São Paulo – SP

Contato: Sr. Walter Lucas

Tel: (55) (11) 4009-7090

Fax: (55) (11) 2122-2054

*e-mail*: walter.lucas@citi.com

*Site*: [www.citi.com.br/corporate](http://www.citi.com.br/corporate)

### CVM:

#### Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (55) (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (55) (11) 2146-2000

Fax: (55) (11) 2146-2097

*Site*: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### CETIP:

#### CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (55) (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (55) (21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar – CEP 01009-000 – São Paulo – SP

Telefones: (55) (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (55) (11) 3111-1563

*Site*: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

O Distribuidor Líder (e os Distribuidores, quando aplicável) declara(m) que tomou(aram) todas as cautelas e agiu(ram) com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta das Quotas Seniores da 1ª Série; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta das Quotas Seniores da 1ª Série de emissão do Fundo.

A Administradora declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série.

Ademais, o Distribuidor Líder e a Administradora declaram que o presente Prospecto (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas Seniores da 1ª Série ofertadas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Cedente declara que agiu diligentemente para afirmar que as informações contidas neste Prospecto referentes às suas atividades e situação econômico-financeira, incluindo as relativas a outras empresas integrantes de seu grupo societário, são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas com a Administradora, com o Distribuidor Líder, os Distribuidores ou com a CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXOS**

---

**ANEXO 1** - Regulamento

**ANEXO 2** - Relatório da Agência de Classificação de Risco

**ANEXO 3** - Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela Empresa de Auditoria

**ANEXO 4** - Suplemento das Quotas Seniores da 1ª Série

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO 1**

- 
- Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

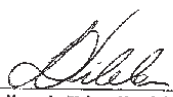
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO**

Pelo presente instrumento particular, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111 – 2º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40 (“Administradora”) constitui o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO** (“FUNDO”), nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, em especial a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

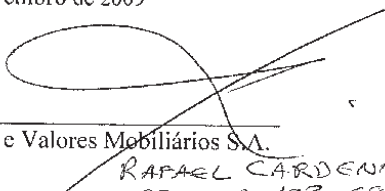
1. Sob a denominação de **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111 – 6º andar, CEP: 01311-920, fica constituído um fundo de investimento em direitos creditórios, na forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
2. A administração do FUNDO, as atividades de custódia e controladoria dos direitos creditórios cedidos e outros ativos do FUNDO e a escrituração das quotas de emissão do FUNDO serão efetuadas por Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada;
3. A Administradora aprova, neste ato, o inteiro teor do regulamento FUNDO, integralmente transcrito no documento anexo (em substituição ao regulamento protocolado em 19 de novembro de 2009).

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 04 (quatro) vias marcadas e 04 (quatro) vias limpas, de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 24 de novembro de 2009

  
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

LEANDRO VILELA  
CPF: 234.791.708-77

  
RAFAEL CARDENAS  
CPF: 237.783.588-46

Testemunhas:

1.

Nome: *Suelen de Moraes Lourenço Fortes*  
CPF: *306.519.638-44*

2.

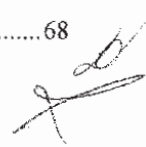
Nome: *Marta do Santos Silveira*  
CPF: *166.243.538-05*



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
MERCANTIS MONSANTO

ÍNDICE

CAPÍTULO UM – DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO .....	3
CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO.....	4
CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO ..	4
CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE, DAS CONDIÇÕES DA CESSÃO, DO PROCEDIMENTO DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO.....	8
CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES.....	12
CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA .....	16
CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA .....	23
CAPÍTULO NOVE – DOS FATORES DE RISCO.....	24
CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS .....	39
CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS .....	45
CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS .....	48
CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS .....	50
CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	51
CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO ..	51
CAPÍTULO DEZESSEIS – DO CUSTODIANTE .....	52
CAPÍTULO DEZESSETE – DA ASSEMBLEIA GERAL.....	56
CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA.....	60
CAPÍTULO DEZENOVE – DO REFINQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCACÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ .....	65
CAPÍTULO VINTE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	66
CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	68



CAPÍTULO VINTE E DOIS – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	69
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS .....	69
CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	71
CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS.....	72
CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....	73
CAPÍTULO VINTE E SETE – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS SENIORES .....	73
CAPÍTULO VINTE E OITO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, DO FORO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	75
ANEXO I - DEFINIÇÕES.....	77
ANEXO II – AVISO DE DESENQUADRAMENTO .....	95
ANEXO III - POLÍTICA DE COBRANÇA.....	96
ANEXO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO .....	98
ANEXO V – PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO .....	111
ANEXO VI – SUPLEMENTO .....	113
ANEXO VII – FAIXAS DE VENCIMENTO E TAXA DI FUTURA .....	116
ANEXO VIII – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO, OUTORGA DE PODERES E CIÊNCIA DE RISCO .....	117



## Regulamento do

### **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS**

**MONSANTO**, administrado por Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

#### **CAPÍTULO UM – DO FUNDO**

- 1.1. O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO**, doravante designado, abreviadamente, o “Fundo”, é constituído sob a forma de condomínio fechado.
- 1.2. Os termos e as expressões aqui adotados, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no “Anexo I” deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular e no plural, quanto masculino e feminino.
- 1.3. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir e/ou subscrever quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Conselho Monetário Nacional (a exemplo da Resolução nº 2689), do Bacen e da CVM, e que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (conjunta e individualmente referidos como os “Investidores Qualificados”).

#### **CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO**

- 2.1. O prazo de vigência regular do Fundo será de 10 (dez) anos ou, em caso de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou resgate integral das Quotas Seniores, este se encerrará no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência do respectivo Evento de Amortização Antecipada ou resgate integral das Quotas Seniores, o que ocorrer antes (“Prazo de Vigência”). O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento.

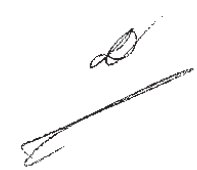


### **CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO**

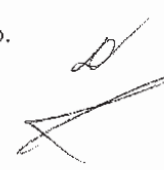
- 3.1. O presente Regulamento, seus eventuais aditamentos e os Suplementos serão levados a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado em São Paulo, Estado de São Paulo, que é o domicílio da Administradora e da Cedente (“Cartório de RTD”) na sede da Administradora, às expensas do Fundo.

### **CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

- 4.1. Observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, o objetivo do Fundo é propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, conforme o caso, de Outros Ativos. Observados os termos e as condições do Contrato de Cessão e deste Regulamento, o Fundo adquirirá da Cedente, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade, ressalvado que quaisquer garantias porventura prestadas por cada Cliente à Cedente não são ou serão objeto de cessão ao Fundo, com exceção daquelas garantias vinculadas a Vendas *Barter*.
- 4.2. A Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e/ou pela solvência dos Clientes. A Cedente é apenas responsável pela correta constituição e, quando constituídos, pela existência, certeza, autenticidade e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis na Data de Oferta, conforme o caso.
- 4.3. A Administradora, o Distribuidor Líder e os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência dos Clientes e/ou da Cedente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, certeza, autenticidade, correta formalização e/ou liquidez. Nos termos do artigo 38, inciso I, da Instrução CVM 356, o Custodiante é responsável por receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, o que não engloba qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes e/ou da Cedente ou pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos.



- 4.4. Em até 90 (noventa) dias contados da data de início de suas atividades e até o final do Prazo de Vigência, a Alocação Mínima de Investimento deverá ser equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento).
- 4.5. Os recursos do Fundo não investidos em Direitos Creditórios até às 15 horas de cada Dia Útil deverão ser, no mesmo dia, aplicados em Certificados de Depósitos Bancários emitidos por qualquer das Instituições Autorizadas (“Outros Ativos”), observados os seguintes requisitos: (i) possuam liquidez diária; (ii) o limite máximo de aplicação é de 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido por Instituição Autorizada; (iii) a Administradora, em nome do Fundo, deverá investir os recursos em aplicações oferecidas pela Instituição Autorizada que proporcionar o melhor rendimento; e (iv) o prazo de vencimento dos Outros Ativos deverá ser igual a 3 (três) anos a contar da data de aplicação.
- 4.5.1 A realização das operações descritas no item (4.5) está sujeita à disponibilidade dos Outros Ativos pelas Instituições Autorizadas na data e momento do investimento.
- 4.5.2 O Fundo deverá manter em caixa o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para pagamento de despesas correntes.
- 4.6. É expressamente vedada a realização de cessões parciais de Direitos Creditórios ao Fundo.
- 4.7. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, irá realizar operações de compra de opções de taxas de juros em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas, observado o disposto no item (4.12) deste Capítulo. Tais operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas: (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, 1 (uma) ou mais Instituições Autorizadas ou (b) diretamente na BM&FBOVESPA sob a modalidade “com garantia”, devendo o Administrador selecionar a opção com melhor custo para o Fundo, sendo que em ambos os casos as operações deverão ser necessariamente registradas nos termos da legislação aplicável.
- 4.8. Observados os itens (4.1), (4.5) e (4.12), fica permitido ao Fundo investir em Outros Ativos e realizar operações com instrumentos derivativos em que a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes, desde que (i) realizada em condições de mercado; e (ii) no limite de 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido.



- 4.9. Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento e de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.
- 4.10. As vias originais e/ou, conforme o caso, cópias reprográficas dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM nº 356, ou pelos Agentes contratados pelo Custodiante, às expensas do Custodiante.
- 4.11. É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 4.12. A Administradora procederá à contratação de operações com instrumentos derivativos, exclusivamente por meio da aquisição de contratos de opção de compra sobre Índice de Taxa Média de Depósitos Financeiros de Um Dia (“IDI” e “Contratos de Opção de Compra IDI”, respectivamente), por conta e ordem do Fundo, observadas as seguintes condições:
- a) Na(s) data(s) de integralização de Quotas Seniores de cada Série, a Administradora efetuará a aquisição, à vista, de Contratos de Opção de Compra IDI com vencimento coincidente com a primeira Data de Amortização da respectiva Série, em montante equivalente ao valor da respectiva integralização de Quotas Seniores da respectiva Série, sendo que o preço de exercício do Contrato de Opção de Compra IDI deverá ser igual à projeção do IDI para o mesmo prazo, utilizando a curva futura de DI, conforme divulgadas pela BM&FBOVESPA (“Projeção do IDI”);
  - b) No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis anteriores à cada Data de Amortização de cada Série (“Período de Cotação”), dará início à cotação de preços de Contratos de Opção de Compra IDI e, caso em qualquer data dentro do Período de Cotação, o custo de aquisição de referidos contratos seja inferior a 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor

atualizado das Quotas Seniores em Circulação da respectiva Série na data, a Administradora realizará a aquisição, à vista, de Contratos de Opção de Compra IDI com vencimento coincidente com a próxima Data de Amortização da respectiva Série, em montante equivalente ao valor estimado das Quotas Seniores em Circulação da respectiva Série após a respectiva Amortização Programada (“Valor de Referência para Hedge”), sendo que o preço de exercício do Contrato de Opção de Compra IDI deverá ser igual à Projeção do IDI para o mesmo prazo;

- c) Caso o custo de aquisição dos Contratos de Opção de Compra IDI seja igual ou superior a 0,40% do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação da respectiva Série na data, a Administradora deverá, no último Dia Útil do Período de Cotação, realizar a aquisição, à vista, pelo melhor preço disponível no mercado, de Contratos de Opção de Compra IDI com vencimento coincidente com a próxima Data de Amortização da respectiva Série, em montante equivalente ao Valor de Referência para Hedge, sendo que o preço de exercício do Contrato de Opção de Compra IDI deverá ser igual à Projeção do IDI para o mesmo prazo;
- d) Sempre que, nas respectivas datas de exercício, o valor de liquidação dos Contratos de Opção de Compra IDI for (i) positivo, a Administradora deverá exercer a opção de compra prevista no referido contrato, de modo a receber o ajuste da respectiva contraparte; ou (ii) negativo, a Administradora não deverá exercer a opção de compra;
- e) O procedimento descrito nas alíneas “b” e “c” deverá ser repetido pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, até a amortização integral das Quotas Seniores em Circulação da respectiva Série.

4.13. Os recursos decorrentes de ajustes credores ou liquidação das operações com instrumentos derivativos, celebradas pelo Fundo, deverão ser aplicados observando-se o disposto neste Capítulo Quatro.

4.14. Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações no mercado de derivativos deverão ser creditados na Conta Corrente do Fundo.

4.15. Ao adquirir Outros Ativos, observado o disposto no item (4.5) acima, a Administradora envidará seus melhores esforços para propiciar à carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

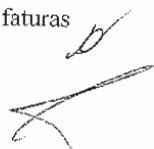




- 4.16. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.
- 4.17. Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

**CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE, DAS CONDIÇÕES DA CESSÃO, DO PROCEDIMENTO DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**

- 5.1. Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo caberá ao Custodiante a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.
- 5.2. Em cada Data de Oferta, a Cedente somente poderá oferecer Direitos Creditórios que atendam às seguintes condições da cessão (“Condições da Cessão”):
- a) o Cliente devedor dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão não é entidade pertencente ao setor público;
  - b) o Cliente devedor dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão não possui qualquer Direito Creditório de titularidade da Cedente vencido e não pago por prazo superior a 7 (sete) dias, contado da respectiva Data de Vencimento Original, inclusive.
  - c) a Cedente já entregou ao Cliente, direta ou indiretamente, os Produtos vinculados aos Direitos Creditórios oferecidos à cessão, há pelo menos 15 (quinze) dias e encontra-se na posse, direta ou por seu Agente, dos Documentos Comprobatórios, observado o disposto no item (5.2.1) abaixo;
  - d) a Cedente (i) tenha enviado aos Clientes, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam oferecidos à cessão ao Fundo, os Avisos de Operação Financeira com aviso de recebimento; ou (ii) já tenha recebido dos Grandes Clientes que liquidam suas faturas





por meio de depósito em conta ou dos Clientes *Barter* e das sociedades *trading* responsáveis pelo pagamento de Vendas *Barter*, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam oferecidos à cessão ao Fundo, os Avisos de Operação Financeira devidamente assinados, sendo que, na situação referida em (ii), os Avisos de Operação Financeira por estes assinados deverão conter instrução para que os valores por estes devidos à Cedente sejam pagos única e exclusivamente na Conta Vinculada;

- e) as compras e vendas realizadas pelo respectivo Cliente foram contratadas com estrita observância à Política de Concessão de Crédito, a qual estabelece, entre outros critérios, que o Cliente: (i) não tem registro no cadastro da SERASA em valor relevante, em razão de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite; (ii) no melhor conhecimento da Cedente não se encontra insolvente nem tem protocolado contra si pedido de autofalência nem solicitou a sua própria recuperação; e/ou (iii) no melhor conhecimento da Cedente, não é demandado em pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial movido por seus credores, não elidido no prazo legal, observado que os requisitos acima deverão ser verificados pela Cedente quando da análise e concessão de limite de crédito ao respectivo Cliente para a última Safra Verão e/ou Safra Inverno, conforme o caso; e
- f) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo não são objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza, incluindo qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação.

5.2.1. Em caso de perda, extravio ou impossibilidade de apresentação de qualquer Documento Comprobatório, a Cedente deverá comunicar e justificar o fato ao Custodiante e à Administradora, por meio eletrônico, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, contado da data que a Cedente tomou conhecimento da ocorrência do fato.

5.3. As Condições da Cessão não serão objeto de verificação pelo Custodiante, pela Administradora ou por qualquer outro prestador de serviço do Fundo, sendo a Cedente a única responsável por tal verificação na Data de Oferta. Neste sentido, as Condições da Cessão são declarações prestadas pela Cedente e não se confundem com os Critérios de Elegibilidade, os quais deverão ser verificados pelo Custodiante a cada Data de Oferta.



5.4. Será(ão) considerado(s) direito(s) creditório(s) elegível(is) (“Direito Creditório Elegível” ou, em conjunto, “Direitos Creditórios Elegíveis”) os Direitos Creditórios cujas informações sejam transmitidas ao Custodiante pela Cedente, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e neste Regulamento, e que atendam, cumulativamente, na Data de Oferta, aos seguintes critérios de elegibilidade (“Crítérios de Elegibilidade”):

- a) caso o Cliente não seja um Grande Cliente:
- i) a Data de Vencimento Original do Direito Creditório não é posterior à data de encerramento do Prazo de Vigência;
- ii) a Data de Vencimento Original do respectivo Direito Creditório não é inferior a 5 (cinco) dias ou superior a 250 (duzentos e cinquenta) dias corridos, contados da respectiva Data de Oferta, ressalvado o disposto no item (iii) abaixo;
- iii) considerando-se *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cuja respectiva Data de Vencimento Original é superior a 250 (duzentos e cinquenta) dias corridos contados da respectiva Data de Oferta, não excede a 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido;
- iv) considerando-se *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, com relação ao Patrimônio Líquido, observam os limites máximos de concentração por Região Geográfica definidos na seguinte tabela:

Região Geográfica	Percentual Máximo do Patrimônio Líquido
Cerrado – Leste (CERL)	30%
Cerrado – Oeste (CERO)	25%
Paraná (PRNA)	35%
Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RSSC)	25%
Sudeste e Nordeste (SENE)	35%



- v) o respectivo Cliente consta da Relação de Clientes e não é devedor de qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo vencido e não pago por prazo superior a 7 (sete) dias, contado da respectiva Data de Vencimento Original, inclusive;
  - vi) considerada *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelos Clientes integrantes do Grupo de Clientes ao qual este pertence, é igual ou inferior a 1% (um por cento) do valor do Patrimônio Líquido;
  - vii) considerando-se *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por Clientes *Barter*, é igual ou inferior a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido; e
  - viii) considerando-se *pro forma* a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por Clientes integrantes do Canal de Distribuição “Cooperativas” (COOP), é igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido.
- b) caso o Cliente seja um Grande Cliente:
- i) os Critérios de Elegibilidade perfilados nos subitens “i”, “ii”, “iii” e “v” da alínea “a” acima; e
  - ii) considerada *pro forma* a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por cada Grande Cliente, é igual ou inferior a 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido.

5.4.1. É vedado ao Fundo adquirir Direitos Creditórios com Data de Vencimento Original anterior à respectiva Data de Oferta.

5.5. Observados os termos e as condições do Regulamento e do Contrato de Cessão, a verificação pelo Custodiante do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será considerada definitiva.



- 5.6. Ressalvada a hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, a perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra a Cedente, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e/ou os Distribuidores, sem prejuízo das obrigações da Cedente relativas às Condições Resolutivas da Cessão previstas no Contrato de Cessão.
- 5.7. O procedimento de oferta de Direitos Creditórios e de formalização da cessão deverão observar o disposto na Cláusula Seis do Contrato de Cessão.
- 5.8. A Administradora somente poderá recusar a oferta de Direitos Creditórios caso: (i) não seja atendida(o) qualquer Condição da Cessão ou Critério de Elegibilidade; ou (ii) esteja em curso um Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada; ou (iii) o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, supere o Potencial de Cessão; ou (iv) a aquisição implique descumprimento da manutenção da Reserva de Caixa e/ou do Índice de Liquidez.

## **CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES**

### ***Seção I – Regras Gerais***

- 6.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios em moeda corrente nacional e/ou por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o Fundo atenda ao disposto no item (11.8) do Capítulo Onze e as Partes estejam adimplentes com suas obrigações previstas nos Documentos da Securitização.
- 6.2. No curso ordinário do Programa de Securitização, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo serão pagos pelos Clientes em favor do Fundo, (i) por meio dos Boletos de Cobrança, sendo tais valores creditados diretamente na Conta Corrente do Fundo; e/ou (ii) na hipótese de Direitos Creditórios devidos por Grandes Clientes que liquidam suas faturas mediante crédito em conta ou decorrentes de Vendas *Barter*, por meio do crédito dos respectivos valores na Conta Vinculada e posterior transferência, pelo Custodiante, dos valores ali depositados para a Conta Corrente do Fundo. O Custodiante deverá proceder à conciliação dos recursos na Conta



Vinculada, de forma a identificar quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo foram liquidados com os valores ali depositados.

- 6.3. No curso ordinário do Programa de Securitização, o Banco Arrecadador, contratado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária, será responsável pela cobrança bancária (contas a receber) e cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. O Agente Cobrador, contratado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, será responsável pela cobrança judicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham ou estejam sendo pagos pontualmente.

### *Seção II – Do Preço de Aquisição*

- 6.4. Observado o disposto no Contrato de Cessão e neste Regulamento, pela aquisição de cada Direito Creditório o Fundo pagará à Cedente, em moeda corrente nacional e/ou emitirá Quotas Subordinadas, a serem subscritas pela Cedente e/ou suas Afiliadas e por esta(s) integralizadas com Direitos Creditórios, conforme indicado em cada Termo de Cessão (“Preço de Aquisição”), o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PADC_{y,T} = \frac{VDC}{TD_{y,T}};$$

$y=1, 2...n$       Direito Creditório Elegível a ser adquirido;

$PADC_{y,T}$       Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível “y” na Data de Aquisição “T”;

$VDC$       valor nominal do Direito Creditório Elegível objeto de aquisição; e

$TD_{y,T}$       Taxa de Desconto na Data de Aquisição “T”, conforme definida no Anexo I deste Regulamento.

- 6.5.A Administradora, por conta e ordem do Fundo, na Data de Aquisição, efetuará o pagamento à vista do Preço de Aquisição, em moeda corrente nacional, por meio do crédito das respectivas



verbas na Conta Corrente da Cedente e/ou lançará o respectivo número de Quotas Subordinadas na conta de depósito de valores mobiliários da Cedente e/ou de suas Afiliadas, conforme o caso.

- 6.6. A Cedente e/ou suas Afiliadas, em conjunto ou separadamente, terá a opção de exigir a transferência, pelo Fundo, de Direito(s) Creditório(s) vencido(s) e não pago(s) por ele devido(s). Neste caso, (a) a somatória dos valores dos Direitos Creditórios adquiridos pela Cedente e/ou suas Afiliadas nos últimos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias imediatamente anteriores à respectiva data de aquisição não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido apurado na respectiva data de aquisição; e (b) a aquisição do(s) Direito(s) Creditório(s) deverá atender o disposto na cláusula 6.7 abaixo e não implicará a assunção de coobrigação ou responsabilidade pela Cedente acerca do adimplemento, total ou parcial, de outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo na ocasião. O exercício da opção de compra aqui prevista deverá ocorrer em até 90 (noventa) Dias Úteis contados da inadimplência e identificar quais Direitos Creditórios vencidos e não pagos a Cedente deseja adquirir. Uma vez exercida a opção, a Cedente deverá enviar à Administradora um termo de compra devidamente assinado.
- 6.7. O valor de aquisição do Direito Creditório vencido e não pago, para efeito do disposto no item (6.6) acima, deverá ser equivalente ao maior valor entre: (a) o valor nominal dos Direito Creditório, deduzido das provisões por atraso no pagamento definidas no item (15.4) do Capítulo Quinze deste Regulamento; e (b) 30% (trinta por cento) do valor nominal do Direito Creditório na Data de Vencimento Original.
- 6.8. Caso a Cedente não exerça a opção referida no item (6.6) acima, a Administradora deverá, por conta e ordem do Fundo, independentemente da anuência da Cedente, alienar, sob regime de melhores esforços, qualquer dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes de sua carteira para quaisquer terceiros. O preço de alienação deverá observar os critérios definidos no item (6.7) acima.
- 6.9. A cessão dos Direitos Creditórios do Fundo para qualquer Pessoa somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

### ***Seção III – Do Procedimento de Atualização da Relação de Clientes e de Inclusão de Novos Clientes***

- 6.10. A cada período de 1 (um) ano, a contar da 1ª Data de Emissão, poderá a Cedente incluir novos Clientes e/ou efetuar substituições de Clientes constantes da Relação de Clientes, até o limite de

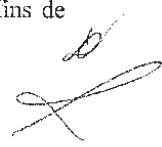


10% (dez por cento) do número total de Clientes constantes da Relação de Clientes, sem necessidade de realização de Assembleia Geral.

- 6.11. Caso a Cedente venha a incluir novo Cliente na Relação de Clientes, deverá indicar tal fato e fornecer as informações que devem constar da Relação de Clientes, inclusive quanto à classificação do novo Cliente como Cliente *Barter* ou Grande Cliente, se for o caso, bem como a correspondente Região Geográfica e o Canal de Distribuição.
- 6.12. A Cedente deverá também informar se o novo Cliente representa o primeiro elemento de um novo Grupo de Clientes ou se este deverá ser incorporado a um Grupo de Clientes já existente.
- 6.13. Para poder incorporar novos Clientes à Relação de Clientes a Cedente deverá prestar declaração, por escrito, ao Custodiante, de que cada novo Cliente atende à Política de Concessão de Crédito e tem relação comercial com a Cedente há pelo menos 1 (um) ano.
- 6.14. A Administradora deverá providenciar o registro do Regulamento, com a Relação de Clientes devidamente atualizada, na forma do Capítulo Três, no prazo de até 15 (quinze) dias contado de cada data de atualização anual da Relação de Clientes.

#### ***Seção IV – Da Inclusão de Novas Cedentes***

- 6.15. Afiliadas da Cedente poderão aderir aos termos e condições do Contrato de Cessão e, conseqüentemente, ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, desde que as referidas sociedades tenham como atividade principal a atuação nos ramos de pesquisa, produção e comercialização de sementes, agroquímicos e/ou correlatos.
- 6.16. Em adição ao disposto acima, a Cedente deverá ter enviado à Administradora parecer legal preparado por escritório de advocacia definido, de comum acordo, entre a Administradora e a Cedente, cujo conteúdo seja considerado satisfatório pela Administradora, atestando a possibilidade de cessão dos Direitos Creditórios pelas novas cedentes, devendo o parecer legal estar acompanhado de todos os documentos e demais autorizações que permitam a cessão dos Direitos Creditórios, bem como da relação das Pessoas Autorizadas da(s) nova(s) cedente(s).
- 6.17. A Cedente deverá enviar tempestivamente à Agência de Classificação de Risco uma cópia do parecer legal acima referido e prestar as informações que venham a ser solicitadas para fins de



verificação da manutenção da classificação de risco conferida às Quotas Seniores em Circulação, sendo que, sem a referida manutenção referente a todas as Séries de Quotas Seniores em Circulação, não será permitido o ingresso de nova(s) cedente(s).

- 6.18. Na hipótese de inclusão de nova(s) cedente(s), a Cedente passará a ser automaticamente referida como Cedente líder para efeitos de comunicação com a Administradora.

## **CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA**

- 7.1. O Fundo é administrado pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.111 – 2º andar – parte, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40 (“Administradora”).
- 7.2. Para a plena realização dos objetivos do Fundo, a Administradora, no limite de suas respectivas atribuições definidas neste Regulamento, assume a obrigação de aplicar em sua administração e gestão, respectivamente, os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Quotistas, observados os direitos, as garantias e prerrogativas especiais dos titulares das Quotas Seniores definidos neste Regulamento, atentas à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 7.3. Observados os termos e as condições deste Regulamento, da Instrução CVM nº 356 e dos demais normativos aplicáveis, a Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independentemente de qualquer procedimento adicional, e com o objetivo de proteger os direitos e prerrogativas dos Quotistas e proporcionar-lhes rentabilidade, pode:
- a) observado o disposto no Contrato de Cobrança, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) à execução de quaisquer garantias





eventualmente prestadas e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Sete;

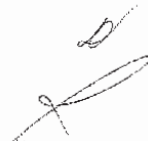
- b) em caso de inadimplência total ou parcial no pagamento do Direito(s) Creditório(s) e/ou ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos ativos integrantes de sua carteira;
  - c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da(s) carteira(s) do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e àquelas outorgadas ao Agente Cobrador, nos termos do Contrato de Cobrança, e a cada Banco Arrecadador, nos termos do respectivo Contrato de Cobrança Bancária, e ao Custodiante, nos termos deste Regulamento, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga;
  - d) providenciar o registro deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Capítulo Três; e
  - e) praticar todos os atos de administração do Fundo, de modo a manter a boa ordem financeira, operacional e legal do Programa de Securitização, e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas, observados os termos e as condições deste Regulamento e as disposições legais e regulamentares em vigor.
- 7.4. Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora:
- a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Quotistas gratuitamente:
    - i) cópias dos pareceres preparados pela Empresa de Auditoria e dos demais documentos e relatórios enviados à CVM;



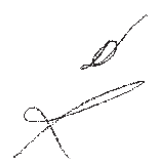
- ii) exemplar deste Regulamento; e
  - iii) exemplar do Prospecto;
- b) manter atualizados e em perfeita ordem enquanto existirem Quotas em Circulação ou pelo prazo exigido pela legislação aplicável, o que ocorrer por último:
- i) os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer despesa ou encargo do Fundo, inclusive os relativos ao recolhimento de impostos, contribuições, taxas e emolumentos; e
  - ii) os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado nos termos do item (7.11) deste Capítulo;
- c) informar aos Quotistas alteração do periódico utilizado pelo Fundo para a prestação de informações nos termos do item (23.1) do Capítulo Vinte e Três, bem como qualquer modificação na Taxa de Administração;
- d) colocar à disposição, em sua sede, cópias das demonstrações financeiras do Fundo, auditadas ou não, dos relatórios referentes ao Fundo que venham a ser entregues à CVM e das atualizações elaboradas pela Agência de Classificação de Risco;
- e) providenciar, trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- f) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- g) submeter os demonstrativos referidos no item (7.11) deste Capítulo ao exame da Empresa de Auditoria quando da auditoria anual;
- h) fornecer as informações solicitadas pela Empresa de Auditoria quando da realização da auditoria anual de encerramento do exercício do Fundo;



- i) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito abertas em nome dos Quotistas ou contratar terceiros devidamente habilitados e autorizados para realizar tais serviços;
- j) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, exceto sobre os documentos referentes a Quotistas que adquirirem Quotas no mercado secundário, quando a guarda e verificação destes documentos será de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es);
- k) providenciar, mensalmente, às expensas do Fundo, o envio aos Quotistas, pelo correio ou por meio eletrônico (*e-mail*), de extrato das contas de depósito abertas em seus respectivos nomes contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo Quotista, (ii) o valor atualizado de suas Quotas, e (iii) a remuneração acumulada desde a respectiva Data de Emissão;
- l) fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos do Fundo auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- m) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- n) realizar, às expensas do Fundo, no mínimo trimestralmente, por meio da contratação da Empresa de Auditoria, a verificação, por meio de procedimentos passíveis de auditoria, de que a Cedente restituiu ao Fundo a totalidade dos recursos por ela devidos em razão da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, nos termos do item (10.1) da Cláusula Dez do Contrato de Cessão, no curso do respectivo período;



- o) realizar, às expensas do Fundo, diretamente ou por meio de seus Agentes, no mínimo trimestralmente, testes por amostragem, por meio de procedimentos passíveis de auditoria, de forma a verificar que foi observada, pela Cedente, a Política de Concessão de Crédito com relação aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e que estes atendiam às Condições da Cessão na respectiva Data de Oferta;
- p) proceder, às expensas do Fundo, à contratação dos serviços da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria e à celebração dos Documentos da Securitização e dos demais documentos necessários à operacionalização do Programa de Securitização;
- q) proceder, às expensas da Administradora, à contratação dos serviços do Agente Escriurador;
- r) calcular, na periodicidade definida neste Regulamento, o valor da RC;
- s) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos índices e parâmetros referidos no item (11.8) do Capítulo Onze e no item (4.4) do Capítulo Quatro;
- t) processar a subscrição, integralização e amortização de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que considerado, *pro forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto no item (11.8) do Capítulo Onze;
- u) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco a ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
  - i) substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, do Custodiante, do Banco Arrecadador e/ou do Agente Cobrador;
  - ii) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada;
  - iii) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização; ou



- iv) inclusão de nova(s) cedente(s), nos termos do item (6.15) e seguintes do Capítulo Seis.
- v) entregar e/ou manter à disposição da Agência de Classificação de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante ou pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos da Securitização;
- w) aplicar os recursos de titularidade do Fundo, não investidos em Direitos Creditórios, em Outros Ativos, observada a política de investimento do Fundo prevista no item (4.5) do Capítulo Quatro; e
- x) observar a política de investimento do Fundo definida neste Regulamento, incluindo as disposições referentes à contratação de operações com instrumentos derivativos.

7.5. É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços, não expressamente autorizados neste Regulamento; e
- b) distratar, rescindir ou modificar por sua iniciativa quaisquer dos Documentos da Securitização, salvo se expressamente autorizada nos Documentos da Securitização ou pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observados os procedimentos e *quorum* previstos neste Regulamento.

7.6. Será devida à Administradora, a título de taxa de administração, gestão, escrituração, controladoria e custódia do Fundo (“Taxa de Administração”), uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); ou (ii) o valor correspondente a um percentual ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido diário do Fundo, apropriada diariamente, à razão de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), conforme a tabela abaixo:

Valor médio do Patrimônio Líquido	Taxa de Administração
até R\$150.000.000,00	0,275% ao ano



de R\$150.000.000,01 a R\$300.000.000,00	0,225% ao ano
Acima de R\$300.000.000,00	0,185% ao ano

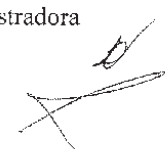
- 7.7. Ao valor da Taxa de Administração serão acrescidos os montantes referentes às despesas de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. A remuneração devida à Administradora, nos termos do item (7.6) acima, será paga até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário.
- 7.8. O valor em Reais definido no subitem “i” do item (7.6) deste Capítulo será atualizado a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir da 1ª Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IGP-M ou por índice que venha a substituí-lo.
- 7.9. A Taxa de Administração não inclui as despesas com: (i) publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais, (ii) serviços de cobrança bancária e extrajudicial nos termos do Contrato de Cobrança Bancária, e (iii) serviços de cobrança judicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, dentre outros.
- 7.10. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 7.11. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas evidenciando que: (i) as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Capítulo Quatro e com os limites de composição e de diversificação a eles aplicáveis; (ii) as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; (iii) os Procedimentos de Verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.



- 7.12. A Administradora não cobrará taxa de ingresso, saída ou performance.

## **CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA**

- 8.1. Os Quotistas, observado o disposto no item (17.4) do Capítulo Dezessete, poderão solicitar a convocação de Assembleia Geral para deliberar acerca da substituição da Administradora. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação, em ordem de preferência, do nome, da qualificação, da experiência e da remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas não poderá ser superior em 20% (vinte por cento) do valor da parcela mensal da Taxa de Administração a que a instituição a ser substituída estiver fazendo jus ao tempo da substituição.
- 8.2. Caso a substituição da Administradora seja aprovada pelos Quotistas, nos termos da alínea “c” do item (17.13) do Capítulo Dezessete, os Quotistas deverão escolher uma das instituições indicadas nos termos do item (8.1) acima para exercer as funções da Administradora.
- 8.2.1 Caso os Quotistas, nos termos do item (8.2) acima, rejeitem as indicações propostas de acordo com o item (8.1) acima, os Quotistas que estejam solicitando a substituição da Administradora deverão elaborar nova lista de indicação a ser submetida à aprovação dos Quotistas. Este procedimento poderá ser repetido até 3 (três) vezes consecutivas.
- 8.2.2 Na hipótese de os Quotistas não definirem, em Assembleia Geral, a instituição que deverá exercer a função de instituição administradora do Fundo, nos termos do item (8.2) acima, sem que haja rejeição expressa das indicações propostas, será considerada como escolhida a primeira instituição indicada de acordo com a ordem de preferência estabelecida pelos Quotistas que solicitaram a substituição da Administradora nos termos do item (8.1) acima.
- 8.3. Mediante aviso divulgado no periódico referido no item (23.1) do Capítulo Vinte e Três e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, a Administradora



poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data em que os Quotistas venham a ser comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos deste Regulamento, até a conclusão dos procedimentos relativos à liquidação antecipada do Fundo.

- 8.4. A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de realização da Assembleia Geral referida no item (8.3) acima ou por prazo inferior caso assim seja deliberado pelos Quotistas no curso da Assembleia Geral convocada nos termos do item (8.3) acima, observado o *quorum* estabelecido na alínea “c” do item (17.13) do Capítulo Dezesete. O prazo de 90 (noventa) dias acima referido poderá ser automaticamente prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Regulamento, devendo a Administradora ser remunerada nos termos do presente Regulamento durante todo esse período.
- 8.5. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembleia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item (8.4) acima, o que ocorrer primeiro, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

## **CAPÍTULO NOVE – DOS FATORES DE RISCO**

- 9.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Clientes honrarem suas obrigações, podendo, assim, gerar perdas para o Fundo até o montante das





operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores, a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, em hipótese alguma, ser responsabilizados, dentre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

9.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo e à Cedente (originadora) destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- a) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração ou a amortização nas respectivas Datas de Amortização Programadas, conforme disposto no respectivo Suplemento, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejado, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.
- b) **Amortização Condicionada e Possibilidade de Perda do Capital Investido.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo pelas respectivas contrapartes. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento destes recursos, se ocorrer, e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.



- c) **Amortização de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo.** O Fundo está exposto a determinados riscos associados aos Direitos Creditórios, conforme identificado nas alíneas do item (9.3) deste Capítulo, e a Outros Ativos, conforme identificado na alínea “h” deste item (9.2), integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização e, conforme o caso, ao resgate das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos diretamente pelos Clientes, que os Outros Ativos integrantes de sua carteira sejam liquidados por suas respectivas contrapartes e que os recursos recebidos sejam transferidos para o Fundo, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores, a Cedente e/ou suas Afiliadas encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização e, conforme o caso, o resgate integral das Quotas. O valor de amortização e, conforme o caso, o resgate das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive a Cedente, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores e qualquer de suas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

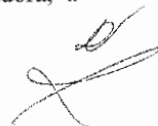
Este Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado, caso existam Quotas em Circulação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo Vinte. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Clientes.

- d) **Emissão dos Boletos de Cobrança e dos Avisos de Operação Financeira.** O Banco Arrecadador será responsável pela emissão e pelo envio dos Boletos de Cobrança aos Clientes (com exceção dos Grandes Clientes que liquidam suas faturas




mediante depósito em conta e dos Clientes *Barter*). A Cedente será responsável pelo envio dos Avisos de Operação Financeira aos Grandes Clientes que liquidam suas faturas mediante depósito em conta, aos Clientes *Barter* e às sociedades *trading* responsáveis pelo pagamento de Vendas *Barter*, indicando a Conta Vinculada para fins de pagamento. Qualquer interrupção ou falha na condução destes procedimentos ou a não utilização ou modificação das informações contidas no Boleto de Cobrança ou no Aviso de Operação Financeira, conforme o caso, poderá resultar no não recebimento, no atraso e/ou no crédito dos valores de titularidade do Fundo em contas correntes outras que não: (a) a Conta Corrente do Fundo, ou (b) a Conta Vinculada.

- e) **Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deva ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou, conforme o caso, resgate de suas respectivas Quotas, não representando nem devendo ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor Líder e dos Distribuidores e/ou de qualquer de suas Afiliadas de assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou, conforme o caso, resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- f) **Descasamentos de Taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a taxas pré-fixadas, e em Outros Ativos e operações com derivativos, observado o disposto nos itens (4.5) e (4.12) do Capítulo Quatro. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será definido na forma estabelecida na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o



Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores, a Cedente e qualquer de suas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, por eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.

- g) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quotas Seniores específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Seniores não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.
- h) **Riscos Associados aos Outros Ativos (Inclusive de Liquidez).** O Fundo alocará até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores, a Cedente e qualquer de suas Afiliadas, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate antecipado de Quotas. Dentre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. Além disso, os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes em honrar os compromissos de pagamento. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores/contrapartes dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas



que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Os referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor do Patrimônio Líquido, com perdas patrimoniais aos Quotistas.

- i) **Riscos Provenientes do Uso de Derivativos.** Nos termos do item (4.12) do Capítulo Quatro, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá realizar operações de compra de opções de taxas de juros em mercados de derivativos, por meio da aquisição de Contratos de Opção de Compra IDI, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas. O valor do prêmio a ser desembolsado pelo Fundo na compra de referidas opções, e o conseqüente impacto sobre seu Patrimônio Líquido para a efetivação das operações, está sujeito às condições de mercado à época da contratação, bem como à disponibilidade de caixa do Fundo. Não há como garantir que o Fundo disporá de caixa suficiente para a contratação das operações em mercados de derivativos, bem como que as condições de mercado serão favoráveis para referida contratação. Ademais, a contratação, pelo Fundo, das operações com instrumentos derivativos previstas no Regulamento, poderá não gerar a proteção esperada ou implicar no desembolso do prêmio, independentemente do exercício da opção.
- j) **Emissão de Novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo Onze deste Regulamento, emitir novas Séries de Quotas Seniores, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores em



Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores, não será assegurado direito de preferência para os Quotistas do Fundo à época, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas Seniores que já estejam em Circulação na ocasião.

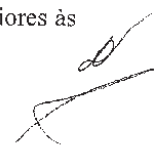
- k) **Potencial Conflito de Interesses entre a Administradora e o Custodiante.** A Administradora e o Custodiante são a mesma pessoa jurídica. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles normalmente existentes quando tais funções fiduciárias são exercidas por entidades distintas.
- l) **Riscos Operacionais.** O Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas dos prestadores de serviços do Fundo, tais como da Administradora, do Custodiante, da Cedente, do Agente Cobrador, do Agente Escriturador, dentre outros.
- m) **Outros Riscos.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda, mudanças legislativas, incluindo alterações nos critérios de tributação dos rendimentos auferidos pelos Quotistas, ou mudanças políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.
- n) **Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações da Cedente ou de Terceiros Prestadores de Serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores relativos ao pagamento de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, eventualmente recebidos pela Cedente ou pelos prestadores de serviços do Fundo, podem, enquanto não transferidos ao Fundo, vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora on line” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o





resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- o) **Possibilidade de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial da Cedente.** A Cedente está sujeita à falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/05. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pela Cedente e a interrupção dos procedimentos de cessão pela Cedente poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Ademais, caso a Cedente se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a ocorrência dos eventos descritos acima, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- p) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.** A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e/ou os Distribuidores não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. A cessão desses Direitos Creditórios pela Cedente, pode ser invalidada ou tornada ineficaz após sua aquisição pelo Fundo, impactando negativamente a rentabilidade dos Quotistas, caso configurada: (i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, conforme disposto na legislação em vigor, a Cedente estiver insolvente ou, se em razão da cessão, passar a esse estado; (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendente, na data de aquisição, demanda judicial fundada em direito real; (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal; ou (iv) caso o respectivo Direito Creditório já se encontre vinculado a outros negócios jurídicos, inclusive por meio da constituição de garantias reais.
- q) **Possibilidade de Liquidação Antecipada do Fundo.** Observado o disposto neste Regulamento, o Fundo poderá amortizar e/ou resgatar as Quotas em datas anteriores às



Datas de Amortização, caso ocorra qualquer Evento de Amortização Antecipada, ou se assim deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Capítulo Dezessete. Por este motivo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Distribuidor Líder e pelos Distribuidores, pela Cedente e/ou por qualquer de suas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

- r) **Sazonalidade dos Negócios da Cedente.** Os negócios de produção e comercialização de sementes e agroquímicos para culturas não perenes estão sujeitos à sazonalidade. Esse fato cria flutuações na geração de Direitos Creditórios, normalmente com picos em julho, agosto, dezembro e janeiro. Essa sazonalidade pode afetar a geração de Direitos Creditórios, impactando negativamente a Alocação Mínima de Investimento e, no limite, levar à ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada.
- s) **Riscos Operacionais Relativos à Movimentação da Conta Vinculada.** Observados os termos e as condições do Contrato de Cobrança Bancária, da legislação aplicável e do Contrato de Cessão, todos os recursos decorrentes dos pagamentos vinculados a Direitos Creditórios (de titularidade do Fundo e da Cedente), devidos por Grandes Clientes que liquidam suas faturas por meio de depósito em conta e os recursos resultantes de Vendas *Barter* serão creditados na Conta Vinculada. Após respectiva conciliação, o Custodiante deverá repassar os valores depositados na Conta Vinculada para a Conta Corrente do Fundo e/ou para a Conta Corrente da Cedente, conforme o caso. Na impossibilidade ou atraso na conciliação de tais valores, (i) as disponibilidades constantes da Conta Vinculada poderão incluir recursos da Cedente; e (ii) poderá resultar em atrasos ou impossibilidade de verificação do pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Clientes.

9.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

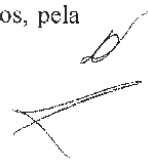
- a) **Risco de Crédito.** Os Direitos Creditórios são pagos pelos Clientes quando do vencimento de suas obrigações. No curso ordinário do Programa de Securitização, o pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Clientes se dará por meio dos Boletos de Cobrança, mediante crédito dos recursos em Conta Corrente do





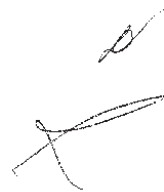
Fundo após o seu recebimento pelo Banco Arrecadador ou, na hipótese dos Direitos Creditórios devidos por Grandes Clientes que liquidam suas faturas mediante depósito em conta ou decorrentes de Vendas *Barter*, por meio de crédito dos valores devidos na Conta Vinculada. A realização dos Direitos Creditórios depende da solvência dos Clientes, do efetivo pagamento dos valores devidos e do adimplemento pelo Banco Arrecadador de suas obrigações definidas no Contrato de Cobrança Bancária e pelo Custodiante na qualidade de gestor da Conta Vinculada, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.

- b) **Riscos Relacionados ao Setor de Atuação da Cedente.** O setor agrícola está sujeito a características específicas, inclusive, mas não se limitando a: (i) natureza predominantemente sazonal, com o que as operações são afetadas pelo ciclo das lavouras; (ii) condições meteorológicas adversas, inclusive secas, inundações, granizo ou temperaturas extremamente altas, que são fatores imprevisíveis, podendo ter impacto negativo na produção agrícola ou pecuária; (iii) incêndios e demais sinistros; (iv) pragas e doenças, que podem atingir de maneira imprevisível as safras; (v) preços praticados mundialmente, que estão sujeitos a flutuações significativas, dependendo (a) da oferta e demanda globais, (b) de alterações dos níveis de subsídios agrícolas de certos produtores importantes (principalmente Estados Unidos e Comunidade Européia), (c) de mudanças de barreiras comerciais de certos mercados consumidores importantes e (d) da adoção de outras políticas públicas que afetem as condições de mercado e os preços dos produtos agrícolas; (vi) concorrência de *commodities* similares e/ou substitutivas; e (vii) acesso limitado ou excessivamente oneroso à captação de recursos, além de alterações em políticas de concessão de crédito, tanto por parte de órgãos governamentais como de instituições privadas, para determinados participantes, inclusive os Clientes. A verificação de um ou mais desses fatores poderá impactar negativamente o setor, afetando a geração dos Direitos Creditórios e a adimplência dos Clientes, bem como o Patrimônio Líquido e a rentabilidade das Quotas.
- c) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão de Direitos Creditórios da Cedente.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação da Cedente ou de qualquer outra Pessoa. A Cedente é apenas responsável pela correta constituição e, quando constituídos, pela

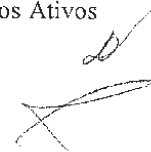


existência, certeza, autenticidade e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis ao tempo da cessão, conforme o caso. A Administradora, o Distribuidor Líder e os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência dos Clientes e/ou da Cedente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, certeza, autenticidade, correta formalização e/ou liquidez. Nos termos do artigo 38, inciso I, da Instrução CVM 356, o Custodiante é responsável por receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, o que não engloba qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes e/ou da Cedente ou pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos.

- d) **Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pela Cedente para Concessão de Crédito.** A Cedente somente poderá ceder ao Fundo Direitos Creditórios constituídos de acordo com a Política de Concessão de Crédito, e que atendam, cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e às Condições da Cessão. A Política de Concessão de Crédito adotada pela Cedente tem por finalidade a adequada gestão e a uniformidade na avaliação do crédito, tendo sido elaborada com base em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. A solvência dos Direitos Creditórios depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes na Data de Vencimento Original ou antecipada (quando aplicável). Ademais, a Política de Concessão de Crédito pode (i) ser alterada de tempos em tempos, a exclusivo critério da Cedente, conforme descrito no item a seguir, ou (ii) eventualmente conter alguma inconsistência ou imprecisão. Dessa forma, a observância da Política de Concessão de Crédito não constitui garantia de adimplência dos Clientes.
- e) **Ausência de Cessão das Garantias dos Direitos Creditórios ao Fundo.** A Cedente não irá transferir ao Fundo quaisquer garantias porventura constituídas para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes dos ou relacionadas aos Direitos Creditórios, com exceção das garantias vinculadas às Vendas *Barter*, que serão cedidas ao Fundo. As demais garantias relacionadas aos Direitos Creditórios continuarão a beneficiar a Cedente, o que poderá modificar o histórico de pagamento dos Direitos Creditórios pelos Clientes, conforme apresentado no Relatório de Revisão Especial, e a capacidade de o Fundo receber o valor integral devido pelos Clientes relativamente aos Direitos Creditórios cedidos.



- f) **Modificações à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança.** A Cedente poderá, unilateralmente, proceder a alterações aos termos e às condições da Política de Concessão de Crédito e/ou da Política de Cobrança sem a necessidade de aprovação prévia da Administradora. A Cedente informará à Administradora qualquer modificação à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança posteriormente à sua realização. Desta forma, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações acima referidas poderão afetar negativamente (a) os direitos e as prerrogativas dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo; e, conseqüentemente, (b) a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização.
- g) **Possibilidade de Interrupção da Aquisição de Direitos Creditórios.** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pela Cedente, visto que a interrupção dos procedimentos de cessão poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. A Cedente não se encontra obrigada a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, podendo, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, (i) encerrar os procedimentos de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo e (ii) ceder os Direitos Creditórios a terceiros. A continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pela Cedente ao Fundo depende: (i) de a Cedente continuar a comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; (ii) de os Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento; (iii) de a Cedente ter interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo; e (iv) de a legislação brasileira, atualmente vigente, aplicável às atividades da Cedente e à constituição dos Direitos Creditórios, não ser alterada no sentido de impor restrições na realização de operações de compra e venda mercantil a prazo de Produtos ou, ainda, de vedar a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Não há como assegurar que a demanda pelos Produtos comercializados pela Cedente permaneça nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios.
- h) **Cobrança dos Direitos Creditórios, Possibilidade de Aporte Adicional pelos Quotistas e Possibilidade de Perda do Capital Investido.** Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos



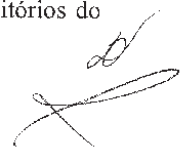
integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os titulares das Quotas Seniores aportem os valores adicionais, necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo, na forma prevista no Capítulo Vinte e Sete, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do aporte a que se refere aquele Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. A Cedente, a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos e por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo Vinte e Sete. Conseqüentemente, conforme descrito nesse Capítulo, em especial nas alíneas “b” e “c” do item (9.2) acima, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.

- i) **Inexistência de Verificação Prévia pelo Custodiante e pela Administradora do Lastro dos Direitos Creditórios.** Quando da oferta dos Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo, a Administradora e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem a realização efetiva da operação de compra e venda, lastro dos Direitos Creditórios, sendo certo que tal verificação será realizada *a posteriori*, por meio de



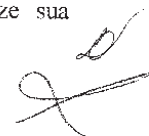
auditoria por amostragem, com um limite de erro tolerável entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), observados os Procedimentos de Verificação definidos no “Anexo V” deste Regulamento; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do respectivo Cliente ou (iii) são objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para os Quotistas.

- j) **Documentos Comprobatórios.** O Custodiante contratará a Cedente para a prestação dos serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios, a título de fiel depositário. A Cedente manterá os Documentos Comprobatórios sob sua custódia, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, responsabilizando-se pela guarda dos referidos documentos, em nome do Fundo. A Cedente garantirá o acesso do Custodiante e da Administradora aos Documentos Comprobatórios, bem como se comprometeu a entregar, mediante solicitação, todos os Documentos Comprobatórios sob sua guarda. A guarda desses documentos pela Cedente poderá acarretar em atrasos ou impossibilidade de implementação da Política de Cobrança pelo Custodiante.
- c) **Risco de Liquidez e Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios e de sua conseqüente falta de liquidez, poderão inexistir compradores de Direitos Creditórios ou o preço de negociação poderá causar perda ao Patrimônio Líquido, ou afetar pagamentos de amortização ou resgate dos Quotistas. Portanto, os titulares de Quotas Seniores devem possuir condição financeira para manter titularidade dos Direitos Creditórios até seu vencimento, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- l) **Crítérios de Elegibilidade.** Os Crítérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar e definir o tipo de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de freqüência e regularidade dos Clientes na realização de compras de Produtos, em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios, e diversificação de carteira, entre outros,. Os Crítérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis da Cedente, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do



Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. A solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes. Dessa forma, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes.

- m) **Condições da Cessão.** As Condições da Cessão não serão objeto de verificação pelo Custodiante, pela Administradora, pelo Distribuidor Líder e/ou pelos Distribuidores ou por qualquer outro prestador de serviços ao Fundo, sendo a Cedente a única responsável por tal verificação a cada Data de Oferta. Neste sentido, as Condições da Cessão são declarações prestadas pela Cedente e não se confundem com os Critérios de Elegibilidade, os quais, nos termos do artigo 38, II, da Instrução CVM 356 e do Regulamento, deverão ser verificados pelo Custodiante a cada Data de Oferta. A existência de Direitos Creditórios que não atendam às Condições da Cessão poderá afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, garantias e prerrogativas dos Quotistas.
- n) **Pagamentos Feitos em Desacordo com as Instruções.** A Cedente irá informar aos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, por meio do envio do Aviso de Operação Financeira. O envio deste aviso não elimina a possibilidade de os Clientes efetuarem o pagamento dos respectivos Direitos Creditórios à Cedente e não, como esperado, ao Fundo. É também possível que alguns pagamentos à Cedente sejam efetuados em desacordo com as instruções recebidas, ou não sejam efetuados por meio dos Boletos de Cobrança ou crédito na Conta Vinculada, conforme o caso. Neste caso, a Cedente e/ou suas Afiliadas, caso venham a receber os recursos transferidos pelos Clientes, deverão, na qualidade de fiéis depositárias, repassar ao Fundo os valores eventualmente recebidos. Não obstante a possibilidade de ingresso com as medidas judiciais cabíveis, tal repasse poderá atrasar ou não ocorrer.
- o) **Condição Resolutiva da Cessão Motivada por Devoluções de Produtos.** Dentro de limites previstos na política comercial da Cedente e por única e exclusiva liberalidade desta, os Clientes podem proceder à devolução imotivada, parcial ou total, de Produtos por estes adquiridos. Em princípio, o Cliente pode vir a efetuar o pagamento parcial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem que se caracterize sua



inadimplência ou mora, deduzindo do valor devido os Produtos devolvidos imotivadamente. Nos termos do Contrato de Cessão, esta devolução acarretará a resolução parcial ou total da cessão do Direito Creditório correspondente, com o que a Cedente deverá, em caráter irrevogável e irretratável, restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, a parcela ou totalidade do Preço de Aquisição do respectivo Direito Creditório, devidamente atualizado, desde a Data de Aquisição até a data da resolução parcial ou total da cessão. O valor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e/ou a solvência do Fundo poderão ser adversamente afetados caso a Cedente venha a aumentar unilateralmente os limites de devolução e/ou deixe de restituir, ao Fundo, a parcela ou totalidade do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios que tiverem sua cessão resolvida.

- 9.4. As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Cedente, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor Líder e dos Distribuidores, de qualquer de suas Afiliadas e/ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos neste Capítulo poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, comprometer a capacidade de o Fundo efetuar o pagamento, total ou parcial, de qualquer amortização ou resgate das Quotas dentro dos prazos e nas condições originalmente previstas neste Regulamento.

## **CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS**

- 10.1. O Fundo poderá (i) emitir 1 (uma) classe de quotas seniores (“Quotas Seniores”), a qual poderá ser dividida em Séries, mantidas concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, e (ii) manter em Circulação Séries de Quotas Seniores no valor total, em cada Data de Emissão, de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), valor este a ser atualizado anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou por índice que venha a substituí-lo, a partir do início das atividades do Fundo. O montante, a quantidade, as Datas de Amortização, a data de resgate, o percentual das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Seniores serão definidos no Suplemento da Série “k”.

- 10.1.1. O valor mínimo de aplicação no Fundo é R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).





10.2. Nos termos do item (11.8) do Capítulo Onze, o Fundo emitirá 01 (uma) classe de quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”), em número indeterminado e em série única, observado o disposto no item (10.7) abaixo.

10.3. Cada Quota Sênior da Série “*k*” possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns, sem prejuízo de outros previstos na regulamentação em vigor ou neste Regulamento:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- b) tem o preço unitário ( $P_k$ ) de R\$1.000,00 (um mil reais) na 1ª Data de Emissão de cada Série;
- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “*k*”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado pelo Custodiante, na abertura de todo Dia Útil, sendo que o mesmo será equivalente ao menor valor entre:

i)

$$VQS_{k,T} = (VQS_{k,T-1} - VAP_{k,T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_k}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}};$$

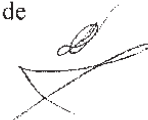
onde:

$k = 1, 2, \dots, n$  Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “*T*”;

$VQS_{k,T}$  valor unitário da Quota Sênior da Série “*k*” calculado para a data “*T*”;

$VQS_{k,T-1}$  valor unitário de cada Quota Sênior da Série “*k*” calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “*T*” (de acordo com a equação acima).

Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de







de Emissão da Série “k” até a data “T”

$VAI_{k,T}$

valor apurado para a Série “k” de Quotas Seniores, mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$VAI_{k,T} = \max \left[ \frac{(Valor\ Investido_T - Patrimônio\ Líquido_T) \times NQS_{k,T}}{\sum_{k=1}^n (NQS_{k,T})}; 0 \right];$$

onde:

$$Valor\ Investido_T = \sum_{k=1}^n (NQS_{k,T} \times P_k);$$

$\Delta PLVI_T$

$\Delta PLVI_T$ , apurado na data “T” pela seguinte expressão:

$$\Delta PLVI_T = \max [(Patrimônio\ Líquido_T - Valor\ Investido_T); 0];$$

onde:

$$Valor\ Investido_T = \sum_{k=1}^n (NQS_{k,T} \times P_k);$$

$Rat_{k,T}$

percentual de rateio apurado na data “T” de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{k,T} = \frac{VRE_{k,T} \times NQS_{k,T}}{\sum_{k=1}^n (VRE_{k,T} \times NQS_{k,T})};$$

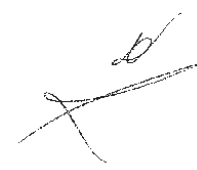
onde:

$VRE_{k,T}$

valor que excede ao valor unitário de emissão de cada Quota Sênior da Série “k”, apurado na data “T” pela aplicação da seguinte expressão:

$$VRE_{k,T} = VQSDI_{k,T} - P_k;$$

onde:



$VQSDI_{k,T}$  é o valor unitário de cada Quota Sênior da Série “k”, calculado para a data “T”, na forma da alínea (i) acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “k”.

- d) nos termos do Capítulo Vinte e Sete, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
  - e) pode ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada;
  - f) os créditos dos titulares das Quotas Seniores contra o Fundo, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Seniores, nos termos deste Regulamento, são *pari passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação; e
  - g) observado o disposto no item (17.13) do Capítulo Dezesete, tem o direito de votar determinadas matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.
- 10.4. Cada Quota Sênior poderá ser objeto de 1 (uma) ou mais amortizações programadas, parciais ou totais (“Amortização Programada” ou “Amortizações Programadas”), nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “k”. Caso não seja prevista no Suplemento da Série “k” a existência de Amortizações Programadas, as Quotas Seniores da Série “k” deverão ser integralmente amortizadas na Data de Amortização definida no Suplemento da Série “k” (“Amortização Integral”). O Fundo não poderá emitir Quotas Seniores com Datas de Amortização posterior ao Prazo de Vigência. As Datas de Amortização de Quotas Seniores de Séries distintas, fixadas para o mesmo mês calendário, deverão ser necessariamente coincidentes.
- 10.5. Quando da definição do valor das Quotas Seniores, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela



última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento. Neste caso, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Quotas na Data de Amortização imediatamente subsequente à data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

- 10.6. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Seniores, observado o *quorum* estabelecido na alínea “b” do item (17.13) do Capítulo Dezesete. Os titulares de Quotas Subordinadas terão o direito de votar afirmativamente a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, observado o *quorum* estabelecido na alínea “d” do item (17.13) do Capítulo Dezesete, devendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação, o qual deverá ser submetido à apreciação dos titulares de Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral.
- 10.7. Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações, sem prejuízo de outros previstos na regulamentação em vigor ou neste Regulamento:
- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Regulamento;
  - b) tem o preço unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
  - c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo Dia Útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação, calculado na forma da alínea “c” do item (10.3) acima, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;



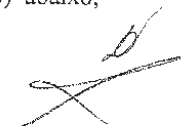
- d) direito a eventual amortização, de acordo com os procedimentos e as regras do Capítulo Doze deste Regulamento; e
  - e) observado o disposto na alínea “d” do item (17.13) do Capítulo Dezessete, enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, tem o direito de votar somente determinadas matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais.
- 10.8. Nas hipóteses previstas no item (10.7) acima, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas com referência a qualquer outra matéria não expressamente prevista na alínea “d” do item (17.13) do Capítulo Dezessete. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembleias Gerais.
- 10.9. A Administradora poderá realizar em I (uma) ou mais Distribuições, independentemente de aprovação dos Quotistas, a emissão de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, devendo, para tanto, ser observados os procedimentos definidos na legislação aplicável e os termos e as condições deste Regulamento.
- 10.10. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo Vinte.
- 10.11. O somatório do valor atualizado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

#### **CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS**

- 11.1. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado, conforme o caso, na forma definida nas alíneas “b” e “c” do item (10.3) e nas alíneas “b” e “c” do item (10.7), do Capítulo Dez, respectivamente, na data em que as respectivas contrapartidas (i.e., moeda corrente nacional, e/ou Direitos Creditórios Elegíveis) sejam colocadas pelos investidores e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo.



- 11.2. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.
- 11.3. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento, Outorga de Poderes e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora ou pelo Agente Escriturador, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriturador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.
- 11.3.1. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.
- 11.4. O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.
- 11.5. Os titulares das Quotas Seniores poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora, em qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento ao Agente Escriturador.
- 11.6. A subscrição de Quotas Subordinadas será efetuada somente pela Cedente e/ou suas Afiliadas, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observados, conforme o caso, os dispositivos legais e regulamentares referentes à integralização de quotas com direitos creditórios e as disposições deste Regulamento.
- 11.7. Desde que previamente deliberada em Assembleia Geral convocada exclusivamente para este fim, observado o disposto no item (17.13) do Capítulo Dezessete, poderá ser aprovada a emissão, em qualquer Distribuição, de Série de Quotas Seniores, desde que, (i) computada *pro forma* a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos captados por meio de sua integralização, o Fundo atenda, concomitantemente, ao disposto no item (11.8) abaixo,



referente tanto à Série de Quotas Seniores em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação; (ii) o Suplemento referente à nova Série “k” tenha sido registrado nos termos do Capítulo Três; e (iii) a respectiva Distribuição (1) tenha sido registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400, ou (2) seja objeto de dispensa de registro, inclusive automática nos termos da Instrução CVM nº 476.

11.8. Enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1 (um), a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no mínimo, 113,64% (cento e treze vírgula sessenta e quatro por cento) e a Alocação Mínima de Investimento deverá atender ao disposto no item (4.4) do Capítulo Quatro, todos calculados na periodicidade e na forma definidas neste Regulamento.

11.9. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco e a política de investimento constante do Capítulo Quatro, a Administradora constituirá e manterá uma reserva de caixa (“Reserva de Caixa” ou “RC”), cujo valor deverá ser apurado todo Dia Útil pela Administradora de acordo com a seguinte expressão:

$$RC_T = \max \left( \sum_{k=1}^n VA_k + D; 0,005 \times PL_T \right);$$

onde:

$RC_T$  Reserva de Caixa apurada na data “T”;

$k = 1, 2, \dots, n$  Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;

$VA_k$  valor projetado pela Administradora da(s) próxima(s) Amortização(ões) Programada(s) de cada Série “k” em Circulação a ser(em) incorrida(s) no período de 30 (trinta) dias contados da data “T”;

$D$  despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 60 (sessenta) dias contados da data “T”; e

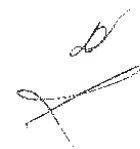


$PL_T$  Patrimônio Líquido do Fundo na data “T”.

- 11.10. Nos termos do item (11.9) acima, os valores segregados na RC somente poderão ser utilizados pelo Fundo no pagamento despesas e encargos de responsabilidade do Fundo e na amortização de Quotas Seniores, nas condições previstas neste Regulamento.
- 11.11. Os recursos captados em moeda corrente nacional por meio da emissão de Quotas não poderão ser arrecadados com a finalidade específica e exclusiva de permitir a amortização de qualquer Série de Quotas Seniores.
- 11.12. No curso de cada Distribuição, poderá ser adotado pelo Distribuidor Líder e pelos Distribuidores o procedimento diferenciado de distribuição, observado, o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, não havendo, neste caso, lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Neste caso, a alocação final dos lotes entre os investidores poderá ser qualitativa e discricionária, cabendo ao Distribuidor Líder e aos Distribuidores, em conjunto com a Cedente, definir a quantidade de Quotas a ser alocadas a cada investidor e a taxa de remuneração final de cada Série de Quotas Seniores, tendo em vista suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, de sorte que deverão ser assegurados: (i) que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Distribuidor Líder e dos Distribuidores; e (iii) que os representantes de venda do Distribuidor Líder e dos Distribuidores recebam previamente exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Distribuidor Líder e pelos Distribuidores.

## **CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS**

- 12.1. A Administradora deverá, diretamente ou por meio de seus Agentes, observada a ordem de aplicação dos recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco, a partir do 90º (nonagésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização, dar início aos seguintes procedimentos:
- a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios da Cedente, caso o Fundo não atenda à RC e aos demais índices e parâmetros definidos no item (11.8) do Capítulo Onze; e





- b) observado o disposto no item (4.5) do Capítulo Quatro, gerir a alocação em Outros Ativos de modo a dispor, na próxima Data de Amortização, do montante de recursos mais próximo possível do valor da respectiva Amortização Programada.
- 12.2. Em cada Data de Amortização, conforme definido no Suplemento da Série “k”, o Fundo deverá promover a amortização de Quotas Seniores, sendo que o valor de cada Amortização Programada será calculado de acordo com o disposto no respectivo Suplemento.
- 12.2.1. Na hipótese da alínea “a” do item (12.1) acima, o Fundo somente poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios da Cedente após o pagamento integral da respectiva Amortização Programada e/ou o reenquadramento da RC e dos índices e parâmetros definidos no item (11.8) do Capítulo Onze, o que ocorrer antes.
- 12.3. Na 1ª Data de Amortização de cada Série e, a partir daí, trimestralmente (“Data de Amortização de Quotas Subordinadas”), o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item (12.1) acima, desde que (i) considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, a todos os parâmetros definidos no item (11.8) do Capítulo Onze; e (ii) a amortização em questão não comprometa a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Seniores (“Amortização Programada de Quotas Subordinadas”).
- 12.4. Enquanto a Cedente e/ou suas Afiliadas for(em) a(s) única(s) titular(es) das Quotas Subordinadas em Circulação poderá(ão), por escrito, até o 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas, solicitar à Administradora que o Fundo não realize ou realize parcialmente a respectiva amortização. Neste caso, a Cedente e/ou sua Afiliada, conforme o caso, quando do envio da comunicação acima referida, deverá indicar à Administradora o percentual da respectiva amortização de Quotas Subordinadas que pretende receber.
- 12.4.1. Caso a Cedente e/ou suas Afiliadas não seja(m) titular(es) da totalidade das Quotas Subordinadas em Circulação, a não realização ou realização parcial da amortização de Quotas Subordinadas deverá ser objeto de aprovação em Assembleia Geral pelos titulares de Quotas Subordinadas em Circulação, observado o quorum previsto na alínea “d” do item (17.13).



- 12.5. Na hipótese do item (12.4) acima, o Fundo somente poderá promover nova amortização de Quotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Quotas Subordinadas.
- 12.6. Os Quotistas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

### **CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS**

- 13.1. O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Quotas, em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo Vinte.
- 13.2. A Administradora efetuará o referido pagamento, observados os registros de titularidade mantidos pela Administradora, no Dia Útil imediatamente anterior à data da realização do pagamento dos valores devidos aos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas.
- 13.3. No curso ordinário do Programa de Securitização, inclusive na hipótese prevista no Capítulo Vinte, os valores pagos aos titulares das Quotas Seniores, a título de amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputados, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos e, posteriormente, na amortização de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Série.
- 13.4. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, os valores pagos aos titulares das Quotas Seniores, a título de amortização de suas Quotas, sempre considerado o seu valor calculado na forma da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez, deverão ser inicialmente imputados, sem solução de continuidade, *pari passu* e em igualdade de condições, na amortização do valor unitário de principal não amortizado de cada Quota Sênior da respectiva Série em Circulação. Após o pagamento integral dos valores acima referidos, os valores disponíveis para a amortização das Quotas Seniores deverão ser proporcionalmente alocados no pagamento dos rendimentos auferidos por cada Série em Circulação.



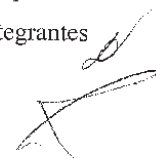
- 13.5. O Fundo somente efetuará o pagamento aos Quotistas nos termos do item (13.4) acima, desde que o valor total dos recursos disponíveis para a realização de cada amortização de Quotas Seniores seja equivalente ao menor valor entre: (i) o somatório do valor total da parcela das Quotas Seniores a ser amortizada, e (ii) R\$100.000,00 (cem mil reais).
- 13.6. Os procedimentos acima referidos somente serão descontinuados após o pagamento integral dos respectivos valores de amortização das Quotas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas ou quando da exaustão do Patrimônio Líquido do Fundo.

#### **CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS**

- 14.1. As Quotas Seniores deverão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, cabendo à Administradora assegurar a adesão do subscritor aos termos do presente Regulamento.
- 14.2. As Quotas Seniores deverão ser registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao respectivo intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas e sua adesão aos termos do presente Regulamento. Uma vez efetuado o registro para negociação no mercado secundário, os Quotistas poderão negociar suas Quotas Seniores livremente e serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.
- 14.3. Após a publicação do anúncio de encerramento de cada Série de Quotas Seniores, a Cedente e/ou suas Afiliadas poderão ceder, a seu exclusivo critério e desde que não esteja em curso qualquer Distribuição, as Quotas Subordinadas de que for(em) titular(es) a qualquer terceiro, observadas as restrições regulamentares aplicáveis, inclusive, se for o caso, o registro da oferta perante a CVM ou sua dispensa.

#### **CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

- 15.1. Os Direitos Creditórios serão inicialmente contabilizados considerando-se o respectivo Preço de Aquisição. Posteriormente, os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes



da carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e, em especial, o Manual de Marcação a Mercado.

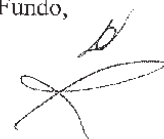
- 15.2. Os Outros Ativos, que possuam cotação disponível no mercado e que tenham sido adquiridos pelo Fundo, serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com as regras vigentes e com o Manual de Marcação a Mercado.
- 15.3. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- 15.4. As perdas e provisões com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e a classificação dos Direitos Creditórios nos níveis de risco definidos nos incisos I e II do artigo 4º da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional e demais disposições aplicáveis da referida Resolução, e suas alterações posteriores. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição do Direito Creditório, acrescida dos rendimentos auferidos.

## **CAPÍTULO DEZESSEIS – DO CUSTODIANTE**

### ***Seção I – Das Obrigações do Custodiante***

- 16.1. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e neste Regulamento, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:
  - a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;

- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos neste Regulamento que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios representados por operações comerciais de compra e venda a prazo de Produtos;
- d) movimentar a Conta Corrente do Fundo e a Conta Vinculada, observadas as instruções passadas pela Administradora;
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação comercial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria:
  - i) extratos da Conta Corrente do Fundo e da Conta Vinculada e comprovantes de pagamento de valores creditados nas respectivas contas;
  - ii) cópia simples de cada termo de cessão consolidado formalizando a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo;
  - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pela Cedente ou por seus Agentes;
  - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
  - v) registros eletrônicos da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, relatórios e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento que sejam de sua responsabilidade;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no item “i” da alínea “e” acima;
- g) receber, do Banco Arrecadador, nos termos dos respectivos Contratos de Cobrança Bancária, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo,



transferidos para a Conta Corrente do Fundo; e dos Grandes Clientes os valores relativos a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e pagos mediante crédito na Conta Vinculada;

- h) receber, da Cedente, nos termos do Contrato de Cobrança Bancária, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- i) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- j) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento;
- k) apurar e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e da Alocação Mínima de Investimento;
- l) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que a mesma possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- m) colocar à disposição da Administradora os parâmetros necessários à apuração da taxa de remuneração dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, utilizados pela Administradora no cálculo dos índices do Fundo cuja apuração esteja sob sua responsabilidade;
- n) manter registros dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- o) manter atualizados os registros dos poderes de representação da(s) Pessoa(s) Autorizada(s) da Cedente;



p) somente acatar ordens passadas por Pessoa(s) Autorizada(s) da Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previsto neste Regulamento; e

q) realizar os Procedimentos de Verificação.

16.2. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Fundo, a:

a) conforme o caso, abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente (i) no SELIC, (ii) na CFTIP, ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento;


b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos; e

c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora.

16.3. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo Oito para a substituição da Administradora.

16.4. O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos deste Regulamento. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

16.5. Além da Taxa de Administração, não será cobrado nenhum valor adicional pela prestação dos serviços sob responsabilidade do Custodiante.



## **CAPÍTULO DEZESSETE – DA ASSEMBLEIA GERAL**

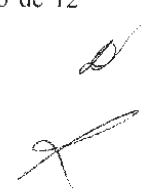
17.1. Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos neste Capítulo, compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento e/ou qualquer dos demais Documentos de Securitização;
- c) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada;
- d) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
- e) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas Seniores, se houver;
- h) deliberar sobre a substituição do parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores nos termos do item (10.6) do Capítulo Dez;
- i) avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, nos termos do item (18.2) do Capítulo Dezoito;
- j) deliberar se um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada conforme o item (18.2) do Capítulo Dezoito;





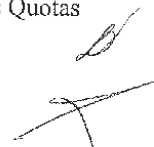
- k) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados quando da dação em pagamento dos Direitos Creditórios e/ou dos Outros Ativos de titularidade do Fundo;
  - l) deliberar sobre a necessidade de aporte adicional de recursos para o Fundo, nos termos do item (27.1) do Capítulo Vinte e Sete;
  - m) deliberar sobre a transformação do Fundo; e
  - n) deliberar sobre a alteração da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.
- 17.2. O Regulamento e os demais Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, a qual lhes será encaminhada ou a seus representantes, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.
- 17.3. A primeira e a segunda convocações da Assembleia Geral far-se-ão, concomitantemente, por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e *e-mail* enviado ao representante indicado pelos Quotistas na forma do item (11.3) do Capítulo Onze, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a assembleia e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar estarem disponíveis na sede da Administradora as informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.
- 17.4. A Assembleia Geral poderá ser convocada, a qualquer tempo, pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.
- 17.5. Salvo se outro prazo for estabelecido neste Regulamento, a Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 12 (doze) dias, contado de sua convocação, nos termos do item (17.3) acima.



- 17.6. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, por falta de *quorum* de instalação, a Assembleia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 8 (oito) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação, o qual será definido nos termos do disposto no item (17.5) acima.
- 17.7. A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um Quotista.
- 17.8. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os Quotistas.
- 17.9. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á na sede da Administradora. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade onde se situa a sede da Administradora.
- 17.10. A presidência da Assembleia Geral caberá, na seguinte ordem, (a) ao Diretor Designado ou a seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembleia Geral, escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Seniores.
- 17.11. A Administradora ou Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar, para participar de Assembleia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- 17.12. Independentemente de quem tenha convocado a Assembleia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- 17.13. As matérias submetidas à deliberação em Assembleia Geral terão os seguintes *quorums*:



- a) quaisquer alterações (i) nos dispositivos constantes dos Capítulos Quatro, Cinco, Dez, Onze, Doze, Dezesete, Dezoito, Dezenove e Vinte e Cinco deste Regulamento, e/ou (ii) nos dispositivos constantes das Cláusulas Quatro, Cinco, Oito, Dez, Doze, Quatorze e Quinze do Contrato de Cessão, deverão ser aprovadas pelo voto favorável dos titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em Circulação;
- b) salvo pelo disposto na alínea “a” acima, as matérias descritas nas alíneas “b”, “c” e “f” até “m” do item (17.1) deste Capítulo, deverão ser aprovadas pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores em Circulação;
- c) salvo pelo disposto na alínea “a” acima, as matérias descritas nas alíneas “a”, “d”, “e” e “n” do item (17.1) deste Capítulo deverão ser aprovadas pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas primeira convocação, e, em segunda convocação, pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral;
- d) deverão ser aprovadas pelo voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação, tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, as matérias:
- (A) descritas no item (11.7) do Capítulo Onze;
- (B) descritas no item (12.4.1) do Capítulo Doze;
- (C) descritas na alínea “h” do item (17.1) deste Capítulo; e
- (D) que impliquem alterações (i) na Taxa de Desconto, (ii) dos Critérios de Elegibilidade ou das Condições da Cessão, (iii) para a inclusão de outra Pessoa na qualidade de cedente de Direitos Creditórios que seja concorrente da Cedente e/ou suas Afiliadas ou ponha em risco seu interesse legítimo ou posição comercial, (iv) dos Eventos de Avaliação, (v) dos Eventos de Amortização Antecipada, (vi) da denominação do Fundo, (vii) desta alínea, (viii) das regras de transferência de Quotas Subordinadas, (ix) na Razão de Garantia ou no Índice de Liquidez, (x) das regras ou dos montantes aplicáveis à RC, (xi) que objetivem a criação de novas classes de Quotas Subordinadas; e/ou (xii) das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas; e



- e) as matérias para as quais não tenha sido estabelecido quorum específico serão aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.
- 17.14. Para efeito da constituição de qualquer quorum de instalação ou deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora, da Cedente, de suas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.
- 17.15. Os titulares das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas poderão ser representados por mandatários legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 3 (três) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.
- 17.16. Os titulares das Quotas Seniores, os titulares das Quotas Subordinadas, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembleias Gerais.
- 17.17. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observado cada quorum de instalação e de deliberação estabelecido neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Quotas Seniores quanto os titulares das Quotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembleia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

#### **CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA**

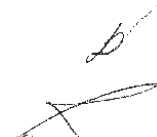
- 18.1. São considerados eventos de avaliação (“Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:
- a) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais c/ou Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;



- b) inobservância pelo Custodiante e/ou pela Cedente de seus respectivos deveres e obrigações, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas, e (ii) não seja regularizado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Custodiante ou pela Cedente, de comunicação enviada pela Administradora, informando-o(a) de sua ocorrência;
- c) inobservância pelo Banco Arrecadador de suas obrigações relativas ao envio dos Boletos de Cobrança aos Clientes e transferência de valores nos termos do Contrato de Cobrança Bancária, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas, e (ii) não seja sanado no prazo assinalado no Contrato de Cobrança Bancária, caso aplicável;
- d) inobservância pelo Agente Cobrador de suas obrigações definidas no Contrato de Cobrança, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas, e (ii) não seja sanado no prazo assinalado no Contrato de Cobrança, caso aplicável;
- e) rebaixamento da classificação de risco de qualquer Série em dois ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- f) caso a Agência de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias, em razão de evento imputável à Cedente, à Administradora, ao Custodiante ou à qualquer outro terceiro;
- g) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;



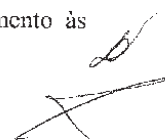
- h) resilição de qualquer dos Documentos da Securitização por qualquer Pessoa, sem que outra(s) Pessoa(s) assumam integralmente as atribuições ali estabelecidas e tal vacância possa, a exclusivo critério da Administradora, afetar negativamente a boa ordem financeira, operacional ou legal do Programa de Securitização, e os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Quotas;
- i) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior e/ou caso a variação percentual acumulada positiva da “Taxa SELIC”, em até 2 (duas) reuniões consecutivas do Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM, seja superior a 30% (trinta por cento);
- j) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento e tal evento não seja sanado nos termos do Capítulo Dezenove;
- k) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez durante 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos ou alternados, durante o período de 45 (quarenta e cinco) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidez;
- l) caso o valor dos recursos segregados na RC não atenda ao disposto no item (11.9) do Capítulo Onze em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas;
- m) caso os Boletos de Cobrança não permitam: (i) a captação dos pagamentos; (ii) a identificação de quais Direitos Creditórios pertencem ao Fundo ou à Cedente; e/ou (iii) o direcionamento dos pagamentos dos Direitos Creditórios, acolhidos pelo Banco Arrecadador, em benefício, conforme o caso, do Fundo ou da Cedente;
- n) caso os Clientes efetuem o pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo diretamente à Cedente, de forma diversa àquela definida nos Documentos da Securitização, (i) durante os primeiros 6 (seis) meses contados da 1ª Data de Emissão em montante igual ou superior a 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido, verificado no período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior a cada Data de Verificação; e (ii) 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, verificado no período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior a cada Data de Verificação;



- o) caso o DCV apurado pelo Custodiante em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, seja superior ao disposto na tabela abaixo:

DCV	Limite do % de Inadimplência
DCV 30	5,50%
DCV 60	2,50%
DCV 90	1,00%
DCV 120	1,00%
DCV 180	1,00%

- p) ocorrência de qualquer um dos Eventos de Revisão, conforme definidos no inciso (14.1) da Cláusula Quatorze do Contrato de Cessão.
- 18.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares das Quotas Seniores, observado o disposto na alínea “b” do item (17.13) do Capítulo Dezessete, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos nos itens (18.5) e/ou (18.6) abaixo, excluindo a convocação de nova Assembleia Geral. Os titulares das Quotas, reunidos na Assembleia Geral referida neste item, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos referidos nos itens (18.5) e (18.6) abaixo.
- 18.3. Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, conforme deliberado pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização, aprovados nos termos da alínea “b” do item (17.1) do Capítulo Dezessete, o Fundo deverá dar prosseguimento às



rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas neste Regulamento, incluindo a amortização de Quotas.

18.4. São considerados eventos de amortização antecipada de Quotas (“Eventos de Amortização Antecipada”), quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- b) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, nos termos do item (10.6) do Capítulo Dez, ou caso não haja aprovação do índice ou parâmetro apresentado pelos titulares das Quotas Subordinadas;
- c) caso a Cedente deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;
- d) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Sete não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- e) caso, após o prazo previsto no item (16.4) do Capítulo Dezesseis, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, um novo custodiante para o Fundo, nos termos deste Regulamento;
- f) caso a Cedente deixe de responder o Aviso de Descenquadramento e/ou de enviar o Layout ao Custodiante, nos termos da alínea “a” do item (19.1) do Capítulo Dezenove;
- g) caso a Cedente decida por interromper definitivamente os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios, conforme definido neste Regulamento;
- h) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- i) caso ocorra qualquer dos Eventos Extraordinários.

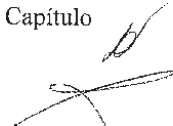




- 18.5. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) comunicar o fato aos Quotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, e (iii) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo definidos no item (18.6) abaixo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que os Quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos referidos no item (18.6) abaixo. A Assembleia Geral acima referida não precisará ser convocada pela Administradora na hipótese de ocorrência do evento referido na alínea “h” do item (18.4) acima. Nesta hipótese, os Quotistas, presentes na Assembleia Geral que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, deverão também deliberar quais medidas serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas.
- 18.6. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Quotas Seniores, iniciará, no dia útil seguinte ao da realização da Assembleia Geral referida no item (18.5) acima, se assim deliberado em referida Assembleia Geral, os procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em Circulação deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, observados os termos da alínea “a” do item (10.7) do Capítulo Dez, o critério estabelecido no item (13.5) do Capítulo Treze e a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco.
- 18.7. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou aplicar em conformidade com o disposto na política de investimento.

#### **CAPÍTULO DEZENOVE – DO REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ**

- 19.1. A Administradora deverá enviar à Cedente, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia, à Alocação Mínima de Investimento e/ou ao Índice de Liquidez, observado o disposto no item (11.8) do Capítulo



Onze, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pela Cedente à Administradora impreterivelmente até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, a Codente, a seu exclusivo critério, deverá:

- a) informar à Administradora que integralizará as respectivas Quotas Subordinadas e qual a forma de integralização: se (i) em moeda corrente nacional, no mesmo Dia Útil, e/ou (ii) por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, devendo, neste último caso, enviar, concomitantemente, novo Layout ao Custodiante; ou
  - b) interromper definitivamente os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento.
- 19.2. Na hipótese da alínea “a” do item (19.1) acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada, de forma que, considerada, *pro forma*, o Fundo ainda assim atenda ao parâmetro definido no item (11.8) do Capítulo Onze.
- 19.3. Na hipótese da alínea “b” do item (19.1) acima ou, conforme disposto na alínea “f” do item (18.4) do Capítulo Dezoito, caso a Cedente deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou não envie Layout ao Custodiante nos termos da alínea “a” do item (19.1) acima, serão iniciados os procedimentos definidos nos itens (18.5) e seguintes do Capítulo Dezoito.

## CAPÍTULO VINTE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 20.1. Para efeito do disposto no inciso XVI do art. 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser, obrigatoriamente, liquidado antecipadamente caso, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, existam Quotas Seniores em Circulação. Neste caso, a Administradora promoverá o resgate das Séries de Quotas Seniores em Circulação, mediante (i) pagamento do respectivo valor devido ao Quotista em moeda corrente nacional e, se inexistirem recursos suficientes, (ii) dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez (“Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio de (i)

de (i)

pagamento do respectivo valor devido ao Quotista em moeda corrente nacional e, se inexistentes recursos suficientes, (ii) dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar o disposto no item (28.3) do Capítulo Vinte e Oito.

- 20.2. Para que haja o resgate de Quotas, nos termos do item (20.1) acima e a posterior liquidação do Fundo a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, nos termos da alínea “g” do item (24.1) do Capítulo Vinte e Quatro, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, o qual poderá ser distinto dos critérios utilizados na definição do valor contábil dos referidos ativos. Posteriormente à referida avaliação, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Quotas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (20.3) abaixo.
- 20.3. Para fins do disposto no item (20.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios objeto de dação pelo Fundo aos titulares de Quotas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral referida no item (20.2) acima. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuído. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares de Quotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 20.4. O Custodiante ou seus Agentes farão a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo ou caso os titulares das Quotas Seniores, por qualquer motivo, não



venham a constituir o condomínio civil referido do item (20.3) acima e/ou a eleger o seu administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

20.5. Ocorrida a hipótese descrita no item (20.1) e antes da implementação dos procedimentos de dação nele referidos, a Cedente terá a opção de comprar (e o Fundo deverá vender), em moeda corrente nacional, parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. A Cedente poderá exercer a opção aqui prevista no prazo decadencial de 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando a Cedente acerca do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar o disposto no item (28.2) do Capítulo Vinte e Oito. Na hipótese de a Cedente decidir por não exercer a opção aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos no item (20.2) acima.

20.6. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco.

## **CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

21.1. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no COSIF, observado o disposto no Capítulo Quinze.

21.2. O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria. Deverá necessariamente constar de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:

- a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo;



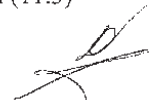
- b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão e, pelo Custodiante, das rotinas operacionais e demais procedimentos definidos neste Regulamento que estejam sob sua responsabilidade, neste caso, exclusivamente mediante a análise dos relatórios diários colocados pelo Custodiante à disposição da Administradora;
  - c) dos resultados auferidos nos procedimentos realizados conforme disposto nas alíneas “n” e “o” do item (7.4) do Capítulo Sete ; e
  - d) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do item (7.11) do Capítulo Sete.
- 21.3. O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano e terminará em 31 de outubro de cada ano.

## **CAPÍTULO VINTE E DOIS – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- 22.1. O patrimônio líquido do Fundo (“Patrimônio Líquido”) corresponderá à soma algébrica do disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo mais os valores a receber, apurados na forma do Capítulo Quinze, menos as exigibilidades referentes às despesas e encargos do Fundo e provisões.
- 22.2. Devem ser considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

## **CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

- 23.1. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico” de edição nacional, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº 356, e (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do item (11.3)



do Capítulo Onze. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora. Excepcionalmente, os anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas do Fundo e eventual aviso ao mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública poderão ser publicados no jornal “Valor Econômico” de edição nacional.

- 23.2. Observado o disposto neste Regulamento, a Administradora, mediante consulta, deverá colocar à disposição dos Quotistas, em base diária, (i) o valor de cada Quota no dia; e (ii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor dos índices referidos no item (11.8) do Capítulo Onze e da RC. As informações referidas nos itens “i” a “ii” acima deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência de Classificação de Risco, em base diária.
- 23.3. No prazo de 15 (quinze) dias contado do término dos períodos encerrados em dezembro, março, junho e setembro de cada ano civil, a Administradora deverá divulgar, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.
- 23.4. A Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas os demonstrativos referidos no item (7.11) do Capítulo Sete, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do término do trimestre respectivo.
- 23.5. Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.
- 23.6. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com este Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.



## **CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

24.1. Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

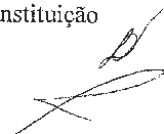
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora, incluindo custos relativos aos procedimentos mencionados nas alíneas “n” e “o” do item (7.4) do Capítulo Sete, realizados em defesa dos interesses dos Quotistas;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, inclusive despesas com cobrança bancária e cobrança extrajudicial, devidas ao Banco Arrecadador, bem como cobrança judicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidas ao Agente Cobrador;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;



- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
  - j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco.
- 24.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.
- 24.3. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por esta contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor da Taxa de Administração.
- 24.4. Sem prejuízo da responsabilidade da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou da própria Administradora, ressaltando-se que tais órgãos serão remunerados pelas Pessoas que vierem a constituir-los.

## **CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS**

- 25.1. A partir da 1ª Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção da boa ordem financeira, operacional e legal do Programa de Securitização, e os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Quotas, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:
- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, incluindo encargos, emolumentos e demais despesas decorrentes de operações contratadas no mercado de derivativos;
  - b) na constituição ou enquadramento da RC;
  - c) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento, incluindo a constituição





de reservas de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao Prazo de Vigência;

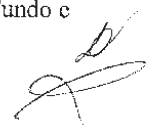
- d) na amortização das Quotas Seniores em Circulação, inclusive daquelas emitidas ao amparo do item (27.1) do Capítulo Vinte e Sete, observado que, nos termos da alínea “e” do item (10.3) do Capítulo Dez, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação, incluindo os titulares da Série emitida na hipótese prevista no item (27.1) do Capítulo Vinte e Sete;
  - e) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão; e
  - f) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.
- 25.2. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das Quotas Seniores.

#### **CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

- 26.1. A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco de cada Série de Quotas Seniores. A classificação de risco deverá ser atualizada, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.
- 26.2. Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Seniores, constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Três.

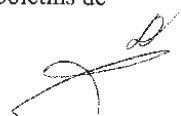
#### **CAPÍTULO VINTE E SETE – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS SENIORES**

- 27.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e



à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar o aporte adicional de recursos ao Fundo, observado o disposto na alínea “b” do item (17.13) do Capítulo Dezessete, por meio da integralização de Série específica de Quotas Seniores (“Série Específica”), subsequente às demais Séries anteriormente emitidas pelo Fundo, a ser realizada por todos os titulares das Quotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. O valor da respectiva Série Específica será atualizado desde a sua Data de Emissão, utilizando-se como critério o maior *Spread* vigente para os titulares das Quotas Seniores em Circulação.

- 27.1.1. Quando da emissão e distribuição da Série Específica, nos termos do item (27.1) acima, a Administradora deverá observar e atender aos termos e condições aplicáveis ao referido negócio, incluindo sem limitação, os normativos e orientações da CVM.
- 27.1.2. Nos termos da alínea “e” do item (10.3) do Capítulo Dez, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação, incluindo os titulares da Série emitida na hipótese prevista no item (27.1) acima.
- 27.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Seniores em Circulação, não estando a Administradora, a Cedente, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 27.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada na Assembleia Geral prevista no item (27.1) acima, observado o disposto na alínea “b” do item (17.13) do Capítulo Dezessete. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os titulares das Quotas Seniores deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização da respectiva Série de Quotas Seniores, as quais deverão ser emitidas e distribuídas nos termos da legislação aplicável na ocasião, incluindo os normativos e orientações da CVM, e integralizadas pelos titulares das Quotas Seniores, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação. A Administradora poderá celebrar os respectivos boletins de



subscrição, por conta e ordem dos respectivos Quotistas, utilizando-se dos poderes outorgados no Termo de Adesão ao Regulamento, Outorga de Poderes e Ciência de Risco, sempre com estrita observância ao que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.

- 27.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora, em nome do Fundo, antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 27.5. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor Líder e os Distribuidores, a Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os titulares das Quotas Seniores não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 27.6. Todos os pagamentos devidos pelos titulares das Quotas Seniores ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

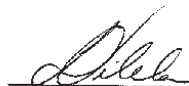
## **CAPÍTULO VINTE E OITO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, DO FORO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 28.1. Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer a ser realizada pelo Fundo, deverá ser considerada, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.



- 28.2. A cessão de Direitos Creditórios pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo Vinte, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.
- 28.3. O presente Regulamento encontra-se sujeito às leis do Brasil (incluindo qualquer ato governamental, ordem, decretos e regulamentações).
- 28.4. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

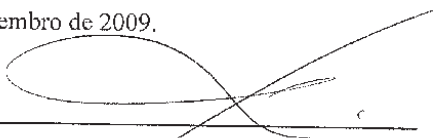
São Paulo, 24 de novembro de 2009.



**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Instituição Administradora e Custodiante

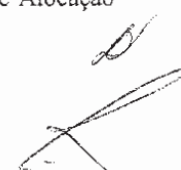
NOME: LEANDRO VILELA  
CARGO: GERENTE DE PRODUTOS  
CPF : 284.741.708-77



RAFAEL CARDENAS  
CPF 231.785.588-46

## **ANEXO I - DEFINIÇÕES**

1. “Administradora” tem o significado que lhe é atribuído no item (7.1) do Capítulo Sete deste Regulamento;
2. “Afiliada” significa qualquer sociedade controladora, controlada, coligada ou sociedade sob o controle comum, direta ou indireta, de qualquer Pessoa participante do Programa de Securitização;
3. “Agência de Classificação de Risco” significa a McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor’s), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua substituta contratada nos termos deste Regulamento;
4. “Agente” significa quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenham sido expressamente autorizados a atuar em nome da referida Pessoa, ficando a Pessoa em questão responsável pela atuação do Agente;
5. “Agente Cobrador” significa o(s) agente(s) que venha(m) a ser contratado(s) pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para fins de prestação e/ou coordenação de serviços de cobrança judicial de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenha(m) ou não esteja(m) sendo pagos pontualmente;
6. “Agente Escriturador” significa a Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.111 – 2º andar – parte, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento;
7. “Alocação Mínima de Investimento” significa a fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e, o denominador é equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante (Exemplo: Se Alocação Mínima de Investimento = 0,50, então Alocação Mínima de Investimento = 50%);



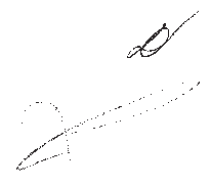
*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

8. “Amortização Integral” tem o significado que lhe é atribuído no item (10.4) do Capítulo Dez deste Regulamento;
9. “Amortização Programada” têm o significado que lhes é atribuído no item (10.4) do Capítulo Dez deste Regulamento;
10. “Amortização Programada de Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no item (12.3) do Capítulo Doze deste Regulamento;
11. “Anexo” significa os anexos ao presente Regulamento, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito;
12. “Assembleia Geral” significa as assembleia gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos deste Regulamento;
13. “Aviso de Desenquadramento” significa o documento preparado pela Administradora, na forma do “Anexo II” deste Regulamento, e por esta enviado à Cedente, por meio do qual o Fundo solicita que a Cedente informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento e/ou do Índice de Liquidez;
14. “Aviso de Operação Financeira” documento preparado de acordo com “anexo VIII” do Contrato de Cessão;
15. “Bacen” significa o Banco Central do Brasil;
16. “Banco Arrecadador” significa o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111, 2º andar – parte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80 ou Citibank N.A. – Filial Brasileira, instituição financeira estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1.111 – loja 1, 3 e sobreloja, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.042.953/0001-71, ou seu sucessor no exercício de suas funções, e/ou qualquer instituição financeira que venha a celebrar Contrato de Cobrança Bancária;



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

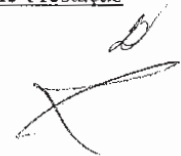
17. “BM&FBOVESPA” significa a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
18. “Boleto de Cobrança” tem o significado que lhe é atribuído no inciso (3.3) da Cláusula Três do Contrato de Cessão;
19. “Canal de Distribuição” significa cada uma das seguintes categorias dentro das quais os Clientes, integrantes da Relação de Clientes, são classificados pela Cedente: “Industrial” (I), “Distribuidor” (DI), “Direto” (DR) ou “Cooperativas” (COOP);
20. “Capítulo” significa cada um dos capítulos deste Regulamento;
21. “Cedente” significa a Monsanto do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.858.525/0001-45, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901 – Torre Norte, 7º e 8º andares, São Paulo – SP;
22. “CETIP” significa a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
23. “Circulação” significa o número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
24. “Cliente” significa a pessoa jurídica de direito privado ou pessoa natural, com sede ou domicílio no Brasil, devedora de Direitos Creditórios originados pela Cedente, identificada pelo respectivo CNPJ/MF ou CPF/MF na Relação de Clientes, incluindo qualquer Grande Cliente ou Cliente *Barter*;
25. “Cliente Barter” significa qualquer Cliente que adquire Produtos da Cedente por meio de Vendas *Barter*;
26. “CNPJ/MF” significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;





*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

27. “Condições da Cessão” tem o significado que lhe é atribuído no item (5.2) do Capítulo Cinco deste Regulamento;
28. “Condições Resolutivas da Cessão” significa qualquer dos eventos, cuja ocorrência poderá ensejar a resolução da cessão, conforme definidos no inciso (10.1) da Cláusula Dez do Contrato de Cessão;
29. “Conta Corrente da Cedente” significa a conta corrente aberta em nome da Cedente, no Custodiante, previamente indicada, por escrito, à Administradora;
30. “Conta Corrente do Fundo” significa a conta corrente aberta em nome do Fundo, no Custodiante, previamente indicada, por escrito, à Cedente;
31. “Conta Vinculada” significa a conta corrente de titularidade do Fundo, mantida junto ao Custodiante, na qual são creditados os recursos decorrentes dos pagamentos vinculados a Direitos Creditórios, de titularidade do Fundo e da Cedente, devidos por Grandes Clientes que liquidam suas faturas por meio de depósito em conta, bem como resultantes de Vendas Barter;
32. “Contrato de Cessão” significa o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Cedente, com a interveniência do Custodiante;
33. “Contrato de Cobrança” significa o(s) contrato(s) que venha(m) a ser celebrado(s) pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, relativamente à contratação de prestação c/ou coordenação de serviços de cobrança judicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenha(m) ou esteja(m) sendo pago(s) pontualmente;
34. “Contrato de Cobrança Bancária” significa o(s) contrato(s) celebrado(s) pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, relativamente à prestação e/ou coordenação de serviços de contas a receber, emissão de boletos de cobrança e cobrança extrajudicial de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, com instituição financeira de primeira linha, e cujos principais termos e condições sejam substancialmente de mesmo conteúdo do(s) instrumento(s) jurídico(s) referidos nos incisos “i” a “v” a seguir: (i) “Contrato de Prestação





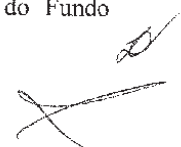
*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

- de Serviços Business Center” celebrado com o Banco Citibank S.A.; (ii) “Instrumento Particular de Prestação de Serviços Financeiros, Atividades Operacionais e Outras Avenças” celebrado com o Banco Citibank S.A. ou o Citibank N.A. – Filial Brasileira; (iii) “Acordo Operacional Referente ao Instrumento Particular de Prestação de Serviços Financeiros, Atividades Operacionais e Outras Avenças” celebrado com o Banco Citibank S.A. ou o Citibank N.A. – Filial Brasileira; (iv) “Aditamento ao Acordo Operacional ao Instrumento Particular de Prestação de Serviços Financeiros, Atividades Operacionais e Outras Avenças”, celebrado com o Banco Citibank S.A. ou com o Citibank, N.A. – Filial Brasileira; e (v) “Contrato de Prestação de Serviços CONVEM Devedores”, celebrado entre o Banco Citibank S.A., a SERASA para fins de disponibilização de serviço de informação denominado CONVEM DEVEDORES – Cadastro de Dívidas em Atraso que transitam no sistema de cobrança que o Fundo mantém no Banco Citibank S.A. ou Citibank, N.A. – Filial Brasileira;
35. “Contratos de Opção de Compra IDI” tem o significado que lhe é atribuído no item (4.12) do Capítulo Quarto deste Regulamento;
36. “Controle” tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei 6.404/76 e/ou significa o poder detido pelo acionista ou quotista que detenha 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ou quota do capital votante de uma determinada Pessoa;
37. “COSIF” significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen;
38. “CPF/MF” significa o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
39. “Critérios de Elegibilidade” tem o significado que lhe é atribuído no item (5.4) do Capítulo Cinco deste Regulamento;
40. “Custodiante” significa Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.111 – 2º andar – parte, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, ou seu substituto no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento;
41. “CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

42. “Data de Amortização” significa a data em que o Fundo efetua a Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Seniores da Série “k”, observado o disposto no respectivo Suplemento;
43. “Data de Amortização de Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no item (12.3) do Capítulo Doze deste Regulamento;
44. “Data de Aquisição” tem o significado que lhe é atribuído no inciso (6.3) da Cláusula Seis do Contrato de Cessão;
45. “Data de Emissão” significa a data em que os recursos e/ou ativos decorrentes da integralização de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, conforme o caso, são colocados pelos respectivos subscritores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
46. “Data de Oferta” significa a data em que a Cedente envia o Layout para o Custodiante, nos termos do inciso (6.1) da Cláusula Seis do Contrato de Cessão;
47. “Data de Registro” tem o significado que lhe é atribuído no inciso (2.2) da Cláusula Dois do Contrato de Cessão;
48. “Data de Vencimento Original” significa a data de vencimento de cada Direito Creditório, identificada no respectivo Layout;
49. “Data de Verificação” significa o dia 20 (vinte) de cada mês calendário, ou o Dia Útil seguinte caso o dia 20 (vinte) não seja um Dia Útil;
50. “Declaração de Boa Ordem” tem o significado que lhe é atribuído no “anexo II” do Contrato de Cessão;
51. “DCV” ou “Direitos Creditórios Vencidos” significa a fração cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo

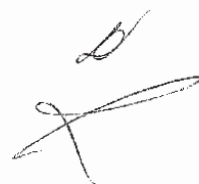


*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

vencidos e não pagos nos prazos definidos na tabela abaixo e o denominador é igual ao somatório da totalidade do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo:

<b>Direitos Creditórios Vencidos e não pagos por faixa de atraso (dias)</b>	<b>DCV para cada faixa de atraso</b>
entre 30 e 59	DCV 30
entre 60 e 89	DCV 60
entre 90 e 119	DCV 90
entre 120 e 179	DCV 120
acima de 180	DCV 180

52. “Dia Útil” significa segunda a sexta-feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro no Brasil;
53. “Direito Creditório” significa o direito creditório de titularidade da Cedente, expresso em moeda corrente nacional, advindo de operação de compra e venda mercantil a prazo de Produtos, celebrada entre a Cedente e cada Cliente, representada pelo respectivo Documento Comprobatório;
54. “Direito Creditório Elegível” tem o significado que lhe é atribuído no item (5.4) do Capítulo Cinco deste Regulamento;
55. “Diretor Designado” significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas;
56. “Distribuição” significa cada distribuição pública ou distribuição pública com esforços restritos de colocação de Quotas Seniores, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 400 ou, se for o caso, na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009;



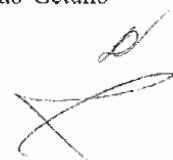
*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

57. “Distribuidores” significa instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pela Administradora para efetuar a distribuição pública de qualquer Série de Quotas Seniores, excluindo o Distribuidor Líder;
58. “Distribuidor Líder” significa o Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, 474, e escritório na Rua Hungria, 1400, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42;
59. “Documentos Comprobatórios” significa os Documentos Comprobatórios Simples e/ou os Documentos Comprobatórios *Barter*;
60. “Documentos Comprobatórios Simples” têm o significado que lhes é atribuído na alínea “a” do inciso (7.1) da Cláusula Sete do Contrato de Cessão;
61. “Documentos Comprobatórios *Barter*” têm o significado que lhes é atribuído na alínea “b” do inciso (7.1) da Cláusula Sete do Contrato de Cessão;
62. “Documentos da Securitização” significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, cada Contrato de Cobrança, cada Contrato de Cobrança Bancária e seus respectivos anexos;
63. “Empresa de Auditoria” significa a KPMG Auditores Independentes, auditor independente devidamente registrado na CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros nº 33, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29 ou qualquer outra empresa de auditoria de renome internacional que vier a ser contratada pela Administradora para prestar serviços ao Fundo;
64. “Eventos de Amortização Antecipada” têm o significado que lhes é atribuído no item (18.4) do Capítulo Dezoito deste Regulamento;
65. “Eventos de Avaliação” têm o significado que lhes é atribuído no item (18.1) do Capítulo Dezoito deste Regulamento;



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

66. “Fevento Extraordinário” tem o significado que lhe é atribuído no inciso (14.3) da Cláusula Quatorze do Contrato de Cessão;
67. “Eventos de Revisão” têm o significado que lhes é atribuído no inciso (14.1) da Cláusula Quatorze do Contrato de Cessão;
68. “Faixas de Vencimento e Taxa DI Futura” têm o significado que lhes é atribuído no “Anexo VII” deste Regulamento;
69. “Fundo” tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo Um deste Regulamento;
70. “Grande Cliente” significa a pessoa jurídica de direito privado, com sede no Brasil, devedora de Direitos Creditórios originados pela Cedente, assim identificada pelo respectivo CNPJ/MF como Grande Cliente na Relação de Clientes, a qual atenda cumulativamente aos seguintes critérios: (i) adquira Produtos agroquímicos; (ii) pertença ao Canal de Distribuição “Industrial” (I); (iii) tenha classificação de risco em escala global mínima de “BBB-” ou equivalente para o Grande Cliente ou seu Controlador, concedida por empresa de classificação de risco de renome internacional; e (iv) possua relacionamento institucional com a Monsanto Co. e/ou suas Afiliadas;
71. “Grupo de Clientes” cada conjunto “n” de Clientes, devidamente identificados na Relação de Clientes que apresentem, pelo menos, uma das seguintes características: (i) existência de sócios em comum; (ii) CNPJ/MF com a mesma raiz; (iii) celebração de termo de responsabilidade por Cliente já cadastrado, em que este avaliza o risco de crédito de outro Cliente do mesmo Grupo de Clientes; ou (iv) compartilhamento do mesmo limite de crédito concedido pela Cedente;
72. “IDI” tem o significado que lhe é atribuído no item (4.12) do Capítulo Quarto deste Regulamento;
73. “IGP-M” significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

74. “Índice de Liquidez” significa o valor apurado diariamente pelo Custodiante, mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$IL_{T,ta} = \left( \frac{SDCV_{T,ta}}{SVAP_{T,ta} \times 1,20} \right)$$

onde:

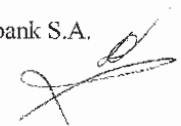
$IL_{T,ta}$  Índice de Liquidez apurado na data “T” para cada Data de Amortização correspondente ao índice “ta”, de Quotas Seniores em Circulação;

$ta = 1, 2, \dots, n$  ordinais das Datas de Amortização da Série “k”, conforme definido no respectivo Suplemento;

$SDCV_{T,ta}$  somatório, na data “T”, do valor contábil (a) dos Outros Ativos e (b) dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham liquidez e/ou Data de Vencimento Original, conforme o caso, até o 5º (quinto) Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização correspondente ao índice “ta”; e

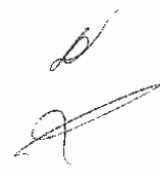
$SVAP_{T,ta}$  Somatório, na data “T”, do montante das Amortizações Programadas de todas as Séries de Quotas Seniores em Circulação, cujas respectivas Datas de Amortização ocorram até, inclusive, a Data de Amortização correspondente ao índice “ta”.

75. “Informações Confidenciais” tem o significado que lhe é atribuído no inciso (17.1) da Cláusula Dezesete do Contrato de Cessão;
76. “Informações dos Direitos Creditórios” significam os dados referentes aos Direitos Creditórios objeto dos procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão e neste Regulamento, constantes do Layout;
77. “Instituições Autorizadas” são as seguintes: (i) Banco Bradesco S.A.; (ii) Banco Itaú BBA S.A.; (iii) Banco Santander (Brasil) S.A.; (iv) Banco do Brasil S.A.; e (v) Banco Citibank S.A.



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

78. “Instrução CVM nº 356” significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
79. “Instrução CVM nº 400” significa a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores;
80. “Instrução CVM nº 409” significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
81. “Investidores Qualificados” significa o disposto no item (1.3) do Capítulo Um deste Regulamento;
82. “Layout” significa o arquivo remessa, em formato previamente definido entre a Administradora, o Custodiante e a Cedente, enviado pela Cedente ao Custodiante por meio eletrônico, contendo as Informações dos Direitos Creditórios por esta oferecidos à cessão;
83. “Manual de Marcação a Mercado” significa o manual da Administradora, contendo a descrição dos procedimentos para precificação de ativos, conforme as normas em vigor, disponível no endereço eletrônico [www.latam.citibank.com/brasilcorp/](http://www.latam.citibank.com/brasilcorp/);
84. “Monsanto” significa a Monsanto do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.858.525/0001-45, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901 – Torre Norte, 7º e 8º andares, São Paulo – SP;
85. “Monsanto Co.” significa a Monsanto Company, constituída segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 800 North Lindbergh Blvd., St. Louis, Missouri 63167, Estados Unidos da América;
86. “Nota Fiscal Fatura” significa o documento emitido em razão da realização de operação de compra e venda mercantil a prazo de Produtos, celebrada, direta ou indiretamente, entre a Cedente e o respectivo Cliente;





*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

87. “Outros Ativos” tem o significado que lhe é atribuído no item (4.5) do Capítulo Quatro deste Regulamento;
88. “Parte” tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo do Contrato de Cessão;
89. “Patrimônio Líquido” ou “PL” tem o significado que lhe é atribuído no item (22.1) do Capítulo Vinte e Dois deste Regulamento;
90. “Período de Cotação” tem o significado que lhe é atribuído na alínea (b) do item (4.12) do Capítulo Quatro deste Regulamento;
91. “Pessoa” significa pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
92. “Pessoa Autorizada” significa qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizada a atuar, passar ordens, instruções e contratar em nome de outra Pessoa;
93. “Política de Cobrança” significa a política de cobrança definida no “Anexo III” deste Regulamento, a ser executada pelo Custodiante;
94. “Política de Concessão de Crédito” significa a política de concessão de crédito da Cedente definida no “Anexo IV” deste Regulamento;
95. “Potencial de Cessão” significa o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional de titularidade do Fundo, informado diariamente pela Administradora ao Custodiante, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos deste Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, deduzido do valor estimado pela Administradora, dos recursos necessários (a) à contratação e manutenção de operações com instrumentos derivativos, alocados a título de margem de garantia e ajustes diários; e (b) à manutenção das demais reservas financeiras definidas neste Regulamento;






*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

96. “Prazo de Vigência” tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1) do Capítulo Dois deste Regulamento;
97. “Preço de Aquisição” ou “PADC” tem o significado que lhe é atribuído no item (6.4) do Capítulo Seis deste Regulamento;
98. “Procedimentos de Verificação” significam os procedimentos de verificação de lastro dos Direitos Creditórios, por amostragem, conforme disposto no “Anexo V” deste Regulamento;
99. “Procuração Irrevogável” significa a procuração outorgada pela Cedente em favor da Administradora, preparada na forma do “anexo V” do Contrato de Cessão;
100. “Produto” significa as sementes e os produtos agroquímicos ordinariamente comercializados pela Cedente com seus Clientes;
101. “Programa de Securitização” significa os mecanismos e procedimentos definidos neste Regulamento por meio dos quais a Cedente cede Direitos Creditórios ao Fundo;
102. “Projeção do IDI” tem o significado que lhe é atribuído na alínea (a) do item (4.12) do Capítulo Quatro deste Regulamento;
103. “Prospecto” significa o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400;
104. “Quota” significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Seniores, emitidas em qualquer Distribuição, e as Quotas Subordinadas;
105. “Quota Sênior” tem o significado que lhe é atribuído no item (10.1) do Capítulo Dez deste Regulamento;
106. “Quota Subordinada” tem o significado que lhe é atribuído no item (10.2) do Capítulo Dez deste Regulamento;
107. “Quotista” significa, em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota;



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

108. “Razão de Garantia” significa a fração cujo numerador é o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador é o somatório do valor contábil atualizado das Quotas Seniores, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante;
109. “Região Geográfica” tem o significado que lhe é atribuído pela Cedente conforme as regiões indicadas na política comercial da Cedente e informada ao Custodiante para cada Cliente na Relação de Clientes;
110. “Regulamento” o presente regulamento do Fundo;
111. “Relação de Clientes” significa a relação de Clientes, identificados por seu respectivo CNPJ/MF ou CPF/MF, Razão Social/Nome, Grupo Econômico, Canal de Distribuição e Região Geográfica, preparada pela Empresa de Auditoria com base no Relatório de Revisão Especial, e entregue em arquivo eletrônico pela Cedente ao Custodiante na data de celebração do Contrato de Cessão, a qual poderá ser atualizada pela Cedente a cada período de 1 (um) ano, observados os procedimentos de atualização da Relação de Clientes e de inclusão de novos Clientes, constantes do Capítulo Seis deste Regulamento;
112. “Relatório de Revisão Especial” significa o “Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-Acordados”, elaborado pela Empresa de Auditoria, contendo informações referentes ao comportamento de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade da Cedente no período de março de 2006 a junho de 2009;
113. “Representantes” tem o significado que lhe é atribuído no inciso (17.1) da Cláusula Dezessete do Contrato de Cessão;
114. “Reserva de Caixa” ou a “RC” tem o significado que lhe é atribuído no item (11.9) do Capítulo Onze deste Regulamento;
115. “Safra Verão” significa o período de colheita das culturas não perenes em cada ano que tem início em janeiro, inclusive, e finda em junho, inclusive;



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

116. “Safra Inverno” significa o período de colheita das culturas não perenes em cada ano que tem início em julho, inclusive, e finda em outubro, inclusive;
117. “SELIC” significa o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;
118. “SERASA” é a Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Quinimuras, 187, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.173.620/0001-80;
119. “Série” significa qualquer série de Quotas Seniores emitida em qualquer Distribuição nos termos deste Regulamento;
120. “Série Específica” tem o significado que lhe é atribuído no item (27.1) do Capítulo Vinte e Sete deste Regulamento;
121. “Suplemento” significa o documento preparado na forma do “Anexo VI” deste Regulamento;
122. “Taxa de Administração” tem o significado que lhe é atribuído no item (7.6) do Capítulo Sete deste Regulamento;
123. “Taxa de Atualização de Encargos do Cliente” significa a taxa indicada no Layout pela Cedente ao Custodiante, em cada Data de Oferta, utilizada para a determinação do valor a ser pago pelo Cliente na hipótese de pagamento antecipado dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
124. “Taxa de Desconto” significa a taxa de desconto utilizada pelo Custodiante na determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, sendo que esta será a maior taxa entre: (i) a Taxa de Atualização de Encargos do Cliente; e (ii) a taxa apurada de acordo com a seguinte expressão:

$$TD_{y,T} = \left[ \left( 1 + \frac{DIF_y}{100} \right) \times \left( 1 + \frac{\sum_{k=1}^n \left( \frac{Spread_k}{100} \times M_{k,T} \right)}{M_{Total,T}} \right) \right] \times \left( 1 + \frac{C+1}{100} \right)^{\frac{d_y}{252}} ;$$



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

onde:

$y=1, 2...n$	Direito Creditório Elegível a ser adquirido;
$TD_{y;T}$	Taxa de Desconto para aquisição do Direito Creditório Elegível “y” na Data de Aquisição “T”;
$DIF_T$	cotação da taxa DI futura de ajuste no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição “T”, referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à faixa de vencimento, constante do “ <u>Anexo VII</u> ” deste Regulamento (“Taxa DI Futura”), a que pertence o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios Elegíveis objeto de cessão na respectiva Data de Aquisição “T”, negociados na BM&FBOVESPA. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição para o prazo médio ponderado. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 11,25%, então $DIF_T = 11,25$ ;
$Spread_k$	sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida no respectivo Suplemento da Série “k”. Exemplo: Se a sobretaxa for 0,75% ao ano, então $Spread_k = 0,75$ .
$k = 1, 2...n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na Data de Aquisição “T”;
$M_{k;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores da Série “k” em Circulação na Data de Aquisição “T”;
$M_{Total;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores em Circulação na Data de Aquisição “T”;
$C$	custos de manutenção do Fundo, a serem projetados, em boa-fé, pelo Custodiante, com base na projeção de despesas para o período de um ano subsequente à Data de Aquisição “T”, expresso em percentual ao ano sobre o Patrimônio Líquido; e



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

$d_y$  número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elcigível “y” a ser adquirido pelo Fundo, exclusive.

125. “Taxa DI” tem o significado que lhe é atribuído no subitem “i” da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez deste Regulamento;
126. “Taxa DI Futura” tem o significado que lhe é atribuído na definição “120” acima;
127. “Termo de Adesão ao Regulamento, Outorga de Poderes e Ciência de Risco” significa o documento preparado sob a forma do “Anexo VIII” deste Regulamento, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão e concordância aos termos e condições deste Regulamento e outorga de poderes específicos ali descritos;
128. “Termo de Cessão” significa o documento preparado substancialmente na forma do “anexo VI” do Contrato de Cessão;
129. “Termo de Cessão Consolidado” significa o documento preparado substancialmente na forma do “anexo VII” do Contrato de Cessão;
130. “Valor de Referência para Hedge” tem o significado que lhe é atribuído na alínea (b) do item (4.12) do Capítulo Quatro deste Regulamento; e
131. “Valor Referencial” tem o significado que lhe é atribuído no item (20.1) do Capítulo Vinte deste Regulamento;
132. “Vendas Barter” significa operação comercial de compra e venda de Produtos, formalizada por meio de Documentos Comprobatórios *Barter*, através da qual: (i) o Cliente adquire Produtos da Cedente e se obriga a entregar, em data futura, determinados bens a uma sociedade *trading*, com sede no Brasil (ao invés de efetuar o pagamento parcial ou total dos Produtos em dinheiro); (ii) a sociedade *trading* se obriga a pagar um determinado valor ao Cliente, por conta dos bens referidos em (i); (iii) o Cliente cede à Cedente os direitos creditórios de sua titularidade devidos pela sociedade *trading*, decorrentes da entrega dos bens à sociedade *trading*; e (iv) a sociedade *trading* efetua o pagamento dos valores devidos



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

diretamente à Cedente, em razão dos negócios referidos em “(i)”, “(ii)” e “(iii)” acima, por meio do crédito dos respectivos valores na Conta Vinculada.



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

## ANEXO II – AVISO DE DESENQUADRAMENTO

### Aviso de Desenquadramento nº [•]

Data: [•].

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.111 – 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, na qualidade de Administradora do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto” vem, por meio desta, solicitar à [•], que indique qual dos procedimentos referidos no item (19.1) do Capítulo Dezenove serão adotados de forma a promover, se for o caso, o reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento e/ou do Índice de Liquidez.

Na forma do item (19.1) do Capítulo Dezenove, a Administradora vem, pela presente, informá-los que:

Opções definidas nas alíneas do item (19.1) do Capítulo Dezenove	SIM	NÃO
Alínea “a” (1)		
Alínea “b” (2)		

(Resposta afirmativa para evento 1)

A integralização de Quotas Subordinadas será realizada com as seguintes contraprestações: a) Moeda Corrente Nacional: R\$[•]; e/ou b) Direitos Creditórios: R\$[•].
---

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
[•]

Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
[•]

Nome:

Cargo:



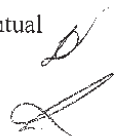
*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

### **ANEXO III - POLÍTICA DE COBRANÇA**

A cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo será feita pelo Banco Citibank S.A., sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos.

Na hipótese dos boletos bancários não serem liquidados na data de vencimento, a cobrança dos devedores da carteira do Fundo passará a ser realizada, da seguinte forma:

- a) 1º (primeiro) dia após o vencimento: o Banco Citibank S.A. fará o primeiro contato de cobrança;
- b) 5º (quinto) dia após o vencimento: o Banco Citibank S.A. fará o segundo contato de cobrança;
- c) 10º (décimo) dia após o vencimento: o Banco Citibank S.A. fará o terceiro contato de cobrança e enviará de correio eletrônico informando a possibilidade de negativação no SERASA;
- d) 15º (décimo quinto) dia após o vencimento: o Banco Citibank S.A. fará nova cobrança e se não receber o pagamento devido até o 16º dia após o vencimento realizará a negativação no SERASA;
- e) 25º (vigésimo quinto) dia após o vencimento: publicação da pendência no SERASA pelo SERASA;
- f) 26º (vigésimo sexto) dia após o vencimento: o Banco Citibank S.A. confirmará que a publicação foi feita no SERASA e realizará nova cobrança;
- g) 40º (quadragésimo) dias após o vencimento: o Banco Citibank S.A. fará contato de cobrança;
- h) Até o 90º (nonagésimo) dia após o vencimento o Banco Citibank S.A. fará o último contato com o devedor para tentativa de recebimento; e
- i) Passado o 90º (nonagésimo) dia após o vencimento, ficará a exclusivo e independente critério do Fundo, representado pela Administradora, a renegociação do débito do sacado ou eventual





*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

execução judicial sem prejuízo da regra de provisionamento do Fundo, sendo certo que o Banco Citibank S.A. não participa dessa prestação de serviço.

Caso algum desses dias caia em dia não útil, será considerado o Dia Útil imediatamente seguinte.

Nos casos acima descritos, o Banco Citibank S.A. cobrará juros do boleto bancário correspondente, acrescido de multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com autonomia para negociar desconto na multa e na mora.

Após a negativação no SERASA, o Banco Citibank S.A. deverá suspender a negativação por até 15 (quinze) dias, uma vez verificado o recebimento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor inicial.

Após referida suspensão o Banco Citibank S.A. deverá acompanhar o eventual pagamento por 7 (sete) dias. Em não ocorrendo a liquidação do saldo restante nesse período, o título deverá ser reenviado para negativação no SERASA no 8º (oitavo) dia.



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

## **ANEXO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

As políticas, regras e procedimentos abaixo mencionados são um resumo das políticas gerais de Crédito e Cobrança da Monsanto Company e Monsanto do Brasil não se tratando, portanto, de cópia fiel e sujeita a alterações unilaterais pela empresa sem prévio aviso.

### **Política de Crédito Global**

Embora os procedimentos operacionais específicos para o Brasil estejam identificados na seção de procedimentos, todas as operações do Brasil devem ser realizadas de acordo com as Políticas Globais da Monsanto.

A seção abaixo representa as Políticas de Crédito gerais da Monsanto.

A Política de Crédito Global é baseada na organização de crédito e gestão do risco geral de crédito dos clientes resultante das nossas operações comerciais em várias unidades e locais do mundo todo.

#### **Objetivo**

O objetivo deste documento é estabelecer políticas operacionais em conformidade com *Corporate Controllor's Policy 11400.00, Accounts Receivable* para concessão de crédito a clientes, cobrança do contas a receber e assegurar o cumprimento das políticas gerais da Monsanto.

#### **Escopo**

Esses procedimentos aplicam-se a todas as operações das filiais, subsidiárias integrais ou majoritárias e empresas associadas ou afiliadas controladas pela Monsanto em todo o mundo.

#### **Responsabilidades**

##### Líder Global de Crédito

O Líder Global de Crédito é responsável pelo estabelecimento da Política de Crédito Global da Monsanto e aprovará quaisquer exceções à política global.

*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

### Líder de Crédito de Área Global

Cada Líder de Crédito de Área Global é responsável por qualquer outra definição da política de crédito global relacionada à sua área mundial. A política de crédito de área mundial deve ser submetida à aprovação do Líder Global de Crédito anualmente. O Líder de Crédito de Área Global indicará os Gerentes de Crédito Local para a área mundial composta por vários países, em coordenação com o Líder de negócios país.

### Gerente de Crédito Local

Os Gerentes de Crédito Local têm responsabilidade por um país dentro de uma Área Mundial na qual existem vários países. O Gerente de Crédito Local se reportará funcionalmente ao Líder Global de Crédito. O Gerente de Crédito Local é responsável pela aplicação uniforme da política de crédito global, pelo desenvolvimento de uma política de crédito específica do país e pelo desenvolvimento de procedimentos em conformidade com este documento.

### **Políticas e Procedimentos**

A política de crédito de cada país e de cada área mundial deve cumprir as diretrizes abaixo e seguir a orientação deste documento, fornecendo políticas complementares aplicáveis às condições do mercado local. Essas políticas complementares serão permitidas na medida em que não contradigam nenhuma das regras aqui estabelecidas. O Líder Global de Crédito deve aprovar quaisquer exceções à política global. Cada área global e país também são responsáveis pelo fornecimento de procedimentos para documentar a submissão à política. Os procedimentos de crédito são descritos no final deste documento.

### **Delegação de Autoridade para a Função de Crédito**

O Líder de Finanças de cada Área Mundial ou País receberá uma Delegação de Autoridade de Função de Crédito do Tesoureiro Global, permitindo a concessão de linhas de crédito e outras aplicações da política de crédito. O Líder de Finanças da Área Mundial ou País será responsável pela posterior Delegação de Autoridade (DOA) da Função de Crédito às pessoas respectivas de Crédito ou Tesouraria. A Delegação de Autoridade da Função de Crédito incluirá os valores delegados e a redelegação de autoridade para:

- Estabelecer limites de crédito para clientes
- Acomodação dos clientes
- Devolução de fundos para clientes



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

- Prorrogação – Isso se refere à extensão para além dos prazos originais declarados de uma transação (consulte a seção de Termos do Negócio da política de crédito)
- Renegociação de contas vencidas
- Liberação de faturamentos bloqueados no crédito
- Estabelecimento ou Ajustes para Reservas
- Reconhecimento de perda (*write-off*) de dívidas incobráveis
- Reconhecimento de perda de contas a receber

A Delegação de Autoridade (DOA) da Função de Crédito deve ser seguida em todas as circunstâncias, mas não pretende substituir a Delegação de Autoridade (DOA) Padrão ou o uso do processo BAC-UP. O processo de delegação de Autoridade (DOA) Padrão e o processo BAC-UP devem ser seguidos paralelamente ao processo DOA da Função de Crédito.

### **Concessão de Crédito**

#### Processo de Aprovação de Crédito

O Líder de Crédito de cada Área Global e o Gerente de Crédito Local é responsável pela definição de uma política sobre como e em que circunstâncias o crédito será oferecido, usando técnicas analíticas aceitas e a recomendação comercial para avaliar o risco econômico. Os procedimentos do país devem incluir, entre outros, uma explicação sobre:

- o modelo utilizado,
- processo de exceção,
- procedimento de solicitação de crédito.

O modelo utilizado deve considerar:

- histórico de pagamento do cliente
- relatórios de instituições de proteção ao crédito
- demonstrações financeiras ou declarações de imposto se disponíveis
- histórico de compra do cliente
- recomendação comercial
- previsão de compra do cliente
- Para clientes grandes ou estratégicos, recomenda-se que o gerente de crédito faça uma visita ao local.

*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

### Linhas de Crédito

Não serão concedidos créditos sem a aprovação prévia. Os limites de crédito só podem ser oferecidos dentro de uma Delegação de Autoridade da Função de Crédito predeterminada. Não serão concedidos créditos ilimitados a nenhum cliente, exceto nos casos de intercompany. Não serão feitas vendas ou faturamentos a clientes sem verificar se o mesmo está dentro do limite de crédito dos clientes e se esses se encontram em boa condição.

Os limites de crédito totais serão determinados no nível de Área Global para clientes que façam negócios em vários países dentro de uma Área Global (os limites de crédito de país combinados para esses clientes não devem exceder o limite de crédito total determinado no nível de Área Global). Para clientes que façam negócios em várias Áreas Globais, o Gerente de Crédito de cada Área Global deve analisar o limite de crédito do cliente com o Líder Global de Crédito anualmente.

Os limites de crédito de todos os clientes devem ser analisados e aprovados anualmente pelo Gerente de Crédito Local ou da Área Global dentro da sua Delegação de Autoridade (DOA) de Função de Crédito. No mínimo, os clientes que representem 80% das vendas do ano anterior devem ser analisados e aprovados anualmente. Todos os limites de crédito devem ser analisados e aprovados no mínimo a cada dois anos.

### Categoria/Tolerâncias de Risco

Não deverá ser feita nenhuma venda fora das categorias de risco ou tolerância aprovadas/predefinidas. Nenhum cliente terá categoria de risco ou tolerância ilimitada, exceto para clientes intercompany. O Líder de Crédito de cada Área Global definirá as categorias de risco.

O SAP ou sistemas relevantes devem ser aplicados para assegurar que não seja feita nenhuma venda a nenhum cliente com saldo vencido há mais de 60 dias sem um plano de pagamento aprovado e assinado ou com uma disputa não resolvida nos arquivos sem a aprovação do Líder de Crédito da Área Global, e dentro de sua Delegação de Autoridade (DOA) da Função de Crédito. Se a aprovação para a liberação dos faturamentos for dada sob essas condições, até que a conta do cliente esteja liberada não será permitida nenhuma venda além do limite de crédito pré-aprovado do cliente. Não deverá ser feita nenhuma venda a nenhum cliente que esteja atrasado com uma renegociação. Quaisquer mudanças no SAP ou no sistema relevante destinadas a permitir vendas a



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

clientes com atraso de mais de 60 dias, sem intervenção e a devida aprovação, devem ser aprovadas pelo Líder Global de Crédito e pelo Tesoureiro.

### Garantia

As exigências de garantia serão determinadas pelo Líder de Crédito da Área Global ou, se houver uma Delegação de Autoridade da Função de Crédito, pelo Gerente de Crédito do País. Se for determinado que é necessária uma garantia para a concessão de crédito, uma política explicando as condições para a exigência da garantia e os tipos de garantias aceitos deve ser definida dentro das políticas de crédito do país e da área mundial.

### **Prazos de Negócios**

Cada unidade operacional, após consulta ao Gerente de Crédito do País, estabelecerá os prazos de pagamento originais para suas vendas a prazo. Todos os prazos de negócios devem estar em conformidade com *Corporate Controller's Policy 32100.10 e 32100.20, Sales*.

Alterações ou exceções aos prazos de pagamento estabelecidos e publicados, observadas as vantagens ou necessidades comerciais, requerem aprovação, com base na Delegação de Autoridade da Função de Crédito, do Gerente de Crédito competente, que informará o Líder de Crédito da Área Global sobre todas as exceções. O Gerente de Crédito do País também deve assegurar que essas ofertas especiais atendam os objetivos da empresa no que se refere à avaliação de risco e desempenho financeiro. As exceções às recomendações do Gerente de Crédito do País devem ser encaminhadas ao Líder de Crédito da Área Global para aprovação. Aprovações de extensão dos prazos de vendas além dos prazos básicos devem ser devidamente documentadas e atualizadas nos sistemas de registro financeiro.

A alteração dos prazos após a venda só é permitida quando um cliente inadimplente acordou um plano de pagamento e a documentação foi recebida, assinada por ambas as partes e aprovada de acordo com a Delegação de Autoridade da Função de Crédito, ou para corrigir um erro na fatura original. Todas as alterações nas condições pós-venda devem ser documentadas.

Prazos renegociados relacionados com planos de pagamento devem fazer referência à fatura original. Os prazos originais faturados não devem ser alterados nos sistemas relevantes e a conta deve continuar com base na data de vencimento original.



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

Os prazos renegociados, relacionados com planos de pagamento, devem fazer referência à data da fatura original. Todas as faturas com prazos estendidos devem ser marcadas nos sistemas relevantes para que possam ser rastreadas.

#### Contas Críticas

Serão classificadas como contas críticas obrigatoriamente as contas com saldos vencidos há mais de 90 dias, as contas identificadas como de risco, as contas com plano de pagamento vencido há mais de 30 dias e as contas que se tornaram inadimplentes em um programa de financiamento bancário garantido pela Monsanto. O Líder de Crédito de cada Área Global é responsável por ampliar a definição dos critérios de classificação de uma conta crítica.

#### **Reconhecimento de Perdas**

Quando o Gerente da Área Global ou o Gerente de Crédito do País considerar uma conta não cobrável, a devida aprovação para reconhecimento de perda (*write-off*) deverá ser obtida de acordo com a Delegação de Autoridade da Função de Crédito. Se os reconhecimentos de perda (*write-offs*) mensais acumulados excederem a Delegação de Autoridade da Função de Crédito do Gerente do País ou da Área Global, deverá ser obtida autorização apropriada para os reconhecimentos de perda acumulados de acordo com a Delegação de Autoridade da Função de Crédito.

#### **Falência**

Cada país terá um procedimento de falência claramente definido e documentado. Nenhuma venda será feita a clientes que tenham declarado falência sem a aprovação do Gerente de Crédito do País, após consulta ao Gerente de Crédito da Área Global e o limite de crédito do cliente será revisto para zero. O Departamento Jurídico da Monsanto ou seu representante autorizado deve aprovar a tomada de quaisquer providências legais formais.

#### **Comitê de Crédito**

O Líder Global de Crédito designará um Comitê de Crédito Global para analisar e fornecer orientação em termos regulares sobre política global, situação de contas a receber e questões de crédito globais. O comitê será composto pelos Líderes de Crédito das Áreas Globais constantes da seção “Estrutura de Crédito Global” deste documento. Recomenda-se que cada Líder de Crédito de Área Global e cada Gerente de Crédito Local, a seu critério, designem um comitê similar, cuja responsabilidade e autoridade sejam definidas no documento de procedimentos de crédito do país.



## **Procedimentos de Crédito Brasil – Restrigem-se à Política de Crédito Global**

### **Objetivo**

O propósito deste documento é estabelecer políticas e procedimentos que assegurem a mitigação do risco de crédito, a padronização dos procedimentos de crédito e cobrança e a manutenção do contas a receber sobre todas as operações da Monsanto no Brasil, exceto *Intercompany*, em observação às normas contábeis e de auditoria. A Política de Crédito e Cobrança está estabelecida dentro do contexto definido pela Política Global de Crédito e Cobrança.

### **1. Crédito**

#### **1.1. Documentação necessária**

##### Distribuidor, Cooperativa e Agroindústria:

- Ficha cadastral no Lotus Notes;
- Contrato Social (Ltda.) ou Estatuto Social (S/A);
- Últimas alterações do contrato social ou atas de reuniões válidas, quando houver;
- Balanço patrimonial dos dois últimos exercícios;
- Carta de Fiança dos sócios.

Para empresas que não apresentarem balanço patrimonial, será considerada:

- Declaração de Imposto de Renda da empresa dos últimos 2 anos;

Multinacionais, S/A's, Usinas, Reflorestadoras e Agropecuárias com faturamento anual superior a R\$ 80 milhões, ou integrantes de grupo empresarial com essas características ou Órgãos Públicos e Cooperativas, podem ser isentados do envio de qualquer um dos documentos pelo analista de crédito e cobrança.

##### Venda direta – pessoa física e agropecuária:

- Ficha cadastral no Lotus Notes;
- Cópia da declaração de IR do exercício anterior ou matrícula dos imóveis próprios.

#### **1.2. Recadastramento**

Cada ano será feita a re-análise dos clientes, sendo a área comercial responsável pelo envio da documentação.





*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

Após o prazo de envio da documentação, os clientes que não cumprirem as exigências terão o limite de crédito expirado.

### 1.3. Garantias

As garantias deverão seguir os padrões definidos pelo Departamento Jurídico de C&C, sempre requerendo a aprovação do mesmo para que tenham efeitos internos. Alternativas não contempladas serão analisadas somente mediante aprovação prévia da gerência de Crédito e Cobrança. Abaixo a relação das principais garantias aceitas, a descrição dos tipos de garantias encontra-se no Anexo 4.3 deste documento.

- Hipoteca:
- Penhor Agrícola:
- Penhor Mercantil:
- Penhor de Títulos:
- Cessão ou Penhor de Direitos:
- Cédula de Produto Rural (CPR) Financeira:
- Cédula de Produto Rural (CPR) Física:
- Fiança Bancária:

### 1.4. Recomendação e Aprovação do Limite de Crédito

A aprovação de limite de crédito seguirá o DOA vigente. O prazo de validade máximo dos limites será de 1 ano.

- Limites de crédito de até R\$ 250.000,00: analista de crédito e cobrança inserirá o limite manualmente no SAP e arquivará na pasta do cliente o racional da definição do limite (*Score*) datado e assinado;
- Limites de crédito superiores a R\$ 250.000,00: analista de crédito e cobrança solicitará a aprovação do limite via Lotus Notes.

Venda direta – pessoa física e agropecuária poderão ter seu limite de crédito de até R\$ 150.000,00 embasado somente na ficha cadastral.

Distribuidores, Cooperativas e Agroindústrias com limite de crédito inferior à R\$ 40.000,00 não precisam ter classificação de crédito.



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

#### 1.5. DOA (Delegation of Authority - Alçadas)

O DOA do Brasil será definido e poderá alterados pelo Lider Global de Crédito a qualquer momento. O DOA vigente desde 01/2007 é o seguinte:

Local	Cargo	Limite (US\$)
Brasil	Nível 1	200.000,00
	Nível 2	1.500.000,00
	Nível 3	2.500.000,00
	Nível 4 (CFO Brasil)	5.000.000,00
Matriz	Nível 5	21.818.000,00
	Nível 6	25.568.000,00
	Nível 7 ( <i>Global Treasurer</i> )	54.545.000,00

#### 1.6. Restrições à aprovação do Limite de Crédito


Caso ocorra algum dos itens a seguir, o cliente terá o seu limite de crédito suspenso bem como a avaliação do novo limite:

- Clientes classificados como críticos ou jurídicos;
- Clientes cujas renegociações não estejam sendo cumpridas ou cuja renegociação tenha ensejado qualquer tipo de desconto;
- Restrições financeiras, judiciais, comerciais, fiscais e em instituições de proteção ao crédito (Serasa e SPC), a critério do analista de crédito e cobrança;

#### 1.7. Segmentação de clientes

Os clientes serão segregados em grupos, desde que não sejam críticos ou jurídicos, de acordo com os critérios abaixo descritos. Cada grupo será subdividido em regiões de baixo risco e regiões de risco. Caberá ao Gerente de Crédito e Cobrança a definição anual do risco de cada região.

Órgãos e entidades públicas como governos, sindicatos, prefeituras e afins não serão segmentados e terão tratamento específico, sempre de acordo com as políticas mundiais de prevenção à prática de suborno de entes públicos.



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

### 1.7.1. Distribuidores, Cooperativas e Agroindústrias

#### 1.7.1.1. Critérios para segmentação

Os distribuidores, cooperativas e agroindústrias ativos serão classificados de acordo com os seguintes critérios:

- Valor médio de compras com a Monsanto durante os últimos 2 anos fiscais;
- *rating* de pagamentos, calculado com base na pontualidade dos pagamentos do cliente junto à Monsanto. Este *rating* varia de 1 a 9 sendo 1 o melhor *rating* e 9 o pior;

Também serão levados em conta os seguintes aspectos:

- Limite de crédito histórico vigente na época da revisão da segmentação de clientes. Este limite é estabelecido considerando o *rating* e volume de pagamentos;
- Quantidade de renegociações durante os dois últimos anos;
- Quantidade de anos em que houve compra;
- Avaliação de risco feita pelo departamento de Crédito e Cobrança (baixíssimo risco, baixo risco, médio risco e alto risco).

A classificação final do cliente esta sujeita a aprovação do Gerente de Crédito e Cobrança.

#### 1.7.1.2. Premissas da Segmentação

Existirão 5 grupos de classificação de distribuidores, cooperativas e agroindústria: AA, A, B, C e D.

Clientes novos deverão efetuar suas compras à vista durante a primeira safra, salvo nos casos aprovados pelo Gerente de Crédito e Cobrança.

Clientes classificados como “AA”, “A” e “B” serão automaticamente reclassificados como “C” ao efetuarem a primeira renegociação.

Clientes classificados como “C” serão automaticamente reclassificados como “D” ao efetuarem uma nova renegociação.

### 1.7.2. Venda direta – Pessoas Físicas e Agropecuárias

#### 1.7.2.1. Critérios para segmentação

Os clientes ativos serão classificados de acordo com os seguintes critérios:

- Área própria, comprovada por meio da declaração de Imposto de Renda ou matrícula do imóvel rural atualizada;



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

- Limite de crédito técnico, levando em conta a ficha cadastral, dados da declaração de Imposto de Renda, tipos de cultura e situação de mercado;  
Também serão levados em conta os seguintes aspectos:
- *Rating* de pagamentos, calculado com base na pontualidade dos pagamentos do cliente junto à Monsanto;
- Quantidade de renegociações nas duas últimas safras;
- Quantidade de anos em que houve compra;
- Avaliação da área de Crédito e Cobrança (baixíssimo risco, baixo risco, médio risco e alto risco).

A classificação final do cliente esta sujeita a aprovação do Gerente de Crédito e Cobrança.

Os clientes novos deverão ser classificados de acordo com os critérios a seguir:

- Área própria, comprovada por meio da declaração de Imposto de Renda ou matrícula dos imóveis atualizada e visita da área de Crédito e Cobrança;
- Relação entre área própria e área arrendada;
- Limite de crédito técnico considerando os dados da declaração de Imposto de Renda, tipos de cultura e situação de mercado;
- Avaliação do Gerente Regional ou Gerente Distrital (baixíssimo risco, baixo risco, médio risco e alto risco);
- Avaliação da área de Crédito e Cobrança (baixíssimo risco, baixo risco, médio risco e alto risco);

A classificação final do cliente esta sujeita a aprovação do Gerente de Crédito e Cobrança.

#### 1.7.2.2. Premissas da Segmentação

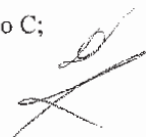
Classificação em 5 grupos: AA, A, B, C, D. Para se encaixar dentro de um destes grupos o cliente deverá atender a todos os critérios, respeitando os valores mínimos de cada um.

Clientes classificados como “AA”, “A” e “B” serão automaticamente reclassificados como “C” ao efetuarem a primeira renegociação.

Clientes classificados como “C” serão automaticamente reclassificados como “D” ao efetuarem uma nova renegociação.

Venda Direta - Pessoa Física e Agropecuária ativos com área própria inferior a 100 ha serão classificados da seguinte maneira:

- *Rating* de pagamentos  $\leq 3$  terão o mesmo tratamento de crédito customizado do Grupo C;



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

- *Rating* de pagamentos > 3 terão o mesmo tratamento de crédito customizado do Grupo D.

#### 1.7.3. Órgãos e entidades públicas

Limites de crédito para tais instituições serão embasados na ficha cadastral, não ultrapassando o limite de R\$ 80.000,00. Limites superiores a este valor deverão ter a aprovação do Líder Global de Crédito.

#### 1.8. Prazo de Venda

O prazo de venda praticado pela companhia é definido através da política comercial, respeitando o prazo máximo de 300 dias.

Operações de Crédito Rural poderão ter o prazo de até 360 dias desde que estejam de acordo com as normas do Banco Central e sejam aprovadas pelo Gerente de Crédito e Cobrança.

#### 1.9. Comitê de Crédito

O comitê de crédito é composto pelo Presidente da Monsanto do Brasil, pelos Diretores Financeiro e Comercial e pelo Gerente de Crédito e Cobrança.

O objetivo do comitê de crédito é discutir casos em que não há consenso entre as áreas de crédito e cobrança e comercial. Solicitações fora da política necessitam aprovação do Líder Global de Crédito.

As solicitações de discussão em comitê deverão ser encaminhadas ao gerente de crédito e cobrança pelo gerente regional, por meio de um modelo pré-estabelecido.

Caberá ao gerente de crédito e cobrança apresentar ao comitê os casos para análise, bem como a posterior comunicação das decisões.

As decisões desse comitê deverão ser tomadas por unanimidade.

#### 1.10. Sinistros

A área de logística e atendimento ao cliente deve informar aos departamentos de Crédito e Cobrança e Tesouraria a ocorrência de sinistro de mercadorias enviadas ao cliente. Com a comprovação do sinistro, os valores serão desconsiderados do Contas a Receber.

## 2. Conclusão

Esta política vigorará a partir de 19 de Junho de 2008.



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditários Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

Quaisquer outros assuntos pertinentes ao tema, que não estejam contidos ou previstos nessa política ou exceções deverão ser discutidos com o Gerente de Crédito e Cobrança. Quaisquer exceções à Política Global de Crédito deverão ser validadas com o Líder Global de Crédito.



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

## **ANEXO V – PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO**

1. Tendo em vista (i) a política de investimento do Fundo disposta no Regulamento, a qual limita a concentração de Direitos Creditórios, fazendo com que sua carteira seja composta por uma quantidade expressiva de Direitos Creditórios; e (ii) a natureza uniforme dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como (iii) a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios (ou seja, dos Documentos Comprobatórios) trimestralmente, por amostragem, sem prejuízo de sua faculdade de realizar auditorias na sede da Cedente e/ou de seu Agente contratado para a prestação dos serviços de custódia física dos Documentos Comprobatórios, caso assim entenda necessário.
2. O Custodiante deverá, verificar os Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo diretamente ou por meio de seus Agentes contratados. As verificações serão realizadas ao final de cada trimestre civil, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.
3. A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos dos itens (1) e (2) acima será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n = \frac{N \times \frac{1}{E_o^2}}{N + \frac{1}{E_o^2}} ;$$

onde:

E<sub>o</sub> = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados);



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

$N$  = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população " $N$ " pelo tamanho da amostra " $n$ ", obtendo um intervalo de retirada " $k$ "; (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada " $k$ " elementos, será retirado um para a amostra.

4. A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não serão considerados os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro.
5. Em decorrência do disposto nos itens acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Comprobatórios.





*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

## ANEXO VI – SUPLEMENTO

### *Suplemento nº [•] das Quotas Seniores da [•]ª Série*

*Série de Quotas Seniores* [•]<sup>a</sup>

*Montante de Quotas Seniores* [•]

*Quantidade de Quotas Seniores* [•]

*1ª Data de Emissão* [•]

*Data de Resgate* [•]

*Spread<sub>k</sub>* [•]

*Fórmula de Cálculo das  
Amortizações Programadas*

$$VA_{k;ta} = (VQS_{k;ta} \times PA_{k;ta})$$

onde:

$ta = 1, 2, \dots, n$  ordinais das Datas de Amortização da [•]<sup>a</sup> Série;

$VA_{k;ta}$  valor unitário da Amortização Programada das Quotas Seniores da  $k^a$  Série na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”;

$VQS_{k;ta}$  valor unitário da Quota Sênior da  $k^a$  Série na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”;

$PA_{k;ta}$  percentual de amortização do  $VQS_{k;ta}$  na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”, conforme tabela abaixo:

$ta$	$T$	$PA_{k;ta}$
Ordinal da Data de Amortização	Data de Amortização	Percentual de Amortização



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

1	[•]	[•]/%
2	[•]	[•]/%
...	[•]	[•]/%
n	[•]*	[•]/%

\* Data de Resgate

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

**FUNDO/ADMINISTRADORA:**

\_\_\_\_\_  
CITIBANK DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
S.A., na qualidade de administradora do  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS  
MONSANTO

Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
CITIBANK DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
S.A., na qualidade de administradora do  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS  
MONSANTO

Nome:

Cargo:


**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:  
CPF/MF:



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a horizontal line and a small flourish.

*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

## **ANEXO VII – FAIXAS DE VENCIMENTO E TAXA DI FUTURA**

Para a definição da Taxa DI Futura de ajuste que será utilizada para o cálculo da Taxa de Desconto, a Administradora observará a tabela a seguir:

<b>Faixas de Prazo de Vencimento dos Direitos Creditórios</b>	<b>Referência para Taxa DI Futura</b>
Entre 5 e 21 dias úteis	Contratos com prazo de 30 dias
Entre 21 e 42 dias úteis	Contratos com prazo de 60 dias
Entre 42 e 63 dias úteis	Contratos com prazo de 90 dias
Entre 63 e 84 dias úteis	Contratos com prazo de 120 dias
Entre 84 e 105 dias úteis	Contratos com prazo de 150 dias
Entre 105 e 126 dias úteis	Contratos com prazo de 180 dias
Entre 126 e 147 dias úteis	Contratos com prazo de 210 dias
Entre 147 e 168 dias úteis	Contratos com prazo de 240 dias
Entre 168 e 189 dias úteis	Contratos com prazo de 270 dias
Entre 189 e 210 dias úteis	Contratos com prazo de 300 dias
Entre 210 e 231 dias úteis	Contratos com prazo de 330 dias
Entre 231 e 252 dias úteis	Contratos com prazo de 360 dias

Caso não existam contratos sendo negociados para o prazo específico da operação, deverá ser feita a interpolação com base nos contratos com liquidez cujos prazos se encontram mais próximos ao prazo da operação.



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

## **ANEXO VIII – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO, OUTORGA DE PODERES E CIÊNCIA DE RISCO**

### **Termo de Adesão ao Regulamento, Outorga de Poderes e Ciência de Risco do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto**

À

Citi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. Paulista, 1.111 – 2º andar – parte

São Paulo, SP

[•] [nome completo], [com sede] [residente] na [•] inscrito(a) no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o nº [•] (“Outorgante”), na qualidade de investidor do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO** (o “Fundo”), administrado por Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”), tendo como Diretor Designado, o Sr. [•], declara:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do Regulamento do Fundo e de seu prospecto, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.
- II. Estar de acordo e ciente de que:
  - a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem garantia da Cedente, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor Líder ou dos Distribuidores, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
  - b) não obstante a adoção por parte da Administradora de padrões criteriosos no que se refere à administração técnica da carteira do Fundo e do cumprimento de sua política de investimentos, por sua própria natureza, os investimentos do Fundo estarão sempre sujeitos a riscos provenientes das flutuações de mercado, a riscos de crédito dos



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, entre outros, sendo que poderá haver, portanto, perda, parcial ou total, e atraso no reembolso do capital investido;

- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo a ser indicada, junto ao Banco Citibank S.A.;
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo será de o jornal “Valor Econômico”, observado o disposto no Capítulo Vinte e Três do Regulamento. Os anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas do Fundo e eventual aviso ao mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública poderão ser publicados no jornal “Valor Econômico” de edição nacional; e
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por Investidores Qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
- g) Por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do art. 684 do Código Civil brasileiro, a Administradora, na qualidade de administradora do Fundo, para, por conta e ordem do Outorgante, firmar todos e quaisquer instrumentos, documentos, contratos, formulários, boletins de subscrição necessários à subscrição e integralização da Série Específica, emitida nos exatos termos do capítulo Vinte e Sete do Regulamento, podendo, inclusive, inter alia, efetuar registros, lavrar escrituras e firmar, por conta e ordem do Outorgante, todo e qualquer tipo de documento, contrato, termo e formulário, perante qualquer pessoa, de direito público ou privado, e realizar todo e qualquer ato ou procedimento necessário à celebração e formalização dos instrumentos jurídicos acima referidos. A outorga de poderes especiais pelo Outorgante à Administradora, nos termos deste instrumento, é condição dos negócios avençados no Regulamento e no respectivo boletim de subscrição firmado pelo Outorgante quando de seu ingresso no Fundo. A Administradora poderá substabelecer, no todo ou em parte, os poderes a este outorgados



*Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto.  
Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.*

neste termo de adesão. O presente mandato é passado pelo prazo de 10 (dez) anos contado da presente data, ou pelo prazo de vigência do Fundo, o que ocorrer primeiro.

- III. Ademais, nos termos do item (11.4) do Capítulo Onze do Regulamento informo que comunicações deverão ser encaminhadas pela Administradora para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [●] [qualificar].

(Local e data)



\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

## **ANEXO 2**

- 
- Relatório da Agência de Classificação de Risco



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 23 de novembro de 2009

**Relatório de Rating Preliminar****Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto**

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 23 de novembro de 2009 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível, e a distribuição das cotas ainda não se encerrou. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

**Rating Preliminar em 23 de Novembro de 2009**

Instrumento	Rating Preliminar*	Subordinação Mínima	Montante Preliminar (em Milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
1ª Série de Cotas Seniores	brAAAF	12%	Até 180	24 meses após a subscrição inicial de cotas
Cotas Subordinadas Juniores	NR	Não Aplicável	Até 24,55	10 anos (120 meses) após a subscrição inicial de cotas

\* O rating de crédito de cada classe de títulos mobiliários é preliminar e está sujeito a modificação.

**Perfil**

FIDC: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto (FIDC Monsanto).

Data prevista para o início da distribuição: Janeiro de 2009.

Ativos subjacentes: Direitos creditórios oriundos de operações de compra e venda mercantil a prazo realizadas pela cedente no Brasil.

Originador e cedente dos direitos creditórios: Monsanto do Brasil Ltda (MdB).

Estruturador: Banco Santander S.A.

Administradora: Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Custodiante: Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Proteção de Crédito: Subordinação de cotas e spread excedente.

**Fundamentos**

O rating preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC Monsanto reflete:

- O reforço de crédito proporcionado pela subordinação mínima de 12% disponível às cotas seniores, além do spread excedente proporcionado pela taxa mínima de desconto aplicada na compra dos direitos creditórios;
- Os critérios de seleção de direitos creditórios definidos no regulamento do FIDC, incluindo limites de concentração por devedor;
- As políticas de originação e cobrança da MdB, consistentes com as políticas globais da Monsanto e que suportam a performance histórica adequada dos recebíveis originados pela MdB;
- A obrigação da MdB em recomprar os direitos creditórios sujeitos a diluição após sua cessão, relacionados a devolução de produtos e cancelamentos, além da impossibilidade legal de a MdB oferecer descontos e abatimentos sobre os recebíveis cedidos ao FIDC;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas;
- A reserva de caixa que ajuda a mitigar o potencial risco de fungibilidade e outros potenciais riscos operacionais.

1/11

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAAF', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, à primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Monsanto (FIDC Monsanto), no montante estimado de até R\$ 180 milhões. A carteira de direitos creditórios do FIDC se originará de operações de compra e venda mercantis a prazo realizadas pela cedente no Brasil. Esperamos que os recursos a serem captados pela emissão sejam utilizados como fonte de financiamento das operações locais da cedente.

O rating preliminar 'brAAAF' atribuído à primeira emissão de cotas seniores do FIDC Monsanto expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas. O rating preliminar atribuído a estas cotas indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC fornecem proteção EXTREMAMENTE FORTE contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

O reforço de qualidade de crédito disponível às cotas seniores será proporcionado pela subordinação de cotas (mínimo de 12%). Além disso, a MdB terá a obrigação de restituir o FIDC, em até 4 dias úteis da data de conhecimento do evento, contra qualquer evento de diluição (devolução e cancelamentos) aos quais os direitos creditórios cedidos estejam sujeitos.

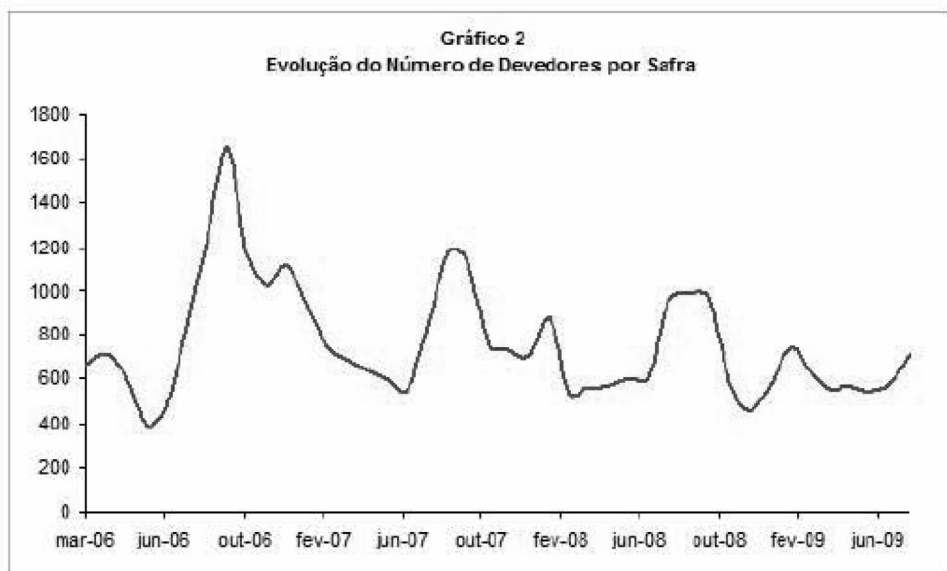
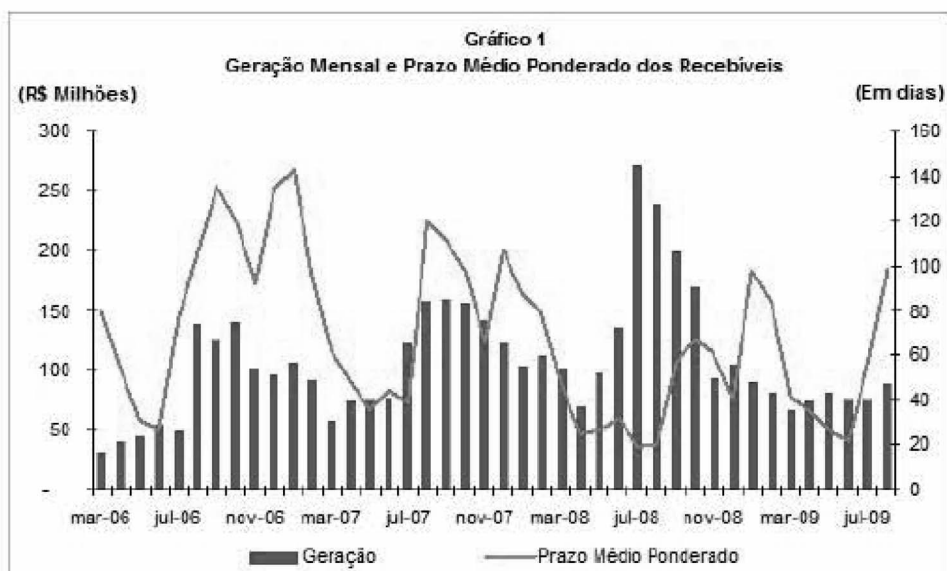
O FIDC terá a obrigatoriedade de realizar a compra de opções de taxa de juros (Opção de IDI) para se proteger contra o risco de descasamento de taxa de juros entre os ativos (adquiridos a uma taxa de desconto pré-fixada) e o passivo (pós-fixado). O FIDC também poderá se beneficiar de um spread excedente, quando houver, a ser proporcionado pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na aquisição dos recebíveis elegíveis e os custos do FIDC (rendimento-alvo das cotas seniores e despesas).

A primeira série de cotas seniores do FIDC Monsanto buscará um retorno-alvo estimado equivalente à taxa DI Over, acrescida de um spread de 3,4% a.a. As cotas subordinadas (não classificadas pela Standard & Poor's) não apresentarão rentabilidade-alvo, embora possam se beneficiar de qualquer rentabilidade excedente disponível após pagamento de despesas, reposição de reservas e cumprimento da remuneração-alvo das cotas seniores. As cotas subordinadas serão integralmente subscritas pela MdB.

### **Colateral**

Os gráficos abaixo apresentam dados sobre a geração mensal histórica da MdB, o prazo médio ponderado dos recebíveis originados, bem como o número de sacados em cada safra. O agronegócio é um setor intensivo em uso de capital em razão da sazonalidade inerente ao setor. Para se manter competitiva, a MdB deve ser capaz de oferecer a seus clientes prazos mais longos, quando comparados a recebíveis comerciais tradicionais, que permitam o pagamento do direito creditório, seguindo-se o ciclo de produção da respectiva cultura agrícola.

Além da sazonalidade inerente ao setor agrícola, a origem e o desempenho dos direitos creditórios são também influenciados pela ciclicidade das commodities agrícolas, e por fatores climáticos. Historicamente, as vendas da MdB se concentraram entre os meses de julho e dezembro.



#### **Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade**

Os documentos da operação especificam critérios de elegibilidade e condições de cessão para a aquisição de novos direitos creditórios como forma de mitigação do risco de deterioração da qualidade de crédito da carteira subjacente durante a vigência do FIDC Monsanto, dada a natureza rotativa da estrutura. O custodiante será responsável por verificar regularmente o respeito aos critérios de elegibilidade, enquanto a cedente será responsável pela verificação das condições de cessão.

O reforço de crédito é calculado levando-se em conta os direitos creditórios que estejam em conformidade com os termos especificados nos critérios de elegibilidade e condições de cessão da operação e, ao mesmo tempo, excluindo-se aqueles que não obedeçam a esses parâmetros.

Dessa forma, o FIDC Monsanto poderá adquirir novos recebíveis da cedente mediante determinadas condições. Para ser passível de compra pelo FIDC, um direito creditório deverá atender às seguintes condições de cessão principais:



- O devedor dos direitos creditórios não é uma entidade pertencente ao setor público;
- O devedor dos direitos creditórios não pode estar inadimplente junto à Cedente a mais de 7 dias da data vencimento original do direito creditório;
- A cedente já entregou a seu cliente, direta ou indiretamente, os produtos vinculados aos direitos creditórios oferecidos à cessão há pelo menos 15 dias\*;
- Os devedores dos direitos creditórios não podem apresentar, na data de cessão, apontamentos no Serasa e nem se encontrar insolventes ou em processo de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial.

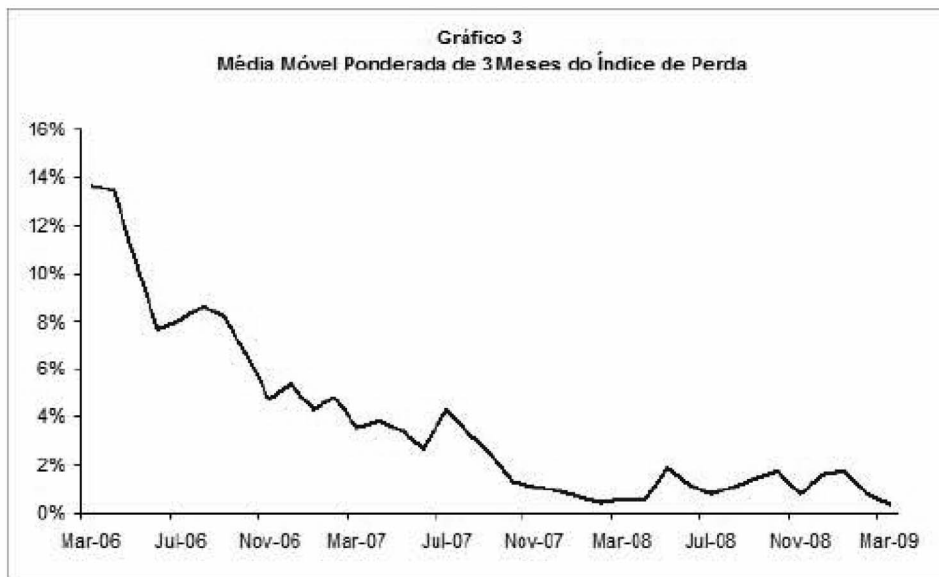
\* De acordo com a MdB, os cancelamentos ocorrem normalmente dentro de 7 a dez dias a partir da data de entrega dos produtos. Dado que os direitos creditórios somente serão objeto de cessão ao FIDC após 15 dias de sua entrega ao cliente, os eventos de cancelamentos tendem a ser mínimos durante a vigência do FIDC.

Além das condições de cessão, um direito creditório deverá atender aos seguintes critérios de elegibilidade principais:

- A data de vencimento dos direitos creditórios deve ser superior a cinco dias e inferior a 250 dias contados a partir da data de oferta do direito creditório ao FIDC. Considerando-se pro forma a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos direitos creditórios cuja data de vencimento seja superior a 250 dias contados da data de oferta não pode exceder 4% do Patrimônio Líquido do FIDC;
- O devedor dos direitos creditórios não pode estar inadimplente com relação ao FIDC a mais de sete dias a partir da data vencimento original do direito creditório;
- A concentração máxima por devedor, na condição de grupo econômico, deve ser equivalente a 1% do Patrimônio Líquido. Além disso, os Grandes Clientes (conforme definições do regulamento, clientes industriais que tenham classificação de risco em escala global igual ou superior a 'BBB-' atribuído por qualquer agência de classificação de risco internacional) poderão representar até 2,4% do Patrimônio Líquido;
- A exposição máxima de direitos creditórios representados por Vendas Barter não pode exceder 15% do Patrimônio Líquido;
- A exposição máxima de direitos creditórios representados por clientes integrantes do canal de distribuição 'cooperativas' não pode exceder 5% do Patrimônio Líquido.

### **Desempenho Histórico**

O gráfico abaixo retrata o desempenho dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC Monsanto desde 2006. Visando reduzir o efeito sazonal das vendas da MdB, a Standard & Poor's calculou a média móvel ponderada do índice de perda (recebíveis pagos com atraso superior a 90 dias ou que ainda estão em aberto a mais de 90 dias). Refletindo o pico da média móvel ponderada de três meses do índice de perda nos últimos 12 meses, definimos nossa estimativa de perda em cenário-base em 1,93%.



## Análise de Crédito

### Cálculo do Reforço de Qualidade de Crédito

Conforme mencionado nas seções anteriores, o reforço de qualidade de crédito – reserva necessária para cobrir eventuais diferenças geradas pela potencial deterioração da qualidade de crédito dos recebíveis – será obtido por meio de subordinação estrutural. Para a carteira de recebíveis comerciais, o reforço de qualidade de crédito é determinado pelo maior resultado entre o cálculo da reserva dinâmica e da reserva mínima, e com a utilização de premissas consistentes com os ratings atribuídos.

### Dimensionamento do Reforço de Qualidade de Crédito:

A maior das reservas (mínima e dinâmica) deverá ser mantida durante a vigência do FIDC Monsanto. Portanto, caso se verifique que há maiores níveis de concentração por sacados, o rating poderá ser alterado de modo a refletir o maior risco potencial de concentração da carteira. Da mesma forma, caso os indicadores de inadimplência e de perda apresentem deterioração, de modo que a proteção de crédito calculada pela reserva dinâmica seja superior ao nível de subordinação mínimo, o rating poderá ser pressionado.

### Reserva Dinâmica

A reserva dinâmica é calculada por meio da soma dos cálculos de duas reservas distintas: a Reserva de Perdas e a Reserva de Diluição.

**Cálculo da Reserva de Perdas:** A reserva necessária contra reduções nos níveis de proteção, em consequência da falta de pagamento, é representada pela reserva dinâmica de perdas. O cálculo da reserva de perdas baseia-se nos dados de desempenho histórico do índice que mede as perdas como um percentual das vendas, na data em que o recebível inadimplente foi gerado.

O índice de perdas (*loss ratio - LR*) calculado sobre as vendas é submetido a um fator de estresse (*stress factor - SF*) estipulado pela Standard & Poor's de acordo com os seguintes fatores principais: a categoria de *rating* da operação, o prazo médio dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC, e as características e a qualidade da origemação (único cedente ou vários cedentes selecionados por uma empresa de factoring ou consultoria de crédito, políticas de concessão de crédito e cobrança, critérios de elegibilidade, entre outros).

Desta forma: reserva de perdas =  $LR \times SF$ , sendo:

**LR:** Índice de perda: dado o histórico de recuperação de direitos creditórios inadimplentes originados pela Monsanto, a Standard & Poor's utilizou como *proxy* de perda observada uma série



temporal com o percentual dos direitos creditórios vencidos após 90 dias de sua data de vencimento sobre o total de direitos creditórios originados em cada mês.

**SF:** Fator de estresse para o rating atribuído às cotas seniores ('brAAAf')

Resultado do cálculo da Reserva de Perdas:  $1,93\% \times 5,0 = 9,65\%$ .

*Cálculo da Reserva de Diluição:* Reserva dimensionada contra reduções no volume de garantias em consequência de ajustes não monetários ao saldo de recebíveis. As diluições geralmente incluem os descontos, que são mais quantificáveis, dado que são comumente definidos em contrato; bem como as devoluções de mercadorias, que, por sua vez não são limitadas em contrato e, portanto, estão sujeitas a testes de estresse para se calcular o suporte de crédito.

A documentação do FIDC estabelece diversas 'Condições Resolutivas da Cessão' que requerem que a MdB restitua o FIDC em até quatro dias úteis. Entre estas, encontram-se as devoluções de produtos e eventuais cancelamentos que possam ocorrer na carteira (conforme mencionado no item 'Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade', acreditamos que o volume de cancelamentos será insignificante). Dada a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito da MdB e sobre sua capacidade em restituir ao FIDC contra estes potenciais eventos dilutivos, entendemos que a operação não está sujeita ao risco de diluição sob o cenário de rating 'brAAA'. Desta forma, a reserva de diluição não foi dimensionada para o atual cenário de rating da operação.

Além das devoluções e dos cancelamentos, descontos e os abatimentos são considerados outros potenciais eventos de diluição. No entanto, de acordo com a opinião legal emitida pelo Motta Fernandes Rocha Advogados, um dos escritórios de advocacia responsáveis pela análise legal da operação, uma vez efetuada a venda perfeita e acabada (*true sale*) dos direitos creditórios ao FIDC, a MdB não possuirá qualquer direito sobre estes e, dessa forma, não poderá mais oferecer qualquer desconto a seus clientes ou abater qualquer crédito sobre os recebíveis já cedidos ao FIDC.

*Cálculo da Reserva Dinâmica:*

A reserva dinâmica é, no caso do FIDC Monsanto, equivalente a reserva de perdas (9,65%)

#### **Reserva Mínima**

*Cálculo da Reserva Mínima:* O componente da reserva mínima de crédito baseia-se nos limites de concentração em um único devedor na condição de grupo econômico.

A documentação da operação estabelece um limite de concentração por sacados equivalente a 2,4% (considerados os "Grandes Clientes"). Dessa forma, o cálculo da Reserva Mínima, balizado em um múltiplo de concentração de 5,0x para a categoria de rating 'brAAAf', é equivalente a 12%.

O cálculo da reserva dinâmica indica que o reforço de crédito disponível para proteção das cotas seniores, em uma categoria de rating 'brAAAf', deve ser equivalente a 9,65%, enquanto o resultado do cálculo da reserva mínima, com base no nível de concentração por sacados, deve ser de 12%. O reforço de crédito disponível deve ser o maior entre a reserva dinâmica e a reserva mínima, portanto, 12% com base na reserva mínima. O FIDC Monsanto foi estruturado com um nível de subordinação mínima equivalente a 12%, consistente com a metodologia e as premissas adotadas pela Standard & Poor's para a categoria de rating 'brAAAf'.

#### **Análise de Sensibilidade**

O reforço de qualidade de crédito incorporado pelo FIDC, na forma de subordinação e spread excedente, fornece uma proteção de crédito adequada aos ratings atribuídos. Ainda assim, caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do FIDC, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação, os ratings atribuídos poderão ser revistos.

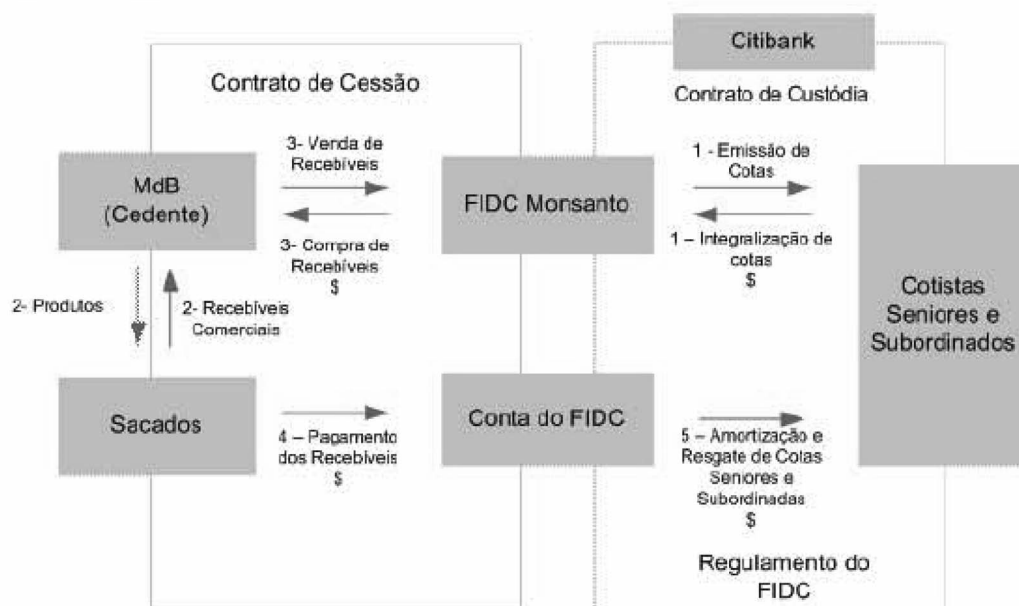
**Que índice de perda o FIDC Monsanto pode suportar no cenário econômico atual?**

Em razão do giro relativamente rápido dos ativos, a Standard & Poor's assume como cenário base que o nível de subordinação mínimo definido pelo regulamento do FIDC Monsanto será mantido em cada um dos giros da carteira. Porém, em uma situação de rápida deterioração dos indicadores de desempenho dos ativos, na qual o nível de subordinação se desenquadrasse dos parâmetros definidos pelos documentos do FIDC, provavelmente um evento de liquidação antecipada seria acionado. Nesse cenário, considerando-se o nível mínimo de subordinação, a estrutura de fluxo de caixa poderia suportar uma perda acumulada próxima a 12% em toda a carteira de direitos creditórios e, ainda assim, o FIDC teria condições de honrar o pagamento integral do resgate de suas cotas seniores. Os ratings atribuídos às cotas do FIDC poderão sofrer pressão de rebaixamento se os índices de desempenho da carteira se deteriorarem de forma expressiva, afetando negativamente o cálculo da Reserva de Perdas, sem que seja feito um ajuste compatível no nível de subordinação do FIDC de forma a atender os parâmetros da Standard & Poor's para os ratings atribuídos.

#### Descrição da Estrutura – Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O FIDC Monsanto é um condomínio fechado, com prazo de duração de dez anos após a emissão das cotas. A primeira série de cotas seniores terá um vencimento programado de 24 meses após sua subscrição inicial. As cotas serão denominadas em reais. O FIDC poderá realizar compras rotativas de direitos creditórios elegíveis originados pela cedente no Brasil. O FIDC também poderá manter aplicações em caixa e em outros instrumentos aprovados, de renda fixa e com riscos de crédito e liquidez adequados (títulos públicos e Certificados de Depósito Bancário cujos emissores possuam rating, emitido pela Standard & Poor's em Escala Nacional Brasil, igual ao rating atribuído às cotas seniores do FIDC).

Figura 1 – Diagrama da Estrutura



#### Fluxo dos Recursos

1. O FIDC Monsanto captará recursos de investidores e, em contrapartida, emitirá a primeira série de cotas seniores e também cotas subordinadas.
2. A MdB realiza vendas a prazo de produtos aos clientes e em troca passa a deter direitos de crédito contra estes.
3. O FIDC Monsanto realizará compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Tão logo os recebíveis sejam pagos (isto é, convertidos em caixa mediante os pagamentos dos



devedores), o FIDC adquirirá novos recebíveis.

4. Os recebíveis serão pagos diretamente na conta do FIDC. Essa metodologia de recebimento de caixa visa atenuar o risco de os pagamentos ficarem sujeitos a um bloqueio automático, no caso de falência da cedente.

5. O principal investido pelos cotistas seniores, bem como os juros auferidos ao longo da vida da operação, serão amortizados em 3 pagamentos semestrais, após 12 meses de carência.

O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos. As cotas subordinadas poderão ser amortizadas trimestralmente, após 12 meses de carência, desde que o nível de subordinação mínimo, o

Índice de liquidez e a alocação mínima de investimento sejam respeitados.

#### **Ordem de Alocação dos Recursos**

Diariamente, o administrador do FIDC Monsanto aloca o caixa disponível de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- Pagamento das despesas do FIDC;
- Constituição da Reserva de Caixa;
- Provisionamento das despesas a serem incorridas no próximo mês;
- Amortização e/ou resgate das cotas seniores;
- Aquisição de direitos creditórios elegíveis;
- Amortização e/ou resgate de cotas subordinadas.

#### **Risco de Descasamento de Taxa de Juros**

Uma vez que os direitos creditórios serão adquiridos pelo FIDC Monsanto a uma taxa de desconto pré-fixada, enquanto a remuneração-alvo das cotas seniores será flutuante e indexada à Taxa DI Over, os cotistas estariam expostos ao risco de descasamento de taxa de juros. Visando mitigar este risco, o regulamento do FIDC define a obrigação do administrador de contratar opções de compra sobre taxa de juros (Opções de Compra IDI).

As opções de compra que cobrem a exposição das cotas seniores do FIDC ao risco de descasamento de taxa de juros serão adquiridas de acordo com o cronograma de amortização das cotas seniores. O FIDC não comprará opções para cobrir as três amortizações programadas desde seu início. De acordo com o estruturador, não existe no mercado financeiro brasileiro melhor alternativa de hedge dadas as características da operação. Assim, será primeiramente adquirida uma opção de 12 meses (primeira data de amortização), que cobre a totalidade do Patrimônio Líquido Sênior e, posteriormente, serão adquiridas às demais opções, conforme definições do regulamento.

**Tabela 1: Cronograma de Amortização das Cotas Seniores**

<b>Amortização</b>	<b>Data Programada da Amortização Após a Subscrição das Cotas</b>	<b>Montante do Patrimônio Líquido Sênior a ser Amortizado</b>
Primeira	12 meses	25%
Segunda	18 meses	33%
Terceira	24 meses	100%

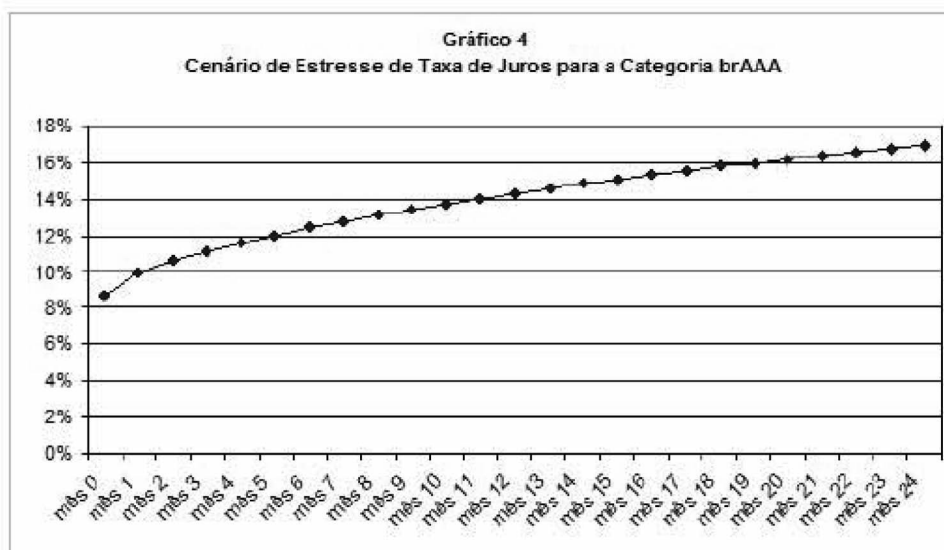
Dada a obrigatoriedade do FIDC em contratar as opções de taxa de juros, a taxa de desconto aplicada na aquisição dos direitos creditórios deverá criar uma reserva para o pagamento de despesas (incluindo-se o custo do prêmio da opção e eventuais descasamentos de taxas de juros oriundos da realização de uma operação de hedge que não representa um *hedge* "perfeito", isto é, que protege os cotistas contra absolutamente 100% das potenciais variações das taxas de juros flutuantes) e taxas, sem que a subordinação seja consumida, uma vez que esta é geralmente instituída para proteger os cotistas contra perdas de crédito.

A taxa de desconto mínima aplicada na aquisição dos recebíveis será equivalente a:

8/11

Taxa Mínima de Desconto = (Rentabilidade-alvo das cotas seniores + Despesas Projetadas do FIDC + 1%) a.a.

A opção para proteger-se contra descasamentos de taxa de juros potenciais até a data da primeira amortização de cotas seniores será comprada antes da primeira aquisição de direitos creditórios. As demais opções serão contratadas até cinco dias anteriores ao vencimento da opção em circulação, que é igual a cada uma das datas de amortização programadas. Considerando-se o atual cenário de estresse de taxa de juros aplicado para a categoria de rating 'brAAAF', incluindo-se a volatilidade histórica da taxa, há um potencial risco de aumento no custo da opção durante suas renovações. Além disso, existe também o risco decorrente da diferença entre o preço de exercício da opção e a Taxa DI efetiva observada durante o período de vigência do derivativo (riscos associados à imperfeição do hedge).



Entendemos que o excesso de spread disponível após o pagamento das despesas, estimado inicialmente em 1,96% a.a., é suficiente para cobrir os riscos acima descritos. Além disso, mesmo em um cenário de não contratação da opção e considerando-se o pior cenário para o prazo dos ativos (250 dias), o spread adicional de 1,0% ao ano incorporado à taxa de desconto mínima seria suficiente para cobrir as perdas decorrentes do potencial risco de descasamento de taxas de juros, aos quais o FIDC poderia estar exposto no cenário atual de análise da Standard & Poor's. É importante notar que há a expectativa de que a taxa de desconto efetiva na aquisição dos recebíveis seja significativamente superior ao patamar mínimo definido pelo regulamento do FIDC, conforme a política de crédito da MdB aplicável a cada um de seus sacados.

Excesso de spread = [(8,75% + 3,4%) + Despesas Projetadas do FIDC + 1%] – [(8,75% + 3,4%) \* 88% + Despesas Projetadas do FIDC + Potencial Aumento Estimado do Custo da Opção (0,5%)] = 1,96%

#### Reserva de Pagamento e Amortização

O FIDC Monsanto estabelecerá e manterá uma Reserva de Caixa com o objetivo de cobrir todas as despesas a serem incorridas pelo FIDC nos próximos 60 dias da data de apuração da reserva, além de também cobrir o valor projetado das amortizações para os próximos 30 dias contados da mesma data. Tal reserva deve representar, no mínimo, 5% do Patrimônio Líquido do FIDC.

Adicionalmente, o custodiante do FIDC calculará diariamente o Índice de Liquidez para cada uma das amortizações programadas (o índice de liquidez é representado pela fração entre (i) o somatório do valor dos direitos creditórios com vencimento até o quinto dia útil anterior a cada data de amortização e o volume investido em ativos líquidos e de baixo risco de crédito e (ii) o valor de cada uma das amortizações programadas multiplicado por 1,2x). Tal índice deve ser sempre igual ou superior a um e será calculado previamente a cada nova cessão de direitos creditórios ao FIDC.



Enquanto este não seja atendido, o administrador do FIDC não deverá proceder com a aquisição de novos direitos creditórios.

## **Riscos de Contraparte**

### **Risco da Cedente no Ressarcimento dos Eventos de Diluição**

Conforme estabelecido no Contrato de Cessão da operação, a MdB se comprometerá a ressarcir o FIDC na ocorrência de devoluções e cancelamentos relacionados aos direitos creditórios cedidos. Dada a opinião da Standard & Poor's de que a qualidade de crédito da cedente é compatível com a categoria de rating atual das cotas seniores do FIDC, a reserva de diluição não foi dimensionada. Consequentemente, mudanças em nossa opinião sobre a qualidade de crédito da MdB podem resultar em alterações sobre o rating atribuído.

A MdB é controlada pela Monsanto Co. ('A+/Estável/--' na escala global de ratings da Standard & Poor's), líder global no segmento de sementes e herbicidas. Seu elevado investimento em pesquisas e desenvolvimento e tecnologia criam uma importante barreira de entrada ao setor. Por outro lado, a empresa está exposta ao ambiente cíclico do setor agrícola.

A MdB é bastante relevante às operações globais da Monsanto, tanto do ponto de vista operacional quanto financeiro, em parte pela importância do Brasil no contexto do setor de commodities agrícolas globais. De acordo com os executivos da MdB, a empresa mantém forte relacionamento com a matriz, dada sua importância estratégica dentro das operações globais da Monsanto.

### **Risco de Fungibilidade**

Em seu curso normal, a coleta do fluxo de caixa oriundo dos direitos creditórios fluirá diretamente para a conta do FIDC Monsanto. Entretanto, pagamentos poderão ser realizados, de maneira inadvertida, diretamente na conta da cedente, o que gera um risco de fungibilidade potencial, ou seja, o risco de que os recursos relacionados aos direitos creditórios adquiridos pelo FIDC sejam desviados por algum motivo como, por exemplo, a falência da MdB. Para mitigar este risco, os recursos de titularidade do FIDC recebidos diretamente pela MdB deverão ser transferidos à conta do FIDC em até cinco dias úteis contados da data de recebimento desses recursos. É importante destacar, adicionalmente, que a Standard & Poor's entende que a qualidade de crédito da MdB é atualmente compatível com a categoria de rating das cotas seniores do FIDC, de forma que o risco de fungibilidade está consideravelmente mitigado para o cenário de rating atual.

### **Riscos Operacionais**

O rating atribuído pela Standard & Poor's às cotas seniores FIDC Monsanto reflete a capacidade da MdB como empresa originadora dos créditos, suas políticas de crédito, e suas responsabilidades pela formalização das operações. A deterioração da capacidade produtiva da MdB, bem como da seleção adequada dos sacados, poderia afetar o desempenho dos direitos creditórios, bem como as premissas adotadas.

## **Análise Legal**

A MdB cederá de forma definitiva ao FIDC a titularidade, os direitos e interesses sobre os direitos creditórios cedidos. O FIDC Monsanto é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre ativos cedidos e as empresas cedentes. A Standard & Poor's recebeu uma minuta da opinião legal emitida pelo Motta Fernandes Rocha Advogados confirmando que o contrato de cessão do FIDC Monsanto permitirá a venda perfeita e acabada (*true sale*) dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC, de forma que a MdB não deterá mais direitos legais de conceder descontos ou abater créditos cedidos ao veículo de investimento. Além disso, a opinião legal confirma a obrigatoriedade da MdB em ressarcir o FIDC de qualquer evento de resolução da cessão, conforme definido no Contrato de Cessão da operação.

## **Publicações Relacionadas**

"Metodologia e Premissas Utilizadas na Análise de Rating de Operações Estruturadas de Recebíveis Comerciais no Brasil," publicado dia 13 de maio de 2009 em

[www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br).

"Metodologia Baseada em Princípios Fundamentais para Análise de Ratings de Operações Estruturadas Globais, publicada em português no dia 7 de agosto de 2009 em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), clique [aqui](#).

**Analista Principal:** Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743,  
[jp\\_gil@standardandpoors.com](mailto:jp_gil@standardandpoors.com)

**Analista de Monitoramento:** Renata Lotfi, 55 (11) 3039-9724,  
[renata\\_lotfi@standardandpoors.com](mailto:renata_lotfi@standardandpoors.com)

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

*Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).*

*The McGraw-Hill Companies*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### **ANEXO 3**

- 
- Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela Empresa de Auditoria

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





RISK ADVISORY SERVICES

## **Monsanto do Brasil Ltda.**

Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados  
30 de junho de 2009

ADVISORY

AUDIT • TAX • ADVISORY





KPMG Risk Advisory Services Ltda.  
R. Dr. Renato Fries de Barros, 33  
04520-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Cabea Postal 2457  
01080-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel.: 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional: 55 (11) 2183-3001  
Internacional: 55 (11) 2183-3034  
Internet: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

A  
**Monsanto do Brasil Ltda.**  
São Paulo - SP

20 de outubro de 2009

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 5 de junho de 2009, apresentamos nossas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis da Monsanto do Brasil Ltda. (Monsanto ou "Cedente"). Tais recebíveis são representados por faturas originadas a partir de vendas a prazo a seus clientes.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo gerar informações sobre as características históricas dos recebíveis a partir de uma base de dados, bem como levantar informações sobre os procedimentos operacionais e os respectivos controles relacionados à concessão de crédito, faturamento, monitoramento e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela Monsanto do Brasil Ltda., para o período compreendido entre 1º de março de 2006 e 30 de junho de 2009. Indicamos, ainda neste relatório, a fonte das demais informações apresentadas.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade dos dados disponibilizados além dos procedimentos indicados neste relatório.

Nossos trabalhos foram executados no período de 15 de dezembro de 2008 a 29 de setembro de 2009 e fundamentados no sistema de controles internos vigentes durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

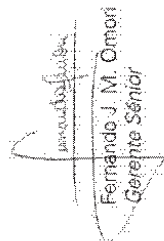
KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian-based entity, a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss entity.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes da Monsanto e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da Monsanto no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

  
Pedro Vitor Zago  
Sócio

  
Fernando J. M. Otonari  
Gerente Sênior

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian-based entity, a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss entity.

## Conteúdo

Os conteúdos deste  
relatório são:

Padro Vitor Zaço  
Socio  
Tel.: 55 (011) 21.63.3230  
Fax: 55 (011) 21.63.3001  
pzaço@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	3
Descrição dos procedimentos realizados	4
Apresentação da carteira de recebíveis	5
Seção 3.1 - Conciliação da base de dados	46
Seção 3.2 - Verificação das notas fiscais e dos comprovantes de recebimento	47
Seção 3.3 - Testes de aderência aos processo de crédito e cobrança	48
Anexos	



© 2006 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 66785  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma entidade suíça.

## Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

### Objetivos do trabalho

De acordo com as informações fornecidas por representantes da Monsanto, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, as características dos clientes e a *performance* de pagamentos dos recebíveis por parte dos sacados.
- Levantar os fluxos de origemação e cobrança das originadoras e identificar seus respectivos controles e aderência às políticas estabelecidas internamente, por meio de testes por amostragem.

### Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia da Monsanto, compreendendo recebíveis gerados pelas faturas emitidas pela venda de seus produtos a seus clientes, para um período de 40 meses, compreendido entre 1º de março de 2006 e 30 de junho de 2009.
- Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo estabelecidos com representantes da Monsanto e do Banco Coordenador, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos por parte dos sacados, foram definidos, em comum acordo com representantes da Monsanto e do Banco Coordenador, critérios para apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento das duplicatas, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
  - *Aging* de pagamentos: apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da duplicata e a data de pagamento pelo sacado.
  - Matriz triangular: apresenta o percentual de inadimplência da carteira de recebíveis em ciclos quinzenais, considerando-se as duplicatas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de origemação e cobrança dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de indagação aos responsáveis pelas áreas de Crédito e Cobrança da Monsanto, da consulta aos manuais de crédito e cobrança, bem como de observação dos fluxos de origemação executados com base em testes por amostragem.

## Descrição dos procedimentos realizados

Os procedimentos pré-acordados que constituem o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

Identificação do Faturamento Sujeito à Securitização (FLS)	Tabela 2.1
Características gerais da carteira de recebíveis	Tabela 2.2
Distribuição da produção mensal em volume financeiro e quantidade de faturas no período	Tabela 2.3 e Gráfico 2.1
Distribuição da produção anual em volume financeiro no período	Tabela 2.4 e Gráfico 2.2
Evolução mensal do ticket médio das operações	Tabela 2.5 e Gráfico 2.3
Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor por canal de distribuição	Tabela 2.6 e Gráfico 2.4
Distribuição do volume financeiro por prazo médio de vendas	Tabela 2.7
Prazo médio ponderado por canal de distribuição - Inclui das operações de vendas	Gráfico 2.5
Apuração da concentração de grupos-matriz	Tabela 2.8
Distribuição das operações por região geográfica	Tabela 2.9 e Gráficos 2.6 a 2.7
Distribuição das operações por região geográfica - Consolidado Direto + Distribuidor	Tabela 2.10 e Gráfico 2.8
Distribuição das operações por região geográfica - Consolidado Industrial + Cooperativa	Tabela 2.11 e Gráfico 2.9
Distribuição das operações por região geográfica e canal de distribuição	Gráfico 2.10
Distribuição trimestral das operações por região geográfica - Consolidado Direto + Distribuidor	Gráfico 2.11
Distribuição das operações por setor de atividade	Tabela 2.12 e Gráfico 2.12
Distribuição Mensal por setor de atividade	Gráfico 2.13
Distribuição das operações por tipo de produto e canal de distribuição	Tabela 2.13 e Gráfico 2.14
Distribuição mensal por tipo de produto	Gráfico 2.15
Distribuição mensal das operações por safra	Gráfico 2.16
Aging - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas sob análise	Tabela 2.14 e Gráfico 2.17
Matriz triangular e desvio padrão	Tabela 2.15 e Gráfico 2.18
Identificação das principais formas de baixa dos títulos	Tabela 2.16 e Gráfico 2.19
Identificação dos Principais Agentes Afiliados	Tabela 2.17 e Gráfico 2.20
Evolução mensal por agente arrecadador	Gráfico 2.21
Eventos de Diluição da Carteira de Recebíveis	Tabela 2.18
Distribuição mensal das devoluções identificadas	Tabela 2.19
Prazo médio de devolução das faturas	Tabela 2.20 e Gráfico 2.22
Identificação dos motivos de devolução	Tabela 2.21 e Gráfico 2.23

Conciliação da Base de Dados

Verificação das notas fiscais e comprovantes de recebimento

Descrição dos procedimentos de crédito e cobrança

Seção 3.1

Seção 3.2

Seção 3.3



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda. Uma sociedade brasileira e filial integrante da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impressão no Brasil. KPMG 08785.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.1 - Identificação do Faturamento Sujeito à Securitização (FLS)

Descrição dos Procedimentos	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%
<b>Total da Base de Dados (Venda Interna Bruta)</b>	<b>8.634.329</b>	<b>100,0%</b>
Exclusões:		
(1) Operações Intercompany (1)	261.877	3,03%
(2) Outros faturamentos não analisados (2)	2.724.976	31,56%
(3) Outros Valores Negativos (3)	(311.260)	-3,60%
(4) Venda com pagamento antecipado (4)	1.253.878	14,52%
(5) Faturas emitidas fora do período de análise	152.469	1,77%
(6) Outros	36.181	0,42%
<b>(=) Total do faturamento analisado (FLS)</b>	<b>4.516.214</b>	<b>52,31%</b>
(7) Cancelamentos de Vendas a prazo	(91.452)	-1,90%
(8) Devoluções de Vendas a prazo (5)	(202.275)	-4,21%
<b>(=) Total do faturamento analisado real (FLS)</b>	<b>4.809.943</b>	<b>55,71%</b>
Total do FLS por canal de distribuição	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%
Direto	664.874	13,8%
Distribuidor	1.763.259	36,7%
Cooperativa	1.121.873	23,2%
Industrial	1.259.941	25,9%
<b>Total do faturamento analisado real (FLS)</b>	<b>4.809.943</b>	<b>100,0%</b>

(1) Operações com empresas ligadas. Entre as maiores estão: Monsanto International SARL, Monsanto Argentina e Monsanto Agrícola Colombiana.

(2) Aproximadamente 82% deste valor refere-se à: (i) Nota de Remessa de Venda Futura; e (ii) Indentização paga pelo Produtor pelo uso de semente desenvolvida pela Monsanto.

(3) Corresponde ao volume de cancelamentos de vendas não analisadas (diferentes de venda a prazo).

(4) De acordo com representantes da Monsanto, a prática de pagamentos antecipados ocorre por duas principais razões: (i) por iniciativa do cliente, a fim de garantir preço e entrega do produto; e (ii) para novos clientes, a Monsanto não vende a prazo. Dessa forma, os clientes de primeiro ano pagam antecipadamente.

(5) Veja detalhes sobre as devoluções de vendas na página 42.



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade brasileira e firmadora brasileira e afiliada à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. XDMIS 86785. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## **Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)**

**Tabela 2.2 - Características gerais da carteira de recebíveis**

Período sob análise — 1º de março de 2006 a 30 de junho de 2009 (40 meses).

Somatório do valor das faturas — R\$ 4.809.943 mil.

Média mensal de originção — R\$ 120.248 mil.

Quantidade de faturas — 71.334.

Média de faturas originadas (mês) — 1.783.

*Ticket* médio das faturas — R\$ 67.428.

Prazo médio de vendas\* — 104 dias.

\* Prazo médio ponderado considerando as operações com Vendor.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG S8763.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

**Tabela 2.3a - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e quantidade de faturas no período**

Período	Direto		Distribuidor		Consórcio Direto + Distribuidor	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre Quantidade de Faturas - FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre FLS
mar/06	7.761	29,15%	445	19.316	20.076	79,16%
abr/06	5.360	18,35%	248	10.780	16.140	48,23%
mai/06	7.678	18,58%	288	11.317	18.945	41,17%
jun/06	4.584	16,00%	121	22.454	27.038	35,42%
jul/06	4.017	7,40%	144	16.973	20.391	37,54%
ago/06	9.594	5,43%	344	62.070	72.064	39,15%
set/06	28.713	15,93%	983	74.572	103.285	30,39%
out/06	43.170	24,48%	1.700	75.041	118.211	67,02%
nov/06	23.966	19,89%	1.033	63.406	87.372	53,34%
dez/06	25.438	20,44%	815	43.109	68.547	55,07%
jan/07	28.672	24,92%	1.085	53.146	80.818	69,86%
fev/07	18.961	20,66%	848	33.224	52.173	56,87%
mar/07	3.887	16,03%	315	18.475	22.362	2,07%
abr/07	5.692	8,68%	168	19.431	25.123	1,18%
mai/07	2.052	16,30%	39	1.910	38.319	86%
jun/07	5.165	16,33%	124	32.294	30.67%	130
jul/07	6.887	3,58%	137	47.172	37.469	47,34%
ago/07	11.721	6,06%	317	106.899	53.089	32,24%
set/07	36.074	18,65%	838	89.169	112.810	60,95%
out/07	31.006	16,79%	959	69.555	124.281	66,70%
nov/07	20.985	14,11%	461	41.032	120.561	61,06%
dez/07	23.506	16,27%	502	63.267	86.774	42,92%
jan/08	24.564	20,47%	619	46.116	68.774	60,06%
fev/08	25.751	19,37%	711	52.058	68.879	58,06%
mar/08	31.895	32,30%	312	16.084	77.803	58,54%
abr/08	9.568	15,21%	224	12.760	46.980	47,59%
mai/08	13.363	13,75%	146	10.509	21.926	34,03%
jun/08	7.116	3,39%	112	97.886	20.872	27,63%
jul/08	11.492	3,53%	109	128.702	104.702	49,90%
ago/08	16.730	10,37%	208	65.236	140.194	43,06%
set/08	13.980	8,78%	287	39.464	81.366	50,81%
out/08	28.707	17,06%	527	43.053	53.443	33,55%
nov/08	18.873	21,81%	239	9.869	71.761	42,56%
dez/08	17.591	10,34%	271	56.421	73.972	39,72%
jan/09	32.194	15,63%	612	84.592	74.011	43,51%
fev/09	24.573	23,94%	674	49.135	116.787	56,88%
mar/09	9.846	20,19%	211	22.188	73.708	70,65%
abr/09	13.231	12,96%	106	30.107	31.004	70,76%
mai/09	5.909	11,15%	106	7.760	23.339	31,01%
jun/09	5.162	5,17%	84	30.224	13.668	25,80%
Total	664.874	19,82%	17.330	1.783.265	2.428.130	50,48%
						53,56%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG é sigla. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.3b - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e quantidade de faturas no período (cont.)

Período	Cooperativa			Industrial			Consolidado (FLS)		
	Somação do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre FLS	Quantidade da Fatura	Somação do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre FLS	Quantidade de Faturas	Somação do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Quantidade de Faturas
mar/06	3.849	14,45%	113	1.703	6,40%	15	26.628	0,55%	1.280
abr/06	7.190	21,04%	116	9.453	28,83%	72	32.786	0,95%	655
mai/06	13.240	28,76%	147	13.697	39,95%	114	46.012	0,95%	669
jun/06	35.096	39,55%	353	19.088	25,02%	144	76.342	1,59%	801
jul/06	11.003	20,37%	141	22.865	42,69%	158	54.319	1,13%	989
ago/06	49.447	26,66%	524	62.974	33,99%	472	184.085	3,83%	2.896
set/06	23.008	13,72%	610	43.436	25,90%	293	167.728	3,49%	3.730
out/06	24.971	14,16%	585	33.795	18,82%	225	176.977	3,67%	4.624
nov/06	32.698	22,35%	464	20.664	14,30%	129	145.823	3,03%	3.314
dez/06	31.399	25,23%	468	24.825	19,70%	150	124.472	2,89%	2.789
jan/07	19.103	16,53%	542	15.618	13,52%	126	115.937	2,40%	3.444
fev/07	20.885	22,93%	546	18.878	20,66%	111	91.734	1,91%	2.737
mar/07	11.887	21,20%	278	18.498	33,12%	97	55.847	1,16%	1.543
abr/07	22.778	34,73%	248	17.682	26,36%	86	65.682	1,38%	1.208
mai/07	3.522	27,97%	23	6.207	41,26%	15	12.681	0,20%	168
jun/07	22.487	26,42%	254	19.163	24,24%	112	79.129	1,65%	1.008
jul/07	77.303	46,97%	299	34.290	30,90%	206	164.892	3,42%	1.391
ago/07	42.668	22,03%	385	33.082	17,12%	211	193.271	4,02%	2.602
set/07	30.001	16,12%	517	31.819	17,10%	184	169.079	3,87%	3.602
out/07	25.080	12,70%	404	51.808	26,24%	302	197.449	4,11%	3.430
nov/07	36.699	27,17%	343	42.595	29,31%	259	142.422	2,95%	2.057
dez/07	33.121	22,93%	275	24.572	17,01%	128	144.466	3,00%	1.945
jan/08	30.096	25,00%	462	20.294	16,91%	129	129.008	2,50%	2.305
fev/08	36.682	27,60%	491	18.428	13,65%	103	132.919	2,76%	2.405
mar/08	33.016	33,44%	329	18.749	18,59%	100	98.745	2,05%	1.009
abr/08	21.249	33,42%	332	20.936	32,08%	98	93.573	1,32%	746
mai/08	22.653	35,33%	57	31.942	41,26%	144	75.377	1,57%	517
jun/08	76.505	36,46%	355	26.598	13,53%	136	209.805	4,36%	1.118
jul/08	79.037	24,27%	261	106.382	32,67%	194	325.614	6,77%	3.353
ago/08	28.021	17,37%	144	51.339	31,62%	223	161.325	3,32%	1.186
set/08	19.045	11,96%	159	86.814	54,50%	385	159.302	3,31%	4.542
out/08	13.742	8,17%	290	82.731	48,18%	332	168.234	3,50%	2.249
nov/08	3.502	4,95%	81	46.409	50,70%	169	76.453	1,59%	1.847
dez/08	69.652	40,56%	167	26.423	15,43%	96	170.085	3,54%	1.101
jan/09	37.621	18,42%	419	50.692	24,69%	135	285.290	4,27%	2.418
fev/09	12.458	11,95%	368	18.129	17,38%	63	104.535	2,17%	2.204
mar/09	3.818	8,71%	144	6.898	20,53%	34	43.817	0,91%	1.075
abr/09	21.102	28,04%	61	30.820	40,95%	121	75.360	1,56%	593
mai/09	1.828	3,45%	26	37.489	70,75%	170	52.677	1,10%	500
jun/09	37.260	41,60%	139	10.914	13,06%	93	83.550	1,74%	775
Total	1.121.873	25,32%	11.422	1.253.941	36,19%	6.347	4.805.945	100,00%	71.334

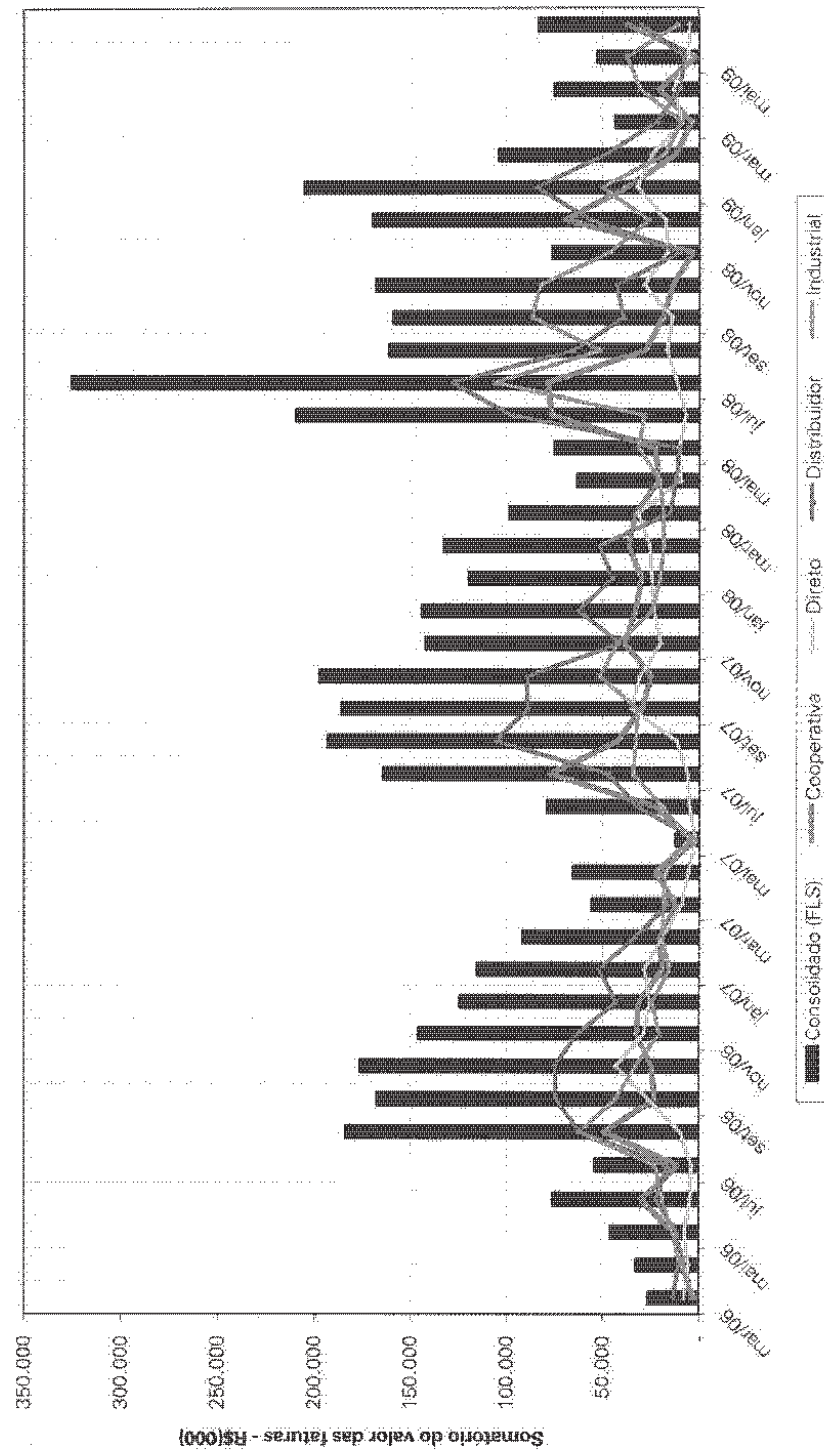


© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firmadora da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NOME 58745.  
KPMG é o logotipo da KPMG, as marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.1 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro no período



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

**Tabela 2.4 - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período**

Mês/ano	Direto				Distribuidor				Consolidado Direto + Distribuidor			
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Jan/Fev	28.672	24.504	32.154	35.430	45.715	84.592	181.864	181.864	80.816	118.767	267.284	267.284
Março	18.551	25.751	24.573	69.274	52.068	49.136	134.416	134.416	52.173	73.208	203.590	203.590
Abril	18.551	18.551	8.046	57.458	16.475	29.158	67.032	67.032	25.482	46.380	31.004	31.004
Maio	5.630	9.688	13.231	33.952	10.790	10.790	53.578	53.578	21.223	23.358	86.530	86.530
Junho	7.828	2.052	10.363	25.953	11.917	10.569	31.366	31.366	16.340	10.861	67.348	67.348
Julho	6.884	7.116	5.152	22.017	22.454	37.586	182.568	182.568	37.469	30.672	243.576	243.576
Agosto	3.017	11.420	21.397	16.373	47.172	28.702	182.247	182.247	53.059	140.194	213.644	213.644
Setembro	5.994	16.720	38.445	38.445	105.889	65.206	233.190	233.190	117.810	81.998	315.188	315.188
Outubro	26.713	33.990	75.767	75.767	89.186	39.464	207.650	207.650	101.265	93.443	271.041	271.041
Novembro	43.170	31.008	28.797	102.963	89.855	43.053	114.308	114.308	120.561	71.761	186.322	186.322
Dezembro	38.966	20.096	16.673	95.734	89.408	41.033	162.787	162.787	92.372	26.842	219.629	219.629
<b>Total ano</b>	<b>163.631</b>	<b>196.809</b>	<b>214.529</b>	<b>664.874</b>	<b>591.432</b>	<b>203.976</b>	<b>1.763.255</b>	<b>1.763.255</b>	<b>558.070</b>	<b>789.387</b>	<b>2.423.130</b>	<b>2.423.130</b>
% sobre FLS	24,6%	28,6%	32,3%	100,0%	33,5%	32,8%	100,0%	100,0%	32,5%	32,5%	100,0%	100,0%
<b>Média ano</b>	<b>16.363</b>	<b>19.681</b>	<b>21.453</b>	<b>66.487</b>	<b>59.143</b>	<b>20.398</b>	<b>176.326</b>	<b>176.326</b>	<b>55.807</b>	<b>78.939</b>	<b>242.313</b>	<b>242.313</b>
<b>Variação anual</b>	<b>-0,2%</b>	<b>9,0%</b>	<b>-16,2%</b>	<b>-10,0%</b>	<b>25,6%</b>	<b>-2,7%</b>	<b>-29,1%</b>	<b>-29,1%</b>	<b>18,1%</b>	<b>0,2%</b>	<b>-25,6%</b>	<b>-25,6%</b>

Mês/ano	Cooperativa				Industrial				Consolidado (FLS)			
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Jan/Fev	15.103	30.036	37.821	160.059	15.216	20.294	35.910	35.910	115.537	112.048	205.280	205.280
Março	20.685	38.682	12.498	99.885	18.876	18.438	31.304	31.304	97.704	132.919	104.325	104.325
Abril	11.897	33.016	3.818	52.570	18.498	18.498	38.948	38.948	56.847	96.745	43.817	43.817
Maio	7.182	22.778	21.249	72.321	17.682	20.388	47.531	47.531	32.796	65.582	75.260	75.260
Junho	13.340	3.522	22.853	41.453	5.207	31.647	59.676	59.676	46.012	76.373	156.867	156.867
Julho	30.196	22.487	37.280	166.448	18.180	28.656	66.889	66.889	76.342	208.895	448.826	448.826
Agosto	11.963	77.304	79.037	107.404	24.230	186.362	183.477	183.477	79.129	325.614	644.524	644.524
Setembro	49.447	28.021	120.036	62.574	51.329	51.329	147.005	147.005	193.271	161.325	308.326	308.326
Outubro	23.008	30.001	72.053	43.406	31.818	36.814	162.067	162.067	188.079	188.302	350.381	350.381
Novembro	24.971	25.080	19.712	63.794	51.808	82.734	187.734	187.734	175.377	197.449	385.224	385.224
Dezembro	32.598	38.699	19.712	74.798	42.595	46.479	109.898	109.898	148.873	76.583	285.456	285.456
<b>Total ano</b>	<b>226.953</b>	<b>347.234</b>	<b>114.373</b>	<b>1.121.873</b>	<b>313.170</b>	<b>538.204</b>	<b>1.022.920</b>	<b>1.022.920</b>	<b>1.448.701</b>	<b>1.761.439</b>	<b>4.809.943</b>	<b>4.809.943</b>
% sobre FLS	20,2%	31,0%	10,2%	100,0%	58,4%	48,8%	100,0%	100,0%	30,1%	36,6%	100,0%	100,0%
<b>Média ano</b>	<b>22.695</b>	<b>34.723</b>	<b>11.437</b>	<b>112.187</b>	<b>31.317</b>	<b>53.820</b>	<b>1.022.920</b>	<b>1.022.920</b>	<b>144.870</b>	<b>176.144</b>	<b>480.994</b>	<b>480.994</b>
<b>Variação anual</b>	<b>-27,5%</b>	<b>24,6%</b>	<b>-47,2%</b>	<b>-10,0%</b>	<b>3,8%</b>	<b>71,3%</b>	<b>-91,7%</b>	<b>-91,7%</b>	<b>16,7%</b>	<b>21,6%</b>	<b>-92,8%</b>	<b>-92,8%</b>



© 2008 KPMG Atividade Serviços Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes, e suas filiais KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 03/08.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 a - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período - Direto

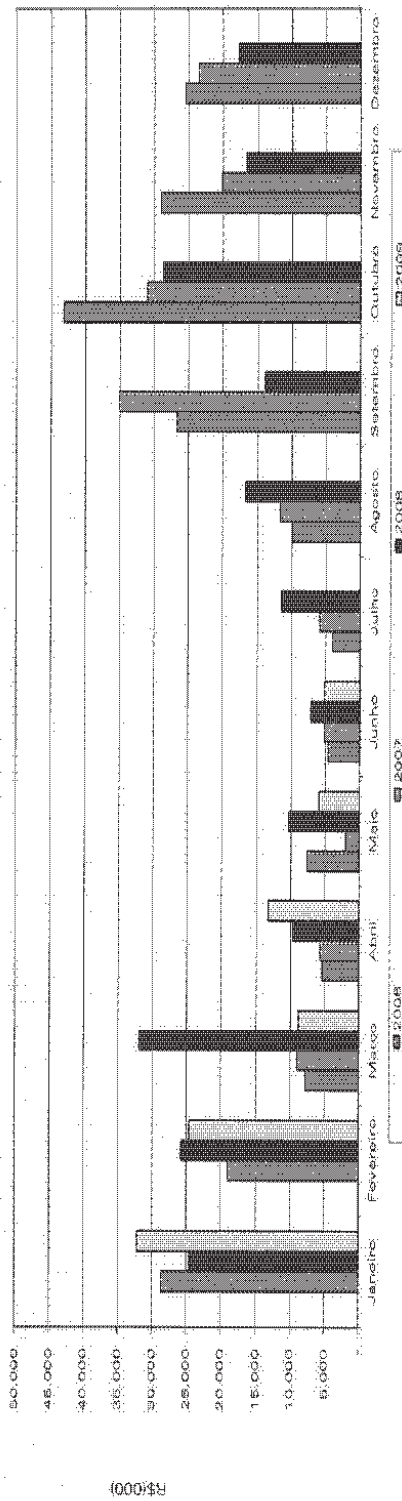
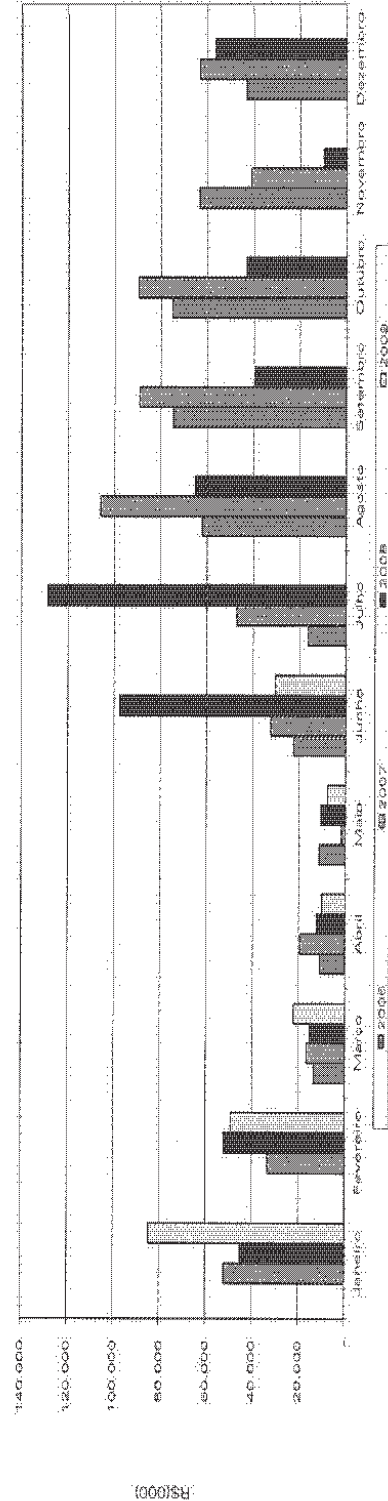


Gráfico 2.2 b - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período - Distribuidor



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 88785.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 c - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período - Cooperativa

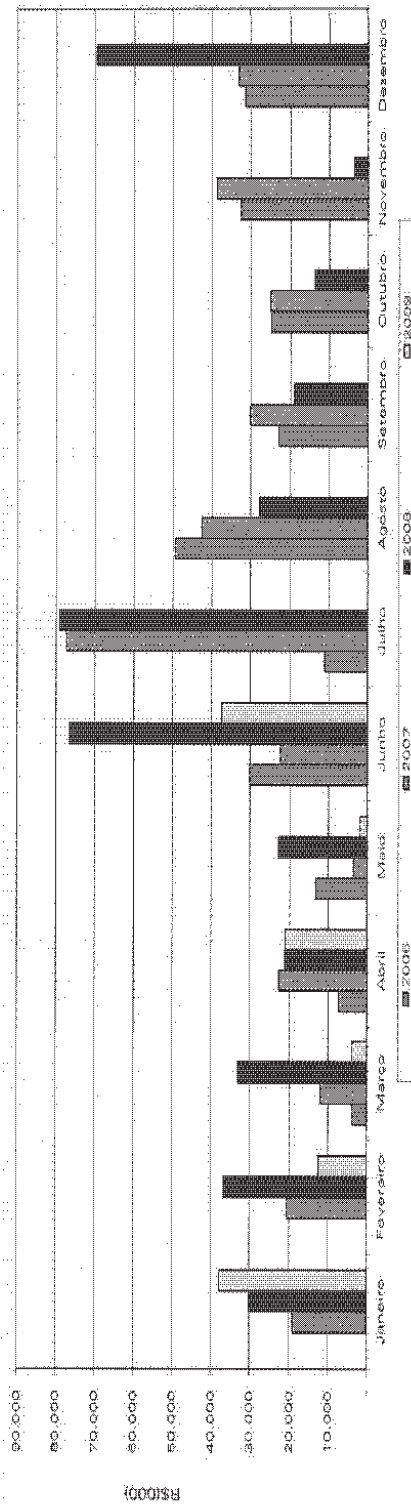
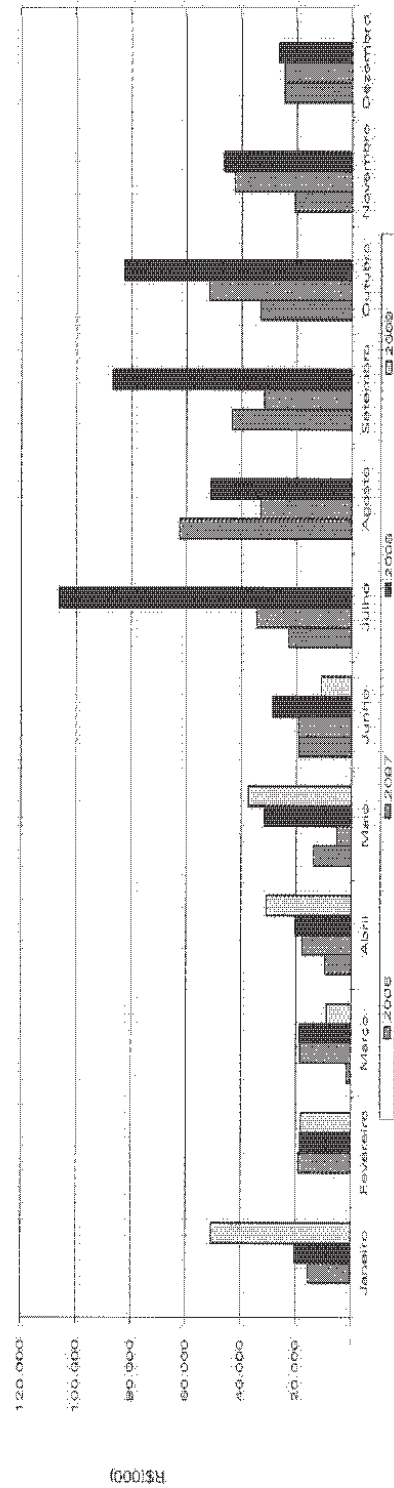


Gráfico 2.2 d - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período - Industrial

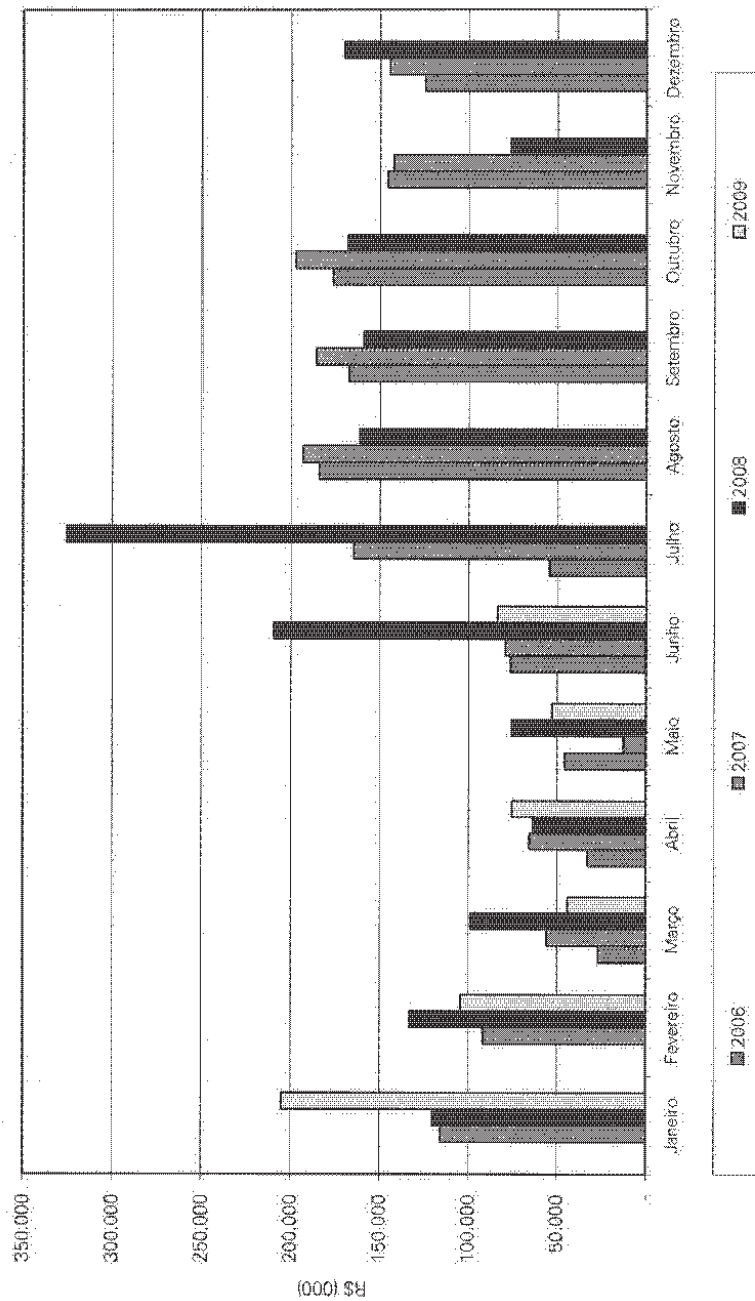


© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil, ADMS 88745.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 e - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período - Consolidado (FLS)



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

**Tabela 2.5 - Evolução mensal do ticket médio das operações**

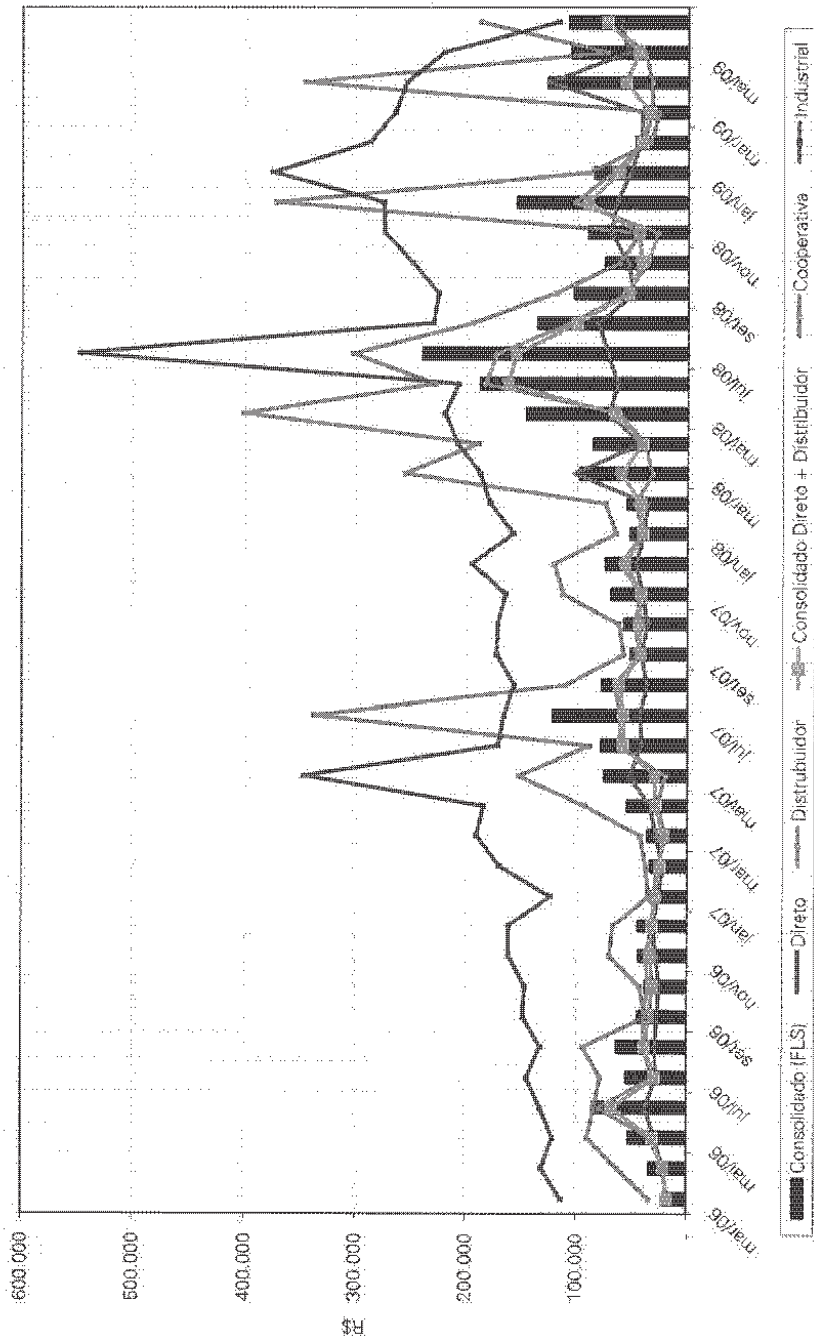
Período	Direto	Distribuidor	Consolidado Direto + Distribuidor	Cooperativa	Industrial	Consolidado (FLS)
mar/06	17.440	18.833	18.295	34.061	113.529	20.903
abr/06	21.613	20.731	21.016	62.543	131.296	34.331
mai/06	28.676	33.692	31.160	90.669	121.288	52.949
jun/06	37.882	81.062	67.895	94.111	132.894	84.730
jul/06	27.897	30.043	29.595	78.462	144.712	54.979
ago/06	29.053	40.149	36.129	94.364	132.671	63.785
set/06	27.175	39.166	35.083	37.218	148.246	44.256
out/06	25.394	35.614	31.002	42.686	146.890	38.144
nov/06	28.040	37.563	33.348	70.254	161.698	44.002
dez/06	31.213	31.562	31.618	67.093	161.362	44.846
jan/07	26.426	30.837	28.113	35.245	123.939	33.547
fev/07	22.321	27.088	25.144	37.886	170.056	33.878
mar/07	28.631	19.314	21.600	42.760	190.867	36.194
abr/07	33.882	27.838	28.010	52.592	184.184	54.290
mai/07	52.622	16.890	26.709	153.124	347.160	74.949
jun/07	41.856	62.344	58.348	88.530	171.278	78.591
jul/07	42.972	60.554	57.925	237.969	166.163	121.830
ago/07	36.973	66.039	61.705	110.967	156.838	77.247
set/07	41.865	49.731	42.834	58.029	172.922	51.860
out/07	36.035	48.019	44.259	62.073	171.549	57.565
nov/07	40.926	42.566	42.012	112.626	164.458	69.238
dez/07	46.826	60.717	58.200	120.440	195.014	74.276
jan/08	33.093	41.201	40.853	65.012	157.316	52.064
fev/08	36.217	47.328	42.965	74.708	178.813	55.208
mar/08	102.229	32.232	66.231	256.940	187.489	97.864
abr/08	45.161	39.296	40.911	189.735	208.119	85.219
mai/08	70.981	61.813	66.062	401.692	219.734	145.795
jun/08	62.534	183.088	162.326	226.373	187.861	187.861
jul/08	72.279	172.754	165.082	302.825	207.234	207.234
ago/08	81.211	106.422	100.081	196.587	548.362	333.598
set/08	48.710	55.504	53.650	119.777	230.218	130.025
out/08	54.473	36.796	42.287	62.464	225.490	103.508
nov/08	89.762	27.567	44.459	43.229	248.160	74.804
dez/08	64.910	103.145	90.476	372.489	276.611	90.263
jan/09	52.605	67.566	62.654	90.284	275.237	184.483
fev/09	42.810	40.980	41.572	33.862	375.425	84.901
mar/09	41.924	32.307	34.564	26.515	387.763	47.229
abr/09	128.011	33.030	56.784	345.937	254.978	40.760
mai/09	54.709	38.390	44.814	73.133	254.709	126.915
jun/09	61.332	75.750	73.243	187.237	320.471	105.963
Média	38.366	48.662	45.331	98.220	198.510	67.428



© 2009 KPMG S&B Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial-membro do rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG S&B é o logotipo da KPMG S&B, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.3 - Evolução mensal do ticket médio das faturas



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

**Tabela 2.6 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor por canal de distribuição**

Faixas de Valor - R\$	Direto		Distribuidor		Consórcio Direto + Distribuidor		Cooperativa		Industrial		Consolidado (R\$)	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total
Até 10.000	37.209	26,0%	58.510	58,1%	95.719	84,1%	37.270	15,9%	18	0,0%	109.186	2,3%
De 10.001 a 20.000	38.101	26,6%	111.838	55,6%	149.939	84,8%	38.284	14,1%	2.138	1,1%	200.329	4,3%
De 20.001 a 30.000	50.328	34,4%	56.007	52,6%	106.335	84,7%	28.060	10,3%	278	0,1%	184.634	3,9%
De 30.001 a 40.000	52.266	36,2%	94.222	56,0%	146.488	85,5%	24.560	14,3%	294	0,1%	171.440	3,6%
De 40.001 a 50.000	46.683	33,2%	78.138	52,6%	124.826	83,8%	24.361	16,2%	1.522	0,1%	130.392	2,8%
De 50.001 a 60.000	39.652	28,2%	72.530	56,5%	112.182	82,7%	20.721	16,1%	2.568	0,1%	123.426	2,7%
De 60.001 a 70.000	31.373	22,3%	58.378	55,8%	89.756	82,0%	19.068	15,5%	1.239	0,1%	110.782	2,3%
De 70.001 a 80.000	26.931	19,2%	54.729	54,4%	81.658	77,1%	25.895	21,8%	1.270	0,1%	118.972	2,5%
De 80.001 a 90.000	26.480	19,0%	59.544	55,8%	86.025	80,6%	18.800	17,6%	1.404	0,1%	106.703	2,3%
De 90.001 a 100.000	85.047	60,8%	155.568	58,1%	240.615	89,9%	87.431	15,2%	180.404	11,9%	442.720	9,2%
De 100.001 a 150.000	31.423	22,6%	87.927	58,0%	119.350	84,1%	46.457	17,1%	55.311	3,6%	272.163	5,7%
De 150.001 a 200.000	19.722	14,3%	62.422	57,0%	82.144	74,1%	44.273	19,0%	127.208	43,0%	286.960	6,2%
De 200.001 a 300.000	27.363	19,9%	69.264	57,8%	96.628	84,1%	30.361	16,6%	108.811	37,4%	304.284	6,5%
De 300.001 a 400.000	16.240	11,9%	71.048	57,8%	87.288	78,1%	27.143	16,0%	187.071	67,2%	354.219	7,6%
De 400.001 a 500.000	20.728	15,2%	54.181	45,8%	74.909	63,6%	24.971	16,5%	115.005	41,6%	264.024	5,7%
De 500.001 a 600.000	24.182	17,6%	60.151	50,8%	84.333	71,8%	27.501	22,4%	142.054	50,4%	300.201	6,4%
De 600.001 a 700.000	19.073	13,9%	54.864	46,3%	73.937	63,6%	46.832	25,8%	60.284	33,3%	180.910	3,9%
De 700.001 a 800.000	6.446	4,7%	32.868	27,5%	39.314	33,6%	18.877	15,3%	2.188	0,1%	60.961	1,3%
De 800.001 a 900.000	5.210	3,8%	29.659	24,8%	34.869	29,8%	31.370	25,3%	-	-	66.278	1,4%
De 900.001 a 1.000.000	1.420	1,0%	32.051	26,6%	33.471	28,5%	18.887	15,3%	-	-	43.268	0,9%
De 1.000.001 a 1.500.000	-	0,0%	21.142	17,6%	21.142	18,1%	23.816	19,5%	-	-	44.958	0,9%
De 1.500.001 a 2.000.000	-	0,0%	9.386	7,7%	9.386	8,0%	20.873	16,9%	372	0,0%	31.330	0,7%
De 2.000.001 a 3.000.000	1.592	1,1%	69.262	57,8%	70.854	60,6%	119.444	52,6%	12.532	5,8%	228.358	4,7%
De 3.000.001 a 4.000.000	7.188	5,1%	17.522	14,6%	24.710	21,1%	54.130	45,2%	6.500	2,8%	75.300	1,6%
De 4.000.001 a 5.000.000	-	0,0%	19.017	15,8%	19.017	16,3%	59.552	50,8%	3.944	1,7%	78.571	1,7%
De 5.000.001 a 6.000.000	-	0,0%	4.603	3,8%	4.603	3,9%	27.159	22,8%	-	-	31.762	0,7%
De 6.000.001 a 7.000.000	-	0,0%	6.049	5,0%	6.049	5,1%	12.952	10,8%	-	-	19.001	0,4%
De 7.000.001 a 8.000.000	-	0,0%	7.488	6,2%	7.488	6,4%	6.271	5,2%	-	-	13.769	0,3%
De 8.000.001 a 9.000.000	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	10.267	8,5%	63.134	53,0%	73.401	1,6%
De 9.000.001 a 10.000.000	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>846.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.783.255</b>	<b>98,7%</b>	<b>13.428.140</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.121.473</b>	<b>22,3%</b>	<b>1.289.341</b>	<b>26,2%</b>	<b>4.805.943</b>	<b>100,0%</b>
<b>Quantidade de Faturas</b>	<b>17.239</b>		<b>38.236</b>		<b>55.385</b>		<b>11.422</b>		<b>6.347</b>		<b>71.394</b>	

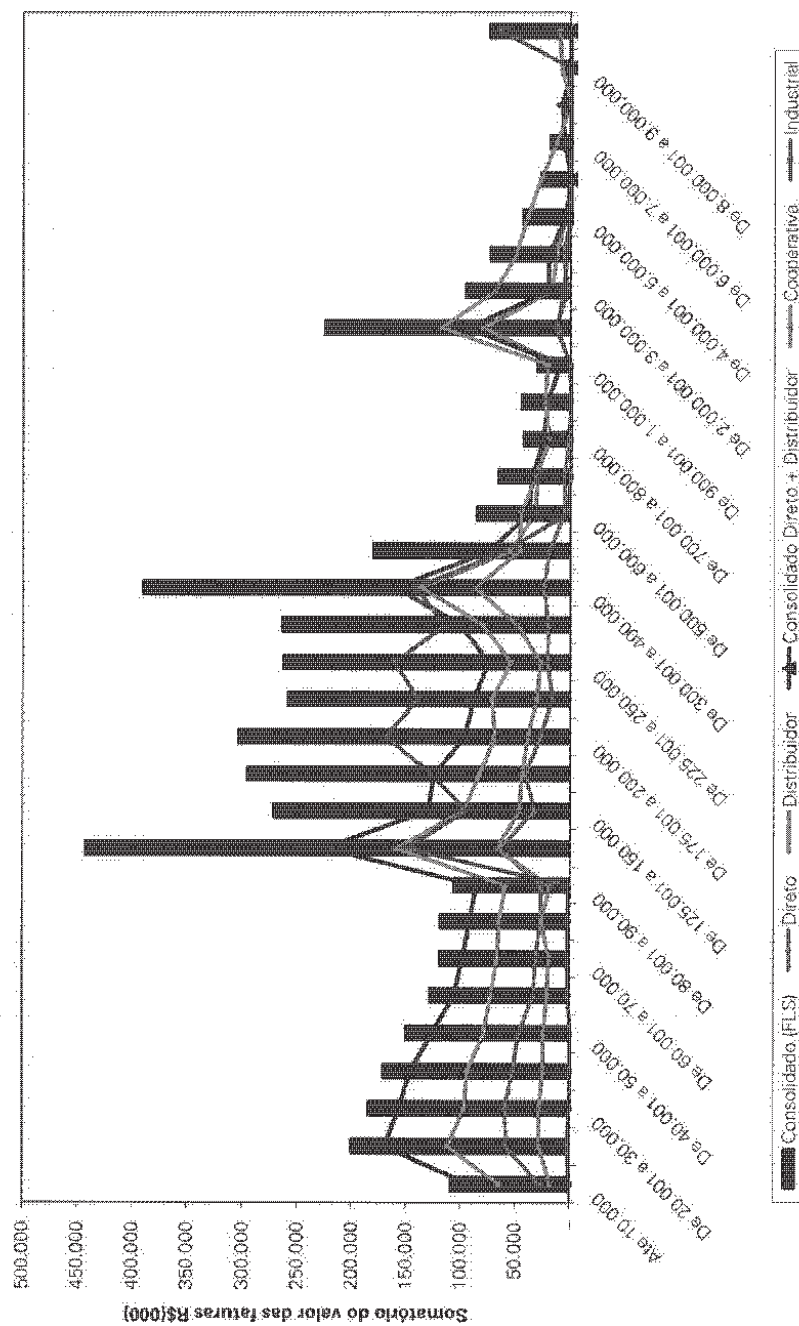


© 2016 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firm-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. ADMIS 50785  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma cooperativa suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor por canal de distribuição



**Tabela 2.7 - Distribuição do volume financeiro por prazo médio de vendas**

O prazo das operações com Vendor foi estimado utilizando a base de dados complementar disponibilizada pelo Banco Citibank, na qual estão apresentadas considerações a seguir:

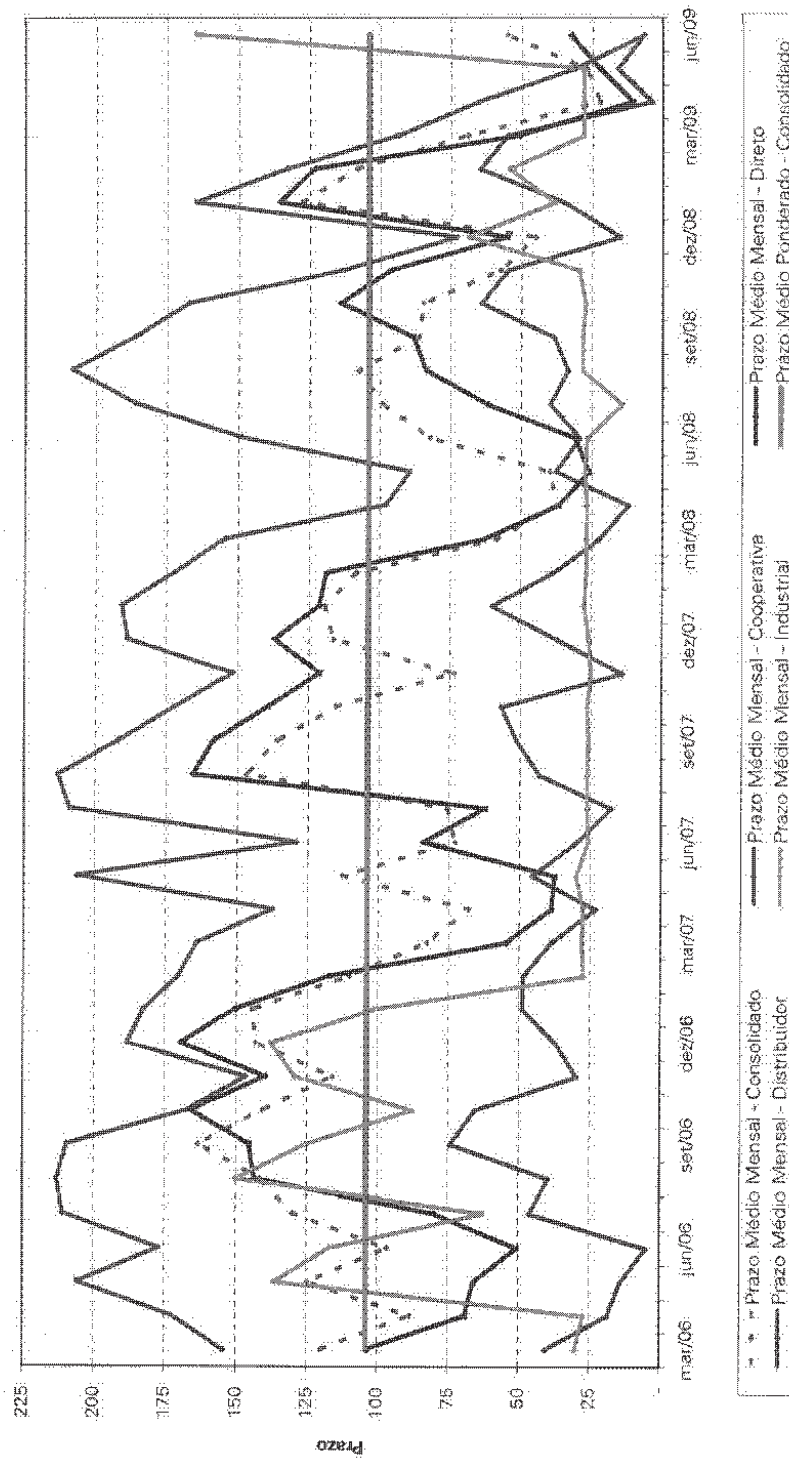
Prazo Médio Ponderado Real (em dias)	115	172	157	33	32	104
--------------------------------------	-----	-----	-----	----	----	-----

Nos anexos I e II deste relatório, apresentamos detalhes da estimativa do prazo médio considerando as operações com Vendedor.

© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial do KPMG de propriedade independente e afiliada à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 08785. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.5 – Distribuição do volume financeiro por prazo médio de vendas incluídas as operações de Vendedor



© 2009 KPMG PricewaterhouseCoopers Ltda., uma sociedade brasileira a firma-membro da rede KPMG de firma-membro independente e afiliada a KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 05785.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG network, uma corporação suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 a - Apuração da concentração de grupos-matriz

Grupo Matriz	Direto		Distribuidor		Cooperativa		Industrial	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.
Maior Cliente	20.892	3,14%	70.088	3,97%	189.438	16,89%	351.363	30,27%
2 a 5	68.456	10,00%	141.321	8,01%	208.392	18,58%	657.644	52,20%
6 a 10	44.615	6,71%	120.534	6,84%	162.726	14,50%	220.902	17,53%
11 a 25	72.069	10,84%	246.795	14,00%	233.280	20,79%	31	0,00%
<b>Total 25 maiores</b>	<b>204.031</b>	<b>30,69%</b>	<b>578.739</b>	<b>32,82%</b>	<b>793.836</b>	<b>70,76%</b>	<b>1.259.941</b>	<b>100,00%</b>
26 a 50	61.299	9,22%	280.322	14,80%	173.829	15,49%	-	0,00%
51 a 100	70.867	10,68%	312.071	17,70%	113.574	10,12%	-	0,00%
<b>Total 100 maiores</b>	<b>336.197</b>	<b>50,57%</b>	<b>1.151.732</b>	<b>65,32%</b>	<b>1.081.240</b>	<b>96,38%</b>	<b>1.259.941</b>	<b>100,00%</b>
101 a 200	69.241	10,41%	303.634	17,22%	40.565	3,62%	-	0,00%
201 a 500	81.755	12,30%	285.132	15,04%	68	0,01%	-	0,00%
501 a 1.000	67.252	10,12%	42.757	2,42%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Total 1.000 maiores</b>	<b>554.444</b>	<b>83,39%</b>	<b>1.763.255</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.121.873</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.259.941</b>	<b>100,00%</b>
Demais Clientes	110.430	16,61%	0	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>664.874</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.763.255</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.121.873</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.259.941</b>	<b>100,00%</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

**Tabela 2.8 b - Apuração da concentração de grupos-matriz (cont.)**

Grupo Matriz	Consolidado Direto + Distribuidor			Consolidado FLS		
	Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum.
Major Cliente	90.980	3,75%	3,75%	381.363	7,93%	7,93%
2 a 5	207.777	8,56%	12,30%	757.553	15,75%	23,68%
6 a 10	165.149	6,80%	19,11%	383.945	7,98%	31,66%
11 a 25	318.864	13,13%	32,24%	560.128	11,65%	43,31%
<b>Total 25 maiores</b>	<b>782.771</b>	<b>32,24%</b>	<b>32,24%</b>	<b>2.082.990</b>	<b>43,31%</b>	<b>43,31%</b>
26 a 50	322.221	13,27%	45,51%	479.260	9,96%	53,27%
51 a 100	382.937	15,77%	61,28%	542.438	11,28%	64,55%
<b>Total 100 maiores</b>	<b>1.487.929</b>	<b>61,28%</b>	<b>61,28%</b>	<b>3.104.688</b>	<b>64,55%</b>	<b>64,55%</b>
101 a 200	372.874	15,36%	76,64%	563.910	11,72%	76,27%
201 a 500	346.887	14,29%	90,92%	609.837	12,68%	88,95%
501 a 1.000	110.009	4,53%	95,45%	275.464	5,73%	94,68%
<b>Total 1.000 maiores</b>	<b>2.317.700</b>	<b>95,45%</b>	<b>95,45%</b>	<b>4.553.899</b>	<b>94,68%</b>	<b>94,68%</b>
Demaís Clientes	110.430	4,55%	100,00%	256.044	5,32%	100,00%
<b>Total</b>	<b>2.428.130</b>	<b>100,00%</b>		<b>4.809.943</b>	<b>100,00%</b>	

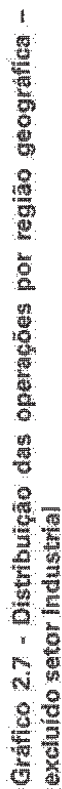


© 2009 KPMG R&A Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 88785.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



**Tabela 2.9 - Distribuição das operações por região geográfica e canal de distribuição**

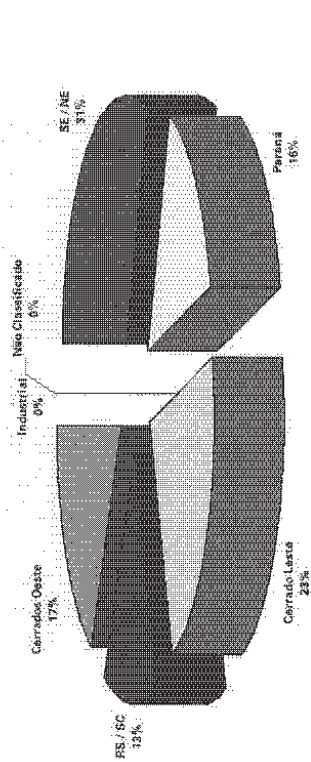
## Gráfico 2.6 - Distribuição das creches por região geográfica



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

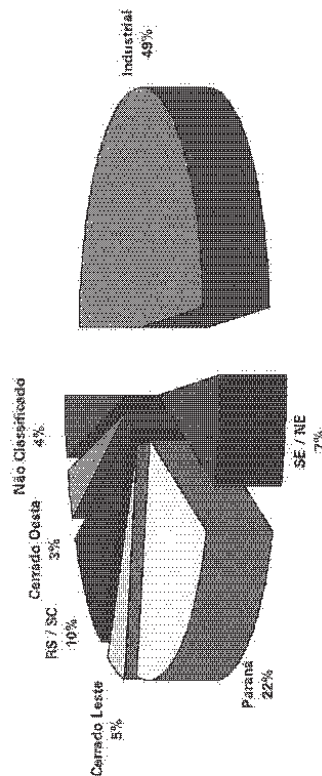
**Tabela 2.10 e Gráfico 2.8 - Distribuição das operações por região geográfica e canais de distribuição: Distribuidor + Direto**

Código Região de Vendas	Consolidado Direto + Distribuidor		
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Sobre Quantidade de FLS	% Sobre Quantidade de Faturas
Industrial	-	0,00%	-
SE / NE	733.597	80,51%	21.737
Paraná	378.783	42,11%	8.829
Cerrado Leste	569.385	83,39%	12.106
RS / SC	323.619	58,33%	6.345
Cerrado Oeste	422.787	84,23%	6.544
Não Classificado	59	0,06%	4
	<b>2.428.130</b>	<b>50,48%</b>	<b>53.565</b>



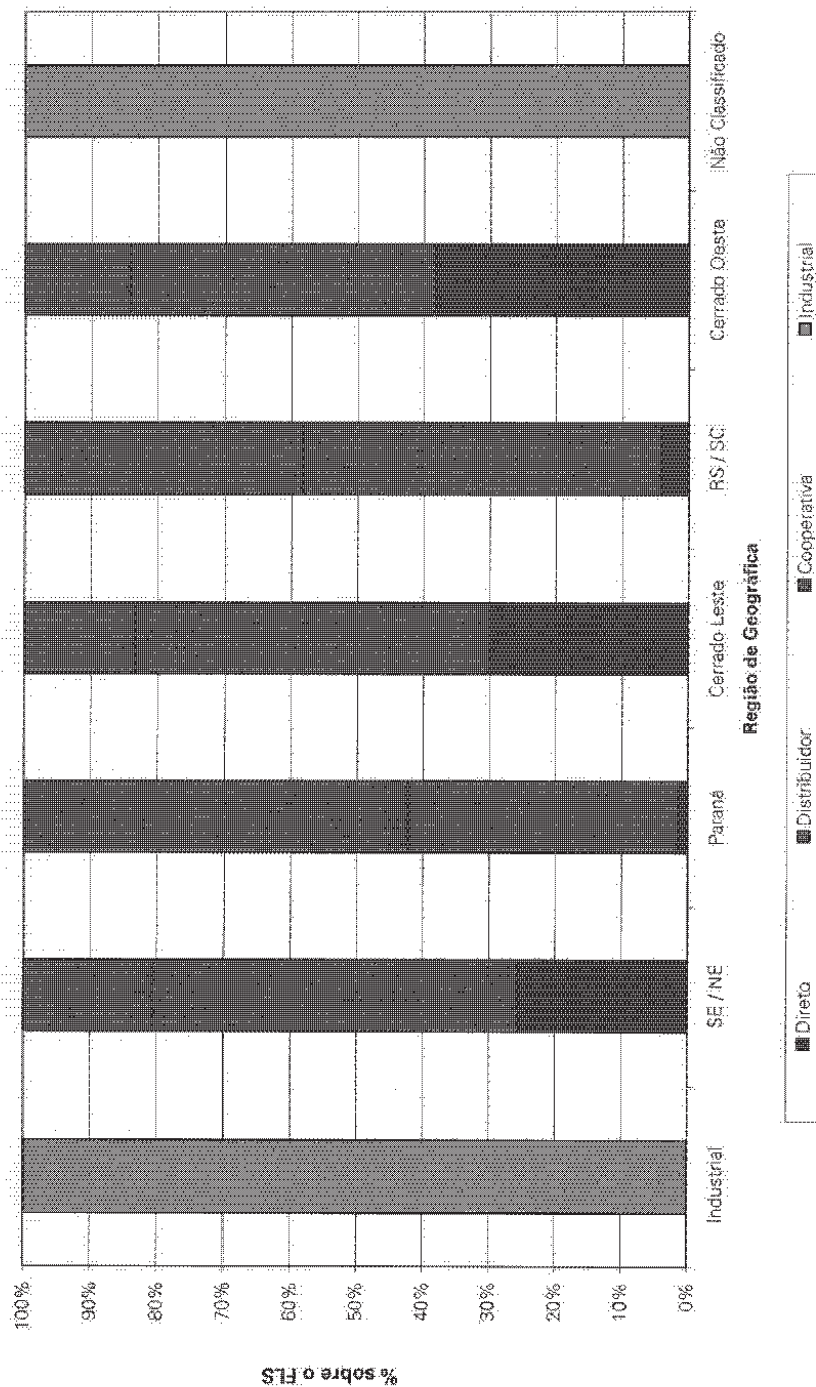
**Tabela 2.11 e Gráfico 2.9 - Distribuição das operações por região geográfica e canais de distribuição: Cooperativa + Industrial**

Código Região de Vendas	Consolidado Cooperativa + Industrial		
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Sobre o FLS	Quantidade de Faturas
Industrial	1.159.852	100,00%	5.490
SE / NE	177.553	19,49%	2.619
Paraná	520.629	57,89%	4.100
Cerrado Leste	113.409	16,61%	1.127
RS / SC	231.097	41,67%	2.654
Cerrado Oeste	79.184	15,77%	922
Não Classificado	100.089	99,94%	857
	<b>2.381.814</b>	<b>49,52%</b>	<b>17.769</b>



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

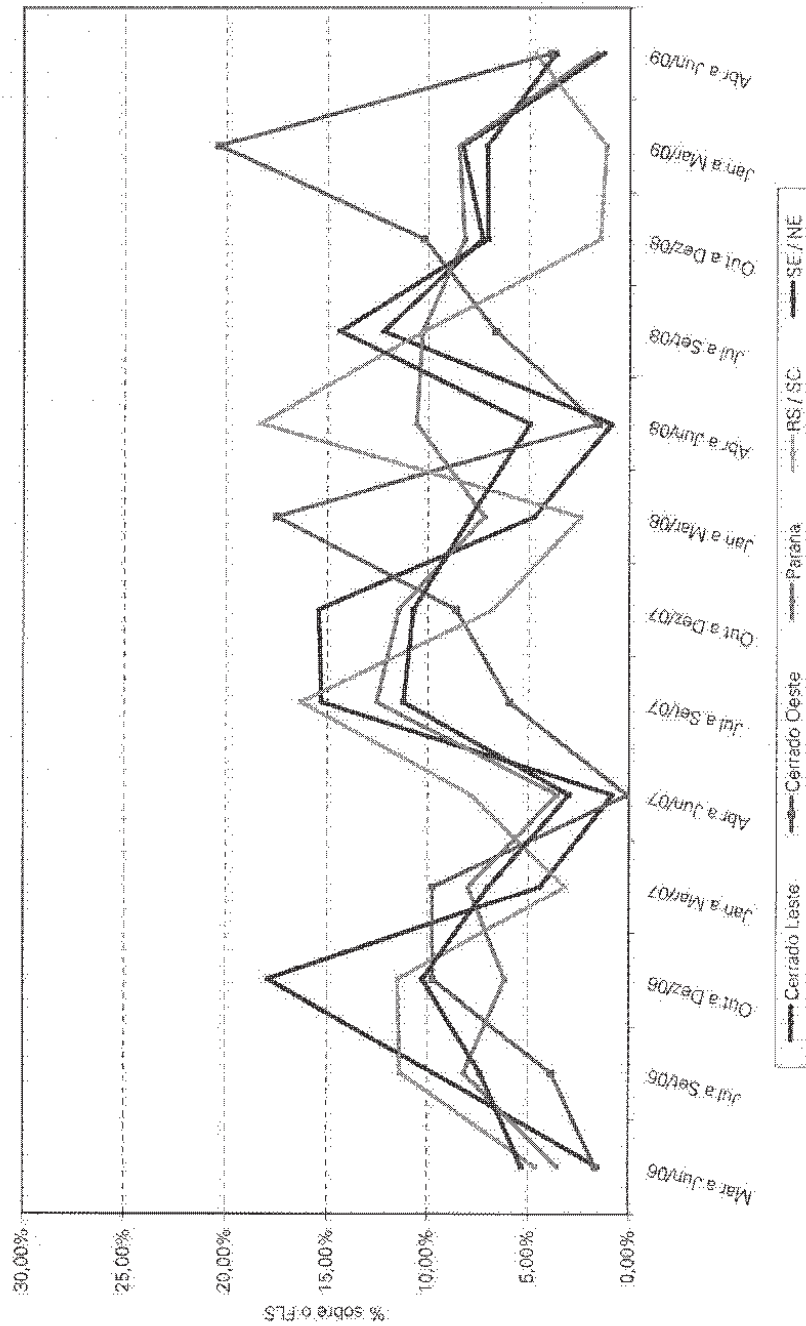
Gráfico 2.10 - Distribuição das operações por região geográfica e canal de distribuição





## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.11 - Distribuição trimestral das operações por região geográfica e por canal de distribuição: Direto + Distribuidor



No anexo III, desse relatório, apresentamos a tabela contendo a distribuição trimestral das operações por região de vendas.



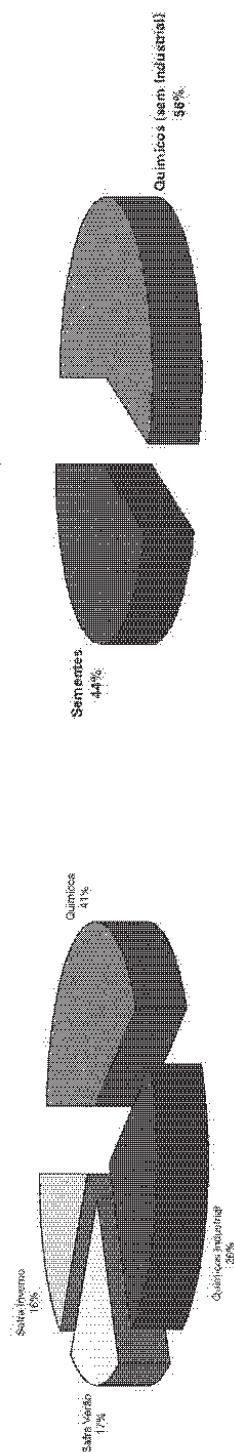
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-crenças independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 66/255.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.12 - Distribuição das operações por setor de atividade

Setor de Atividade	Somatório do		% Sobre o FLS	% Acum.	Quantidade de		% Sobre o FLS	% Acum.
	Valor das Faturas - R\$(000)	Faturas			Faturas	Faturas		
Químicos	1.976.146	1.976.146	41,1%	41,1%	28.369	28.369	39,8%	39,8%
Químicos Industrial	1.259.909	1.259.909	26,2%	67,3%	6.346	6.346	8,9%	48,7%
Safra Verão	809.132	809.132	16,8%	84,1%	20.602	20.602	28,9%	77,5%
Safra Inverno	764.755	764.755	15,9%	100,0%	16.017	16.017	22,5%	100,0%
<b>Total</b>	<b>4.809.943</b>	<b>4.809.943</b>	<b>100,0%</b>		<b>71.334</b>	<b>71.334</b>	<b>100,0%</b>	

Gráfico 2.12a e 2.12b - Distribuição das operações por setor de atividade



Safra Verão: Plantio entre outubro e dezembro de cada ano, tendo sua colheita aproximadamente entre janeiro a março.

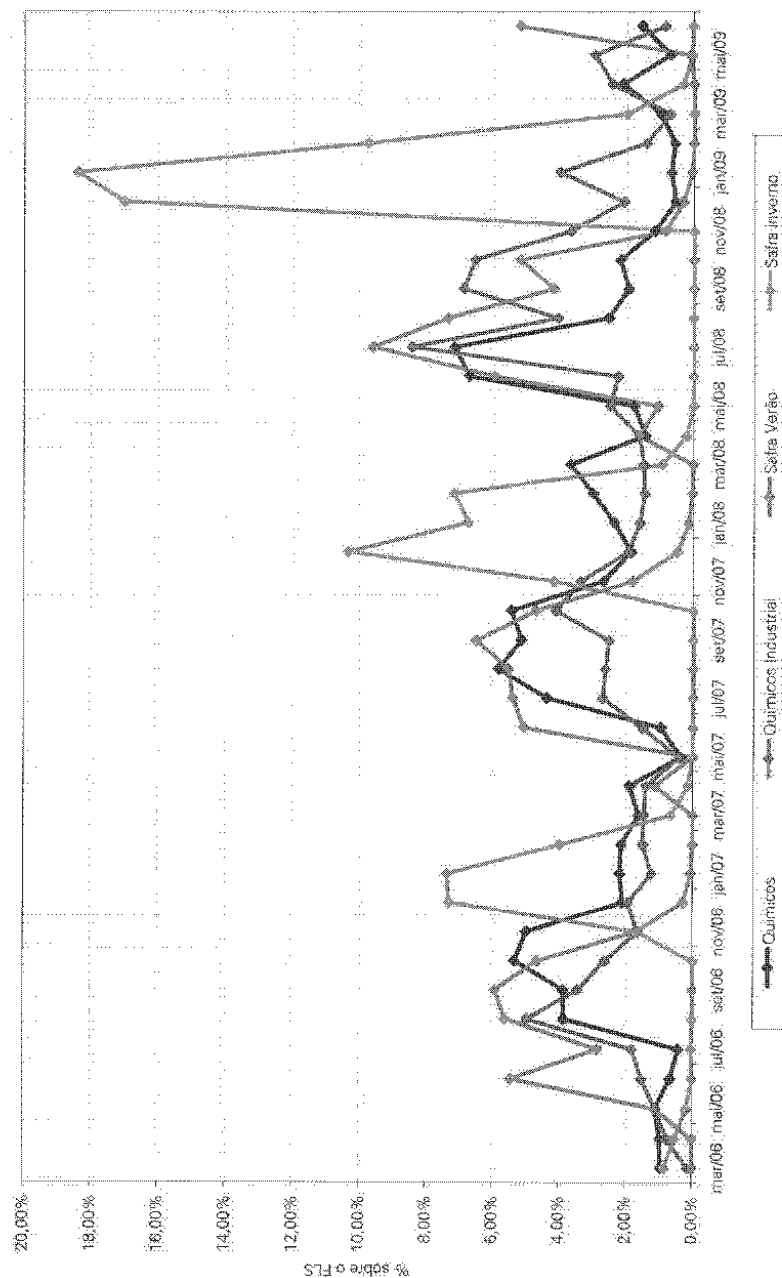
Safra Inverno: Plantio de janeiro a abril de cada ano, quase sempre depois da colheita da soja precoca, tendo sua colheita aproximadamente entre agosto e setembro.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro do rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil, KPMG 66785.  
KPMG é o logotipo da KPMG rede mundial registrada da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.13 - Distribuição mensal das operações por setor de atividade



No anexo V desse relatório, apresentamos a tabela contendo a distribuição mensal das operações por setor de atividade.



© 2018 KPMG PwC Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 68708.  
KPMG é o logotipo da KPMG, uma marca registrada da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.13 - Distribuição das operações por tipo de produto e canal de distribuição

Tipo de Produto	Setor de Atividade	Direto			Distribuidor			Consolidado Direto + Distribuidor		
		Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Sobre o FLS	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Sobre o FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de Faturas
Grãos	Químico	423.703	63,73%	13,4%	8.079	838.820	47,57%	26,4%	1.262.523	12.881
	Sementes	207.617	31,23%	14,2%	7.244	808.370	45,90%	55,5%	1.016.893	18.404
	Semente de Sorgo	23.304	3,51%	20,3%	1.163	74.790	4,24%	85,3%	98.094	2.853
	Outros	10.245	1,54%	15,9%	784	40.275	2,28%	62,4%	50.520	2.187
Total		664.874	100,00%	13,8%	17.330	1.753.255	100,00%	36,7%	2.428.130	36.235

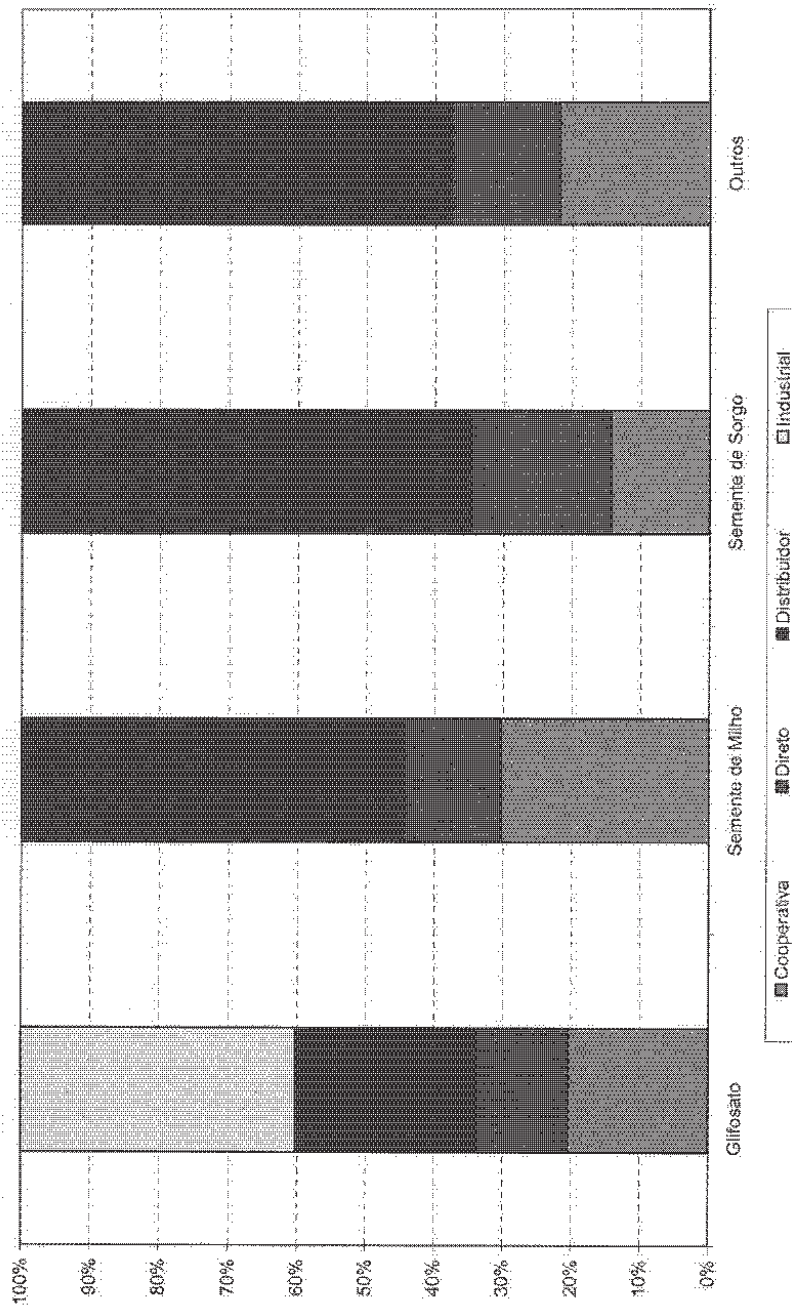
Tipo de Produto	Setor de Atividade	Cooperativa			Industrial			Consolidado (F.L.S)		
		Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Sobre o FLS	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Sobre o FLS	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de Faturas
Grãos	Químico	649.021	57,85%	20,5%	3.899	1.253.909	100,00%	39,7%	3.171.459	65.94%
	Sementes	442.372	39,43%	30,3%	6.336	-	0,00%	0,0%	1.458.360	30,34%
	Semente de Sorgo	16.413	1,46%	14,8%	749	31	0,00%	0,0%	114.538	2,38%
	Outros	14.087	1,25%	21,6%	438	-	0,00%	0,0%	64.587	1,34%
Total		1.121.893	100,00%	23,3%	11.422	1.253.941	100,00%	26,2%	4.808.943	100,00%



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firmadora da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma organização suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. RCM S08735. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

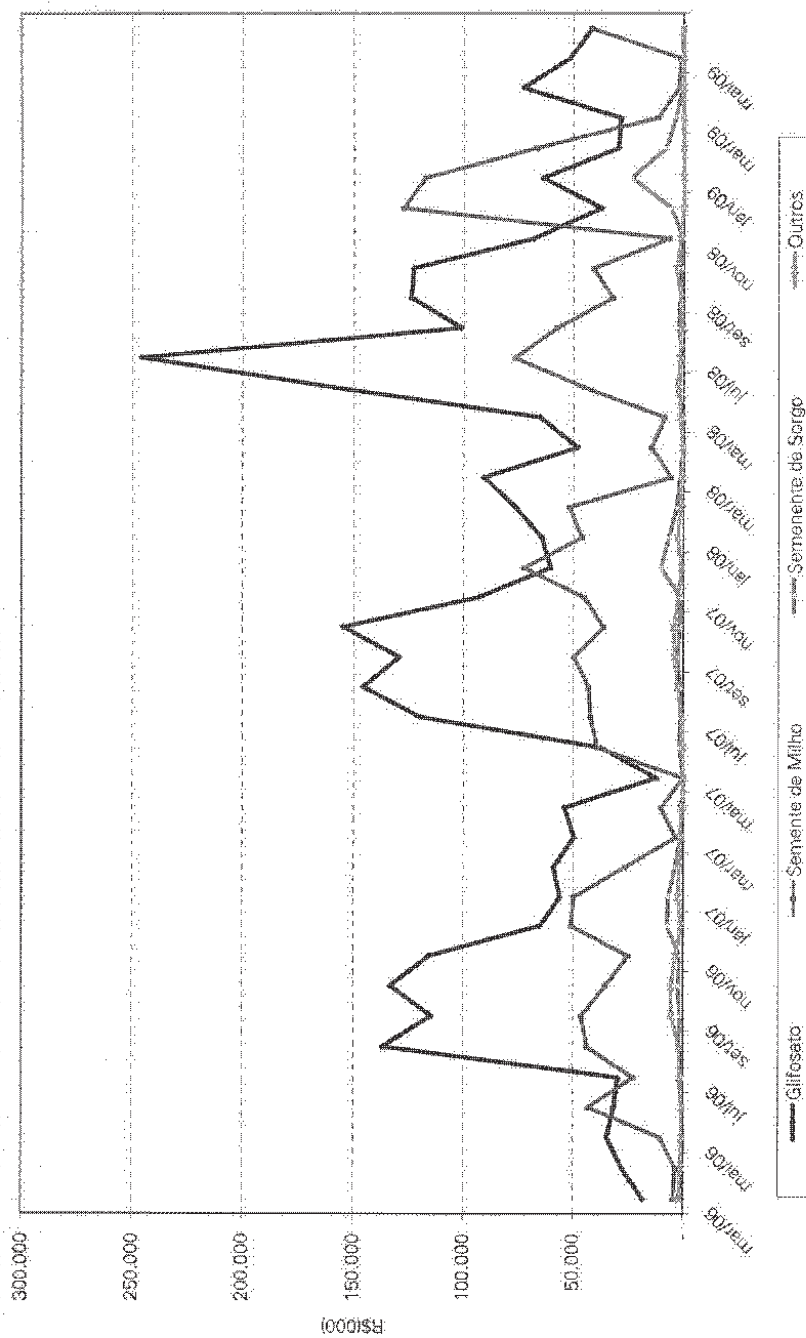
Gráfico 2.14 - Distribuição das operações por tipo de produto e canal de distribuição





## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.15 - Distribuição mensal das operações por tipo de produto



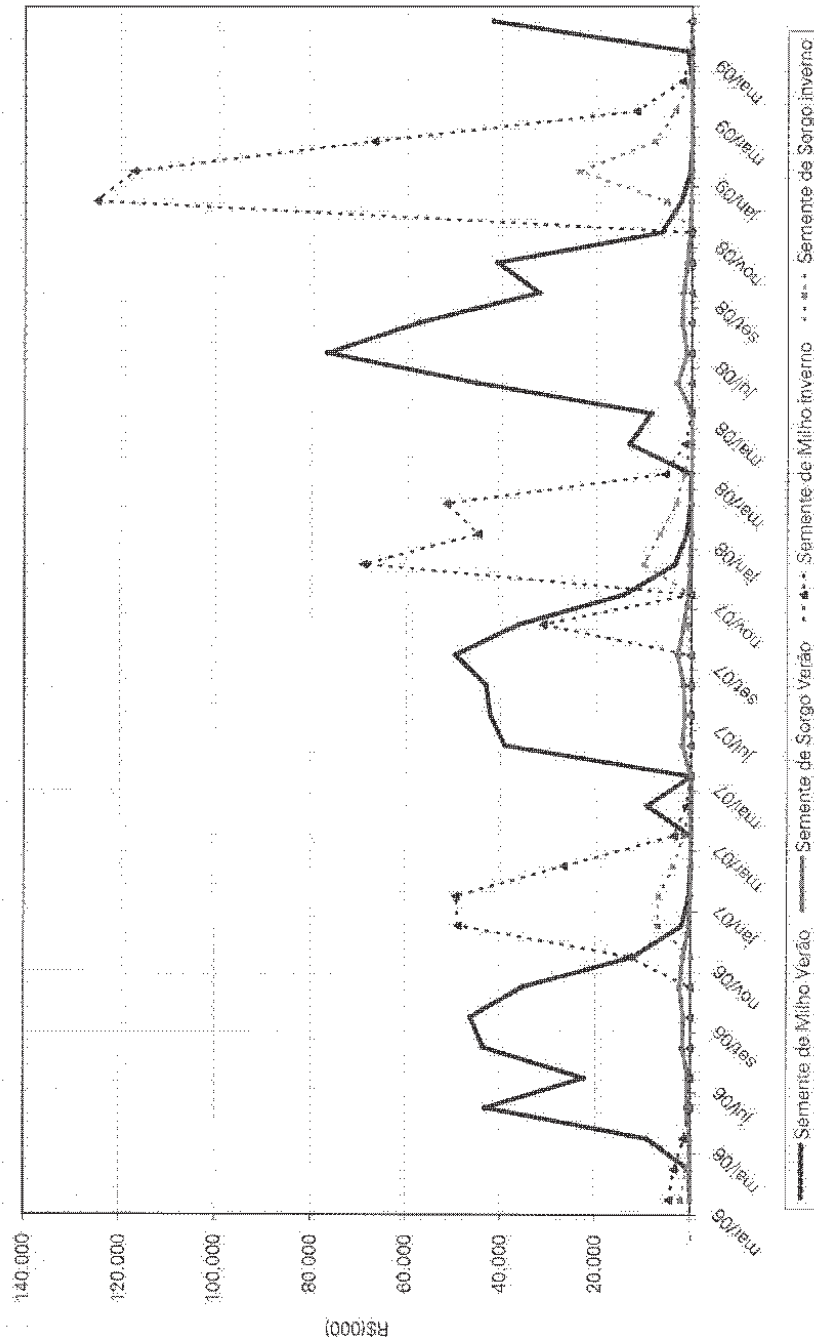
No anexo IV desse relatório, apresentamos a tabela com a distribuição mensal das operações por tipo de produto.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 08735.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.16 - Distribuição mensal das operações por safra



No anexo VII desse relatório, apresentamos a tabela contendo a distribuição mensal das operações.



© 2009 KPMG-Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e integrante da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todas as práticas reservadas. Impressão no Brasil. KPMG 68785.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

**Tabela 2.14 - *Aoima* - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas sob análise**

Descrição	Direto	Distribuidor	Consolidado Direto + Distribuidor	%	%Acum	Cooperativa	Industrial	Consolidado	%	%Acum
<b>Montante faturado em 30 de junho de 2009 (a)</b>	<b>690.706</b>	<b>1.904.860</b>	<b>2.693.566</b>			<b>1.112.117</b>	<b>1.200.707</b>	<b>4.966.389</b>		
(i) Operação de Crédito Rural (b)	9.120	38.054	39.179			44.140	-	480.581		
Sub total	690.586	1.913.805	2.614.391			670.711	1.200.707	4.485.838		
(ii) Montante a vencer em 30 de junho de 2009	97.268	118.678	156.046			9.876	33.300	169.223		
(i) Descontos (c)	2.668	46.600	49.268			1.365	6.381	166.849		
(ii) Multas (d)	3.380	2.470	3.851			3.089	353	7.432		
(iii) Ectornos (e)	22.943	19.031	41.974			15.824	2.329	180.306		
<b>Total vendido e/ou liquidado em 30 de junho de 2009</b>	<b>654.046</b>	<b>1.716.667</b>	<b>2.371.013</b>	<b>100,00%</b>		<b>648.745</b>	<b>1.159.349</b>	<b>4.177.107</b>	<b>100,00%</b>	
Montante liquidado em < 180 dias	4.783	12.373	17.156	0,72%	0,72%	975	4.605	12.719	0,54%	0,54%
Montante liquidado entre 180 e 101 dias	3.121	13.319	16.440	0,71%	1,43%	1.622	-	16.302	0,44%	0,98%
Montante liquidado entre 101 e 121 dias	15.762	43.686	31.107	1,34%	2,79%	3.833	-	35.050	0,85%	1,83%
Montante liquidado entre 121 e 150 dias	2.946	35.751	34.897	1,48%	4,41%	8.045	-	47.605	1,14%	2,98%
Montante liquidado entre 150 e 180 dias	11.192	38.269	27.461	1,17%	5,58%	6.548	-	84.019	2,01%	4,99%
Montante liquidado entre 180 e 210 dias	29.517	188.539	168.454	7,10%	12,68%	24.445	13.053	210.952	4,83%	9,82%
Montante liquidado entre 210 e 240 dias	37.078	163.681	126.603	5,34%	18,02%	25.985	4.071	244.695	5,62%	15,44%
Montante liquidado entre 240 e 270 dias	15.748	90.263	106.112	4,48%	22,50%	23.547	1.794	131.483	3,15%	18,59%
Montante liquidado entre 270 e 300 dias	21.670	102.523	124.134	5,24%	27,74%	32.747	11.959	188.840	4,49%	22,72%
Montante liquidado entre 300 e 330 dias	64.323	170.603	214.926	9,06%	36,80%	64.636	36.658	314.890	7,54%	30,26%
Montante liquidado em 330 dias	197.854	501.417	699.271	29,49%	71,62%	217.278	713.972	1.630.471	39,03%	69,29%
Montante liquidado entre +1 e +45 dias	134.290	271.739	349.469	14,67%	86,15%	141.327	320.659	807.455	19,33%	88,63%
Montante liquidado entre +45 e +10 dias	31.482	84.983	59.785	2,52%	88,67%	33.481	24.967	141.302	3,43%	92,06%
Montante liquidado entre +10 e +15 dias	12.804	31.286	44.056	1,86%	90,51%	6.978	6.978	80.685	1,95%	94,01%
Montante liquidado entre +15 e +30 dias	16.076	25.574	43.940	1,85%	92,36%	15.901	15.901	75.160	1,79%	95,80%
Montante liquidado entre +30 e +60 dias	18.506	20.169	38.684	1,63%	93,99%	11.285	5.303	55.312	1,32%	97,12%
Montante liquidado entre +60 e +90 dias	6.308	5.920	12.298	0,52%	94,51%	1.633	-	13.932	0,33%	97,45%
Montante liquidado entre +90 e +120 dias	2.830	4.240	7.049	0,30%	94,81%	498	-	7.548	0,18%	97,63%
Montante liquidado entre +120 e +150 dias	1.710	1.067	2.776	0,12%	94,93%	695	-	3.442	0,08%	97,71%
Montante liquidado entre +150 e +180 dias	1.389	813	2.199	0,09%	95,02%	168	-	2.367	0,06%	97,77%
Montante liquidado em +180 dias	4.296	2.578	6.674	0,28%	95,30%	303	-	6.977	0,17%	97,94%
Montante vencido até 15 dias	305	123	228	0,01%	95,44%	11	-	239	0,01%	97,95%
Montante vencido de 15 a 30 dias	-	1.691	1.691	0,07%	95,51%	-	-	1.691	0,04%	97,99%
Montante vencido de 30 a 60 dias	2.441	31.013	12.465	0,53%	96,04%	47	-	13.503	0,32%	98,31%
Montante vencido de 60 a 90 dias	6.786	32.383	39.795	1,68%	97,72%	5.785	-	46.020	1,09%	99,40%
Montante vencido de 90 a 120 dias	2.001	562	2.643	0,11%	97,83%	69	-	2.712	0,06%	99,46%
Montante vencido de 120 a 150 dias	141	396	527	0,02%	97,85%	261	-	308	0,01%	99,47%
Montante vencido de 150 a 180 dias	909	3.291	4.200	0,18%	98,03%	1.072	-	5.272	0,12%	99,59%
Montante vencido por mais de 180 dias	6.078	16.166	22.184	0,94%	100,00%	14.128	-	36.312	0,87%	100,00%



© 2009 KPMG R&A Advisory Services Ltda, uma subsidiária brasileira e filiada ao grupo de trabalho independente e afiliado à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 68785.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Abaixo descrevemos algumas considerações sobre a tabela 2.14 – Aging:

(a) Montante considerando os valores reais das operações com Vendedor:

Descrição	R\$ (000)
FLS:	4.809.943
(I) Composição das faturas para operação de vendedor (BVENV) + (BVUS) + (BCAP)	963.362
(=) Subtotal	3.846.582
(+) Somatório do valor das parcelas das operações de Vendedor base complementar	1.119.808
Montante das operações em 30 de novembro de 2008:	<b>4.966.389</b>

(b) Operações de Crédito Rural referem-se a financiamentos bancários compulsórios a taxas subsidiadas oriundos da exigibilidade sobre depósitos à vista nos bancos. A Monsanto permite que alguns de seus clientes (Cooperativas) se financiem dessa forma, utilizando uma garantia prestada pela Monsanto. Por se tratarem de operações subsidiadas, não serão elegíveis para a operação.

(c) Os descontos são compostos pela diferença negativa entre o valor pago e o valor da fatura, caracterizando pagamentos antecipados.

(d) As multas são compostas pela diferença positiva entre o valor pago e o valor da fatura, caracterizando pagamentos com atraso.

(e) São cancelamentos de operações lançados no sistema.

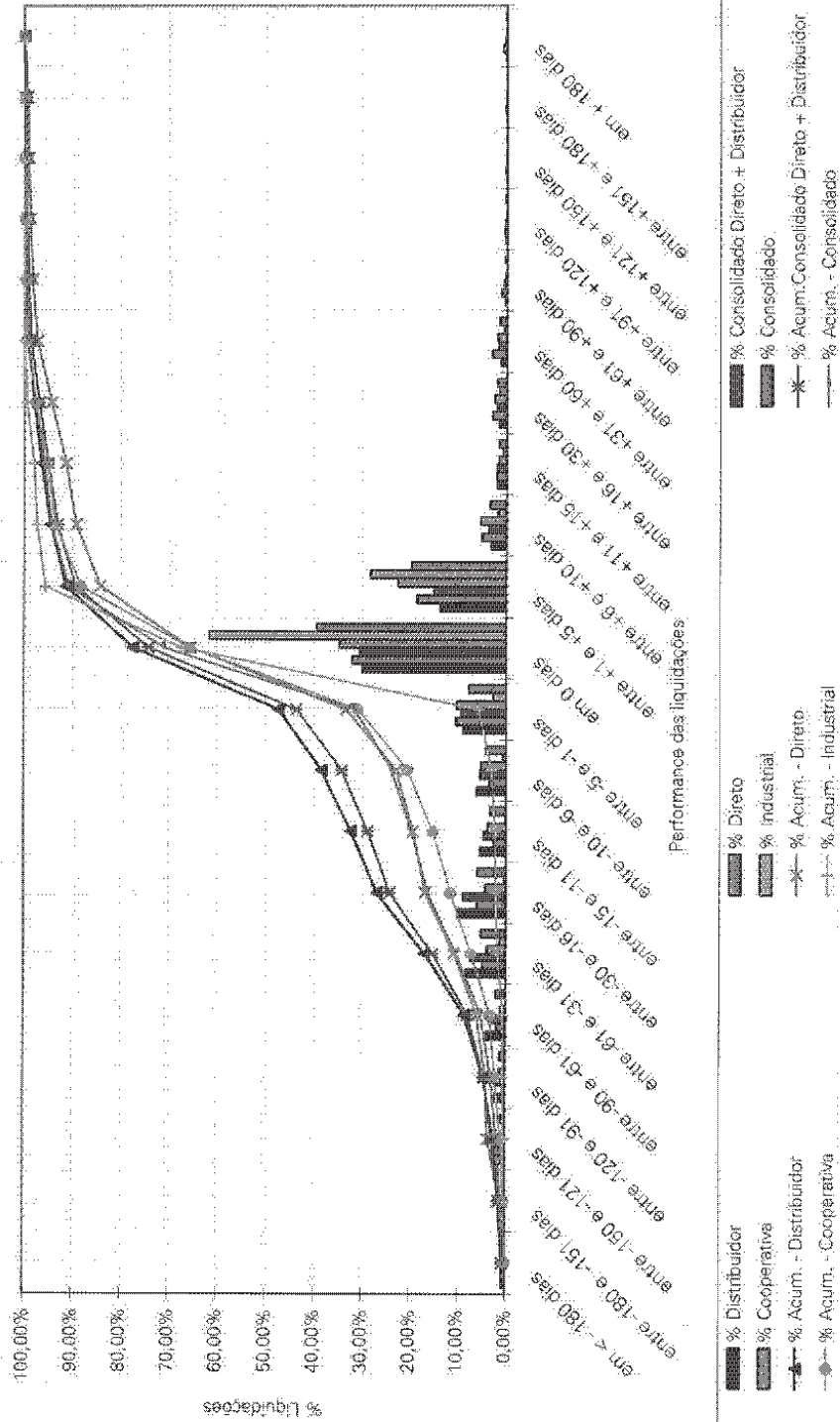
\*\* A somatória do valor liquidado nas três faixas de pagamento com atraso demarcadas é de R\$ 28.456 mil. Verificamos que 22% dessas liquidações são resultados de baixa por renegociação, sem o recebimento integral dos valores devidos.

Descrição	R\$ (000)
Montante Liquidado entre +61 e +90 dias	13.932
Montante Liquidado entre +91 e +120 dias	7.548
Montante Liquidado em +180 dias	6.977
	<b>28.456</b>
Baixa por renegociação:	6.211
% representatividade	<b>21,8%</b>
Montante liquidado total	4.071.050
Montante baixado por renegociação	13.188
% baixado por renegociação	0,32%



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.17 - Aging - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas sob análise



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.15 a - Matriz triangular e desvio-padrão

Quintana	Direto		Distribuidor		Consolidado Direto e Distribuidor		Cooperativa		Industrial		Consolidado FLS	
	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %
1a Quintana	94,41%	13,27%	96,93%	14,91%	96,7%	12,5%	90,97%	28,01%	92,26%	18,23%	87,12%	12,80%
2a Quintana	92,81%	9,04%	92,14%	11,77%	93,01%	9,1%	94,59%	11,57%	98,34%	11,56%	94,66%	9,53%
3a Quintana	95,04%	7,96%	94,23%	10,80%	95,01%	7,8%	95,53%	10,76%	99,86%	10,6%	96,72%	5,81%
4a Quintana	96,73%	7,38%	95,46%	10,19%	96,2%	7,6%	96,55%	10,75%	99,69%	0,04%	97,47%	5,53%
5a Quintana	96,59%	7,01%	96,01%	10,23%	96,9%	7,5%	96,87%	10,78%	100,00%	0,00%	97,94%	5,46%
6a Quintana	97,24%	6,17%	97,14%	5,97%	97,9%	4,1%	98,32%	4,16%	100,00%	0,00%	98,63%	2,43%
7a Quintana	97,47%	8,04%	97,31%	5,87%	98,01%	3,9%	98,67%	3,39%	100,00%	0,00%	98,71%	2,34%
8a Quintana	97,50%	8,04%	97,58%	5,76%	98,1%	3,8%	98,72%	3,41%	100,00%	0,00%	98,70%	2,32%
9a Quintana	97,99%	5,33%	97,63%	5,76%	98,21%	3,9%	98,78%	3,45%	100,00%	0,00%	98,85%	2,97%
10a Quintana	98,09%	5,31%	97,67%	5,82%	98,2%	3,8%	98,89%	3,35%	100,00%	0,00%	98,80%	2,29%
11a Quintana	98,12%	5,27%	97,73%	5,84%	98,3%	3,8%	98,94%	3,35%	100,00%	0,00%	98,96%	2,27%
12a Quintana	98,26%	5,26%	97,94%	5,88%	98,5%	3,5%	99,04%	3,30%	100,00%	0,00%	99,11%	1,98%
13a Quintana	98,40%	5,26%	98,3%	5,71%	98,6%	3,5%	99,03%	3,29%	100,00%	0,00%	99,14%	1,97%
14a Quintana	98,72%	4,76%	98,38%	4,60%	99,0%	1,6%	99,07%	3,30%	100,00%	0,00%	99,23%	1,75%
15a Quintana	99,34%	1,70%	98,39%	4,63%	99,1%	1,6%	99,15%	3,27%	100,00%	0,00%	99,29%	1,76%
16a Quintana	99,38%	1,59%	98,51%	4,56%	99,3%	1,4%	99,19%	3,28%	100,00%	0,00%	99,31%	1,77%
17a Quintana	99,40%	1,56%	98,55%	4,56%	99,2%	1,3%	99,18%	3,31%	100,00%	0,00%	99,33%	1,76%
18a Quintana	99,42%	1,48%	98,73%	4,36%	99,2%	1,3%	99,17%	3,33%	100,00%	0,00%	99,30%	1,77%
19a Quintana	99,43%	1,44%	98,75%	4,38%	99,2%	1,2%	99,18%	3,35%	100,00%	0,00%	99,32%	1,77%
20a Quintana	99,44%	1,35%	98,79%	4,34%	99,2%	1,2%	99,15%	3,38%	100,00%	0,00%	99,32%	1,78%
21a Quintana	99,44%	1,30%	98,71%	4,44%	99,2%	1,2%	99,16%	3,38%	100,00%	0,00%	99,31%	1,78%
22a Quintana	99,45%	1,35%	98,72%	4,46%	99,3%	1,2%	99,20%	3,38%	100,00%	0,00%	99,32%	1,80%
23a Quintana	99,46%	1,38%	98,71%	4,45%	99,3%	1,2%	99,18%	3,40%	100,00%	0,00%	99,30%	1,80%
24a Quintana	99,47%	1,37%	98,70%	4,52%	99,3%	1,2%	99,20%	3,43%	100,00%	0,00%	99,32%	1,83%
25a Quintana	99,48%	1,25%	98,67%	4,56%	99,2%	1,2%	99,19%	3,46%	100,00%	0,00%	99,32%	1,84%
26a Quintana	99,49%	1,26%	98,69%	4,59%	99,2%	1,2%	99,17%	3,49%	100,00%	0,00%	99,31%	1,86%
27a Quintana	99,50%	1,18%	98,73%	4,45%	99,3%	1,1%	99,19%	3,49%	100,00%	0,00%	99,32%	1,87%
28a Quintana	99,51%	1,19%	98,75%	4,49%	99,3%	1,2%	99,18%	3,49%	100,00%	0,00%	99,33%	1,88%
29a Quintana	99,50%	1,20%	98,71%	4,50%	99,3%	1,2%	99,18%	3,49%	100,00%	0,00%	99,32%	1,89%
30a Quintana	99,54%	1,19%	98,80%	4,54%	99,3%	1,2%	99,18%	3,49%	100,00%	0,00%	99,34%	1,90%

Nos anexos VIII ao XII desse relatório, apresentamos detalhes da matriz e do desvio padrão de cada um dos canais de distribuição.



© 2008 KPMG LLP, Attestory Services Ltd., uma entidade brasileira e firm-membro do rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 08/08.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.15 b - Matriz triangular e desvio-padrão (cont.)

Quintena	Direto		Distribuidor		Consolidado Direto + Distribuidor		Cooperativa		Industrial		Consolidado FLS	
	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %	Média de Recebimentos - %	Desvio Padrão - %
31a Quintena	99,53%	1,20%	98,80%	3,57%	99,3%	1,2%	99,57%	1,75%	100,00%	0,00%	99,53%	1,04%
32a Quintena	99,52%	1,20%	98,78%	3,61%	99,3%	1,2%	99,56%	1,77%	100,00%	0,00%	99,52%	1,05%
33a Quintena	99,51%	1,21%	98,77%	3,64%	99,3%	1,2%	99,55%	1,79%	100,00%	0,00%	99,51%	1,06%
34a Quintena	99,50%	1,22%	98,75%	3,68%	99,3%	1,2%	99,54%	1,81%	100,00%	0,00%	99,51%	1,07%
35a Quintena	99,48%	1,23%	98,64%	3,68%	99,3%	1,2%	99,53%	1,82%	100,00%	0,00%	99,53%	1,07%
36a Quintena	99,48%	1,23%	98,62%	3,72%	99,3%	1,2%	99,52%	1,84%	100,00%	0,00%	99,52%	1,08%
37a Quintena	99,48%	1,22%	98,60%	3,76%	99,3%	1,2%	99,51%	1,86%	100,00%	0,00%	99,52%	1,08%
38a Quintena	99,47%	1,23%	98,60%	3,80%	99,3%	1,2%	99,51%	1,88%	100,00%	0,00%	99,51%	1,09%
39a Quintena	99,46%	1,24%	98,63%	3,84%	99,4%	1,2%	99,50%	1,91%	100,00%	0,00%	99,54%	1,09%
40a Quintena	99,46%	1,25%	98,60%	3,88%	99,4%	1,2%	99,49%	1,93%	100,00%	0,00%	99,53%	1,11%
41a Quintena	99,44%	1,26%	98,77%	3,93%	99,3%	1,2%	99,48%	1,96%	100,00%	0,00%	99,52%	1,12%
42a Quintena	99,44%	1,26%	98,77%	3,98%	99,3%	1,2%	99,48%	1,98%	100,00%	0,00%	99,51%	1,13%
43a Quintena	99,42%	1,29%	98,73%	4,03%	99,3%	1,2%	99,45%	2,00%	100,00%	0,00%	99,59%	1,14%
44a Quintena	99,41%	1,31%	98,73%	4,09%	99,3%	1,2%	99,43%	2,03%	100,00%	0,00%	99,49%	1,16%
45a Quintena	99,40%	1,32%	98,70%	4,14%	99,3%	1,2%	99,42%	2,06%	100,00%	0,00%	99,48%	1,17%
46a Quintena	99,42%	1,31%	98,69%	4,20%	99,3%	1,2%	99,41%	2,09%	100,00%	0,00%	99,49%	1,19%
47a Quintena	99,40%	1,32%	98,64%	4,26%	99,3%	1,3%	99,39%	2,12%	100,00%	0,00%	99,47%	1,20%
48a Quintena	99,40%	1,31%	98,60%	4,32%	99,3%	1,3%	99,38%	2,16%	100,00%	0,00%	99,65%	0,56%
49a Quintena	99,43%	1,32%	98,56%	4,38%	99,3%	1,3%	99,38%	2,22%	100,00%	0,00%	99,65%	0,57%
50a Quintena	99,43%	1,34%	98,51%	4,45%	99,3%	1,3%	99,37%	2,24%	100,00%	0,00%	99,65%	0,57%
51a Quintena	99,42%	1,36%	98,46%	4,52%	99,3%	1,3%	99,36%	2,28%	100,00%	0,00%	99,63%	0,58%
52a Quintena	99,46%	1,38%	98,41%	4,60%	99,3%	1,3%	99,35%	2,28%	100,00%	0,00%	99,64%	0,59%
53a Quintena	99,44%	1,39%	98,42%	4,69%	99,3%	1,4%	99,34%	2,30%	100,00%	0,00%	99,67%	0,58%
54a Quintena	99,51%	1,37%	98,40%	4,78%	99,3%	1,4%	99,34%	2,31%	100,00%	0,00%	99,70%	0,57%
55a Quintena	99,49%	1,40%	98,33%	4,87%	99,3%	1,4%	99,32%	2,35%	100,00%	0,00%	99,68%	0,58%
56a Quintena	99,45%	1,42%	98,28%	4,98%	99,3%	1,4%	99,31%	2,38%	100,00%	0,00%	99,68%	0,59%
57a Quintena	99,47%	1,46%	98,21%	5,06%	99,3%	1,5%	99,31%	2,38%	100,00%	0,00%	99,68%	0,59%
58a Quintena	99,45%	1,49%	98,16%	5,17%	99,2%	1,5%	99,30%	2,41%	100,00%	0,00%	99,67%	0,60%
59a Quintena	99,45%	1,49%	98,16%	5,17%	99,2%	1,5%	99,30%	2,41%	100,00%	0,00%	99,66%	0,62%
60a Quintena	99,42%	1,52%	98,16%	5,28%	99,2%	1,5%	99,29%	2,47%	100,00%	0,00%	99,65%	0,63%
61a Quintena	99,39%	1,55%	97,57%	5,40%	99,1%	1,5%	99,28%	2,51%	100,00%	0,00%	99,63%	0,64%

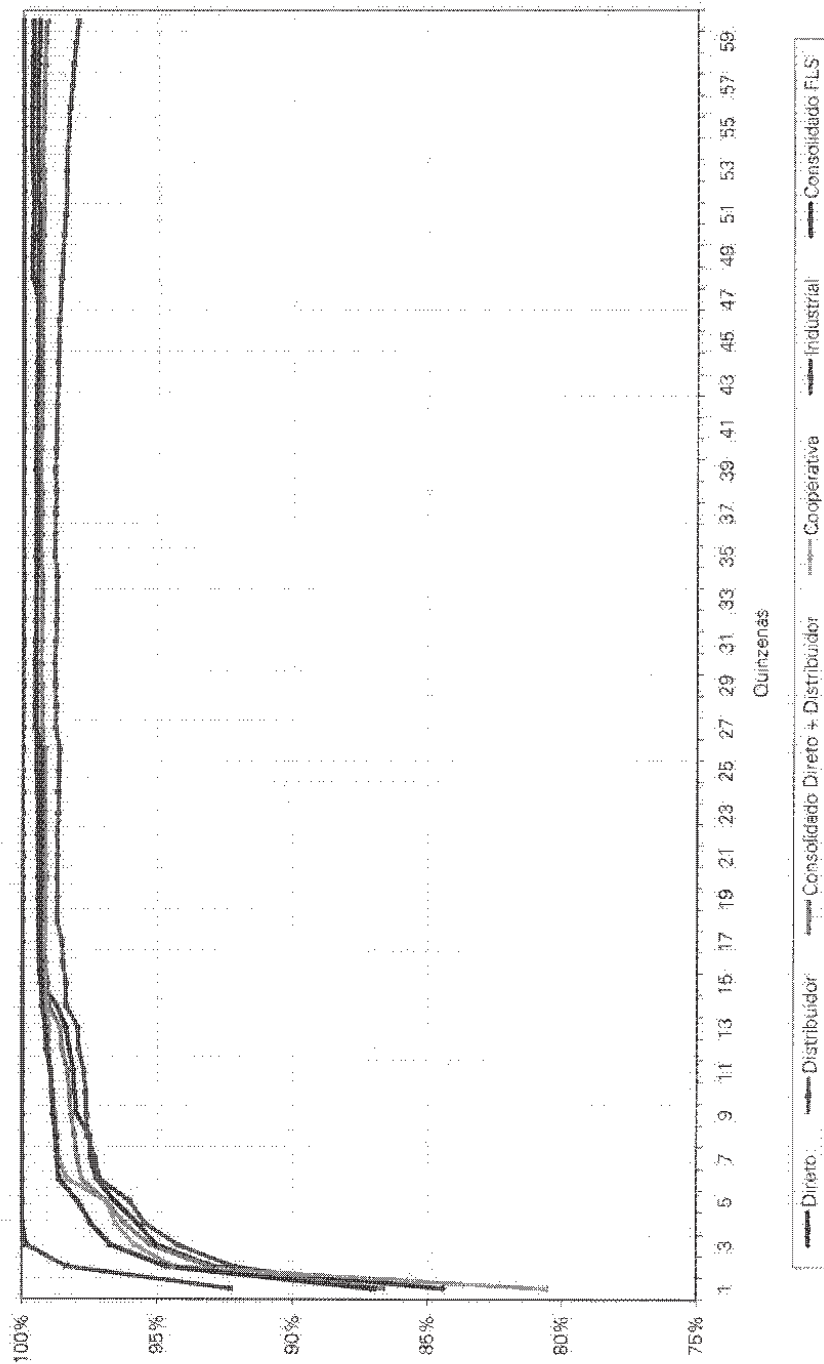
Nos anexos VIII ao XII desse relatório, apresentamos detalhes da matriz e do desvio padrão de cada um dos canais de distribuição.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.18 - Representação gráfica da matriz triangular





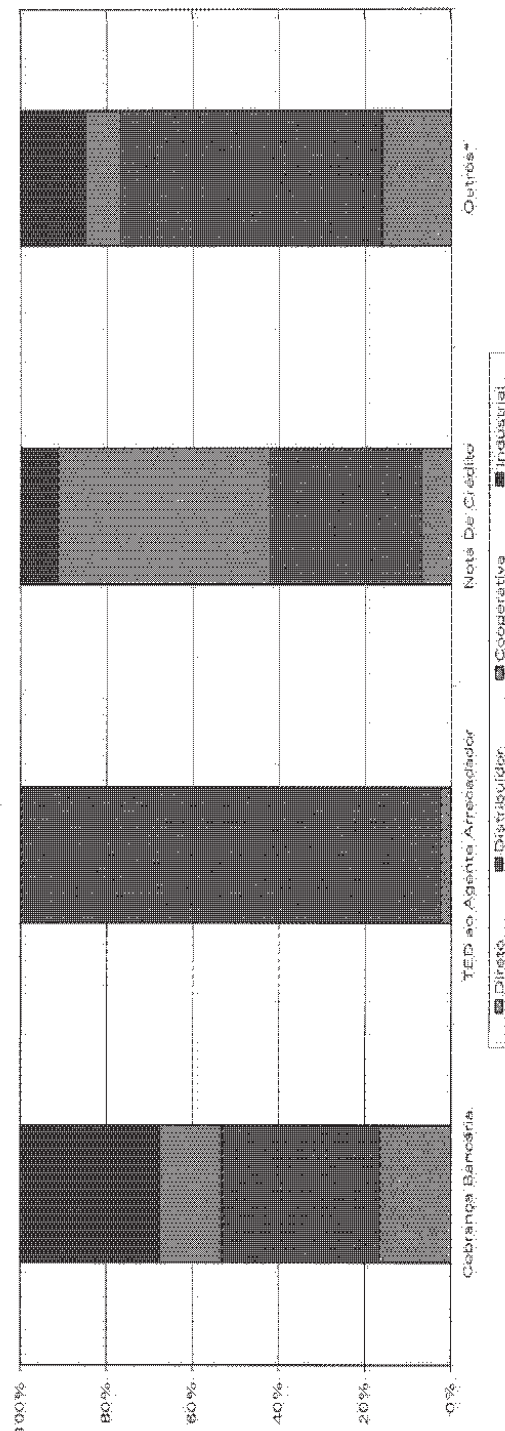
## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.16 - Identificação das principais formas de baixa dos títulos

Descrição da Baixa	Direto		Distribuidor		Consolidado		Cooperativa		Industrial		Total R\$(000)	
	R\$(000)	% Horiz. % Vert.	R\$(000)	% Horiz. % Vert.	R\$(000)	% Horiz. % Vert.	R\$(000)	% Horiz. % Vert.	R\$(000)	% Horiz. % Vert.	R\$(000)	%
Cobrança Bancária	955.568	16,4%	1.260.888	38,7%	1.825.356	53,1%	495.844	14,5%	1.112.786	32,4%	3.438.985	84,5%
TED ao Agente Arrecadador	5.562	0,1%	221.640	6,6%	227.202	6,5%	-	0,0%	-	0,0%	227.202	5,6%
Nota De Crédito	15.647	0,3%	79.602	2,4%	95.248	2,7%	111.202	3,2%	19.565	0,6%	226.015	5,6%
Outros*	28.708	0,5%	108.805	3,2%	137.505	3,9%	14.348	0,4%	26.998	0,8%	179.849	4,4%
<b>Montante Liquidado</b>	<b>615.576</b>	<b>10,9%</b>	<b>1.670.734</b>	<b>50,9%</b>	<b>2.295.310</b>	<b>66,5%</b>	<b>625.391</b>	<b>18,3%</b>	<b>1.159.349</b>	<b>33,5%</b>	<b>4.971.050</b>	<b>100,0%</b>

\* Descrição de baixa outros refere-se a depósito direto, baixa por renegociação e outros motivos.

Gráfico 2.19 - Identificação das principais formas de baixa dos títulos



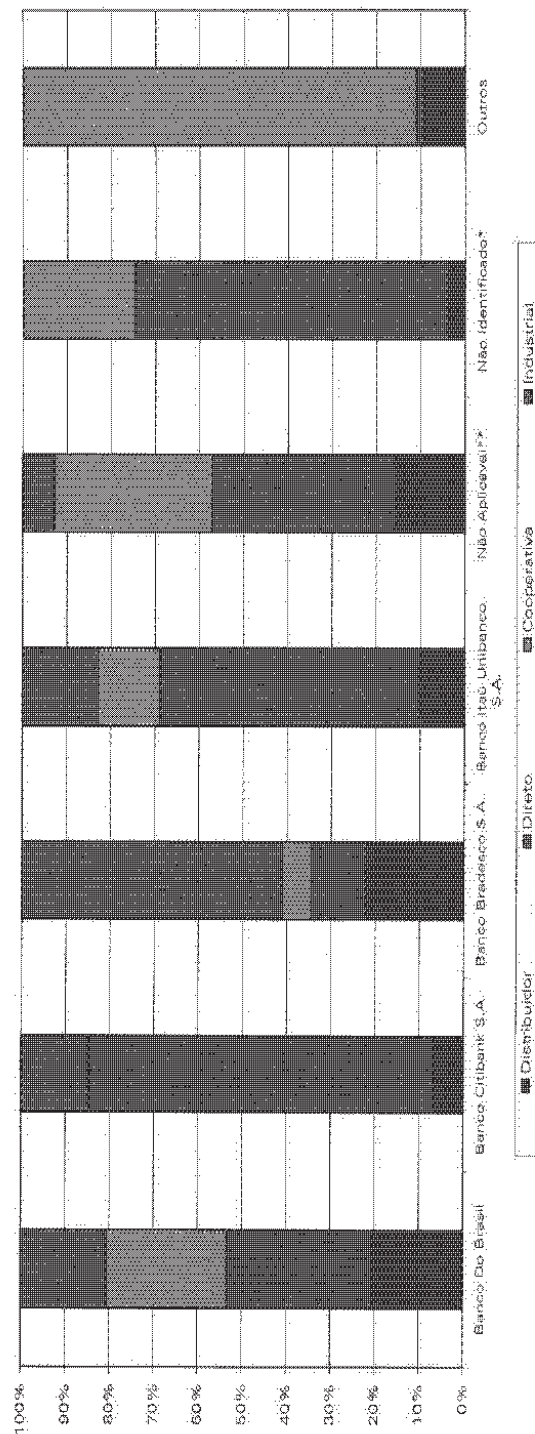
## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.17 e Gráfico 2.20 - Identificação dos principais agentes arrecadadores

Agente Arrecadador	Direto - R\$(000)	% Horiz.	% Vert.	Distribuidor - R\$(000)	% Horiz.	% Vert.	Consolidado Direto + Distribuidor - R\$(000)	% Horiz.	% Vert.	Cooperativa - R\$(000)	% Horiz.	% Vert.	Industrial - R\$(000)	% Horiz.	% Vert.	Total - R\$(000)	%
Banco Do Brasil	382.814	32,7%	70,5%	228.307	20,9%	36,1%	590.922	50,3%	74,6%	207.983	27,3%	48,1%	214.326	19,4%	30,6%	1.107.640	32,2%
Banco Citibank S.A.	766.092	77,8%	43,4%	168.820	5,7%	10,4%	831.952	84,8%	94,7%	13.396	0,3%	0,5%	146.056	14,1%	14,3%	884.314	24,2%
Banco Bradesco S.A.	116.794	12,4%	6,9%	208.400	22,1%	32,9%	325.135	34,5%	13,6%	60.820	6,9%	9,7%	350.487	39,0%	53,3%	941.541	26,1%
Banco Itaú Unibanco S.A.	303.421	56,7%	17,2%	62.481	18,1%	8,9%	355.701	58,8%	14,8%	72.473	14,0%	1,5%	88.808	17,2%	8,5%	516.932	12,7%
Não Aplicável*	209.234	41,8%	11,9%	78.894	15,3%	12,1%	255.929	57,2%	11,9%	173.904	36,9%	28,6%	35.302	7,1%	3,4%	500.188	12,3%
Não Identificado**	3.224	70,9%	0,9%	459	3,8%	0,1%	8.734	74,6%	0,4%	2.965	25,3%	0,6%	1	0,0%	0,0%	11.700	0,3%
Outros	138	1,6%	0,0%	815	9,4%	0,1%	953	11,0%	0,0%	7.721	98,0%	1,2%	-	0,0%	0,0%	2.674	0,2%
<b>Total</b>	<b>1.766.519</b>	<b>43,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>632.306</b>	<b>15,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.398.326</b>	<b>58,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>628.671</b>	<b>15,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.043.053</b>	<b>25,6%</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.671.050</b>	<b>100,0%</b>

\* De acordo com a base de dados disponibilizada, o agente arrecadador não é aplicável quando o tipo de compensação for: antecipações, razão especial, nota de crédito, depósito direto, baixa por renegociação.

\*\* De acordo com a base de dados disponibilizada, o agente arrecadador é não identificado quando o tipo de compensação é não definido.



© 2009 KPMG RPK Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil, KPMG 05/03.

KPMG é o logotipo da RPK, uma marca registrada da KPMG Network, uma cooperativa suíça.

**Gráfico 2.21 - Evolução mensal por tipo de agente arrecador**



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro independente afiliada à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 66785.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

**Tabela 2.18 - Eventos de diluição da carteira de recebíveis**

Data do Evento	Devoluções*		Cancelados		Descontos		FLS	
	Somatório do valor das Faturas (R\$(000))	% sobre o FLS	Somatório do valor das Faturas (R\$(000))	% sobre o FLS	Somatório do valor das Faturas (R\$(000))	% sobre o FLS	Somatório do valor das Faturas (R\$(000))	% sobre o FLS
mar/06	4.260	1,57%	2.400	2,63%	593	0,90%	28.638	1,91%
abr/06	17.582	6,48%	643	0,70%	281	0,30%	30.786	0,86%
mai/06	16.928	6,24%	258	0,28%	2.061	0,66%	46.012	4,36%
jun/06	11.562	4,25%	2.736	2,99%	229	0,40%	76.342	0,20%
jul/06	2.916	1,07%	672	0,73%	1.766	0,23%	54.319	0,23%
ago/06	2.018	0,74%	1.670	1,83%	1.398	2,47%	184.095	0,76%
set/06	3.937	1,41%	2.299	2,51%	1.393	2,61%	167.779	0,96%
out/06	3.712	1,37%	1.141	1,25%	1.186	2,06%	176.377	0,99%
nov/06	3.327	1,23%	1.081	1,17%	731	1,29%	146.533	0,50%
dez/06	6.972	2,57%	1.498	1,64%	837	1,68%	124.472	0,67%
jan/07	8.055	2,97%	379	0,41%	1.029	1,82%	115.537	0,89%
fev/07	3.212	1,18%	244	0,27%	654	1,15%	91.734	0,71%
mar/07	5.680	2,05%	236	0,26%	2.288	0,40%	55.847	0,41%
abr/07	4.890	1,72%	266	0,29%	527	0,93%	85.982	0,80%
mai/07	3.719	1,37%	1.074	1,17%	38	0,07%	12.591	0,30%
jun/07	2.568	0,92%	2.468	2,70%	332	0,59%	78.129	0,47%
jul/07	775	0,28%	6.872	7,51%	45	0,08%	164.582	0,03%
ago/07	1.424	0,52%	4.050	4,43%	6.862	11,90%	185.271	3,46%
set/07	2.804	1,03%	1.353	1,48%	311	0,55%	186.079	0,17%
out/07	3.565	1,28%	853	0,91%	2.063	3,62%	197.449	1,04%
nov/07	5.027	1,85%	992	1,07%	38	0,07%	142.472	0,03%
dez/07	8.244	3,04%	379	0,41%	39	0,07%	146.466	0,03%
jan/08	8.111	2,99%	781	0,86%	118	0,21%	120.008	0,10%
fev/08	3.060	1,13%	756	0,83%	264	0,48%	135.879	0,27%
mar/08	6.242	2,30%	2.137	2,34%	49	0,03%	98.746	0,02%
abr/08	6.700	2,47%	292	0,32%	3	0,01%	83.573	0,00%
mai/08	7.412	2,73%	962	1,05%	2	0,00%	75.077	0,00%
jun/08	5.745	2,12%	10.559	11,84%	3.468	6,16%	208.805	1,66%
jul/08	2.323	0,86%	6.685	7,44%	26.900	47,49%	326.814	8,26%
ago/08	3.227	1,19%	6.437	7,04%	202	0,36%	161.325	0,13%
set/08	4.778	1,76%	7.200	7,87%	3.135	5,63%	189.302	1,87%
out/08	4.788	1,76%	1.765	1,92%	552	0,97%	168.234	0,33%
nov/08	5.798	2,14%	227	0,25%	0	0,00%	76.453	0,00%
dez/08	12.649	4,44%	6.868	7,51%	61	0,09%	170.086	0,03%
jan/09	9.707	3,58%	3.810	4,26%	404	0,71%	205.240	0,20%
fev/09	8.444	3,11%	1.276	1,40%	118	0,21%	104.335	0,11%
mar/09	9.496	3,40%	340	0,37%	74	0,13%	43.872	0,07%
abr/09	13.970	5,13%	3.335	3,65%	166	0,28%	75.280	0,21%
mai/09	21.752	8,01%	1.118	1,23%	42	0,02%	62.977	0,02%
jun/09	15.159	5,53%	2.463	2,69%	180	0,27%	93.590	0,18%
<b>Total</b>	<b>271.439</b>	<b>100,00%</b>	<b>91.453</b>	<b>100,00%</b>	<b>56.545</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.309.943</b>	<b>1,18%</b>

\* A base de dados inicial, fornecida pela Monsanto, não possuía a totalidade de devoluções ocorridas no período, totalizando apenas R\$ 202.276 mil, conforme página 5. Desta forma, foi fornecida uma base complementar contendo todas as ordens de lançamento de devoluções, ocorridas no período de análise, totalizando R\$ 271.439 mil.

Descrição	Somatório do valor das Faturas (R\$(000))		%
	Total de devoluções	Total de devoluções	
Total de devoluções	271.439	271.439	100,00%
## campo de referência "em branco"	53.614	53.614	19,76%
## Sub Total	217.795	217.795	80,24%
Sub Total identificado	70.235	70.235	20,88%
## Nf com data de devolução antes da emissão	7.626	7.626	2,81%
Total identificado	62.609	62.609	23,07%
Total não identificado	201.204	201.204	74,12%

Com base no total identificado apresentamos nas próximas páginas a evolução mensal, o prazo médio das devoluções e o montante devolvido antes e depois do vencimento da fatura, bem como o motivo das devoluções.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

**Tabela 2.19 - Distribuição mensal das devoluções identificadas**

Mês Emissão	Total de Devoluções - Identificado (R\$1000)	% FLS	Total - FLS (R\$1000)
mar/06	2.035	7,73%	26.628
abr/06	700	2,32%	32.788
mai/06	343	0,78%	48.014
jun/06	146	0,19%	76.302
jul/06	880	1,80%	54.318
ago/06	3.623	1,89%	184.188
set/06	3.618	2,04%	167.728
out/06	3.217	1,89%	178.377
nov/06	1.298	0,89%	145.623
dez/06	2.284	1,81%	124.472
jan/07	2.048	1,77%	116.337
fev/07	1.521	1,66%	91.734
mar/07	450	0,81%	56.847
abr/07	166	0,26%	65.582
mai/07	236	1,88%	12.591
jun/07	402	0,81%	79.129
jul/07	1.220	0,74%	184.582
ago/07	3.110	1,61%	388.271
set/07	4.582	2,48%	388.078
out/07	2.533	1,31%	397.468
nov/07	1.754	1,23%	342.432
dez/07	1.891	0,31%	344.466
jan/08	3.041	1,70%	325.038
fev/08	2.455	1,85%	352.919
mar/08	700	0,71%	96.745
abr/08	186	0,49%	68.573
mai/08	67	0,09%	75.377
jun/08	247	0,12%	288.586
jul/08	203	0,09%	325.614
ago/08	1.149	0,71%	461.323
set/08	2.800	1,82%	158.382
out/08	3.618	2,74%	168.234
nov/08	504	0,69%	78.483
dez/08	1.164	0,69%	170.088
jan/09	3.693	1,79%	205.290
fev/09	3.884	3,82%	104.338
mar/09	967	1,52%	44.817
abr/09	108	0,14%	73.260
mai/09	3	0,00%	52.977
jun/09	40	0,05%	53.550
<b>Total de devoluções - Identificado</b>	<b>62.808</b>	<b>1,20%</b>	<b>4.898.943</b>
<b>Total de devoluções - não identificado</b>	<b>208.830</b>	<b>4,34%</b>	
<b>Total de devoluções</b>	<b>271.438</b>	<b>5,64%</b>	



© 2009 KPMG R&A-KPMG R&A, uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 08/09.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.20 - Prazo médio de devolução das faturas

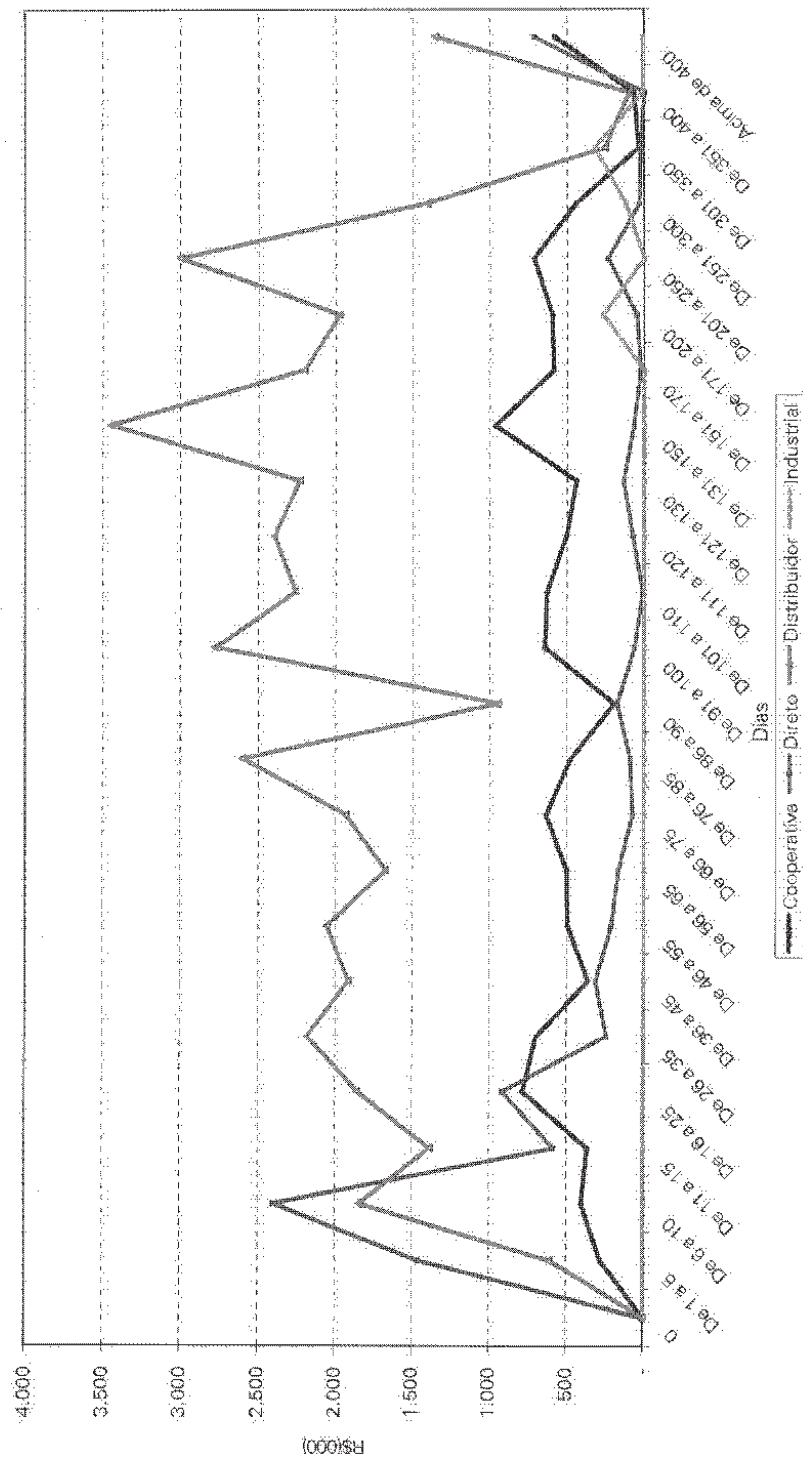
Prazo Médio de Devolução (em dias)	Direto		Distribuidor		Consolidado Direto e Distribuidor		Cooperativas		Industrial		Total	
	Somatório do Valor das Faturas (R\$ 000)	% sobre Total	Somatório do Valor das Faturas (R\$ 000)	% sobre Total	Somatório do Valor das Faturas (R\$ 000)	% sobre Total	Somatório do Valor das Faturas (R\$ 000)	% sobre Total	Somatório do Valor das Faturas (R\$ 000)	% sobre Total	Somatório do Valor das Faturas (R\$ 000)	% sobre Total
0	10	100,0%	-	0,0%	10	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	10	0,0%
De 1 a 5	1.464	82,2%	610	25,9%	2.073	88,1%	278	11,9%	-	0,0%	2.353	3,8%
De 6 a 10	2.400	51,7%	1.844	39,7%	4.244	81,3%	432	18,7%	-	0,0%	4.676	7,4%
De 11 a 15	632	24,9%	1.386	59,5%	2.018	84,4%	364	15,6%	-	0,0%	2.382	3,7%
De 16 a 20	815	25,8%	1.856	82,2%	2.671	78,0%	732	22,0%	-	0,0%	3.403	5,2%
De 21 a 25	242	7,8%	2.186	70,0%	2.428	77,7%	686	22,3%	-	0,0%	3.114	4,7%
De 26 a 30	312	12,0%	1.815	74,0%	2.127	86,0%	361	14,0%	-	0,0%	2.488	3,7%
De 31 a 35	211	7,7%	2.051	74,5%	2.262	82,1%	493	17,9%	-	0,0%	2.755	4,1%
De 36 a 40	168	7,1%	1.674	71,5%	1.842	78,6%	501	21,4%	-	0,0%	2.343	3,5%
De 41 a 45	75	2,8%	1.835	73,2%	2.009	78,0%	635	24,0%	-	0,0%	2.644	4,0%
De 46 a 50	179	13,3%	2.803	82,1%	2.982	85,0%	478	16,0%	-	0,0%	3.460	5,1%
De 51 a 55	83	1,8%	2.776	78,7%	2.859	80,5%	163	14,7%	-	0,0%	3.022	4,5%
De 56 a 60	10	0,3%	2.261	77,5%	2.270	78,3%	644	18,5%	-	0,0%	2.914	4,3%
De 61 a 65	73	2,5%	2.396	80,6%	2.469	83,0%	593	17,6%	-	0,0%	3.062	4,6%
De 66 a 70	133	4,7%	2.335	79,6%	2.468	84,3%	440	15,7%	-	0,0%	2.908	4,3%
De 71 a 75	36	1,5%	3.449	76,9%	3.515	78,5%	366	21,5%	-	0,0%	3.881	5,7%
De 76 a 80	23	0,8%	2.201	78,3%	2.224	79,1%	588	20,9%	-	0,0%	2.812	4,2%
De 81 a 85	49	1,7%	2.021	70,1%	2.070	71,8%	540	20,7%	267	8,1%	2.637	3,9%
De 86 a 90	235	6,0%	2.990	75,9%	3.225	81,9%	714	18,1%	267	8,1%	3.941	5,8%
De 91 a 95	33	1,6%	1.405	70,4%	1.440	72,0%	441	22,1%	119	3,0%	1.559	2,3%
De 96 a 100	24	0,9%	1.255	39,8%	1.279	43,9%	37	5,8%	324	50,9%	640	9,5%
De 101 a 105	-	0,0%	100	50,0%	100	56,0%	67	37,5%	12	6,5%	179	0,3%
De 106 a 110	717	26,9%	1.354	50,8%	2.071	77,7%	588	21,9%	11	0,4%	2.659	4,0%
<b>Total</b>	<b>3.069</b>	<b>12,9%</b>	<b>42.412</b>	<b>67,7%</b>	<b>50.483</b>	<b>80,6%</b>	<b>11.393</b>	<b>18,2%</b>	<b>734</b>	<b>1,2%</b>	<b>62.609</b>	<b>100,0%</b>
<b>Prazo médio ponderado (em dias)</b>	<b>119</b>		<b>130</b>		<b>128</b>		<b>135</b>		<b>264</b>		<b>131</b>	
Devolução antes do vencimento (R\$ 000)	6.657	82,5%	30.241	72,9%	37.898	74,5%	6.125	63,8%	0	0,0%	44.023	68,8%
<b>Prazo médio ponderado (em dias)</b>	<b>96</b>		<b>123</b>		<b>112</b>		<b>114</b>		<b>0</b>		<b>117</b>	
Devolução após o vencimento (R\$ 000)	1.412	17,5%	11.473	27,1%	12.585	25,5%	5.268	46,2%	734	100,0%	18.685	30,2%
<b>Prazo médio ponderado (em dias)</b>	<b>463</b>		<b>162</b>		<b>195</b>		<b>146</b>		<b>236</b>		<b>163</b>	



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial do KPMG do firmamento independente e afiliado à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todas as direções reservadas. Impresso no Brasil. NIF 08705. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.22 - Representação gráfica do prazo médio de devolução das faturas



**Tabela 2.23 - Identificação dos motivos de devolução**

Atividade	Direto (%)	Distribuidor (%)	Copropriária (%)	Indireta (%)
Desenvolvimento Comercial	75	25	0	0
Pequenas - comércio com varejo off-line	65	35	0	0
Pequenas - produto off-line	70	30	0	0
Pequenas - grande	85	15	0	0
Pequenas - comércio off-line	60	40	0	0
Pequenas - comércio on-line	55	45	0	0
Outras	70	30	0	0

© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial do escritório de contabilidade KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. CDMS 69785





### Seção 3.2 - Verificação das notas fiscais e dos comprovantes de recebimento

#### Verificação das notas fiscais

Selecionamos uma amostragem de cem notas constantes na base de dados disponibilizada para a realização dos testes. O quadro abaixo traz os itens verificados, os documentos solicitados e os resultados observados.

Procedimentos	Sem Divergência				Total	
	Sem Divergência	Com Divergência	Não Identificado	Não Apresentado	Total	
Identificação do Número do "Doc Ctb."	100	-	-	-	100	
Verificação do "preço total"	100	-	-	-	100	
Verificação da "data faturamento"	100	-	-	-	100	
Verificação da "data vencimento"	100	-	-	-	100	
Verificação do "emissor"	100	-	-	-	100	
Verificação do "número da NF"	100	-	-	-	100	
Verificação do "valor do desconto"	100	-	-	-	100	
Verificação da "data pagamento"	99	1	-	-	100	
Verificação do "valor da baixa"	97	3	-	-	100	



## Seção 3.3 - Descrição do processo de crédito e cobrança Originação das operações

### Teste de aderência 1

Analizamos 12 pastas de clientes, todas possuíam a documentação de acordo com a política da Monsanto, inclusive atualizações dentro do período.

Código	Ficha cadastrada no Lotus Notes	Contrato Social (Ltda.) ou Estatuto Social (S/A)	Últimas alterações do contrato social ou atas de reuniões validas	Balanco patrimonial dos últimos exercícios	Carta de fiança dos sócios	Data da última análise de crédito	Consulta Serasa / análise de crédito	Análise financeira	Valor do Limite	Segmentação: AA, A, B, C,D	Anovação do limite via Lotus notes	Garantias	Declaração de Imposto de Renda da empresa dos últimos 2 anos
1830584	✓	✓	✓	✓	✓	14/12/2008	88/2008	2007	84.000	AA	✓	N/A	N/A
1833280	✓	✓	✓	✓	✓	14/12/2008	88/2008	2007	60.000	AA	✓	N/A	N/A
1847581	✓	✓	✓	✓	✓	20/12/2008	14/25/2008	Q	5.000	B01	✓	N/A	N/A
1887349	✓	✓	✓	✓	✓	18/12/2008	9/8/2008	2007	50.000	AA	✓	N/A	N/A
1847639	✓	✓	✓	✓	✓	18/12/2008	9/8/2008	2007	10.000	AA	✓	N/A	N/A
1847652	✓	✓	✓	✓	✓	18/12/2008	9/8/2008	2007	37.000	AA	✓	N/A	N/A
1830450	✓	✓	✓	✓	✓	22/7/2008	12/8/2008	2007	20.000	AA	✓	N/A	N/A
1847642	✓	✓	✓	✓	✓	27/2/2008	9/8/2008	2007	9.000	AA	✓	N/A	N/A
1847635	✓	✓	✓	✓	✓	18/12/2008	9/8/2008	2007	8.500	AA	✓	N/A	N/A
1838414	✓	✓	✓	✓	✓	27/2/2008	9/8/2008	2007	11.500	AA	✓	N/A	N/A
1839258	✓	✓	✓	✓	✓	10/9/2008	2/8/2008	2007	4.500	AA	✓	N/A	N/A
	✓	✓	✓	✓	✓	20/7/2008	24/6/2008	2007	1.800	AA	✓	N/A	N/A

Q: Multinacionais; S/A's, Univas, Politecnicas e Agropastorais com faturamento anual superior a R\$ 50M, ou integrantes de grupo empresarial com essas características ou Oligos Policos e Cooperativas, podem ser beneficiados do envio de qualquer um dos documentos.

Q: Cliente (Monsanto mundial).

De acordo com a Monsanto, refere-se ao antigo rating, sendo o cliente considerado AA.

Conforme documentação analisada

N/A: Não Aplicável



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firma-membro independente e afiliada a KPMG International Cooperative S.p.A. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG B726.  
KPMG é o logotipo da KPMG São Paulo registrada da KPMG Network, uma cooperativa suíça.



### Seção 3.3 - Descrição do processo de crédito e cobrança (cont.)

#### Originação das operações

##### Teste de Adesão 2:

Código	limite de Crédito	Criador	Credit Analyst	Collection Specialist	Sales Manager	Credit Supervisor	Credit & Collections Manager	Commercial Director	Finance Director	Global Credit Lead	Corporate Assistant Treasury	Corporate Treasury
1830164	84.000	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1836390	60.000	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1833280	5.000	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1847631	50.000	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1857249	10.000	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1847639	37.000	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1847652	20.000	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1830430	9.000	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1847642	8.500	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1847635	11.500	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1836414	4.000	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
1829280	2.400	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
✓	Aprovado											
○	Pré-aprovado											

##### Teste de Adesão 3:

Em visita ao cliente, solicitamos ao analista de crédito, cuja alçada de aprovação atinge o valor máximo de R\$ 250 mil, que aumentasse o limite de crédito de um cliente de R\$ 50 milhões para R\$ 100 milhões e verificamos que o sistema não permitiu a alteração de limite de crédito e apresentou a seguinte mensagem: "Credit Limits for this user exceeds registered value of R\$ 250.000,00".



### Seção 3.3 - Descrição do processo de crédito e cobrança (cont.)

#### Cobrança das operações

##### Teste de aderência 4:

Cobrança:

Com o objetivo de evidenciar as ações de cobrança executadas, selecionamos seis faturas que se apresentavam vencidas na base de dados disponibilizada. Os resultados obtidos estão apresentados na tabela abaixo:

Código do Cliente	Número da Nota Fiscal	Data		Data		Situação em fevereiro/2009
		Faturamento	Vencimento			
1830456	060632-4	29/03/2006	25/04/2006		Renegociação	
1833434	094343	13/04/2006	25/04/2006		Cobrança Judicial	
1837143	48928	26/10/2007	25/08/2008		Pago em 16/12/2008	
1850795	4733	25/10/2007	25/04/2008		Em aberto - Cliente jurídico - Verificamos o registro das ações de cobrança no sistema.	
1865774	106386	16/12/2006	25/07/2007		Em aberto - Cliente jurídico - Verificamos o registro das ações de cobrança no sistema.	
1837419	134691	11/01/2008	25/08/2008		Em aberto - Vencimento futuro - Renegociação através de cheque (verificado cópia cheque e termo de conformidade assinada pelo solicitante)	





Período de Análise: Março de 2006 a Junho de 2009

Base Histórico Citibank

ANEXO I - Distribuição por prazo de vencimento - Operações de Vendedor

Monsanto do Brasil Ltda.  
Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados  
30 de junho de 2009

Prazo Vencimento	Direto	Distribuidor	Cooperativa	Industrial	Total
A vista	-	-	-	-	-
Até 5	-	-	-	-	-
De 6 a 10	-	-	-	-	-
De 11 a 15	-	-	-	-	-
De 16 a 25	-	297	-	-	297
De 26 a 35	-	947	-	-	947
De 36 a 45	-	876	-	-	876
De 46 a 55	148	5.706	-	-	5.854
De 56 a 65	82	1.442	-	-	1.524
De 66 a 75	945	3.146	-	-	3.991
De 76 a 85	733	11.676	-	4.809	17.218
De 86 a 90	23	3.318	-	12.056	15.396
De 91 a 100	1.393	9.586	-	11.934	22.913
De 101 a 110	1.093	13.893	-	-	14.987
De 111 a 120	420	40.368	-	-	40.788
De 121 a 130	1.619	24.269	-	-	25.908
De 131 a 150	569	44.443	-	-	45.012
De 151 a 170	3.364	63.827	171	-	67.362
De 171 a 200	14.175	111.627	344	5.005	131.152
De 201 a 250	44.910	272.313	175	10.313	327.712
De 251 a 300	12.525	260.238	263	39.215	312.242
De 301 a 350	106	38.233	-	24.241	82.580
De 351 a 400	-	-	-	23.050	23.050
Total	82.006	906.225	954	130.623	1.119.808
Prazo médio ponderado (em dias)	115	172	33	52	104

**Mossano do Brasil Ltda.**  
Relatório Anual à Aquisição de  
Previdência por Aposentadoria  
30 de junho de 2008

**Período de Análise: Março de 2006 a Junho de 2008.**  
**ANEXO B - Prazo médio de Vendas total (incluindo os prazos das operações com Vendedor)**

Prazo Médio (em dias)	Direto		Distribuidor		Cooperativa		Industrial		Consolidado (ELS)	
	Valor das Faturas - R\$(000)	%	Valor das Faturas - R\$(000)	%	Valor das Faturas - R\$(000)	%	Valor das Faturas - R\$(000)	%	Valor das Faturas - R\$(000)	%
À vista	17.698	12,16%	68.136	45,47%	81.835	42,37%	-	0,00%	146.499	2,93%
De 5	44.340	3,81%	78.062	16,17%	270.237	59,82%	64.134	14,20%	451.763	9,10%
De 6 a 10	18.800	1,61%	24.737	13,81%	112.432	21,84%	539	0,34%	156.512	3,15%
De 11 a 15	29.790	2,58%	28.530	15,53%	45.137	8,58%	110.085	24,02%	211.582	4,23%
De 16 a 20	15.908	1,37%	22.841	12,58%	50.709	9,55%	7.422	1,65%	101.580	2,03%
De 21 a 25	162.469	14,04%	78.396	4,18%	424.500	77,34%	863.823	19,08%	1.318.134	26,39%
De 26 a 30	8.812	0,76%	12.115	6,45%	16.474	3,12%	13.447	3,00%	56.847	1,13%
De 31 a 35	4.259	0,37%	17.429	9,22%	11.650	2,21%	-	0,00%	33.347	0,67%
De 36 a 40	38.037	3,28%	24.953	13,21%	3.258	0,61%	31	0,01%	71.277	1,42%
De 41 a 45	4.947	0,43%	30.142	16,01%	8.862	1,67%	4.808	1,05%	43.651	0,88%
De 46 a 50	7.445	0,65%	31.963	17,04%	3.161	0,60%	12.056	2,67%	29.264	0,59%
De 51 a 55	1.667	0,14%	14.412	7,78%	1.043	0,20%	11.874	2,63%	34.643	0,70%
De 56 a 60	4.136	0,36%	26.235	14,01%	2.339	0,44%	-	0,00%	35.966	0,72%
De 61 a 65	4.001	0,35%	53.008	28,24%	1.658	0,31%	-	0,00%	57.532	1,16%
De 66 a 70	17.192	1,49%	43.809	23,24%	51.426	9,65%	-	0,00%	72.436	1,45%
De 71 a 75	10.935	0,95%	77.693	41,31%	2.882	0,54%	-	0,00%	61.486	1,23%
De 76 a 80	33.278	2,87%	120.125	64,31%	5.857	1,10%	-	0,00%	159.260	3,17%
De 81 a 85	94.820	8,20%	257.858	137,40%	23.862	4,50%	-	0,00%	381.205	7,62%
De 86 a 90	156.576	13,61%	540.755	289,60%	36.655	6,83%	-	0,00%	734.299	14,75%
De 91 a 95	28.074	2,43%	341.563	183,20%	12.111	2,28%	-	0,00%	405.361	8,11%
De 96 a 100	2.262	0,20%	41.521	22,01%	2.853	0,54%	-	0,00%	70.557	1,41%
Acima de 100	28	0,00%	74	0,04%	-	0,00%	-	0,00%	25.530	0,51%
<b>Total</b>	<b>658.706</b>		<b>1.554.860</b>		<b>1.112.117</b>		<b>1.288.707</b>		<b>4.586.369</b>	<b>100,00%</b>
<b>Prazo médio ponderado</b>	<b>115</b>		<b>172</b>		<b>23</b>		<b>52</b>		<b>104</b>	

O Prazo médio ponderado considerando as operações com vendedor (total (el) / taxa) (el). O prazo das operações com vendedor foi estimado utilizando a base de dados complementares disponibilizada pelo Banco Citibank.



Ministerio de Salud  
Unidad de Vigilancia Epidemiológica  
Bogotá D.C.

Ministerio de Salud  
Unidad de Vigilancia Epidemiológica  
Bogotá D.C.

Región	may/06	1 Trimestre	2 Trimestre	3 Trimestre	4 Trimestre	5 Trimestre	6 Trimestre	7 Trimestre	8 Trimestre	9 Trimestre	10 Trimestre	11 Trimestre	12 Trimestre	Total
<b>Ciudades</b>														
Manizales	1.708	25.403	114.965	72.340	47.710	33.094	36.180	116.000	149.935	74.454	201.146	143.350	37.897	1.144.492
SE/NE	11.698	28.902	58.079	28.649	67.150	20.560	38.420	37.201	26.727	41.556	144.046	64.242	20.424	314.161
Pereja	3.244	20.652	56.651	33.344	48.546	26.533	12.235	40.653	16.791	39.538	140.846	140.861	35.883	829.112
Occidente	2.591	7.154	50.699	114.177	20.377	5.022	112.579	93.464	218.641	16.886	36.871	46.239	49.207	7.343
PS/SC	1.383	23.459	50.216	48.100	11.698	47.184	32.427	32.427	19.712	100.095	67.971	6.339	5.783	654.113
Provincia Occidente	2.218	7.154	47.184	4.158	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	28.009
Donor	7.891	7.891	14.150	4.158	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	47.184	16.607
<b>Total</b>	<b>28.628</b>	<b>145.140</b>	<b>546.023</b>	<b>446.873</b>	<b>252.216</b>	<b>157.243</b>	<b>569.342</b>	<b>484.296</b>	<b>551.672</b>	<b>345.755</b>	<b>646.340</b>	<b>416.722</b>	<b>552.642</b>	<b>4.593.843</b>



Período de Análise: Março de 2006 a Junho de 2009  
ANEXO IV - Distribuição mensal por tipo de produto

Monsanto do Brasil Ltda.  
Piedade, estado e afiliação de  
procedimentos patentários  
31 de junho de 2009

Origem	Glifosato	RS	% Glifosato	Semente de Milho	RS	% Semente de Milho	Outras	RS	% Outras	Semente de Sorgo	RS	% Semente de Sorgo	Total (FLS)
mar/06	18.287	68,68%	4.472	15,81%	1.556	6,95%	2.007	26.628	7,54%				
abr/06	27.490	89,67%	3.444	10,60%	1.108	3,34%	766	32.766	2,16%				
mai/06	34.663	75,33%	10.341	22,47%	892	1,84%	127	46.012	0,26%				
jun/06	31.457	41,21%	43.260	56,67%	792	1,03%	663	76.342	1,09%				
jul/06	29.637	54,59%	22.593	41,52%	1.476	2,51%	669	54.310	1,20%				
ago/06	136.734	74,28%	43.674	23,75%	1.951	0,93%	1.776	194.085	0,94%				
set/06	113.497	68,26%	46.368	27,64%	5.365	2,79%	1.500	167.729	0,89%				
out/06	133.179	75,51%	35.302	20,05%	5.960	2,66%	2.275	176.377	1,29%				
nov/06	115.655	79,24%	24.968	17,17%	3.680	2,28%	1.641	146.823	1,13%				
dez/06	66.149	52,34%	51.000	40,97%	1.062	0,61%	2.261	124.472	5,89%				
jan/07	58.140	48,59%	49.894	43,18%	2.596	2,21%	6.985	115.537	5,93%				
fev/07	59.145	64,47%	25.768	29,20%	1.393	2,25%	2.768	91.754	4,04%				
mar/07	49.709	89,01%	9.587	6,38%	1.003	1,75%	1.570	55.947	2,61%				
abr/07	54.131	62,87%	10.289	15,66%	1.031	1,37%	131	65.562	0,20%				
mai/07	12.340	96,00%	114	0,81%	77	0,40%	61	12.581	0,49%				
jun/07	37.542	47,44%	39.241	49,59%	547	0,69%	1.789	78.129	2,27%				
jul/07	120.056	72,94%	42.300	26,70%	799	0,48%	1.436	164.650	0,87%				
ago/07	145.845	75,46%	43.179	22,24%	2.658	1,31%	1.591	190.079	1,53%				
set/07	120.198	69,43%	49.728	26,72%	4.308	2,23%	2.847	187.449	0,80%				
out/07	194.822	76,41%	39.470	16,47%	4.571	2,24%	1.567	142.422	0,97%				
nov/07	93.388	65,67%	48.212	31,75%	2.444	1,55%	1.390	130.008	7,16%				
dez/07	80.447	41,34%	79.844	50,28%	1.031	0,71%	10.344	144.406	5,62%				
jan/08	64.399	63,66%	46.037	38,36%	2.626	2,32%	6.747	132.919	2,59%				
fev/08	76.453	67,53%	51.896	39,04%	1.398	1,05%	3.173	96.746	1,62%				
mar/08	80.761	91,91%	5.862	5,73%	719	0,73%	1.602	63.573	0,33%				
abr/08	48.140	75,72%	14.590	22,35%	693	0,94%	212	76.377	0,09%				
mai/08	65.300	96,63%	8.545	11,34%	1.408	1,94%	166	209.805	1,45%				
jun/08	156.318	75,94%	45.291	21,56%	2.181	1,01%	3.038	325.634	0,31%				
jul/08	248.020	75,66%	76.689	23,69%	1.903	0,53%	3.002	161.325	1,26%				
ago/08	101.119	62,69%	57.540	35,67%	689	0,40%	2.028	159.302	1,13%				
set/08	124.054	77,67%	32.175	20,20%	1.267	0,66%	1.866	168.234	0,54%				
out/08	122.917	73,06%	41.011	24,38%	3.323	1,84%	984	76.453	0,64%				
nov/08	68.202	86,21%	6.480	8,48%	1.898	0,00%	413	170.065	3,28%				
dez/08	37.235	21,92%	127.229	74,80%	-	0,00%	5.572	205.290	11,67%				
jan/09	64.639	31,18%	317.508	57,24%	-	0,00%	23.742	104.335	7,51%				
fev/09	76.670	28,39%	66.879	64,10%	-	0,00%	7.866	43.817	8,13%				
mar/09	28.516	65,08%	11.740	26,19%	-	0,00%	3.961	76.200	0,48%				
abr/09	72.896	96,84%	2.016	2,08%	-	0,00%	388	52.977	0,08%				
mai/09	51.898	97,151%	1.278	2,41%	-	0,00%	140	83.650	0,39%				
jun/09	41.326	49,46%	41.963	50,21%	-	0,00%	272	4.809.693					
Total	3.171.459		1.469.360		60.700		114.638						



Resolución de la Junta de Accionistas de la Empresa S.A. de 2014  
Anexo V. Distribución de dividendos por acciones ordinarias y acciones preferentes

Resolución de la Junta de Accionistas de la Empresa S.A. de 2014  
Anexo V. Distribución de dividendos por acciones ordinarias y acciones preferentes

Descripción Estructura	Distribución Estructura									
	mar/16	abr/16	may/16	jun/16	jul/16	ago/16	sep/16	oct/16	nov/16	dic/16
Dividendos ordinarios	18.441	15.913	21.720	17.511	3.765	76.422	120.550	48.231	48.231	41.946
Dividendos preferentes	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Dividendos totales	19.441	16.913	22.720	18.511	4.765	77.422	121.550	49.231	49.231	42.946
Total	20.638	22.720	48.913	79.542	86.278	138.408	233.779	148.833	148.833	134.457
%	0,00%	0,00%	1,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Dividendos ordinarios	0,14%	0,07%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Dividendos preferentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Dividendos totales	0,14%	0,07%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Descripción Estructura	Distribución Estructura									
	ene/17	feb/17	mar/17	abr/17	may/17	jun/17	jul/17	ago/17	sep/17	oct/17
Dividendos ordinarios	26.122	22.385	22.385	22.385	22.385	22.385	22.385	22.385	22.385	22.385
Dividendos preferentes	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Dividendos totales	27.122	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385
Total	27.122	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385	23.385
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Dividendos ordinarios	0,14%	0,07%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Dividendos preferentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Dividendos totales	0,14%	0,07%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%





**Período de Análise: Março de 2006 a Junho de 2009**  
**ANEXO II - Prazo médio de vendas total (incluindo os prazos das operações com Vendedores)**

**Mercado do Brasil Ltda.**  
 Relatório sobre a administração do  
 presidente e do conselho de administração  
 30 de Junho de 2009

Prazo Médio (em dias)	Direto		Distribuidor		Cooperativa		Industrial		Consolidado (FLS)	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%
AWSA	37.688	12,16%	88.132	25,27%	91.635	42,37%	-	0,00%	148.453	2,88%
Ala 3	44.340	9,81%	70.672	19,17%	270.237	59,82%	64.134	14,20%	483.763	9,10%
De 6 a 10	18.800	12,01%	24.737	15,81%	112.437	71,84%	539	0,34%	166.512	3,15%
De 11 a 15	29.750	14,28%	26.530	15,54%	45.197	21,36%	110.065	52,00%	211.562	4,26%
De 16 a 25	15.508	16,12%	22.941	22,96%	56.709	55,28%	7.422	7,23%	102.980	2,07%
De 26 a 35	162.469	10,04%	78.336	5,16%	424.300	27,94%	863.829	59,38%	1.319.134	30,59%
De 36 a 45	8.612	15,48%	12.115	21,77%	16.474	29,80%	10.447	23,15%	55.647	1,12%
De 46 a 55	4.259	12,77%	17.429	52,27%	11.859	34,96%	-	0,00%	33.847	0,67%
De 56 a 65	38.037	53,36%	24.953	35,01%	8.256	11,98%	31	0,04%	71.277	1,42%
De 66 a 75	4.947	11,23%	30.142	69,05%	8.562	19,61%	-	0,00%	43.651	0,86%
De 76 a 85	7.445	15,71%	31.863	67,44%	3.161	6,67%	4.808	10,15%	47.379	0,95%
De 86 a 90	1.697	5,80%	14.412	45,24%	1.686	3,74%	12.056	26,73%	28.264	0,59%
De 91 a 100	4.136	9,27%	28.233	82,74%	2.339	5,24%	11.934	26,73%	44.643	0,90%
De 101 a 120	2.806	4,88%	53.066	92,24%	2.802	6,82%	-	0,00%	58.966	1,16%
De 121 a 130	17.152	29,74%	29.582	82,24%	1.653	4,05%	-	0,00%	67.552	1,34%
De 131 a 150	10.935	11,56%	43.806	60,21%	11.656	15,05%	-	0,00%	72.436	1,46%
De 151 a 170	33.278	20,49%	77.883	84,91%	2.688	3,10%	-	0,00%	91.456	1,84%
De 171 a 200	94.830	20,87%	170.125	75,43%	5.657	3,69%	5.005	1,07%	199.260	3,91%
De 201 a 250	168.576	71,09%	547.858	67,69%	23.592	6,10%	10.213	1,27%	381.245	7,59%
De 251 a 300	20.074	6,94%	540.758	73,60%	76.656	2,63%	42.614	1,40%	734.286	14,79%
De 301 a 350	2.252	0,77%	341.521	89,03%	12.211	2,89%	459.361	8,37%	1.193.611	23,63%
De 351 a 400	26	0,01%	41.521	53,53%	2.833	4,13%	24.241	24,16%	70.807	1,41%
De 401 a 450	6	0,00%	33	0,11%	-	0,00%	25.408	24,16%	25.500	0,51%
De 451 a 490	-	0,00%	14	0,02%	-	0,00%	60	0,06%	60	0,00%
<b>Total</b>	<b>698.708</b>		<b>1.984.860</b>		<b>1.112.117</b>		<b>1.260.707</b>		<b>4.966.393</b>	<b>100,00%</b>
<b>Prazo médio ponderado</b>	<b>115</b>		<b>172</b>		<b>93</b>		<b>62</b>		<b>104</b>	

(a) Prazo médio ponderado considerando as operações com vendedor (total (a) / total (c)). O prazo das operações com vendedor foi estimado utilizando-se a base de dados complementar disponibilizada pelo Banco Crédito.



310





[illegible]





1. Nome do beneficiário: \_\_\_\_\_  
 2. Número do documento: \_\_\_\_\_  
 3. Data de emissão: \_\_\_\_\_  
 4. Local de emissão: \_\_\_\_\_

5. Nome do beneficiário: \_\_\_\_\_  
 6. Número do documento: \_\_\_\_\_  
 7. Data de emissão: \_\_\_\_\_  
 8. Local de emissão: \_\_\_\_\_

Item	Descrição	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
1	Salário	1.000,00	100%	1.000,00	100%	1.000,00	100%	1.000,00	100%
2	Aluguel	500,00	50%	500,00	50%	500,00	50%	500,00	50%
3	Alimentação	300,00	30%	300,00	30%	300,00	30%	300,00	30%
4	Transporte	200,00	20%	200,00	20%	200,00	20%	200,00	20%
5	Outros	100,00	10%	100,00	10%	100,00	10%	100,00	10%
<b>Total</b>		<b>2.100,00</b>	<b>210%</b>	<b>2.100,00</b>	<b>210%</b>	<b>2.100,00</b>	<b>210%</b>	<b>2.100,00</b>	<b>210%</b>

Item	Descrição	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
1	Salário	1.000,00	100%	1.000,00	100%	1.000,00	100%	1.000,00	100%
2	Aluguel	500,00	50%	500,00	50%	500,00	50%	500,00	50%
3	Alimentação	300,00	30%	300,00	30%	300,00	30%	300,00	30%
4	Transporte	200,00	20%	200,00	20%	200,00	20%	200,00	20%
5	Outros	100,00	10%	100,00	10%	100,00	10%	100,00	10%
<b>Total</b>		<b>2.100,00</b>	<b>210%</b>	<b>2.100,00</b>	<b>210%</b>	<b>2.100,00</b>	<b>210%</b>	<b>2.100,00</b>	<b>210%</b>



316





318

10/10/2010 10:10:10 AM



[illegible]



	44th	45th	46th	47th	48th	49th	50th	51st	52nd	53rd	54th	55th	56th	57th	58th	59th	60th	61st	62nd	63rd	64th	65th	66th	67th	68th	69th	70th	71st	72nd	73rd	74th	75th	76th	77th	78th	79th	80th	81st	82nd	83rd	84th	85th	86th	87th	88th	89th	90th	91st	92nd	93rd	94th	95th	96th	97th	98th	99th	100th
44th	45th	46th	47th	48th	49th	50th	51st	52nd	53rd	54th	55th	56th	57th	58th	59th	60th	61st	62nd	63rd	64th	65th	66th	67th	68th	69th	70th	71st	72nd	73rd	74th	75th	76th	77th	78th	79th	80th	81st	82nd	83rd	84th	85th	86th	87th	88th	89th	90th	91st	92nd	93rd	94th	95th	96th	97th	98th	99th	100th	
44th	45th	46th	47th	48th	49th	50th	51st	52nd	53rd	54th	55th	56th	57th	58th	59th	60th	61st	62nd	63rd	64th	65th	66th	67th	68th	69th	70th	71st	72nd	73rd	74th	75th	76th	77th	78th	79th	80th	81st	82nd	83rd	84th	85th	86th	87th	88th	89th	90th	91st	92nd	93rd	94th	95th	96th	97th	98th	99th	100th	











326





Ministry of Health of the Republic of Serbia  
Institute for Health Statistics  
Belgrade, 2008

Ministry of Health of the Republic of Serbia  
Institute for Health Statistics  
Belgrade, 2008

Region		Age group		Sex		Marital status		Education		Occupation		Religion		Ethnicity		Language		Municipality		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Married		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Married		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Single		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Single		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Divorced		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Divorced		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Widowed		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Widowed		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Married		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Married		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Single		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Single		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Divorced		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Divorced		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Widowed		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Widowed		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Married		Low		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Married		Low		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Single		Low		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Single		Low		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Divorced		Low		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Divorced		Low		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Widowed		Low		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Widowed		Low		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Married		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Married		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Single		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Single		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Divorced		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Divorced		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Widowed		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Widowed		High		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		M		Married		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City		District		Country		Year	
Belgrade		15-64		F		Married		Medium		Professional		Orthodox		Serbian		Serbian		Belgrade		City							



Resumo de Custos e Receitas - 2020  
Análise de Custos e Receitas - 2020

Vendas		Custos		Receitas		Lucros		Margens		Totais		Porcentagens		Totais	
Valor		Valor		Valor		Valor		Porcentagem		Valor		Porcentagem		Valor	
1		2		3		4		5		6		7		8	
9		10		11		12		13		14		15		16	
17		18		19		20		21		22		23		24	
25		26		27		28		29		30		31		32	
33		34		35		36		37		38		39		40	
41		42		43		44		45		46		47		48	
49		50		51		52		53		54		55		56	
57		58		59		60		61		62		63		64	
65		66		67		68		69		70		71		72	
73		74		75		76		77		78		79		80	
81		82		83		84		85		86		87		88	
89		90		91		92		93		94		95		96	
97		98		99		100		101		102		103		104	
105		106		107		108		109		110		111		112	
113		114		115		116		117		118		119		120	
121		122		123		124		125		126		127		128	
129		130		131		132		133		134		135		136	
137		138		139		140		141		142		143		144	
145		146		147		148		149		150		151		152	
153		154		155		156		157		158		159		160	
161		162		163		164		165		166		167		168	
169		170		171		172		173		174		175		176	
177		178		179		180		181		182		183		184	
185		186		187		188		189		190		191		192	
193		194		195		196		197		198		199		200	
201		202		203		204		205		206		207		208	
209		210		211		212		213		214		215		216	
217		218		219		220		221		222		223		224	
225		226		227		228		229		230		231		232	
233		234		235		236		237		238		239		240	
241		242		243		244		245		246		247		248	
249		250		251		252		253		254		255		256	
257		258		259		260		261		262		263		264	
265		266		267		268		269		270		271		272	
273		274		275		276		277		278		279		280	
281		282		283		284		285		286		287		288	
289		290		291		292		293		294		295		296	
297		298		299		300		301		302		303		304	
305		306		307		308		309		310		311		312	
313		314		315		316		317		318		319		320	
321		322		323		324		325		326		327		328	
329		330		331		332		333		334		335		336	
337		338		339		340		341		342		343		344	
345		346		347		348		349		350		351		352	
353		354		355		356		357		358		359		360	
361		362		363		364		365		366		367		368	
369		370		371		372		373		374		375		376	
377		378		379		380		381		382		383		384	
385		386		387		388		389		390		391		392	
393		394		395		396		397		398		399		400	
401		402		403		404		405		406		407		408	
409		410		411		412		413		414		415		416	
417		418		419		420		421		422		423		424	
425		426		427		428		429		430		431		432	
433		434		435		436		437		438		439		440	
441		442		443		444		445		446		447		448	
449		450		451											



[illegible]

330

[illegible]



Departamento de Matemática, Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Caixa Postal 68.530, Rio de Janeiro, RJ, 21640-900

332

Year	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100
1970	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100



0422201/0000



336





338





1	...	...	...	...	...
2	...	...	...	...	...
3	...	...	...	...	...
4	...	...	...	...	...
5	...	...	...	...	...
6	...	...	...	...	...
7	...	...	...	...	...
8	...	...	...	...	...
9	...	...	...	...	...
10	...	...	...	...	...
11	...	...	...	...	...
12	...	...	...	...	...
13	...	...	...	...	...
14	...	...	...	...	...
15	...	...	...	...	...
16	...	...	...	...	...
17	...	...	...	...	...
18	...	...	...	...	...
19	...	...	...	...	...
20	...	...	...	...	...
21	...	...	...	...	...
22	...	...	...	...	...
23	...	...	...	...	...
24	...	...	...	...	...
25	...	...	...	...	...
26	...	...	...	...	...
27	...	...	...	...	...
28	...	...	...	...	...
29	...	...	...	...	...
30	...	...	...	...	...
31	...	...	...	...	...
32	...	...	...	...	...
33	...	...	...	...	...
34	...	...	...	...	...
35	...	...	...	...	...
36	...	...	...	...	...
37	...	...	...	...	...
38	...	...	...	...	...
39	...	...	...	...	...
40	...	...	...	...	...
41	...	...	...	...	...
42	...	...	...	...	...
43	...	...	...	...	...
44	...	...	...	...	...
45	...	...	...	...	...
46	...	...	...	...	...
47	...	...	...	...	...
48	...	...	...	...	...
49	...	...	...	...	...
50	...	...	...	...	...
51	...	...	...	...	...
52	...	...	...	...	...
53	...	...	...	...	...
54	...	...	...	...	...
55	...	...	...	...	...
56	...	...	...	...	...
57	...	...	...	...	...
58	...	...	...	...	...
59	...	...	...	...	...
60	...	...	...	...	...
61	...	...	...	...	...
62	...	...	...	...	...
63	...	...	...	...	...
64	...	...	...	...	...
65	...	...	...	...	...
66	...	...	...	...	...
67	...	...	...	...	...
68	...	...	...	...	...
69	...	...	...	...	...
70	...	...	...	...	...
71	...	...	...	...	...
72	...	...	...	...	...
73	...	...	...	...	...
74	...	...	...	...	...
75	...	...	...	...	...
76	...	...	...	...	...
77	...	...	...	...	...
78	...	...	...	...	...
79	...	...	...	...	...
80	...	...	...	...	...
81	...	...	...	...	...
82	...	...	...	...	...
83	...	...	...	...	...
84	...	...	...	...	...
85	...	...	...	...	...
86	...	...	...	...	...
87	...	...	...	...	...
88	...	...	...	...	...
89	...	...	...	...	...
90	...	...	...	...	...

[illegible]



342

Category	Sub-category	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	Item 6	Item 7	Item 8	Item 9	Item 10	Item 11	Item 12	Item 13	Item 14	Item 15	Item 16	Item 17	Item 18	Item 19	Item 20	Item 21	Item 22	Item 23	Item 24	Item 25	Item 26	Item 27	Item 28	Item 29	Item 30	Item 31	Item 32	Item 33	Item 34	Item 35	Item 36	Item 37	Item 38	Item 39	Item 40	Item 41	Item 42	Item 43	Item 44	Item 45	Item 46	Item 47	Item 48	Item 49	Item 50	Item 51	Item 52	Item 53	Item 54	Item 55	Item 56	Item 57	Item 58	Item 59	Item 60	Item 61	Item 62	Item 63	Item 64	Item 65	Item 66	Item 67	Item 68	Item 69	Item 70	Item 71	Item 72	Item 73	Item 74	Item 75	Item 76	Item 77	Item 78	Item 79	Item 80	Item 81	Item 82	Item 83	Item 84	Item 85	Item 86	Item 87	Item 88	Item 89	Item 90	Item 91	Item 92	Item 93	Item 94	Item 95	Item 96	Item 97	Item 98	Item 99	Item 100	Item 101	Item 102	Item 103	Item 104	Item 105	Item 106	Item 107	Item 108	Item 109	Item 110	Item 111	Item 112	Item 113	Item 114	Item 115	Item 116	Item 117	Item 118	Item 119	Item 120	Item 121	Item 122	Item 123	Item 124	Item 125	Item 126	Item 127	Item 128	Item 129	Item 130	Item 131	Item 132	Item 133	Item 134	Item 135	Item 136	Item 137	Item 138	Item 139	Item 140	Item 141	Item 142	Item 143	Item 144	Item 145	Item 146	Item 147	Item 148	Item 149	Item 150	Item 151	Item 152	Item 153	Item 154	Item 155	Item 156	Item 157	Item 158	Item 159	Item 160	Item 161	Item 162	Item 163	Item 164	Item 165	Item 166	Item 167	Item 168	Item 169	Item 170	Item 171	Item 172	Item 173	Item 174	Item 175	Item 176	Item 177	Item 178	Item 179	Item 180	Item 181	Item 182	Item 183	Item 184	Item 185	Item 186	Item 187	Item 188	Item 189	Item 190	Item 191	Item 192	Item 193	Item 194	Item 195	Item 196	Item 197	Item 198	Item 199	Item 200	Item 201	Item 202	Item 203	Item 204	Item 205	Item 206	Item 207	Item 208	Item 209	Item 210	Item 211	Item 212	Item 213	Item 214	Item 215	Item 216	Item 217	Item 218	Item 219	Item 220	Item 221	Item 222	Item 223	Item 224	Item 225	Item 226	Item 227	Item 228	Item 229	Item 230	Item 231	Item 232	Item 233	Item 234	Item 235	Item 236	Item 237	Item 238	Item 239	Item 240	Item 241	Item 242	Item 243	Item 244	Item 245	Item 246	Item 247	Item 248	Item 249	Item 250	Item 251	Item 252	Item 253	Item 254	Item 255	Item 256	Item 257	Item 258	Item 259	Item 260	Item 261	Item 262	Item 263	Item 264	Item 265	Item 266	Item 267	Item 268	Item 269	Item 270	Item 271	Item 272	Item 273	Item 274	Item 275	Item 276	Item 277	Item 278	Item 279	Item 280	Item 281	Item 282	Item 283	Item 284	Item 285	Item 286	Item 287	Item 288	Item 289	Item 290	Item 291	Item 292	Item 293	Item 294	Item 295	Item 296	Item 297	Item 298	Item 299	Item 300	Item 301	Item 302	Item 303	Item 304	Item 305	Item 306	Item 307	Item 308	Item 309	Item 310	Item 311	Item 312	Item 313	Item 314	Item 315	Item 316	Item 317	Item 318	Item 319	Item 320	Item 321	Item 322	Item 323	Item 324	Item 325	Item 326	Item 327	Item 328	Item 329	Item 330	Item 331	Item 332	Item 333	Item 334	Item 335	Item 336	Item 337	Item 338	Item 339	Item 340	Item 341	Item 342	Item 343	Item 344	Item 345	Item 346	Item 347	Item 348	Item 349	Item 350	Item 351	Item 352	Item 353	Item 354	Item 355	Item 356	Item 357	Item 358	Item 359	Item 360	Item 361	Item 362	Item 363	Item 364	Item 365	Item 366	Item 367	Item 368	Item 369	Item 370	Item 371	Item 372	Item 373	Item 374	Item 375	Item 376	Item 377	Item 378	Item 379	Item 380	Item 381	Item 382	Item 383	Item 384	Item 385	Item 386	Item 387	Item 388	Item 389	Item 390	Item 391	Item 392	Item 393	Item 394	Item 395	Item 396	Item 397	Item 398	Item 399	Item 400	Item 401	Item 402	Item 403	Item 404	Item 405	Item 406	Item 407	Item 408	Item 409	Item 410	Item 411	Item 412	Item 413	Item 414	Item 415	Item 416	Item 417	Item 418	Item 419	Item 420	Item 421	Item 422	Item 423	Item 424	Item 425	Item 426	Item 427	Item 428	Item 429	Item 430	Item 431	Item 432	Item 433	Item 434	Item 435	Item 436	Item 437	Item 438	Item 439	Item 440	Item 441	Item 442	Item 443	Item 444	Item 445	Item 446	Item 447	Item 448	Item 449	Item 450	Item 451	Item 452	Item 453	Item 454	Item 455	Item 456	Item 457	Item 458	Item 459	Item 460	Item 461	Item 462	Item 463	Item 464	Item 465	Item 466	Item 467	Item 468	Item 469	Item 470	Item 471	Item 472	Item 473	Item 474	Item 475	Item 476	Item 477	Item 478	Item 479	Item 480	Item 481	Item 482	Item 483	Item 484	Item 485	Item 486	Item 487	Item 488	Item 489	Item 490	Item 491	Item 492	Item 493	Item 494	Item 495	Item 496	Item 497	Item 498	Item 499	Item 500	Item 501	Item 502	Item 503	Item 504	Item 505	Item 506	Item 507	Item 508	Item 509	Item 510	Item 511	Item 512	Item 513	Item 514	Item 515	Item 516	Item 517	Item 518	Item 519	Item 520	Item 521	Item 522	Item 523	Item 524	Item 525	Item 526	Item 527	Item 528	Item 529	Item 530	Item 531	Item 532	Item 533	Item 534	Item 535	Item 536	Item 537	Item 538	Item 539	Item 540	Item 541	Item 542	Item 543	Item 544	Item 545	Item 546	Item 547	Item 548	Item 549	Item 550	Item 551	Item 552	Item 553	Item 554	Item 555	Item 556	Item 557	Item 558	Item 559	Item 560	Item 561	Item 562	Item 563	Item 564	Item 565	Item 566	Item 567	Item 568	Item 569	Item 570	Item 571	Item 572	Item 573	Item 574	Item 575	Item 576	Item 577	Item 578	Item 579	Item 580	Item 581	Item 582	Item 583	Item 584	Item 585	Item 586	Item 587	Item 588	Item 589	Item 590	Item 591	Item 592	Item 593	Item 594	Item 595	Item 596	Item 597	Item 598	Item 599	Item 600	Item 601	Item 602	Item 603	Item 604	Item 605	Item 606	Item 607	Item 608	Item 609	Item 610	Item 611	Item 612	Item 613	Item 614	Item 615	Item 616	Item 617	Item 618	Item 619	Item 620	Item 621	Item 622	Item 623	Item 624	Item 625	Item 626	Item 627	Item 628	Item 629	Item 630	Item 631	Item 632	Item 633	Item 634	Item 635	Item 636	Item 637	Item 638	Item 639	Item 640	Item 641	Item 642	Item 643	Item 644	Item 645	Item 646	Item 647	Item 648	Item 649	Item 650	Item 651	Item 652	Item 653	Item 654	Item 655	Item 656	Item 657	Item 658	Item 659	Item 660	Item 661	Item 662	Item 663	Item 664	Item 665	Item 666	Item 667	Item 668	Item 669	Item 670	Item 671	Item 672	Item 673	Item 674	Item 675	Item 676	Item 677	Item 678	Item 679	Item 680	Item 681	Item 682	Item 683	Item 684	Item 685	Item 686	Item 687	Item 688	Item 689	Item 690	Item 691	Item 692	Item 693	Item 694	Item 695	Item 696	Item 697	Item 698	Item 699	Item 700	Item 701	Item 702	Item 703	Item 704	Item 705	Item 706	Item 707	Item 708	Item 709	Item 710	Item 711	Item 712	Item 713	Item 714	Item 715	Item 716	Item 717	Item 718	Item 719	Item 720	Item 721	Item 722	Item 723	Item 724	Item 725	Item 726	Item 727	Item 728	Item 729	Item 730	Item 731	Item 732	Item 733	Item 734	Item 735	Item 736	Item 737	Item 738	Item 739	Item 740	Item 741	Item 742	Item 743	Item 744	Item 745	Item 746	Item 747	Item 748	Item 749	Item 750	Item 751	Item 752	Item 753	Item 754	Item 755	Item 756	Item 757	Item 758	Item 759	Item 760	Item 761	Item 762	Item 763	Item 764	Item 765	Item 766	Item 767	Item 768	Item 769	Item 770	Item 771	Item 772	Item 773	Item 774	Item 775	Item 776	Item 777	Item 778	Item 779	Item 780	Item 781	Item 782	Item 783	Item 784	Item 785	Item 786	Item 787	Item 788	Item 789	Item 790	Item 791	Item 792	Item 793	Item 794	Item 795	Item 796	Item 797	Item 798	Item 799	Item 800	Item 801	Item 802	Item 803	Item 804	Item 805	Item 806	Item 807	Item 808	Item 809	Item 810	Item 811	Item 812	Item 813	Item 814	Item 815	Item 816	Item 817	Item 818	Item 819	Item 820	Item 821	Item 822	Item 823	Item 824	Item 825	Item 826	Item 827	Item 828	Item 829	Item 830	Item 831	Item 832	Item 833	Item 834	Item 835	Item 836	Item 837	Item 838	Item 839	Item 840	Item 841	Item 842	Item 843	Item 844	Item 845	Item 846	Item 847	Item 848	Item 849	Item 850	Item 851	Item 852	Item 853	Item 854	Item 855	Item 856	Item 857	Item 858	Item 859	Item 860	Item 861	Item 862	Item 863	Item 864	Item 865	Item 866	Item 867	Item 868	Item 869	Item 870	Item 871	Item 872	Item 873	Item 874	Item 875	Item 876	Item 877	Item 878	Item 879	Item 880	Item 881	Item 882	Item 883	Item 884	Item 885	Item 886	Item 887	Item 888	Item 889	Item 890	Item 891	Item 892	Item 893	Item 894	Item 895	Item 896	Item 897	Item 898	Item 899	Item 900	Item 901	Item 902	Item 903	Item 904	Item 905	Item 906	Item 907	Item 908	Item 909	Item 910	Item 911	Item 912	Item 913	Item 914	Item 915	Item 916	Item 917	Item 918	Item 919	Item 920	Item 921	Item 922	Item 923	Item 924	Item 925	Item 926	Item 927	Item 928	Item 929	Item 930	Item 931	Item 932	Item 933	Item 934	Item 935	Item 936	Item 937	Item 938	Item 939	Item 940	Item 941	Item 942	Item 943	Item 944	Item 945	Item 946	Item 947	Item 948	Item 949	Item 950	Item 951	Item 952	Item 953	Item 954	Item 955	Item 956	Item 957	Item 958	Item 959	Item 960	Item 961	Item 962	Item 963	Item 964	Item 965	Item 966	Item 967	Item 968	Item 969	Item 970	Item 971	Item 972	Item 973	Item 974	Item 975	Item 976	Item 977	Item 978	Item 979	Item 980	Item 981	Item 982	Item 983	Item 984	Item 985	Item 986	Item 987	Item 988	Item 989	Item 990	Item 991	Item 992	Item 993	Item 994	Item 995	Item 996	Item 997	Item 998	Item 999	Item 1000
----------	--------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------



[illegible]

345



346

347

348



[illegible]





352





[illegible]



355















361

## Section 101

363



364

Descrição	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Sep/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Total
Despesa com Pessoal	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	12.000.000
Despesa com Materiais	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	6.000.000
Despesa com Serviços	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000	3.600.000
Despesa com Aluguel	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	2.400.000
Despesa com Energia	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	1.200.000
Despesa com Manutenção	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	600.000
Despesa com Transporte	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	240.000
Despesa com Alimentação	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	120.000
Despesa com Outros	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	60.000
<b>Total</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>24.000.000</b>

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



#### **ANEXO 4**

- 
- Suplemento das Quotas Seniores da 1ª Série

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### Suplemento das Quotas Seniores da 1ª Série

**Série de Quotas Seniores** 1ª

**Montante de Quotas Seniores** R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na 1ª Data de Emissão

**Quantidade de Quotas Seniores** 180.000 (cento e oitenta mil)

**1ª Data de Emissão** 21 de janeiro de 2010

**Data de Resgate** 2 de janeiro de 2012

**Spread** 2,00% (dois por cento)

**Fórmula de Cálculo das Amortizações Programadas**

$$VA_{ta} = (VQS_{ta} \times PA_{ta})$$

onde:

$ta = 1, 2, \dots, n$  ordinais das Datas de Amortização da 1ª Série;

$VA_{ta}$  valor unitário da Amortização Programada das Quotas Seniores da 1ª Série na Data de Amortização correspondente ao índice "ta";

$VQS_{ta}$  valor unitário da Quota Sênior da 1ª Série na Data de Amortização correspondente ao índice "ta";

$PA_{ta}$  percentual de amortização do  $VQS_{ta}$  na Data de Amortização correspondente ao índice "ta", conforme tabela abaixo:

$ta$	$T$	$PA_{ta}$
Ordinal da Data de Amortização	Data de Amortização	Percentual de Amortização
1	03/01/2011	25,00%
2	01/07/2011	33,34%
3	02/01/2012*	100,00%

\* Data de Resgate

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

São Paulo, 21 de dezembro de 2009.

RUA BOA VISTA  
Nº 316-29 ANDAR

22 DEZ 2009 1074569

AGÊNCIA DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E VALORES  
RECEBIMOS EM MOEDAS ELETRÔNICAS

**FUNDO/ADMINISTRADORA:**

Gilberto R. de Costa  
CPF: 467.785.398-01

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO

Nome:

Cargo:

**Testemunhas:**

Roberto Carlos de Oliveira  
Banco Citibank S/A  
Av. Paulista, 1111 - 6º Andar  
Tel: 55 11 4009-7351

Nome:

RG: 12 942 785-4

CPE/MF: 132.829.328-98

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO

Nome:

Cargo:

Nome: DEBORA M. GODOY CASTRO  
RG: 19.740.636-X  
CPE/MF: 164.884.568-14

Página de assinaturas do Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores de Emissão do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO, firmado em 21 de dezembro de 2009.

**90 OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL**  
R.T.D.R.I.  
Rua Boa Vista, 314 - 2º andar - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Pabx (11) 3101-4501  
CNPJ: 68.157.387/0001-20 - Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial do Registro

APRESENTADO, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTANTE DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO. AVERBADO À MARGEM DO REGISTRO Nº 1072340

SÃO PAULO, 22/12/2009

Substitutos do Oficial  
CAMILÉ C. HOMEM RULO / RICARDO NARANJO / EDER CASTRO RESENDE / MARCELO A. PINHEIRO

EMOL R\$:	EST R\$:	IPE R\$:	RC R\$:	TJ R\$:	TOTAL R\$:
29,35	8,36	6,17	1,54	1,54	46,96

SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VERBA

01074569

22 DEZ 2009 1074569  
RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR  
9º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
REGISTRO EM MICROFILME Nº



Fundo  
**FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS MONSANTO**  
CNPJ/MF nº [•]

Cedente  
**MONSANTO DO BRASIL LTDA.**  
CNPJ/MF nº 64.858.525/0001-45  
Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Torre Norte, 7º e 8º andares, 04578-000, São Paulo - SP

Administradora, Custodiante e Agente Escriitador  
**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
CNPJ/MF nº 33.868.597/0001-40  
Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, parte, 01311-920, São Paulo - SP

Distribuidor Líder  
**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42  
Rua Hungria, nº 1.400, 01455-000, São Paulo - SP

Agência Classificadora de Risco  
**STANDARD&POOR'S (MCGRAW-HILL INTERAMERICANA DO BRASIL LTDA.)**  
CNPJ/MF nº 02.295.585/0001-40  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, 05426-100, São Paulo - SP

Empresa de Auditoria  
**KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ/MF nº 57.755.217/0001-29  
Rua Renato Paes de Barros, nº 33, 04530-904, São Paulo - SP

Banco Arrecadador  
**BANCO CITIBANK S.A. e/ou CITIBANK, N.A. – FILIAL BRASILEIRA**  
CNPJ/MF nº 33.479.023/0001-80 e 33.042.953/0001-71  
Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, parte, e loja 1, 3 e Sobreloja, 01311-920, São Paulo - SP

Assessor Legal da Oferta  
**MOTTA, FERNANDES ROCHA - ADVOGADOS**  
CNPJ/MF nº 35.808.211/0001-30  
Alameda Santos, nº 2.335, 10º, 11º e 12º andares, 01419-002, São Paulo - SP  
Avenida Almirante Barroso, nº 52, 5º andar, 20031-000, Rio Janeiro - RJ

Assessor Legal da Cedente  
**DEMAREST E ALMEIDA - ADVOGADOS**  
CNPJ/MF nº 61.074.555/0001-72  
Avenida Pedroso de Moraes, nº 1.201, 05419-001, São Paulo - SP

[www.luzpublicidade.com.br](http://www.luzpublicidade.com.br)

**LUZ**  
PUBLICIDADE  
(11) 3121-5555